Ruy Gomes Braga Neto

Crise Contemporânea e Restauração do Capital

Da Crítica ao Economicismo Dominante à Análise das Lutas de Classes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Angela Maria Tude de Souza e co-orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão jugadora em 13/08/1996.

Banca:
Profa. Dra. Angela Maria Tude de Souza (orientadora)
Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (co-orientador)
Prof. Dr. Ricardo Antunes
Prof. Dr. Reginaldo Carmelo Corrêia de Moraes

Agosto de 1996

UNICAMP
BIBLIOTECA

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
B73c
V. Ex.
TOMBO BC/ 28499
PROC. 667/96
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 11/09/96
N.º CPD CM00116206-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Braga Neto, Ruy Gomes

B73c Crise contemporânea e restauração do capital: da crítica ao economicismo dominante à análise das lutas de classes / Ruy Gomes Braga Neto.- - Campinas,SP: [s.n.], 1996.

Orientador: Ângela Maria Tude de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Crise econômica. 2. Classes sociais. 3. Trabalho -Aspectos sociológicos. 4. Neoliberalismo. 5. *Revolução passiva. 6. *Reestruturação produtiva. I.Souza, Ângela Maria Tude de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

"No passado, os escravos eram carregados nos navios e levados para o novo mundo. Mas de alguma forma os trens incrivelmente lotados são ainda mais desumanos. Os funcionários de hoje por acaso não são escravos, para todos os efeitos? Foram comprados pelo dinheiro. Mede-se seu valor em horas de trabalho. E não têm forças para desafiar seus chefes. Ademais, os escravos de hoje sequer podem desfrutar do mais simples dos prazeres: o direito de jantar junto à própria família".

Trecho do Diário de **Toshitsugo Yagi**, morto aos 43 anos de estresse causado pelo **Karoshi** (morte súbita no trabalho).

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora, Profa. Dra. Angela M. Tude de Souza, por todo o estímulo, apoio e afeição, sem os quais, dificilmente teria finalizado essa etapa de minha formação. A ela devo o amparo intelectual, desde os tempos da graduação, que me motivou e auxiliou na feitura desse trabalho. Através de suas intervenções generosas articuladas às críticas rigorosas, senti-me minimamente seguro para avançar nas ponderações que se seguem.

Em relação ao Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias, meus débitos são enormes. Orientou-me durante o período no qual a Angela esteve fora do país, fato esse que gostaria de registrar publicamente. Contudo, meu reconhecimento transcende em muito as meras formalidades acadêmicas. Intelectual rigoroso, militante exemplar, amigo de todas as horas, seu exemplo procuro, modestamente, seguir.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antunes, agradeço seu estímulo desde os tempos da graduação e, particularmente, sua participação na banca de meu exame de qualificação, participação essa extremamente pertinente e elucidativa. Procurei seguir suas indicações sempre que possível.

Aos meus pais, Ruy e Nádia, irmãos, Rodrigo, Jú e Dani, e minha avó, Carmem, agradeço o amparo afetivo e o aprendizado cotidiano. A eles devo mais do que meras palavras poderiam registrar.

A minha amiga Elaine, um agradecimento especial pelo trabalho dedicado de digitação dessa dissertação e, sobretudo, por interpretar um manuscrito, por vezes, indecifrável. E também a minha amiga Adriana pelas eventuais correções gramaticais. Muito obrigado Lan e Dri.

Ao camarada Giovani, por nossas discussões sempre proveitosas e estimulantes.

Ao amigo Juliano Carvalho, pelos anos de militância conjunta no movimento estudantil.

Ao pessoal do CEMARX, especialmente a Paty e ao Jesus, pela convivência intelectual solidária e amiga.

Aos amigos da "Casa da Árvore", Heitor, Padilha, Cassiano e, especialmente ao Marcão, pelo convívio amigo desses anos todos.

Ao tio Celso, tia Glau, Dé, Dú, Aninha; pelo apoio afetivo.

Agradeço particularmente, ao pessoal da secretaria da pós, Lurdinha, Betanho, Esmê, Marli, Júnior e Camila, o atendimento sempre eficiente e generoso, para muito além das obrigações funcionais.

As minhas amigas Milu, Martinha, Margareth e, especialmente, a minha querida amiga Li. Obrigado por tudo.

Finalmente, gostaria de agradecer o apoio financeiro concedido pela CAPES, sem o qual esse trabalho estaria profundamente prejudicado.

Dedico este trabalho à memória de Milton Silva Brandão, estimado avô.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - O TEMA, O OBJETO, A PROBLEMÁTICA DOS CONCEITOS.

i - A Problemática das Forças Produtivas em Habermas.....16

(a) Da Autonomia da Razão à Crise do Trabalho.....17

(b) O Estatuto do Conceito de Forças Produtivas em Marx...25

(c) Crise do Trabalho ou Influxo da Revolução?.....33

ii - A Necessária Crítica ao Economicismo.....37

I PARTE - DA ABOLIÇÃO DO TRABALHO AO PÓS-FORDISMO: A Dominância da Problemática Economicista nas Análises sobre a Crise Contemporânea.

CAPÍTULO I - DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO TÉCNICO À CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO.

I.1. Aproximação Teórica aos Limites do Paradigma Produtivo.....45

I.2. A Dominância da Problemática das Forças Produtivas nas Análises Sobre a Crise do Trabalho.....48

I.2.A. Forças Produtivas e Abolição do Trabalho: O "Fatalismo Tecnológico" de Gorz.....51

I.2.B. O Fim da Exploração como Catástrofe: Razão e Irrazão em Kurz.....60

I.3. O Economicismo Encarnado nas Teses sobre a Crise do Trabalho.....69

CAPÍTULO II - ARGUMENTAÇÕES PÓS-FORDISTAS

II.1. O Pós-Fordismo como Novo Regime de Acumulação.....79

II.1.A. Especialização Flexível e Colaboracionismo Classista.....81

II.1.B. Teoria da Regulação e Reformismo Político.....84

II.2. Crise e Reestruturação na Análise Regulacionista.....88

II.2.A. A Configuração Técnica das Forças Produtivas na Análise da Crise do Fordismo..... 88

II.2.B. A Centralidade da Relação Salarial na Crise do Modo de Regulação Fordista.....90

II.2.C. Da Crise do Modo de Regulação Fordista ao Novo Princípio (Pós-Fordista) de Organização do Trabalho.....94

II.3. Crise e Reestruturação na Análise da Especialização Flexível.....97

II.3.A. "*Acidentes, Erros e Eventos Contingentes*": Uma Análise Formal da Crise Contemporânea.....99

II.3.B. Da Saturação dos Mercados de Massa à Fragmentação do Consumo.....105

II.3.C. O "Modelo da "Especialização Flexível" e suas Formas de Concreção.....109

II.4. O Nexo Crise-Reestruturação: Elementos para um Balanço Crítico.....111

II PARTE - DA CRISE CONTEMPORÂNEA A ESTRATÉGIA DE PASSIVIZAÇÃO: Atualizando a Análise das Lutas de Classes.

CAPÍTULO III. IMPERIALISMO E CRISE CONTEMPORÂNEA 116

III.1. A Recomposição de Forças no Pós-Guerra: Da Contradição Capitalismo-Coletivismo às Formas Nacionais da Hegemonia Burguesa.....118

III.1.A. Avanço Coletivista, Internacionalização Produtiva e Emergência do "Terceiro Mundo".....123

III.1.B. Da Reconstrução Européia à Consolidação da Hegemonia Norte-Americana.....129

III.2. As Múltiplas Formas de Concreção da Crise Contemporânea.....132

III.3. Da Crise como Crise Orgânica aos Contornos da "Nova Era Imperial".....141

III.3.A. Crise Contemporânea, Lutas de Classes, Guerra de Posição.....142

III.3.B. Mundialização do Capital e Neocolonialismo de Mercado.....146

CAPÍTULO IV. GRAMSCI E A DIALÉTICA DA PASSIVIZAÇÃO.....164

IV.1. *Risorgimento*: O Transformismo e a Estratégia de Passivização da Revolução Democrático-Burguesa.....169

IV.2. Fascismo: A Crise, a Alternativa Bolchevique e a Restauração do Aparelho Hegemônico Burguês.....176

IV.3. O Americanismo como Forma de Concreção das Forças Produtivas sob o Domínio Imperialista.....179.

CAPÍTULO V- NEOLIBERALISMO, FORÇAS PRODUTIVAS, PASSIVIZAÇÃO.

V.1. O Neoliberalismo como Estratégia de Passivização.....188

V.1.A. A Doutrina e a Reação Teórica.....190

V.1.B. O Neoliberalismo e as Formas da Intervenção Estatal.....192

V.2. Forças Produtivas e Passivização.....202

V.2.A. Da Flexibilidade Produtiva à Subalternidade Política.....204

V.2.B. Inovações Organizacionais e Identidades Operárias: Rumo ao Engajamento Participativo.....220

V.3. Transformismo e Reestruturação Produtiva: Breves Contornos da Crise Sindical.....233

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....244

BIBLIOGRAFIA CITADA.....257

PRIMEIRA PARTE- Da Abolição do Trabalho ao Pós-Fordismo: A Dominância da Problemática Economicista nas Análises sobre a Crise Contemporânea.

"A contra-revolução impõe até
o seu vocabulário"

Jean Barrot, **O Movimento Comunista.**

INTRODUÇÃO - O TEMA, O OBJETO, A PROBLEMÁTICA DOS CONCEITOS.

Apresentação.

O tema dessa dissertação é a crise contemporânea atravessada pelo capitalismo oligopolista, suas determinações, seus desdobramentos. Frente à amplitude de tal empreitada, algumas questões objetivas são imediatamente relevadas: como abordar o tema e onde pretendemos chegar? De fato, a crise contemporânea constitui-se em uma das problemáticas mais candentes para as ciências sociais nos dias de hoje. Muitos são os esforços acadêmicos objetivando desvendá-la. Economistas e sociólogos, cientistas políticos e toda ordem de especialistas, têm se debruçado sobre esta questão: como apreender o sentido, a significação e a singularidade do momento presente, marcadamente multifacetado e crítico? As respostas são, como não poderiam deixar de ser, extremamente díspares. Para muitos a crise é produto do solapamento social e material da base de todas as sociedades até hoje existentes, ou seja, o trabalho humano. Para outros, vivemos um momento histórico transitório, no qual arranjos institucionais precedentes mesclam-se com novos, sobre o fundamento de um paradigma produtivo capaz de engendrar respostas mais eficazes ao colapso dos mercados de massa.

Contra tais abordagens da crise atual, construímos nosso objeto de estudos. Este, por sua vez, pode ser traduzido, resumidamente, pelo nexo causal e indissolúvel existente entre a crise contemporânea e seus

desdobramentos, particularmente, a reestruturação produtiva em curso. Pretendemos avançar no estudo desse objeto partindo de pressupostos anti-reducionistas radicais, centrados no critério interpretativo da análise das lutas de classes. Passam por aí nossas pretensões. Partindo da crítica ao debate dominante sobre a crise, chegar ao apontamento de algumas pistas que nos permitam analisar o momento presente segundo o ponto-de-vista da totalidade, isto é, das contradições envolvendo racionalidades, Estados e projetos societais distintos, sobredeterminadas, pelas contradições classitas. Conforme tal pretensão, resgatamos o pensamento de Antonio Gramsci, objetivando extrair dele os fundamentos analítico-estratégicos para tal construção-desconstrução de nosso objeto.

Encerrado no interior das limitações próprias a nossas forças presentes, ao menos pretendemos demonstrar no desenrolar desse trabalho que, ao contrário do considerado por muitos, ainda é possível, analítica e politicamente, interpretar fenômenos contemporâneos, como a emergência das novas tecnologias de caráter informacional, por exemplo, segundo os pressupostos fundantes da análise das lutas de classes. Nessa perspectiva, o debate sobre a crise atual transforma-se em um meio através do qual podemos demonstrar a vigência daquela máxima socialista segundo a qual a luta de classes também é travada no âmbito teórico.

Se Marx realmente tinha razão ao afirmar, em 1844, que "as idéias dominantes (em cada época) nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes", ou seja, as formas ideais da dominação de uma classe sobre outras, então o **debate vigente** a respeito das mutações contemporâneas engendradas pelo capitalismo oligopolista em crise expressa, claramente, a força do espírito contra-revolucionário de nosso tempo. Tal debate, estrutura-se, ao menos, em duas grandes vertentes: a das teses que reduzem a crise contemporânea à chamada **crise da sociedade do trabalho** e a das teses que se remetem à **crise da sociedade de massas**, ou, simplesmente, **crise do fordismo**.

Apesar da diferença imanente ao debate e seus proponentes (teóricos tão diversos quanto Habermas, Aglietta, Gorz, Sabel ou Offe), um traço característico unificando a problemática da crise emerge: o "mito do progresso técnico" obscurecendo as **múltiplas manifestações** do antagonismo classista inerente ao processo de produção e reprodução capitalista. Tal perspectiva de análise acaba, fatalmente, e com maior ou menor clareza, por negar o papel decisivo da luta de classes **em suas diferentes formas de manifestação**, subordinando os potenciais emancipadores encerrados na filosofia da práxis, ao sepultar, frente a ausência de um projeto hegemônico, a possibilidade de uma ruptura revolucionária com a ordem burguesa.

A crença em que o progresso técnico possa conferir direção e sentido às contradições enfrentadas pelas modernas formações sociais subordinadas à lógica da reprodução ampliada do capital e suas estruturas de domínio, impera nos meios acadêmicos em geral. As análises do debate sobre a crise e as relações entre "ciência" e "produção" passam longe de tematizar (salvo a excessão de Aglietta, 1979) a transformação do trabalhador coletivo sob o modo de produção capitalista, obscurecendo o fato de que as relações de produção capitalistas não realizam a união entre "ciência" e "produção", senão reforçando, simultaneamente, a **oposição** entre a "ciência" e os produtores diretos, bem como a subordinação acentuada desses àquela (cf., para maiores detalhes; Magaline, 1977).

O debate sobre a crise e seus desdobramentos ao "fixar", sobretudo, o progresso técnico como principal "força motriz" da história, deduzindo daí as mutações socio-político-econômicas e suas consequências, desconsidera que as formas de organização do trabalhador coletivo constituem o **elo decisivo** da transformação do sistema das forças produtivas sob a dominação das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, seria impossível falar em desenvolvimento da

"ciência" sem considerar o processo contraditório de reprodução das relações de produção em seu conjunto. Portanto, sem falar nas **lutas de classes** que tais relações condicionam.[1]É preciso dizer, contudo, que, seguindo Marx, se no modo de produção capitalista, as lutas de classes na produção constituem o momento **determinante** da reprodução das relações de produção, as demais modalidades das lutas de classes extra-fabris constituem seu **complemento obrigatório**.

Daí a possibilidade de se falar na "crise", entendida enquanto forma histórico-concreta de "erupção" das várias contradições gestadas pelo desenvolvimento capitalista, em suas modalidades **orgânica**- quando as contradições do capitalismo "amadurecem conscientemente", irrompendo de modo simultâneo- e **conjuntural**- erupção de contradições secundárias-, bem como, falar em dominância e sobredeterminação dessa ou daquela contradição específica, conforme a análise do momento histórico dado. Na medida em que o processo de reprodução encontra-se em estreita articulação em relação ao da luta de classes, as condições não somente econômicas, mas também políticas e ideológicas da luta de classes, tomadas em sua unidade, podem modificar as formas de manifestação concreta de tal processo. Sendo assim, reduzir as relações de produção capitalistas ao desenvolvimento técnico-científico ou ao sistema de trocas, significa **ocultar o processo de apropriação do sobretrabalho**, fazendo, em última análise, desaparecer a subordinação do trabalho ao capital e suas formas de antagonização.

A problemática envolvendo a apologia do progresso técnico é central para nos darmos conta de que o debate sobre as mutações contemporâneas engendradas pelo capitalismo oligopolista em crise,

---

[1] "No **modo de produção capitalista**, a reprodução das relações de produção passa de forma principal pela luta de classes na produção, luta de classes na qual a burguesia capitalista desempenha o papel dominante, e que se traduz pela alteração contínua da 'técnica e da organização social do processo de trabalho', quer dizer, pela revolucionarização contínua das forças produtivas" (Magaline, 1977, p.61).

obscurece as determinações classistas no terreno histórico, criando um "novo" campo de possibilidades para a produção, em todos os sentidos, "superior" à "antiga" estrutura social. Daí emergir a tão propalada idéia de que estaríamos vivendo um momento de **ruptura radical** com o passado (superação da sociedade do trabalho ou do fordismo) baseado na suposta "revolução científica". A hipótese da **ruptura radical com o passado** constitui-se em outro elemento que nos possibilita falar em um **debate vigente** tentando dar conta das mutações do capitalismo contemporâneo. O desenvolvimento histórico passa a ser apreendido partindo da autonomia e neutralidade da ciência e da tecnologia tomadas enquanto formas de concreção de uma racionalidade alheia à luta de classes. [1]

Nossa proposta será buscar, ainda que de forma preliminar e incompleta, uma alternativa de leitura a esse debate, mais afinada com a perspectiva da filosofia da práxis, resgatando, para isso, categorias construídas conforme os imperativos analíticos e estratégicos que o embate entre as classes, seus projetos e racionalidades, determina. Nesse sentido, o autor, por nós privilegiado, é Antonio Gramsci.O presente esforço consiste em uma interpretação do momento atual baseado na atualização de categorias, sobretudo as de crise orgânica, revolução passiva e hegemonia, visando o resgate da perspectiva da luta de classes e da validade analítico-estratégica da filosofia da práxis (pretensamente superada por parte expressiva do debate vigente a respeito das mutações contemporâneas das formas de organização da vida estatal).

[1] "A hipótese da neutralidade (do progresso técnico) aparece de imediato, não como o resultado de um estudo das características 'reais'do progresso técnico, mas como uma condição necessária à construção de modelos (utópicos) de crescimento equilibrado" (Magaline, idem, p. 156).

1. A Problemática das Forças Produtivas em Habermas.

Em primeiro lugar, gostaríamos de esclarecer algumas noções a respeito de dois conceitos centrais para o desenvolvimento do presente trabalho: o conceito de **forças produtivas** e o conceito de **economicismo**. Optamos por uma forma de exposição centrada na polêmica com um autor, especificamente, cuja produção intelectual tem, em grande medida, sustentado o debate dominante - em sua modalidade crise da sociedade do trabalho, vale lembrar - sobre a crise contemporânea: o filósofo alemão Jürgen Habermas. Sua obra, complexa e multifacetada, exerce evidentes impactos sobre o debate acadêmico em geral. Referimo-nos a ela, logo de início, não no intuito, obviamente, de cumprirmos com uma obrigação de cunho acadêmico, mas sim, objetivando introduzir de forma crítica os fundamentos sobre os quais opera, em grande medida, o debate dominante. Bases essas, a nosso ver, assentadas no terreno do reducionismo tipicamente economicista.

A contraposição flagrante em relação às análises desse tipo - que desenvolveremos com mais sistematicidade na primeira parte dessa dissertação - permeia todos os momentos de nosso esforço teórico. Nada mais natural, portanto, que iniciemos as aproximações ao nexo crise contemporânea-reestruturação produtiva, pela crítica teórico-política às formulações do filósofo alemão. Ao longo dessa introdução, defenderemos a hipótese segundo a qual o suporte filosófico conferido por Habermas ao debate sobre a crise da sociedade do trabalho, funda-se em uma apreensão reducionista da **problemática** de Marx, assim como suas apreciações políticas, desdobramentos causais de seus aporte teórico, operam um obscurecimento da historicidade marcadamente crítica do momento presente.

1.A- Da Autonomia da Razão à Crise do Trabalho.

Partiremos das ponderações críticas de Habermas às formulações de Marcuse a respeito da categoria de **racionalização**[1]. Segundo o entendimento crítico de Marcuse, a racionalização não pode corresponder à **racionalidade**, mas sim a uma determinada forma de **dominação.** Tal forma de racionalidade, aquilo que Weber designou por racionalização, implicaria em uma dominação aguda tanto sobre os "homens" quanto sobre a "natureza". Habermas, comentando o conjunto de apontamento críticos de Marcuse a Weber, sintetiza:

> "A ação racional dirigida a fins é, segundo a sua própria estrutura, exercício de controles. Por conseguinte, a 'racionalização' das relações vitais segundo critérios desta racionalidade equivale à institucionalização de uma dominação que, enquanto política, se torna irreconhecível: a razão técnica de um sistema social de ação racional dirigida a fins não abandona o seu conteúdo político". (1987c , p.46).

Para Marcuse, efetivamente, o conceito de razão técnica já é, em si mesmo, entendido enquanto uma determinada ideologia. A dominação metódica, científica, calculada, sobre o homem e a natureza, estaria indissoluvelmente atada aos interesses dominantes, inserindo-se na construção mesma do aparato técnico. A "racionalidade" da dominação encontra-se expressa na manutenção de um dado sistema que converteria o **incremento das forças produtivas** em fundamento de sua própria legitimidade. Acompanhando o raciocínio de Marcuse, teríamos que, e tal fato é realçado por Habermas (1987c), a **novidade do momento presente**

---

[1] A categoria de **racionalização** formulada por Max Weber, conceito central de todo seu construto teórico e que pode ser melhor apreciada no clássico **A Ética Prostestante e o Espírito do Capitalismo**, busca apreender o processo inerente à **modernidade** segundo o qual, progressivamente, mais e mais esferas sociais subordinam-se aos critérios do cálculo e das decisões racionais. Weber também se refere a esse processo enquanto "desencantamento do mundo".

radicaria na conversão das forças produtivas contemporâneas, de uma outrora posição centrada no esclarecimento político ligado ao fundamento da crítica às relações de produção vigentes, em fonte de legitimação dessas mesmas relações.

A hipótese segundo a qual as relações de produção dominantes podem ser medidas pelo "potencial revolucionário" das forças produtivas (hipótese essa extraída do "jovem" Marx), estaria se tornando obsoleta frente ao fato de que as relações de produção contemporâneas apresentam-se na forma de organização **tecnicamente necessária** de uma sociedade racionalizada. De fato, a racionalidade em Marcuse é apresentada sob a forma de uma **razão limitadora** das potencialidades encerradas na atividade propriamente humana. Habermas, comentando as posições de Marcuse, dirá:

> "O método científico, que levava sempre a uma dominação cada vez mais eficaz da natureza, proporcionou depois também os conceitos puros e os instrumentos para uma dominação cada vez mais eficiente do homem sobre os homens, através da dominação da natureza... Hoje, **a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia**; e esta proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que assume em si todas as esferas da cultura" (1987c, p.49; grifos nossos).[1]

Segundo Habermas, Marcurse converte o "conteúdo político da razão técnica" em ponto de partida analítico do desenvolvimento de uma teoria do capitalismo tardio, ou seja, um modo de produção no qual a regulação estatal e a cientificização da produção desempenhassem um papel **determinante**. Nesse caso, Marcuse fundiria técnica e dominação, chegando ao ponto de propor a criação de uma "nova ciência" como

[1] A falta de liberdade humana surgiria da subordinação ao aparato técnico-burocrático que intensifica a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que fortalece a racionalidade da dominação.

condição prévia de um suposto projeto emancipador em relação aos imperativos expressos pela evolução técnica. A crítica de Habermas a Marcuse nos parece bastante evidente:

> "Se, pois, se tem presente que a evolução técnica obedece a uma lógica que corresponde à estrutura da ação racional teleológica e controlada pelo êxito - e isto significa: à estrutura do **trabalho** - então, não se vê como poderíamos renunciar à técnica, isto é, a **nossa** técnica, substituindo-a por uma qualitativamente distinta, enquanto não se modificar a organização da natureza humana e enquanto houvermos de manter a nossa vida por meio do trabalho social e com a ajuda dos meios que substituem o trabalho" (1987c, p.52)..

Na realidade, Marcuse estaria buscando uma **atitude alternativa** em relação à natureza (tomada como **objeto**) enquanto Habermas, pelo contrário, tenderia a considerá-la um interlocutor passível de interação: "Em vez da natureza explorada, podemos buscar a natureza fraternal" (Habermas,1987 p.53). Se Marcuse identifica uma **dupla função** do progresso técnico entendido como força produtiva e ideologia, segundo o embasamento ontológico de uma natureza-objeto, Habermas partirá de uma distinção fundamental- e que sustenta sua reformulação do conceito weberiano de **racionalização**-, entre trabalho e interação:

> "Seja como for, as realizações da técnica que, como tais, são irrenunciáveis, não poderiam ser substituidas por uma natureza que abre os olhos. A alternativa à técnica existente, **o projeto de uma natureza como interlocutor em vez de objeto,** refere-se a uma estrutura alternativa da ação à interação simbolicamente mediada, que é diferente da ação racional teleológica. Mas isso quer dizer que os dois projetos são projeções do trabalho e da linguagem, projetos, pois, do **gênero humano na sua totalidade**, e não de uma época singular, de uma classe determinada ou de uma situação ultrapassável. (...) Assim como não é admissível a idéia de uma nova técnica, também não pode pensar-se de um modo consequente a idéia de uma nova ciência obrigada a

> manter a atitude de uma possível disposição técnica: tal como para a sua função, assim também **para o progresso científico-técnico em geral, não existe substituto algum que seria 'mais humano'"** (Habermas, 1987c, p.53).

A distinção entre trabalho e interação em Habermas[1] acaba por definir o trabalho em duas dimensões: de um lado, temos a **ação instrumental** orientada por regras técnicas, apoiadas, por sua vez, em um saber empírico; de outro, temos a **escolha racional** determinada por estratégias fundamentadas em um saber analítico. Tal escolha depende, por sua vez, de uma correta valoração das possíveis alternativas de comportamento, só alcançada a partir de uma dedução feita segundo o auxílio das máximas. A problemática do **poder político** situa-se, nesse esquema de análise, nos marcos da racionalidade comunicativa, portanto, interativa, e reduzida ao âmbito normativo de comportamentos convencionais. A oposição é clara entre as regras que orientam a **ação individual**: as normas sociais fundadas em uma intersubjetividade partilhada, não se confundem com as regras técnicas. A face da emancipação, da individuação, da extensão da comunicação isenta; distancia-se do incremento das forças produtivas, assim como, do aumento do domínio tecnológico.

Partindo dessa arquitetura dos conceitos, Habermas pode avançar suas apreciações a respeito do chamado **capitalismo tardio**:

> "Desde o último quarto do século XIX, fazem-se notar nos países capitalistas avançados **duas tendências evolutivas**: 1) um incremento da atividade intervencionista do Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema e, 2) **uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva.** Ambas as tendências destroem aquela constelação de marco institucional e subsistemas de

[1] Cf., para maiores detalhes, Habermas (1987c).

> ação racional dirigida a fins, pela qual se caracteriza o capitalismo de tipo liberal" (1987c, p.68; grifos nossos).

A tão propalada **crise da sociedade do trabalho,** radicaria exatamente nesse processo de **cientifização da técnica:**

> "Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema. Entretanto, a investigação industrial associa-se a uma investigação nascida dos encargos do Estado, que fomenta em primeiro lugar o progresso técnico e científico no campo militar. Daí as informações refluem para as esferas da produção civil de bens. Deste modo, a ciência e a técnica transformam-se na **primeira força produtiva** e caem assim as condições de aplicação da teoria marxista do valor-trabalho. Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o **progresso técnico se tornou uma fonte independente de mais-valia** frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância" (Habermas, 1987c, pp 72-73).

As forças produtivas não mais dependeriam de homens produzindo socialmente mas sim, do potencial progressivo da técnica. Desse modo, devemos ter claro que a institucionalização do **progresso técnico deslocou o trabalho para um segundo plano** na consciência dos homens e nos processos materiais. Os "interesses sociais" continuariam a determinar a "velocidade" do progresso técnico, mas nunca sua **natureza**, visto que, tais interesses definiriam de tal modo o "sistema social como um todo", que fatalmente acabam por coincidir com os interesses pela "manutenção do sistema": "Como variável independente, aparece então um **progresso quase autônomo da ciência e da técnica,** do qual depende de fato a outra variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento econômico" (Habermas, 1987c, p.73).

Dadas, portanto, as duas grandes tendências evolutivas acima referidas, quais sejam, o incremento da regulação estatal e a transformação da ciência em primeira força produtiva, o capitalismo teria se modificado de tal maneira que a categoria luta de classes perde completamente a sua vigência[1]. Quanto a esse tópico, Habermas pretende demonstrar o alcance de sua formulação:

> "Se fosse necessário confirmar-se a relativização do campo de aplicação do conceito de ideologia e da teoria das classes, também o enquadramento categorial em que Marx desenvolveu **os pressupostos fundamentais do materialismo histórico** - necessistaria de uma nova formulação. A **conexão de forças produtivas e relações de produção** deveria ser substituída pela relação mais abstrata de trabalho e interação. As relações de produção designam um nível em que o marco institucional esteve ancorado, mas só durante a fase do desenvolvimento do capitalismo liberal - não antes, nem depois. Por outro lado, **as forças produtivas**, em que se acumulam os processos de aprendizagem organizados nos subsistemas de ação instrumental, **foram certamente desde o princípio o motor da evolução social,** mas parece que, em sentido contrário ao da suposição de Marx, não representam em todas as circunstâncias, um potencial de libertação nem provocam movimentos emancipadores - de qualquer modo, deixam de os provocar desde que o incremento incessante das forças produtivas se tornou dependente de um progresso técnico-científico, o qual assume também funções legitimadoras da dominação. Tenho a suspeita de que o sistema de referência desenvolvido em termos da relação análoga , mas mais geral, de marco institucional (interação) e subsistemas da ação racional dirigida a fins ('trabalho' no sentido amplo da ação instrumental e estratégica) se revela mais

[1] Naquilo que concerne particularmente ao marco de intervenção da regulação estatal, a idéia, há muito conhecida, seria a de que a estratégia "welfare" do Estado burguês pacificaria o conflito classista: "O sistema do capitalismo tardio está a tal ponto determinado por uma política de compensações que assegura a lealdade das massas dependentes do trabalho..." (Habermas, 1987c, p.76).

> adequada para reconstruir o limiar sócio-cultural da história da espécie" (1987c, p.83; grifos nossos).

Evidentemente, se acompanharmos tal linha de raciocínio, a "consciência" do progresso técnico opõe-se à ideologia produtivista, na medida em que o **processo de racionalização**- encarnado particularmente na técnica e na ciência e tomado como forma de consciência tecnocrática imperante-, assume o "valor posicional" de uma ideologia que substitui as proposições valorativas estritamente burguesas. **A evolução humana encontra-se determinada por um crescente poder de disposição técnica sobre as condições de existência exteriores**. Tal correlação ascensional da racionalização, alheia à dominância das relações assimétricas de subordinação historicamente determinadas, aponta para uma abordagem de processos contemporâneos absolutamente autônomos em relação à correlação das forças sociais em presença. As modificações mesmas do marco institucional, tão caras a Habermas e outros, acabam por derivar, mediata ou imediatamente, do incremento tecnológico. A verdade é que a mudança social deve advir do convencimento público, já que, na esfera sistêmica, não há mais o que fazer:

> "Ao nível dos subsistemas de ação racional dirigida a fins, o progresso científico e técnico forçou já uma reorganização das instituições e de determinados setores sociais, e parece exigí-la em maior escala. Mas esse processo de desdobramento das forças produtivas só pode constituir um potencial de libertação se não substituir a racionalização no outro nível. A **racionalização ao nível do marco institucional** só pode levar-se a cabo no meio da interação linguisticamente mediada, a saber, pela destruição das restrições da comunicação" (Habermas, 1987c, p.88).

A problemática envolvendo a definição do caráter e da natureza daquilo que podemos designar por grau de desenvolvimento das forças

produtivas expressa-se de uma maneira extremamente **reducionista** em Habermas[1]. Este ponto de discussão nos remete às considerações de Habermas sobre o "esgotamento das energias utópicas", entre as quais figura destacadamente, o projeto revolucionário. Frente a constatação, até um certo ponto corriqueira, de que, nos dias de hoje, os apelos utópicos ou transcendentes de construção de um mundo novo e justo, o socialismo ou o que quer que seja, parecem ter esgotado suas possibilidades de convencimento; como se tais chamados tivessem "se retirado do pensamento histórico", Habermas conclui que o fim de uma determinada utopia apontaria, inequivocamente, para o esgotamento das potencialidades do tipo de sociedade que teria suportado tal projeto, isto é, a sociedade do trabalho:

> "A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva - e isso não apenas porque **as forças produtivas perderam sua inocência** ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato"(1987a, p.106; grifos nossos).

Os crescentes custos salariais e encargos trabalhistas aumentariam a tendência para pesados investimentos em **racionalização**, a qual, sob o signo da "revolução microeletrônica", intensificaria a produtividade do trabalho e diminuiria o tempo de trabalho socialmente

---

[1] Em nossa opinião, a expressão mais clara do **reducionismo de Habermas frente à problemática das forças produtivas,** encontra-se na questão da **ambivalência** indeterminante da técnica: "A energia nuclear, a tecnologia de armamentos e o avanço no espaço, a pesquisa genética e a intervenção da biotecnologia no comportamento humano, a elaboração de informação, o processamento de dados e os novos meios de comunicação são técnicas de consequências **intrinsecamente ambivalentes.**E quanto mais complexos se tornam os sistemas necessitados de controle, tanto maiores as probabilidades de efeitos colaterais disfuncionais. Nós percebemos diariamente que as forças produtivas transformam-se em forças destrutivas e que a capacidade de planejamento transforma-se em potencial desagregador" (Habermas, 1987a, p.105; grifos nossos).

necessário para a reprodução da força de trabalho a tal ponto, que o trabalho, a despeito das lutas históricas pela regulamentação e redução da jornada de trabalho, estaria se tornando cada dia mais "ocioso", portanto, desnecessário. Em vista desse "fato", a sociedade entraria em uma crise profunda e **radicalmente distinta** das crises anteriores, e seríamos obrigados a concluir pela hipótese de que: "as condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade" (Habermas, 1987a, p.107). A partir da dissolução tendencial da sociedade do trabalho e da superação **necessária** do "envelhecido e obsoleto paradigma produtivo", também a estratégia "welfare" do Estado burguês acaba num dilema sem solução, quando inscrita no marco das "velhas" utopias.[1]

1.B- O Estatuto do Conceito de Forças Produtivas em Marx.

Durante toda essa exposição, deparamo-nos com um dado estatuto conceitual de forças produtivas **atribuido** a Marx; estatuto esse, cujo entendimento expressa a valoração **positiva** do incremento das forças produtivas como meio através do qual, o homem logra efetivar-se, ao mesmo tempo em que se libertaria, progressivamente, dos limites impostos pela natureza. Afinal de contas, as forças produtivas representam a possibilidade do homem emancipar-se racionalmente da natureza:

---

[1] "O projeto de estado social voltado para si mesmo despede-se da utopia de uma sociedade do trabalho. Esta orienta-se pelo contraste do trabalho vivo e do trabalho morto, pela idéia de auto-atividade. Para isso, ela certamente precisou pressupor as formas subculturais de vida dos trabalhadores industriais como uma fonte de solidariedade. Ela precisou pressupor que relações de cooperação no interior de fábrica até mesmo reforçariam a naturalmente estabelecida solidariedade da subcultura dos trabalhadores. Mas essas relações de cooperação têm se desagregado tanto quanto possível nesse meio tempo; e é de certa maneira duvidoso que sua capacidade de instituir solidariedade no emprego possa ser restaurada" (Habermas, 1987a, p.114).

> "Nas utopias da ordem, as dimensões da felicidade e da emancipação confluíram com aquelas do incremento do poder e da produção da riqueza social. Os projetos de formas de vida racionais acabaram em uma simbiose ilusória entre o controle racional da natureza e a mobilização das energias sociais. A razão instrumental desencadeada no interior das forças produtivas, a razão funcionalista desenvolvidas nas capacidades de organizar e planejar deveria preparar o caminho para vidas dignas do homem, igualitárias e, ao mesmo tempo libertárias" (Habermas, 1987a, p.114; grifos nossos).

A questão é que Habermas, a exemplo de outros autores como Gorz e Kurz, opera efetivamente com a categoria de forças produtivas, sem se dar conta que o conceito, em Marx, não pode ser tomado como um "dado", mas enquanto uma **problemática**. A **atribuição** de uma valoração **positiva** encerrada na questão do desdobramento das pretensas potencialidades "emancipatórias" das forças produtivas- e que efetivamente se encontra presente em textos de juventude de Marx, mais particularmente na **Ideologia Alemã, Manifesto do Partido Comunista** e no "Prefácio" de 1859-, só é possível, às custas de um enorme **reducionismo de problemática**. De fato, entre os conceitos gerais de síntese em Marx, talvez o que ofereça maiores dificuldades interpretativas em sua aparente simplicidade, seja o conceito de forças produtividades, ou, mais precisamente, o de grau de desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Balibar:

> "(...) O enunciado mesmo do conceito sugere imediatamente duas consequências, que são fontes de equívocos fundamentais a respeito da teoria de Marx, reconhecendo que não são fáceis de evitar; antes de tudo, ao falar de 'forças' produtivas, de 'forças' de produção, sugere-se de imediato a possibilidade de uma **enumeração**: 'as forças produtivas são: a população, as máquinas, a ciência, etc.'; por sua vez, sugere-se que o 'progresso' das forças produtivas pode revestir o aspecto de um progresso acumulativo, de uma adição de novas forças produtivas ou da

> substituição de **algumas** delas por outras mais 'potentes' (a ferramenta do artesão pela máquina). Então, se vê levado a uma interpretação do 'nível' ou do 'grau de desenvolvimento' tanto mais tentadora quanto parece implicada nas próprias palavras: trata-se de um **desenvolvimento** linear e acumulativo, de uma continuidade quase biológica" (Balibar, 1980, p.256).

Da maneira como podemos apreender a análise de Marx contida em **O Capital,** o conceito de forças produtivas nada tem a ver com enumerações de "dados", quer **a ciência** ("primeira" força produtiva para Habermas), quer **o trabalho**. As forças produtivas não são **dados,** passíveis de hierarquização ou substituição, mas sim, uma relação de determinado tipo no interior do modo de produção, quer dizer, são também uma relação de produção, mais especificamente, uma **relação de apropriação real** (Balibar, 1980). Em vista disso, o aspecto mais interessante a ser destacado a respeito das forças produtivas não é, de forma alguma, sua enumeração e substituição, **a força de trabalho pela ciência** enquanto "primeira" força produtiva, como quer Habermas; mas sim a processualidade contraditória de seu desenvolvimento, visto tal processualidade encontrar-se diretamente vinculada à natureza das relações de produção vigentes e à estrutura do modo de produção:

> "O que Marx demonstrou, especialmente em **O Capital** e ao que aludem as célebres frases do **Manifesto**, não é que o capitalismo tenha **liberado** o desenvolvimento das forças produtivas, pela primeira vez e para sempre, mas sim que o capitalismo impôs às forças produtivas um **tipo de desenvolvimento** determinado cujo ritmo, cujo aspecto, o são próprios, ditados pela forma do processo de acumulação capitalista" (Balibar, 1980, p.257)[1].

[1] A demonstração da tese de que, em Marx, as forças produtivas são, na verdade, relações de apropriação real só é possível a partir de uma análise centrada nos capítulos de **O Capital** destinados aos métodos de formação da mais-valia relativa, ou seja, consagrados à passagem da cooperação à manufatura e a grande indústria, com seu sistema integrado de máquinas, bem como ao estudo do processo de trabalho sob o

A perspectiva teórica que faz das forças produtivas elementos isolados passíveis de enumeração e substituição conforme o estágio de seu desenvolvimento, parte do suposto de que as forças produtivas são classificáveis em subsistemas remetidos ao **trabalho** ou aos meios "objetivos", quer sejam máquinas, quer seja a racionalidade científica. Conforme se acentue um ou outro desses subsistemas:

> "(...) A concepção enumerativa das forças produtivas desembocará ou numa filosofia materialista empírica (os 'meios materiais de produção são, em última instância, o motor da história), ou numa filosofia antropológico-humanista (o 'trabalho humano' é, sempre em última instância, o motor da história). Tanto num caso como noutro, temos uma filosofia fundada numa teorização das forças produtivas **em si**, independente das relações sociais históricas no seio das quais tais 'forças produtivas' funcionam" (Magaline, 1977, p.25).

Daí o equívoco teórico de alguns críticos marxistas e pós-marxistas que se contentam em reformular a definição das forças produtivas para, então, fazer aparecer em **primeiro plano**, já não as **relações contraditórias de apropriação real**, mas simplesmente "o trabalho humano" ou, como quer Habermas, "a ciência". A concepção habermasiana que transforma as ciências em "primeira força produtiva", pressupõe a possibilidade de se considerar o incremento do desenvolvimento científico-tecnológico como o motor relativamente autônomo do movimento histórico. Na verdade, o que estamos questionando no momento é o próprio princípio de uma teorização **em si** da natureza das forças produtivas e dos mecanismo de seu desenvolvimento. Tal princípio, em nossa opinião, encontra sua origem

---

capitalismo, vale dizer, a emergência e consolidação do processo de subordinação real do trabalho ao capital. Em nosso entendimento, a verificação de tal tese foi levada a bom termo por Balibar (1980) e Magaline (1977).

naquilo que Marx denominou "fetichismo do capital", e cujo mecanismo logra apresentar as formas historicamente determinadas do desenvolvimento da produtividade (do trabalho), enquanto um conjunto heteróclito de elementos **em si**, sejam eles máquinas, a ciência ou a formação do trabalhador.

Uma discussão responsável sobre o estatuto do conceito de forças produtivas tomado enquanto uma **problemática** em Marx, exige uma verificação do texto que maiores transtornos causou a uma avaliação precisa e anti-mecanicista do conceito, ou seja, o texto do "Prefácio" de 1859. A tese de Magaline (1977) sustenta que Marx no "Prefácio", reconduz o conjunto do movimento histórico ao desenvolvimento das forças produtivas. De fato, se formos verificar a letra de Marx:

> "Os homens estabelecem (...) relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (...). Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes que (...) de formas de desenvolvimento das forças produtivas (...) transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera mais ou menos rapidamente toda a imensa superestrutura" (1973, pp.28-9).

Realmente, se ficássemos limitados aos textos de juventude de Marx, todos os críticos pós-marxistas, de Habermas a Lipietz, assim como os teóricos estalinistas ou neoestalinistas, de Moscovici a Marachow, passando por Boccara e outros; estariam corretos em suas avaliações. É exatamente por esse motivo que devemos situar a questão do estatuto teórico do "Prefácio" de 1859 em relação à **Ideologia** e ao **Capital**. Em primeiro lugar, no que se refere à obra **A Ideologia Alemã**, o "Prefácio" somente reproduz suas categorias fundamentais sob uma nova designação conceitual. Na **Ideologia**, o "desenvolvimento das forças produtivas" nomeia o desenvolvimento das "potencialidades essenciais do homem", ou

seja, a manifestação **de si** do indivíduo, vale dizer, a expressão da liberdade humana frente aos imperativos naturais. Tal desenvolvimento não precisa ser explicado, visto constituir o primeiro "dado" filosófico.[1]

A problemática efetivamente elaborada por Marx no decorrer da análise do modo de produção capitalista, a nosso ver, rompe decisivamente com tal concepção ao introduzir os conceitos de **relações de produção** e **reprodução** que, além de permitir uma análise científica das condições materiais e sociais da produção, faz surgirem as condições materiais e sociais da produção, simultaneamente, enquanto condição e resultado histórico do processo de produção. Tentar apreender de uma maneira sistemática tal **ruptura de problemática**, obriga-nos a abandonar radicalmente a aparente autonomia do desenvolvimento das forças produtivas, subordinando-o, tal como fez Marx em sua análise da revolução industrial, à dominância das relações de produção.[2]

Nesse sentido, o processo de tranformação das forças produtivas sob a dominância das relações capitalistas de produção não se constitui em processo localizado e datado, passível de superação juntamente com a revolução industrial do século passado, mas um processo que se reproduz sem cessar no curso do desenvolvimento histórico. Na verdade, e contrariamente ao pretendido por Habermas, a análise de Marx não pode ser reduzida ao estudo de um determinado momento histórico, isto é, o da revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, exatamente porque essa nos

---

[1] Nas palavras de Magaline: "Face ao progresso das forças produtivas, Marx faz aparecer, neste texto (**A Ideologia Alemã**), as 'formas de troca' ou 'modos de troca', constitutivos da 'sociedade civil', que funcionam ora como 'formas de desenvolvimento', ora como 'entraves' do progresso, e que não constituem objeto de nenhuma análise real. A passagem seguinte resume bastante bem a concepção do movimento histórico que era a de Marx e Engels em 1845-1846: 'Segundo a nossa concepção, todos os conflitos na história tem a sua origem na contradição entre as forças produtivas e os modos de troca" (1977, p.48).

[2] "O conjunto das transformações técnicas e sociais que os historiadores habitualmente designam pela expressão 'revolução industrial' aparece, na análise de **O Capital**, como o produto da dominação da relação capital/trabalho assalariado sobre o processo de produção e reprodução, como o efeito daquilo que Marx chama noutro lado a 'subordinação real' do trabalho ao capital" (Magaline, 1977, p.50).

permite caracterizar fundamentalmente, as tendências de transformação das forças produtivas sob a dominância das relações capitalistas de produção, traduzida em termos das formas de organização do processo de trabalho, da questão da divisão técnica do trabalho, da diferenciação das tarefas no cerne do trabalhador coletivo, da concentração das funções intelectuais e de controle nas mãos dos agentes do capital, das alterações dos instrumentos de trabalho e do desenvolvimento correlativo de novas forças motrizes e matérias-primas, entre outras...[1]

Sempre na perspectiva de análise desenvolvida por Marx em **O Capital**, a substituição do instrumento pelo sistema automático de máquinas, a conhecida passagem a grande indústria, fato esse que separa definitivamente o produtor do conjunto das condições materiais e intelectuais do processo de trabalho, permite a utilização produtiva, sob o estrito controle do capitalista e de seus agentes, dos resultados do progresso técnico:

> "Aqui, já não é a força de trabalho mas o **meio de trabalho** que constitui o ponto de partida da revolução das forças produtivas. No entanto, isto não significa de modo nenhum que a 'passagem à grande indústria' tenha por ponto de partida uma transformação autônoma dos meios de trabalho e da tecnologia que a ele anda associada. Isto significa tão somente que o meio de trabalho se torna, nesse momento do processo, o objetivo principal da revolucionarização das forças produtivas. Com efeito, não somente o desenvolvimento do maquinismo se encontra condicionado pela anterior transformação da organização do processo de trabalho, como também ele próprio surge, na análise que dele faz Marx, como a consequência da dominação das relações de produção capitalistas sobre o processo de produção" (Magaline, 1977, p.52).

---

[1] "Em toda essa análise (de Marx em **O Capital**), as formas de organização do trabalhador coletivo aparecem como o 'elo decisivo' da transformação do sistema das forças produtivas sob a dominação das relações de produção capitalistas" (Magaline, 1977, p.51).

Efetivamente, quando falamos no Marx de **O Capital**, é preciso não esquecer de sua proposição fundamental, segundo a qual, as relações de produção capitalistas dissimulam-se por detrás de uma **aparência** técnica, ou seja, da relação entre o trabalhador e a máquina. Nesse sentido, as forças produtivas são determinadas em sua **natureza** e **tipo de desenvolvimento** pelas relações de produção vigentes, assim como pela **luta de classes** que tais relações condicionam. Tal determinação remete-se, em diferentes graus, ao **conjunto** do sistema das forças produtivas (de fato, não há, nesse sistema contraditório, elemento que seja **em si** dominante), e não, por exemplo, a um de seus elementos tomado isoladamente, como parece ser o caso da fórmula "ciência como primeira força produtiva" encontrada em Habermas.[1]

As análises de Marx apontam, ao contrário, para um processo de materialização das relações de produção no interior de um sistema de forças determinado, e onde, o grau dessa materialização indica o índice do grau de dominação das relações de produção, isto é, da classe portadora de tais relações sobre o processo de produção. O capital é, ele próprio, força produtiva enquanto relação de produção materializada, personificando o conjunto do sistema de forças produtivas da sociedade, inclusive a ciência. Se o sistema de forças produtivas constitui a materialização de relações de produção contraditórias, ele próprio deve ser entendido como um sistema contraditório, desenvolvendo-se segundo uma processualidade contraditória. O conceito de forças produtivas designa, em princípio, as relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas, na medida em que tais relações intervêm de maneira **eficaz** na

---

[1] "De qualquer modo, a análise da cooperação simples e da manufatura mostra que o problema da dominância deste ou daquele 'elemento' no seio do sistema das forças produtivas não deve ser colocado a partir de uma análise do processo de trabalho em si, mas a partir de uma análise das relações de produção e das condições historicamente determinadas de sua produção" (Magaline, 1977, p.56).

apropriação social da natureza. Obviamente, o fato dessas relações materializarem-se no sistema de forças produtivas, não elimina sua **eficácia própria** em relação às demais instâncias, quer seja ideológica, política, filosófica... Finalmente, tal conceito também encerra **efeitos próprios** capazes de , por um lado, dissimular as relações de produção que se "escondem" por detrás de relações aparentemente técnicas e, complementarmente, reforçar tais relações.

1.C- Crise do Trabalho ou Influxo da Revolução?

Outro contraponto crítico que gostaríamos de levantar em relação às formulações de Habermas, mas que, na verdade, encontra-se indissoluvelmente vinculado à problemática do trato reducionista dispensado por esse autor ao conceito de forças produtivas, remete-se à dimensão propriamente **política** de suas teses. Habermas sustenta que esgotamento das energias utópicas, dentre as quais figura destacadamente o influxo do projeto socialista/revolucionário tomado como alternativa ao capitalismo, é produto do solapamento das bases sociais e materiais que teriam suportado o projeto de uma **sociedade do trabalho**. A "utopia" de uma sociedade desse tipo teria perdido seu ponto de referência na realidade, qual seja, a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Em última instância, a "racionalização" progressiva encarnada na revolução relativamente autônoma das forças produtivas tornaria o trabalho desnecessário, questionando na raiz as possibilidades do projeto revolucionário.

Pretendemos ter discutido a problemática das forças produtivas e a crítica possível a este conceito em Habermas. Faz-se agora necessário contrapor à tese da **crise do trabalho e seu projeto**, a tese da **derrota histórico-política do projeto revolucionário**, dada uma historicidade marcada por uma correlação de forças desfavorável à consolidação da

alternativa socialista ao capitalismo. Partimos do suposto de que as derrotas histórico-políticas em importantes países com grandes movimentos revolucionários foram os fatores determinantes dos desdobramentos claramente adversos à difusão da utopia socialista nos marcos históricos contemporâneos. O retrocesso da alternativa revolucionária ao capitalismo foi, segundo o ponto de vista das lutas de classes, cumulativo e gerador de uma verdadeira "onda", vinda principalmente dos grandes centros revolucinários no sentido dos grupos periféricos. As derrotas histórico-políticas do projeto socialista referem-se à **destruição física** de um grande movimento de massas em centros de atividade revolucionária, cujos desdobramentos determinaram os rumos assumidos durante o período que vai do pós-guerra até meados dos anos 70. Na verdade, entre o início da década de 1960 até a segunda metade dos 70:

> "(...) Os movimentos revolucionários-chave sofreram derrotas históricas, que tiveram consequências importantes na criação de uma cadeia de eventos que acabaram por isolar e derrotar a maré crescente da esquerda revolucionária posterior à Segunda Guerra Mundial. Ainda estamos vivendo os efeitos dessas derrotas" (Petras, 1995, p.19).

Para citar alguns exemplos, já em 1961, o Congo Belga foi vítima de um feroz intervenção ocidental no qual o movimento nacional revolucionário liderado por Patrice Lumumba foi desmembrado e toda sua liderança exterminada, destruindo, assim, o mais importante movimento socialista de uma região estratégica e rica em recursos naturais no Centro-Sul africano. Na América Latina, a onda revolucionária que se seguiu à Revolução Cubana foi barrada por uma série de golpes militares apoiados pelo imperialismo norte-americano. Em 1964, no Brasil;em 1971, na Bolívia; em 1973, no Chile; em 1974 no Uruguai; em 1976, na Argentina; uma série de massacres sangrentos destruíram os movimentos populares de massas, assassinando e dispersando centenas de milhares de ativistas,

bem como, dizimando os partidos e facções revolucionárias. Tais regimes, de fato aniquilaram fisicamente setores substanciais dos movimentos locais e que constituíam a espinha dorsal do projeto revolucionário. Particularmente na Argentina, Uruguai, Chile e Guatemala, o terrorismo estatal sistemático, maciço e avassalador desarticulou as organizações de massa, ao mesmo tempo em que passivizou as lideranças eleitorais outrora esquerdistas. Na Indonésia, em 1965, cerca de um milhão e meio de comunistas. sindicalistas e camponeses foram assassinados em decorrência também de um golpe militar apoiado pelos EUA, destruindo, dessa forma, o terceiro maior partido comunista do mundo.

No continente europeu, por sua vez, o projeto revolucionário apresenta-se de forma contundente no **Maio de 68** francês, no chamado **Outono Quente** (1969) italiano, bem como movimentos semelhantes na Alemanha, Inglaterra, Portugal e outros. A onda revolucionária também alcançou os EUA onde o presidente Lyndon Johnson retirou-se da campanha presidencial, por conta do fracasso da investida imperialista no Vietnã, sem falar nos movimentos feministas e dos negros que "cerraram fileiras"ao lado da luta anti-capitalista levada a cabo pelo movimento pacifista norte-americano. Em alcance, o projeto revolucionário nesses países abarcava um amplo espectro de forças sociais que ia da juventude estudantil radicalizada a operários recém-sindicalizados. Contudo, o que essas lutas ganharam em alcance e audácia devido a sua diversidade, perderam em termos de capacidade de conquistar e manter o poder:

> "Começando no final da década de 60 e continuando nos primeiros anos da década de 70, os movimentos (revolucionários na América do Norte e Europa) perderam o impulso em parte porque lhes faltava coesão ideológica e integridade organizacional: a facilidade com que os ativistas entravam nos movimentos só era comparável à facilidade com que os deixavam. A ideologia **espontaneísta**, a falta de raízes em comunidades definidas e o desdém pela construção institucional/organizacional levaram à dispersão das forças em organizações setoriais e ao

> crescimento de uma grande massa de **independentes** sem filiação. A esses defeitos e fraquezas somou-se a repressão estatal: a investida assassina aos Panteras Negras nos Estados Unidos, o ataque aos Berusfsverbot (desempregados) da Alemanha Ocidental e à ultraesquerda italiana" (Petras, 1995, p.25).

O conjunto de tais derrotas histórico-políticas, impactaram agudamente os vários países com grandes movimentos revolucionários ou regimes radicais que influenciavam a política do período para muito além de suas próprias fronteiras. Retomando os exemplos citados de início, no caso da Indonésia, a derrota levou a um enorme retrocesso. O Partido Comunista da Indonésia, depois do chinês, era o maior da Ásia. O resultado do massacre promovido pelo terror de Estado, implicou no isolamento dos movimentos revolucionários em países vizinhos como o Vietnã, a Tailândia, as Filipinas...Também na América Latina e África, a contra-revolução multiplicou suas iniciativas e sua força:

> "Em geral, a perda de centros revolucionários forneceu cabeças-de-ponte para desferir ataques contra-revolucionários por toda a região. Os Estados Unidos moveram-se do Brasil para o Chile, do Congo para Angola, da Indonésia para Timor. Além disso, mesmo nos lugares onde os países ocidentais **perderam**, como na Indochina, o regime indochinês enfrentou, em função da vitória revolucionária um ambiente regional hostil que contribui para seu isolamento e para o estrangulamento econômico da Revolução. Assim, durante a ascensão do final dos anos 50 e 60 - quando as vitórias anti-coloniais, o triunfo da Revolução Cubana e o avanço da Revolução Vietnamita estavam criando uma sensação mundial de impulso revolucionário -, derrotas cruciais esvaziaram as ondas sísmicas da luta revolucionária e anticolonialista em regiões-chave" (Petras, 1995, pp.20-1).

O que estamos querendo afirmar, na realidade, é que o declínio histórico do projeto revolucionário não ocorreu em função de nenhum processo inerente ao desenvolvimento e prosperidade capitalista e, muito

menos, em decorrência do solapamento das bases materiais de um projeto de sociedade centrado no poder estruturador do trabalho abstrato, dado o incremento da "racionalização" e do avanço do progresso técnico. O declínio das utopias revolucionárias não representa outra coisa, senão, o produto político, e que convergiu de várias maneiras, da superioridade estratégico-militar da contra-revolução, bem como do efeito conjunto da cooptação e exclusão política em escala mundial. Reflexo, portanto, de uma correlação de forças adversa, mas sempre passível de alterações, espetaculares ou não.

2- A Necessária Crítica ao Economicismo.

A idéia presente em Habermas (1987a e 1987c) de que a institucionalização do progresso técnico desloca o trabalho para um plano residual e que tal progresso constitui-se no motor relativamente autônomo da evolução social, deriva, inequivocamente, da subordinação da problemática d'**O Capital** às formulações encerradas n'**A Ideologia Alemã**, isto é, constitui-se no produto mais evidente de um tipo de **reducionismo economicista** fundante. Entre outros desdobramentos passíveis de análise, indicamos que tal reducionismo filosófico de Marx, acaba por **obscurecer** a historicidade, marcadamente reacionária, responsável pelo influxo das utopias revolucionárias, apreendidas por Habermas enquanto utopias próprias à sociedade do trabalho abstrato, e que hoje se esfacela. A nosso ver, o equívoco principal de Habermas radica no **economicismo.** Para desenvolvermos esse ponto é preciso dizer que nosso entendimento sobre o economicismo encontra-se fundamentalmente remetido às considerações formuladas por Gramsci nos **Cadernos** e, particularmente, ao item intitulado "Alguns Aspectos Teóricos e Práticos do Economicismo" (MPE, pp. 31-40).

Nesse texto, Gramsci identifica a gênese do economicismo a partir da "contaminação superficial" da literatura de história econômica suscitada pela economia clássica inglesa com uma apreciação precária da filosofia da práxis. Gramsci propõe-se a analisar o economicismo, seus desdobramentos teóricos e prático-políticos, conforme duas das modalidades de sua materialização histórica durante o período tratado, quer dizer, o liberalismo, ou a forma economicista característica das classes dominantes, e o sindicalismo teórico, para o caso das classes subalternas. No exemplo do liberalismo, ou do movimento teórico pela livre troca, dirá Gramsci:

> "A formulação do movimento da livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fatual sociedade civil e política se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma "regulamentação" de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Pontanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes do Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional" (MPE, p.32).

O economicismo, importado para o campo das classes subalternas, como o exemplo do sindicalismo teórico vem a demonstrar, impede essas de se tornarem dominantes na medida em que obstaculiza o desenvolvimento para além do momento econômico-corporativo, ou seja, da fase de reprodução da sua condição própria de subalternidade, pura e simplesmente. Impede, portanto, a possibilidade de se transitar do terreno da manutenção de sua condição subalterna para o momento de hegemonia

ético-político na sociedade civil e dominante no Estado. No movimento da materialização do economicismo fundado pelo sindicalismo teórico a independência e a autonomia do grupo subalterno que esse diz exprimir ou representar são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante, pois

> "o sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo, justificando com algumas afirmações mutiladas, e por isso banalizadas da filosofia da práxis" (Gramsci, MPE, p.33).

A problemática central aqui referida é que, para Gramsci, o economicismo realiza a tarefa, a um só tempo, teórica e prática, de subordinar a filosofia das classes subalternas à racionalidade do grupo dominante, racionalidade essa que atende pelo nome de liberalismo. Caso essa formulação esteja correta, o economicismo deve ser interpretado como uma teoria que critica a possibilidade de movimentos práticos dotados de um projeto ou racionalidade classista emancipadora em fazerem-se história, ou seja, realizar sua visão de mundo.

Contudo, para que esse ponto torne-se mais claro, ainda vale a questão de se perguntar porque a autonomia do grupo subalterno, quando impregnado, pelo economicismo, é sacrificada? Respondendo a isso, Gramsci dirá que ou porque o problema fundamental da supressão da condição de subalternidade das massas nem ao menos é formulado como é o caso do fabianismo inglês, De Man e parte notável do laborismo; ou porque é apresentado sob formas incoerentes e ineficazes, caso das tendências revisionistas de caráter social-democrata em geral; ou porque defende-se o salto imediato do regime dos grupos ao "regime da perfeita igualdade e da economia sindical" (Gramsci).

A abordagem economicista traduz-se, nesse sentido, em uma atitude de estranhamento e oposição quando pensamos as expressões de vontade, ação e iniciativa histórica, política e intelectual, autônomas das classes subalternas no sentido de superar o estado corporativo e

conquistar sua hegemonia.[1] Contra a vontade emergente das massas na história, o economicismo afirma uma convicção férrea baseada na suposta existência de leis objetivas para o desenvolvimento histórico dotadas do mesmo caráter das leis naturais[2], acrescentada da persuasão de um finalismo fatalista semelhante ao fatalismo religioso.

Sempre trabalhando na perspectiva de resgatar a capacidade analítica e estratégica do marxismo em relação às tentativas de subordiná-lo ao pensamento e práticas dos grupos dominantes, Gramsci diz que, segundo sua versão economicista,

> "(...) A filosofia da práxis perde uma grande parte da sua expansividade cultural na esfera superior do grupo intelectual, tanto quanto adquire entre as massas populares e entre os intelectuais medianos, que não pretendem cansar o cérebro, mas pretendem parecer sabidíssimos, etc." (MPE, p.37).

---

1 "O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica"(Gramsci, MPE, p. 33).

2 "O economicismo faz do atual, do vigente, uma segunda 'natureza', uma pura continuidade, subordina tudo e todos a uma realidade já dada; mais ainda: recusa a possibilidade de intervenção das vontades na história. Ele é, mesmo quando aparece sob outras vestes, a forma mais perversa do positivismo. Foi a partir da ótica economicista presente na quase totalidade do pensamento da III Internacional que se tentou reduzir o marxismo a uma mera teologia e, assim, esterilizar sua capacidade revolucionária. (...) O economicismo procede por reduções. O conceito de formação social desaparece diante do conceito de modo de produção, que é tomado como uma abstração que tende a coincidir com o real. O modo de produção é reduzido à esfera do 'econômico'. Logo, reduz-se o conjunto das forças produtivas às relações de produção, vistas como base e motor da história. Um outro erro dessa visão é a redução das forças produtivas à tecnologia. Concluído esse círculo vicioso o marxismo está devidamente reduzido a um conjunto de dogmas. De redução em redução cai-se na famosa contradição Trabalho-Capital, tomada universal e abstratamente. Trata-se não de uma racionalidade classista, mas de uma abstração vazia, com o que caímos na mais brutal metafísica: as 'forças produtivas são a expressão da liberdade dos homens em relação às forças da natureza'. Todas as demais contradições parecem desaparecer em uma espécie de Triângulo das Bermudas. Este é um dos erros fundamentais do esquematismo economicista" (Dias, 1996, pp. 6-7).

Em síntese, o economicismo pode ser caracterizado pelo entendimento de que o fator econômico, separado do mundo político-legal, é apreendido e explicado a partir de interesses pessoais ou de um bloco histórico particular. O desenvolvimento econômico geral é subordinado à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho [1] determinando, assim, o movimento histórico. Combater o economicismo significa, não só criticar a historiografia econômica burguesa mas, também, a teoria e a prática política dela derivadas . Significa, em suma, combater também o marxismo que introduz o "mito do instrumento técnico" como aparato de análise . [2]

* * *

Informados por tal entendimento crítico das implicações teóricas e práticas do economicismo, assim como enunciado o estatuto do conceito de forças produtivas com o qual pretendemos trabalhar, passaremos a tratar da relação existente entre a crise atual e as alterações em curso no universo produtivo, nas duas grandes vertentes teóricas que tem balizado

---

1 O economicismo deve ser entendido como: "a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico e histórico depende imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção...A descoberta de novos combustíveis e de novas energias motrizes, assim como de novas matérias-primas, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina o movimento histórico, etc."(Gramsci, MPE, pp.35-36).

2 "Que importância deve ser atribuída ao "economicismo"no desenvolvimento dos métodos de investigação historiográfica, admitindo-se que o economicismo não pode ser confundido com a filosofia da práxis? Que um grupo de financistas que tem interesse em um país determinado possa guiar a política desse país, atrair a guerra ou finalizá-la é indubitável: contudo, a aceitação desse fato não é 'filosofia da práxis', é economicismo histórico, ou seja, é a afirmação de que 'imediatamente', 'ocasionalmente'os fatos são influenciados por determinados interesses de grupos, etc... Que o 'aroma do petróleo' possa provocar graves acontecimentos em um país é também certo, etc., não são, todavia, filosofia da práxis, inclusive podem ser aceitas e feitas por quem rechace **in toto** a filosofia da práxis. Pode-se dizer que o fator econômico (entendido no sentido imediato e judaico do economicismo histórico) não é mais que um dos tantos modos com que se apresenta o mais profundo processo histórico (fator raça, religião, etc.), porém, é esse processo mais profundo o que a filosofia da práxis quer explicar e precisamente por isso é uma filosofia, uma "antropologia', e não um simples dogma de investigação histórica" (Gramsci, PP, pp.232-233).

o debate acadêmico contemporâneo, ou seja, as teses sobre a crise da sociedade do trabalho e as teses sobre o pós-fordismo. Antes, contudo, devemos indicar a forma segundo a qual se encontra estruturada a discussão presente nesse estudo.

Essa dissertação divide-se em duas partes: a primeira reservada ao tratamento sistemático da problemática da crise e seus condicionantes/desdobramentos produtivos, conforme o entendimento do debate economicista dominante. Estruturamos essa primeira parte, por sua vez, em dois capítulos. Ao primeiro capítulo, reservamos o tratamento da crise do trabalho segundo as formulações de A. Gorz e R. Kurz. O capítulo seguinte discute as chamadas teses sobre o pós-fordismo conforme o entendimento da Teoria da Regulação e da Especialização Flexível. Escolhemos, para isso, trabalhar prioritariamente com as obras de M. Aglietta e M. Piore e C. Sabel.[1]

A segunda parte expressa uma tentativa, ainda que bastante preliminar, de atualizar a análise das lutas de classes no que concerne à crise contemporânea e seus desdobramentos produtivos. Este esforço inscreve-se na busca de elementos que nos permitam superar o reducionismo do debate dominante. Para isso, dividimos esta parte em três capítulos: o primeiro realiza um balanço da crise atual centrado na categoria gramsciana de crise orgânica. Discute os fundamentos de tal crise a partir do processo de acirramento das lutas de classes durante o decorrer do pós-guerra, finalizando com alguns apontamentos a respeito da questão do imperialismonos nos dias atuais.

O segundo capítulo, na verdade, constitui-se em um ensaio teórico a respeito da categoria de revolução passiva em Gramsci, e que, a nosso

[1] A escolha desses autores parece um tanto óbvia mas nunca é demais ressaltar que a abordagem de Aglietta (1979), a nosso ver, permanece sendo, ainda hoje, a melhor análise da Teoria da Regulação. No caso de Piore e Sabel (1984), a tematização sobre a crise do sitema industrial baseado na produção em massa, tematização essa desenvolvida, sobretudo, no Capítulo 7 de sua obra principal, ainda não foi superada por nenhum de seus seguidores.

ver, traduz-se no principal instrumento analítico-estratégico mediante o qual se faz possível entender o momento presente a partir do ponto-de-vista das classes subalternas. O último capítulo busca atualizar a categoria de revolução passiva no que concerne às atuais mutações das formas de organização da vida estatal. Discutimos, particularmente, os processos de passivização aos níveis das formas da intervenção do aparelho estatal e do sistema de forças produtivas. Por fim, esboçamos um breve contorno da crise na qual se encontram imersas as formas institucionais de organização das classes subalternas, particularmente, os sindicatos, dado o contexto dessas transformações em processo.

CAPÍTULO I. DA IDEOLOGIA DO PROGRESSO TÉCNICO À CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO.

Apresentação.

Se existe um traço recorrente perpassando a quase totalidade dos debates a respeito das mutações contemporâneas das formas de organização da vida estatal engendradas pela crise mundial do capitalismo oligopolista visando a reprodução das bases sociais e materiais da condição de subalternidade das classes trabalhadoras, esse traço é o **economicismo**. São muitas as formas de manifestação dessa perspectiva de análise que, assume, com maiores ou menores mediações, a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento **autônomo** (portanto, não subordinado à vigência complexa de uma multiplicidade real de contradições) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos gestados pelo movimento das estruturas do capital: da tematização filosófica de Habermas, à problematização sociológica presente em Gorz, Offe, Kurz e outros.

O debate atual a respeito da crise do trabalho estrutura-se sobre bases essencialmente economicistas. Essa idéia pretendemos sustentar ao longo do capítulo, conforme os exemplos de Gorz e Kurz parecem deixar claro. Partindo da dissociação entre a problemática do trabalho e a questão da correlação de forças entre as classes, o economicismo das teses sobre a crise do trabalho opera o total abandono da possibilidade da revolucionarização das relações de produção dominantes, encarnando, talvez, por esse motivo, a força do espírito contra-revolucionário de nossa época. O objetivo desse capítulo será o de

situar a problemática da crise contemporânea segundo os marcos constitutivos do debate vigente em sua forma "abolição do trabalho".

Após uma breve aproximação teórica aos pretensos **limites do paradigma produtivo**, passaremos à exposição sistemática das teses de Gorz e Kurz, situando-as no interior da dominância do desenvolvimento **autônomo** das forças produtivas, bem como ao esboço de uma crítica anti-economicista radical, aos fundamentos de tais formulações. Dessa forma, pretendemos adiantar subsídios para um melhor entendimento do caráter essencialmente economicista do debate vigente, assim com apontar para uma possível alternativa de leitura da processualidade contraditória do momento presente baseada no resgate das dimensões analíticas e estratégicas observáveis na teoria das lutas de classes.

I.1. Aproximação Teórica aos Limites do Paradigma Produtivo.

O debate atual a respeito daquilo que ficou conhecido segundo a expressão **crise da sociedade do trabalho** identifica-se, frequentemente, com a problemática envolvendo o espaço ocupado contemporaneamente pelo chamado **paradigma da produção**[1]. A questão fundamental levantada pelos proponentes do debate[2] seria a de apontar os limites do paradigma produtivo centrado na categoria trabalho. O trabalho pode ainda ser considerado **determinante,** como queria o pensamento clássico, das formas de sociabilidade contemporâneas de um modo de vida que, aparentemente, prescinde desse? Em caso negativo, como parece ilustrar o debate, qual seria então o caráter determinante das mutações nas formas de organização da vida estatal (processos produtivos e de

---

1 Cf. Habermas (1987b), particularmente, o "Excurso sobre o Envelhecimento do Paradigma da Produção".
2 Sobre a historicização desse debate na tradição sociológica alemã, ver, sobretudo, Konig (1994).

organização societal, regulação do Estado e outros), que trariam, em si, os fundamentos últimos para esse suposto solapamento das bases sociais e materiais da categoria trabalho? Ainda seria possível falar em **determinação** das partes pelo todo, como queria Lukács em **História e Consciência de Classes** (Lisboa, 1974)? Haveria ainda uma totalidade a qual nos remeter?

Para entendermos, mesmo que preliminarmente, os limites e alcances desse debate é preciso identificar alguns pressupostos. O primeiro deles é aquele que reduz a crise capitalista contemporânea à chamada crise da sociedade do trabalho. Os dois argumentos de maior relevância invocados no sentido da justificação desse reducionismo seriam, em primeiro lugar, o intenso debate político e teórico, a respeito da crise e suas várias formas de manifestação, surgido nos últimos trinta anos (cf., entre outros, Gorz, 1988; Offe, 1989; e Kurz, 1992). Em segundo lugar, teríamos a problemática sobre as transformações empíricas na "esfera do trabalho" provocadas pelo incremento do progresso técnico e o decorrente aumento de desemprego, questionando os discursos e práticas dos movimentos sociais inspirados nas utopias socialistas surgidas no século passado. Nesse sentido, podemos dizer que o aspecto mais importante desse debate, várias vezes realçado por seus proponentes, é a problematização do "lugar privilegiado" ocupado pela categoria trabalho no pensamento sociológico desde a "época dos clássicos" (Cf. Offe, 1989).

A razão última que teria levado o pensamento sociológico clássico, de Marx, Weber e Durkheim, a considerar o trabalho como o "fato social fundamental" (a expressão é utilizada por Offe, 1989) de suas teorias, deveria ser buscada no contexto histórico vivido pela sociedade industrial da época. Assim, com o intenso desenvolvimento da atividade industrial ao longo do século XIX, o trabalho e o trabalhador apareceriam como o mais importante princípio organizador da sociedade, fazendo com que, de um lado, a dinâmica do desenvolvimento social fosse percebida como

resultante dos conflitos em torno da dominação na esfera da produção e, de outro, o tipo de racionalidade adequado à ação da empresa capitalista fosse projetado para o conjunto da sociedade (Habermas, 1980 e Offe, 1989).

A totalidade das mutações ocorridas no transcurso das duas últimas décadas, traduzida em termos da aplicação massificada da automatização de base microeletrônica e caráter informacional (incremento do progresso técnico), bem como, o desemprego estrutural daí decorrente, questionaria, no limite, a **centralidade** do trabalho assalariado enquanto "fator de integração social". Nesse sentido, as chamadas "evidências empíricas" invocadas pela teoria social contemporânea, mais ou menos crítica, como a subdivisão e desumanização do trabalho, a redução do tempo de trabalho, o declínio da ética do trabalho, o declínio do modelo de pesquisa social organizado em torno do trabalho, dentre outras, apontariam inequivocamente para aquilo que convencionou-se chamar de crise da sociedade do trabalho. A crise contemporânea do capitalismo oligopolista passa a ser associada, quase que umbilicalmente, com a crise ou esgotamento do paradigma produtivo centrado no trabalho.

Partindo dessas considerações, os proponentes do debate vigente a respeito do esgotamento do paradigma da produção afirmam a existência de duas tendências gerais desenvolvendo-se paralelamente, sendo que, em ambas, a centralidade do trabalho é contestada: uma empírica - associada com as transformações na esfera do trabalho, tanto **técnicas** (subdivisão e desqualificação do trabalho), quanto culturais (mudanças de atitudes que indicam um enfraquecimento da ética do trabalho); e outra teórico-epistemológica indicada, de um lado, pela diversificação da agenda das pesquisas sociológicas, nas quais o trabalho já não é mais o tema principal e, de outro, pelo crescente debate a respeito da crise da sociedade do trabalho (Offe, 1989).

I.2- A Dominância da Problemática das Forças Produtivas nas Análises sobre a Crise do Trabalho.

Tomando como exemplos tais pressupostos, é possível perceber que a questão fundamental colocada para a filosofia da práxis não seria tanto a discussão sobre o questionamento sociológico, expresso, por exemplo, pela diversificação da agenda das pesquisas, da categoria trabalho[1], mas sim, se existe ou não uma técnica e um saber neutros, ou seja, perpassando todas as classes. Mais do que puramente questionar a centralidade, ou não, do trabalho como principal elemento explicativo das formas contemporâneas de organização da vida estatal, o que está sendo testado, na verdade, é a validade analíttico-estratégica da teoria das lutas de classes e sua eficácia em elaborar um projeto alternativo e emancipador para a **totalidade** social[2].

Contrariamente à perspectiva dos proponentes do debate acerca da crise do trabalho, entendemos o progresso técnico, substrato, em última medida, material das mutações apontadas acima, como incorporações concretas do que existe de mais fundamental na política, ou seja, a condensação das contradições classistas objetivando conferir-lhes sentido e direção (ver, para maiores detalhes, Balibar, 1980; Magaline, 1977 e Dias, 1996). Dessa forma, é possível dizer que o

---

1 Na verdade, em Habermas, Gorz ou Offe, a categoria trabalho permanece sendo, em última instância, **um dos principais instrumentos de análise** da realidade social, com a diferença que, ao contrário da chamada "teoria clássica", sua posição privilegiada é questionada à luz das transformações, técnicas e culturais, contemporâneas vivenciadas pelo capitalismo oligopolista sistêmico. Cf. Habermas (1980).

2 Conforme a formulação de Balibar: "(...) A identidade do marxismo depende inteiramente da definição, do alcance e da validade de sua análise das classes e das lutas de classes. Fora dessa análise, nada de marxismo: nem como teorização específica do social, nem como articulação de uma 'estratégia' política frente à história (...) Mas é precisamente sobre esse ponto (a validade das lutas de classes) que porta a contestação e que a evidência factual do marxismo é questionada. Das noções que ele tinha articulado em um bloco aparentemente coerente, algumas foram banalizadas ao extremo: por exemplo, a revolução e, sobretudo, a crise" (1996, p.18).

progresso técnico implementa, **enquanto política**, o projeto hegemônico das classes dominantes na sociedade.

A afirmação do progresso técnico como **forma condensada da política das classes dominantes** (Dias, 1995) constitui-se em um suposto básico essencial para o movimento, teórico e prático, de ruptura com a perspectiva economicista presente nas teses que incorporam, com maiores ou menores mediações, o determinismo tecnológico em seu instrumental de análise. Romper com o determinismo tecnológico (ou, de uma maneira mais ampla, romper com a ideologia do progresso técnico, verdadeiro "Deus ex machina" da teoria econômica burguesa, para utilizarmos uma expressão de Magaline, 1987) significa superar o reducionismo economicista que a tudo reifica e naturaliza. Implica, ao mesmo tempo, em avançar com o projeto de uma nova racionalidade classista de caráter emancipador, ético-político, negando a possibilidade de que qualquer modo de produção possa ser apreendido como sistema de leis econômicas detentoras de um automatismo a-histórico e generalizante. Significa, em última instância, afirmar a vontade criadora da intervenção política das massas, isto é, "fazer-se história" no sentido gramsciano:

> "Os que falam em fim (ou crise) da sociedade do trabalho vêem na ciência e na tecnologia uma possibilidade superior de resolução das contradições sociais; como uma correlação ascencional, progressista, da racionalidade independente do confronto entre classes, projetos e concepcões de mundo. Afirmar o **leitmotif** das atuais transformações da sociedade capitalista decorrendo de uma revolução técnico-científica é, no fundamental, aceitar a neutralidade da técnica" (Dias, 1996, p.5).

Nossa proposta no presente capítulo será a de situar o debate sobre a crise da sociedade do trabalho nos marcos da problematização economicista do desenvolvimento histórico, em essência integrada às

modalidades e representações da racionalidade especulativa, no caso a capitulação frente ao mito do progresso técnico alçado à condição de "motor da história", bem como ao movimento mais amplo do processo em curso de recomposição das bases sociais e materiais da hegemonia burguesa ao nível das formas de organização da vida estatal (processos e mercados de trabalho, intervenção do aparelho de Estado, modalidades de ação política das classes subalternas...). Para isso, escolhemos trabalhar, primeiramente, com duas formulações a respeito da **abolição do trabalho** cujo impacto analítico e estratégico tem sido forte quando pensamos na clareza de suas teses e sua incorporação ao nível dos aparatos sindicais, por exemplo, que, frequentemente, tem reproduzido acriticamente as bases ideológicas do debate vigente, sem desconfiar que tais proposições encaminham a ação sindical para posturas defensivistas e verdadeiramente passivas.

O primeiro grande construto teórico a tematizar o impacto do processo acelerado da automatização de serviços e atividades produtivas, extraindo daí as consequências teóricas e práticas cabíveis (ou não), foi, sem dúvidas, a análise contida nos textos do sociólogo André Gorz. Suas teses rapidamente conquistaram espaço garantido no campo "crítico", "progressista" ou "de esquerda", transformando-se em grandes dogmas para alguns setores políticos. A necessidade de enfrentar os fundamentos de suas formulações encerra uma dimensão política evidente. O outro construto que nos pareceu relevante tratar é o encarnado nas análises do sociólogo alemão Robert Kurz. Sua interpretação a respeito da derrocada dos países do Leste Europeu (o chamado "bloco socialista") impactou positivamente um grande número de intelectuais marxistas brasileiros, dentre os quais os mais conhecidos são Roberto Schwarz e Ricardo Antunes[1], traduzindo-se portanto, em uma formulação passível de exame

[1] Cf., para maiores detalhes, Schwarz (**FSP**, 17/5/1992) e Antunes (1995).

crítico dos seus fundamentos. E o fundamento último de tais análises é, a nosso ver, o reducionismo de caráter economicista encerrado da dominância absoluta da problemática do desenvolvimento autônomo das forças produtivas entendido enquanto fator de **determinação** do movimento histórico alheio ao processo de luta de classes.

Pretendemos a partir de uma exposição sistemática de algumas de suas principais teses, retirar subsídios que nos permitam apontar os limites de tais tematizações economicistas, bem como, elementos para uma abordagem que rompa com os fundamentos ideológicos do debate sobre a crise do trabalho.

I.2.A- Forças Produtivas e Abolição do Trabalho: O "Fatalismo Tecnológico" de Gorz.

O tema central da análise de Gorz desde a publicação de seu conhecido ensaio **Adeus ao Proletariado** (1982), tem sido sua problematização a respeito da **abolição do trabalho**. O debate sobre a crise da sociedade do trabalho não pode ser outra coisa, senão a discussão remetida à eliminação tendencial do trabalho humano enquanto "fonte última de toda a riqueza social", bem como os desdobramentos teóricos e práticos daí decorrentes: superação da sociedade estruturada no valor trabalho, nas classes e suas lutas, na racionalidade econômica da lógica do capital... Nesse sentido, a definição sociológica empreendida por Gorz daquilo que vem a se constituir a moderna noção de trabalho nos parece fundamental. O trabalho para Gorz, constitui-se naquele tipo de atividade que deve ser fornecida na esfera pública (realizada por conta de um terceiro e em troca de um salário), destinar-se aos outros (segundo formas e horários fixados por quem paga) e, finalmente encerrar uma

validade social (objetivando fins que não são escolhidos por quem trabalha):

> "Designa-se por 'trabalho' uma atividade fundamentalmente diferente das atividades de subsistência, de reprodução, de manutenção e dos cuidados com a satisfação no seio da família; e isso não tanto porque o 'trabalho' é uma atividade paga mas porque ele se situa no espaço público, aparecendo enquanto uma **prestação mensurável, permutável e intercambiável** que possui um valor-de-uso **para os outros** (...) Eu chamo de **trabalho**, portanto, as únicas atividades inseridas no **processo social de trabalho** e reconhecidas como parte integrante desse" (1991, pp.112 e 127; grifos do autor).

Estamos falando, fundamentalmente, da forma social assumida pelo trabalho segundo a norma capitalista de assalariamento (mesmo que mediada pelo chamado "espaço público"). A abolição do trabalho é a abolição do regime do salariado, conseqüentemente, a abolição do capitalismo enquanto tal.[1] A subversão da lógica do capital (sua "agonia") é realizada, contudo, não através e a partir da **política** (organização e combatividade das classes subalternas), mas, sim pela **técnica**, mais particularmente, mediante o advento da **Revolução Autônoma das Forças Produtivas**, entendida como Revolução Microeletrônica:

> "A abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da direção dos trabalhos, das finalidades da atividade e de sua natureza" (Gorz, 1982, p.11).

---

[1] "A abolição do trabalho é apenas a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar nosso direito à (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida" (Gorz, 1982, p.11).

Entretanto, cabe a questão: qual o fundamento da Revolução das Forças Produtivas? Em Gorz, temos claro que essa dimensão da questão é equacionada através de um processo de **racionalização** já dado e tomado a partir de uma **divisão do trabalho**, impassível e não subordinada às determinações classistas. Assim, partindo de uma correlação progressiva da razão, neutra[1], pois válida para todas as classes, Gorz pode afirmar a **novidade radical** (ruptura irreconciliável com o passado) do atual momento: A Revolução das Forças Produtivas, superando as "amarras" da lei do valor, permitiria uma economia absoluta de capitais (fixo, variável e circulante). Sinteticamente, tal revolução ocasionaria uma mutação no sentido da superação das bases do raciocínio econômico:

> "Ela (Revolução Microeletrônica) não provoca somente, como quando das revoluções técnicas do passado, o decréscimo do valor do capital fixo por unidade de produto; ela inaugura o decréscimo da **massa total** do capital fixo posto em ação para produzir um volume rapidamente crescente de mercadorias" (Gorz, 1983, p.68).

Por conta disso (a "agonia do capital" dado o fim da sociedade do trabalho), a revolução das forças produtivas subverte o tempo de trabalho como medida do valor de troca bem como, o valor de troca como medida do valor de uso. Supera-se a lei do valor, a centralidade do trabalho, a luta de classes, enfim, a lógica do capital:

---

[1] A hipótese da neutralidade da técnica torna-se mais clara na seguinte passagem: "Diferentemente das megatecnologias do período industrialista, que obstaculizam o desenvolvimento descentralizado, enraizado nas comunidades de base, a automatização, com efeito, é ela mesma, **socialmente ambivalente**. Ao passo que as megatecnologias eram **tecnologias-ferrolho** ('technologies-verrous'), a microeletrônica é uma tecnologia - encruzilhada ('technologie-carrefour')ela não interdita nem impõe um tipo de desenvolvimento. Ela permite, diferentemente da (tecnologia) nuclear ou da industria espacial, servir à hiper-centralização da mesma forma que à auto-gestão, pensar na centralização auto-gerida" (Gorz, 1983, p.67).

> "**A novidade da presente crise,** é que as mutações tecnológicas pelas quais o capitalismo responde a ela **não são mais dominâveis no quadro da racionalidade capitalista**. Acelerando as destruições de capitais e empregos, tais mutações permitem produzir quantidades crescentes de mercadorias com quantidades rapidamente decrescentes de capital e de trabalho (...). A automatização tem por efeito reduzir as quantidades absolutas de capital podendo ser valorizada pela produção de uma quantidade crescente de mercadorias, tanto materiais quanto imateriais (...) **A automatização abole os trabalhadores ao mesmo tempo que os compradores potenciais**" (1983, p.70: grifos nossos).

O processo em curso de generalização das potencialidades da automatização de atividades produtivas e de serviços em países imperialistas, sobretudo, mas não somente, "aboliria" a mais-valia na razão direta em que impossibilitaria a valorização do capital (é a chamada hipótese do "capitalismo morto-vivo" de Gorz), remetendo-nos a um só tempo, **para além do capitalismo e do socialismo**.[1] Nesse espírito, a Revolução Autônoma das Forças Produtivas anunciaria a "maturidade objetiva do comunismo" (Gorz, 1983) ou, o chamado "comunismo das coisas"(Kurz, 1992). As bases ideológicas do socialismo estariam sendo solapadas pela, segundo Gorz, a mais importante mudança sócio-cultural em curso no mundo contemporâneo, ou seja, através da processualidade encerrada no advento da "desafeição" frente ao trabalho. Enquanto mudança cultural-subjetiva, o **indivíduo** aspira a liberar-se do trabalho.

---

[1] "A Revolução Microeletrônica inaugura a era da abolição do trabalho. Esta deve ser compreendida em um duplo sentido: a) A quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente a medida que se torna marginal na maioria das produções materiais e atividades de organização; b) O trabalho não implica mais em um face-a-face do trabalhador com a matéria. A transformação dessa não mais resulta de uma atividade imediata completa ou soberana" (1983, p.73). Ou ainda: "De uma maneira geral, o trabalho tende a tornar-se uma força produtiva secundária face à potência do automatismo e da complexidade dos equipamentos" (Gorz, 1988, p.277).

Objetivamente, o sentido **possível** das atuais mutações em curso, para a humanidade e para o movimento dos trabalhadores, tanto do ponto-de-vista cultural, quanto econômico-político, passa a ser **determinado** pela revolução autônoma das forças produtivas.

Aqui radica o coração da nova utopia de Gorz, a chamada "sociedade do tempo livre" onde todos poderiam trabalhar, contudo, não no sentido econômico dessa atividade. A crença é a de que a liberação do tempo dada a abolição do trabalho superará o capitalismo sem a necessidade de uma revolução política. O projeto de Gorz para um sociedade do futuro:

> " 1) Surge no prolongamento da experiência e das lutas operárias passadas; 2) supera essa experiência e essas lutas em direção a objetivos conforme aos interesses dos trabalhadores, assim como dos não-trabalhadores, podendo, pois, cimentar sua solidariedade e sua vontade política comum; 3) corresponde à aspiração de uma proporção importante dos homens e mulheres por (re) tomar o poder da e sobre sua vida" (1988, pp.170-1).

A possibilidade de uma tomada revolucionária do poder pelas classes subalternas derivava, para Gorz, diretamente da experiência "soberana"da classe no local de trabalho. Ou seja, a classe dos trabalhadores - operários profissionais polivalentes - seria o "sujeito possível" da revolução socialista na medida em que em cada operário existia uma contradição entre, de um lado, a soberania de seu trabalho e, de outro, a negação de tal soberania pelo capital (cf. Gorz, 1982. p.85 e ss.). Para Marx, segundo a leitura que dele faz Gorz, o socialismo deveria ser conduzido pela classe social "virtualmente majoritária", isto é, o proletariado. A idéia de uma tomada revolucionária do poder surgia no prolongamento direto dessa hipótese. Entretanto:

> " A divisão parcelar do trabalho, depois o taylorismo, depois a O.C.T. e, finalmente, a automatização aboliram, juntamente com os

> ofícios, aqueles operários dotados de um ofício que tinham, com o 'orgulho do trabalho bem feito', a consciência de sua soberania prática" (Gorz, 1982, p.58).

Donde deduz-se que:

> "A crise do socialismo é, antes de mais, nada, a crise do proletariado. Com o desaparecimento do operário profissional polivalente, sujeito possível de seu trabalho produtivo, e portanto, sujeito possível da transformação revolucionária das relações sociais, desapareceu a classe capaz de tomar sob sua responsabilidade o projeto socialista e realizá-lo nas coisas. A degenerescência da teoria e da prática socialistas vem fundamentalmente disso" (1982, p. 85).

Nesse ponto, torna-se evidente que a divisão capitalista do trabalho destruiu o fundamento último do socialismo ao esvaziar o **poder** na esfera do trabalho. Este torna-se uma atividade passiva, ou seja, pré-programada e totalmente subordinada à reprodução funcional de um aparelho que não contempla espaço para a iniciativa **individual**. O trabalho frente ao incremento da divisão capitalista do trabalho (sua divisão técnica e social) não mais pode ser compreendido enquanto atividade própria do trabalhador. A divisão capitalista do trabalho superou a classe trabalhadora[1]:

> "A evolução tecnológica não caminha no sentido de uma apropriação possível da produção social pelos produtores. Ela caminha no sentido de uma abolição dos produtores sociais, de uma marginalização do trabalho socialmente necessário sob o efeito da revolução informática" (Gorz, 1982, p.95).

---

[1] "Nem se coloca mais, para o trabalhador, a questão de se identificar com seu trabalho ou com sua função no processo de reprodução. Tudo parace acontecer fora dele (...) Com o desaparecimento da possibilidade de identificação com o trabalho, desaparece o sentimento de pertencer a uma classe" (Gorz, 1982, p.86).

Da decomposição da "antiga sociedade fundada no trabalho" surge o segmento social capaz de substituir a classe dos trabalhadores (superada pelo próprio capitalismo) na tarefa histórica de **ir para além** da racionalidade produtivista[1] própria à lógica do capital, dando fim a sua "agonia": a chamada "não-classe" dos "não-trabalhadores" pós-industrial. Tal "não-classe" envolveria, conforme Gorz, o conjunto dos **indivíduos** expulsos da produção material pelo processo de "abolição do trabalho" dado o incremento do progresso técnico,ou aqueles subempregados em suas capacidades pela industrialização do trabalho intelectual:

> "A maioria da população pertence a esse neo-proletariado pós-industrial dos sem-estatuto e dos sem-classe que ocupam os empregos precários de ajudantes, de tarefeiros, de operários de ocasião, de substitutos, de empregados em meio expediente (empregos esses que, num futuro não muito distante, serão abolidos pela automatização)... " (Gorz, 1982, p.84).

Na verdade, a aceitação da inexorabilidade da divisão capitalista do trabalho, leva Gorz a uma apreciação "unidimensional" do imperativo tecnológico. Ao esvaziar de poder a "esfera do trabalho", também a apreciação da dimensão "política" da tecnologia, de sua produção e execução, é suprimida. Ao trabalhador, "decalque do capital", não resta possibilidade de resistência. Cabe a ele aceitar a técnica como realização maior da razão.[2] A própria distinção teórico-metodológica empreendida

---

[1] Segundo as palavras do próprio Gorz: "A lógica do capital nos conduziu ao limiar da liberação. Mas esse limiar só será transposto por uma ruptura que substitua a racionalidade produtivista por uma racionalidade diferente" (1982, p.93).

[2] "A automatização e a informática contrariamente às profecias, não liberam os trabalhadores das tarefas fastidiosas e repetitivas. Ao contrário: a automatização desqualifica o trabalho. Seu objetivo é sempre duplo: substituir uma parte dos operários por máquinas mais complexas e mais eficazes e, portanto, reduzir a quantidade de trabalho para uma mesma produção; mas também, e ao mesmo tempo, substituir a intervenção inteligente do trabalhador por regulamentos e controles automáticos, os quais, mais do que nunca, fazem dos 'operadores' aquelas pessoas fatigadas que vêem a máquina impor-lhes inexoravelmente um número preciso de gestos que exigem a maior atenção e a mais completa, vacuidade de espírito" (Gorz, 1982, p.153).

por Gorz, central em sua análise, entre esfera da "autonomia" (liberdade) e "heteronomia" (necessidade), representa de forma clara a reificação da divisão capitalista do trabalho e a aceitação do imperativo tecnológico (ideologia do progresso técnico) enquanto critério de determinação histórico. A utopia "dual-microeletrônica" de Gorz, não reivindica a supressão da esfera heterônoma, diga-se bem, da esfera da racionalidade econômica, mas sim, sua subordinação à esfera da autonomia:

> "Tentei ilustrar, em outro lugar, o que poderia ser essa organização dualista do espaço social numa esfera da heteronomia subordinada aos objetivos da esfera da autonomia. A primeira garante a produção programada, planificada, de tudo o que é necessário à vida dos indivíduos e ao funcionamento da sociedade, o mais eficazmente possível e, por conseguinte, com o menor consumo de esforços e de recursos. Na segunda, os indivíduos produzem de forma autônoma, fora do mercado, sozinhos ou livremente associados, bens e serviços materiais e imateriais, não necessários mas de acordo com os desejos, os gostos e a fantasia de cada um" (1982, p.117).

Conforme a utopia "dual-microeletrônica" de Gorz, podemos inferir que a chamada Revolução Autônoma das Forças Produtivas, suporte material do desenvolvimento histórico, poderá levar as formações sociais contemporâneas a um aumento do grau de liberdade individual ("sociedade do tempo livre") ou, ao contrário, ao decréscimo da liberdade causado pela difusão do desemprego[1]. A **luta política** propriamente dita deve ater-se ao âmbito do sistema de trocas, dado estar determinada pelo progresso técnico na esfera da produção[2]. O "fatalismo" de Gorz em relação ao incremento da divisão capitalista do trabalho é uma constante:

---

[1] "Trabalhar menos produzindo mais, **distribuir melhor os frutos do progresso técnico**, criar um novo equilíbrio entre tempo e trabalho obrigado e tempo disponível, permitir a todos uma vida mais tranquila e atividades mais ricas, tais são os novos objetivos das lutas sociais e políticas" (Gorz, 1982, p.162 ; grifos nossos).

[2] "As promessas da automatização serão apresentadas como se fossem ameaças. (...) A única coisa certa de agora em diante é que ninguém seguirá carreira na profissão em que

> "Se todo mundo tomasse consciência de que virtualmente não há mais problemas de produção, mas apenas um problema de distribuição - ou seja, de partilha eqüitativa das riquezas produzidas e de distribuição eqüitativa por toda a população do trabalho socialmente necessário - , o sistema social atual teria graves dificuldades para se manter" (1982, p.164).

E o que resta, pois, ao movimento operário em um mundo onde as profissões foram destruídas pela organização científica do trabalho (O.C.T.) e o pouco trabalho inteligente e qualificado que restou deverá ser, fatalmente, abolido pela automatização? A resposta de Gorz parece bastante clara: o movimento operário, assumindo uma estratégia absolutamente defensivista está fadado a limitar-se à divisão dos "frutos" desse progresso técnico, através, principalmente, das lutas pela redução da duração anual do trabalho. Tal perspectiva nasce da constatação de que **o socialismo já foi alcançado objetivamente** por força da automatização. Essa, nos permitira imaginar precisamente, uma sociedade radicalmente diferente, onde o trabalho fosse melhor distribuído e todos tivessem mais tempo livre para o desenvolvimento de atividades autônomas. Para além do "trabalho obrigado", a Revolução Autônoma das Forças Produtivas nos possibilita vislumbrar uma sociedade das atividades liberadas[1].

É exatamente nesse sentido que se torna possível compreender a noção presente em Gorz de que a Revolução das Forças Produtivas encerra a capacidade de superar as inscrições de classes e suas lutas, possibilitando tanto a solução para a crise contemporânea quanto o re-ordenamento das bases materiais nas quais irá assentar a "nova

---

se formou esta será transformada, simplificada, desqualificada ou totalmente suprimida pela microeletrônica. Potencialmente , somos todos extranumerários" (Gorz, 1982, p.165).

[1] "O produtor polivalente, 'onmnilateral', com capacidades ilimitadas com que Marx sonhava, torna-se assim uma real possibilidade graças à microeletrônica" (Gorz, 1982, p.170).

sociedade", ou seja, **a sociedade tempo livre** A pré-condição do resgate de tal utopia do progresso técnico[1] é a apologia da divisão capitalista do trabalho, dois elementos muito conhecidos pela teoria econômica burguesa.

I.2.B- O Fim da Exploração como Catástrofe: Razão e Irrazão em Kurz.

O debate sobre a crise da sociedade do trabalho assume dimensões ainda mais fatalistas com o tratamento dispensado a esse por Robert Kurz. Partindo da discussão sobre o colapso do Leste Europeu (momento pós-89), o sociólogo alemão busca apresentar sua visão da crise contemporânea segundo um ponto-de-vista **totalizante**. A crise, da sociedade do trabalho, da modernidade[2] ou do sistema mundial produtor de mercadorias que já alcançou os países de Terceiro Mundo e do Leste Europeu, chega agora às periferias dos países centrais. Rompendo com as interpretações que vêem a queda do Leste enquanto vitória de um sistema (o **Ocidental**) sobre outro (o **Socialista**), Kurz tenta demonstrar que a crise soviética constitui-se em momento integrante da derrocada do sistema social fundado na lógica-fetiche do movimento auto-referido da forma mercadoria.

---

1 "Pretender se opor à automatização ou retardá-la seria uma tarefa vã e fadada ao fracasso. Trata-se, antes de mais nada, de tirar partido dela e, para começar, de dominar e orientar a mutação ora em curso. (...) A informatização pode servir à autogestão generalizada, à 'auto-vigilância' teleguiada ou ainda à centralização escessiva do 'Estado-Total'" (Gorz, 1982, pp. 184 e 187).

2 Kurz defende, agudamente, a idéia de que a crise contemporânea é a expressão mais evidente de um momento histórico marcado, no fundamental, pela **ruptura com o processo de modernização** nos moldes ocidentais: "A tão citada ruptura de uma época é subestimada em seu alcance real (...). O alcance de rupturas de épocas talvez seja muito maior do que pareça, afetando globalmente aquela 'história da modernização' que inclui o próprio Ocidente (...). De fato, esse limite absoluto (da produção do lucro) mostra-se, hoje em dia, numa intensidade do capital fixo tão globalmente elevada que a capacidade de reprodução do sistema como um todo começa a se esfacelar" (1992, pp.24 e 27).

Assim, o colapso do Leste indicaria a existência de uma "base comum", (ameaçada e tornada obsoleta pelo grau de desenvolvimento alcançado contemporaneamente pelas forças produtivas) tanto às economias de mercado "vencedoras", quanto ao socialismo real decaído, e que deveria ser buscada **para além** do "paradigma da sociedade industrial", do mercado e do Estado. O fundamento último da crise total do sistema mundial produtor de mercadorias (incluído aí o Leste) deve ser buscado na **dissolução da sociedade do trabalho**:

> "O termo, há algum tempo em circulação, da **crise da sociedade de trabalho**, mesmo que apareça por enquanto apenas como problemática particular e não se refira às formas sociais básicas, pode ter nascido do pressentimento dessa metacrítica, que está amadurecendo. (...) A controvérsia social e histórica que até agora dominou a modernidade, compreendida pelo marxismo como luta de classes, apoiou-se em um fundamento comum, a **sociedade de trabalho**, fundamento que deixa agora transparecer sua limitação e, caído em crise, aguarda sua dissolução" (Kurz, 1992, pp.20-1).

A definição histórico-sociológica da categoria trabalho, como em Gorz, também aparece na análise de Kurz, com o objetivo de limitar o campo no qual irá atuar a "meta-crítica" advogada por esse. O trabalho que entra em crise é, na verdade, o trabalho abstrato, forma que assume tal categoria sob a vigência das relações capitalistas de produção.[1] Portanto, a crise da sociedade do trabalho é, fundamentalmente, crise do trabalho abstrato, ou seja, do trabalho que produz valor de troca. Como decorrência lógica, teríamos a compreensão da crise contemporânea enquanto crise de valorização do capital. Apesar de tal dimensão

---

[1] "Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias primas. Nesse sentido, só faz parte da modernidade, e como tal foi aceito como pressuposto não questionado por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra, sem distinção" (Kurz, 1992, p.21).

encontrar-se presente no discurso de Kurz, permanece subordinada à primeira afirmação, isto é, a de que a crise é do trabalho abstrato:

> "A abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma seqüência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura, pois tem que chegar a um ponto (...) em que suprimirá o trabalho abstrato em sua aptidão de ser a substância social do valor econômico" (Kurz, 1992, p.81).

Kurz, não obstante apontar a diferença entre trabalho concreto e trabalho abstrato, dilui o trabalho que produz valores de uso, coisas úteis, no trabalho que produz valor. Daí surgirem afirmações como a de que o trabalho está sendo "abolido" e o capital, "perdendo sua capacidade de explorar"[1]. Tais teses apontam, na realidade, para a **supressão do trabalho** e não somente para o fim do trabalho abstrato, historicamente determinado pelo modo de produção capitalista. Não vai além, pois, do debate vigente acerca da perda da centralidade do trabalho (e não do trabalho abstrato) nas formações sociais contemporâneas.

A raíz das formulações de Kurz a respeito da crise contemporânea deve ser buscada em suas apreciações sobre a divisão (capitalista?) do trabalho e o desenvolvimento científico-tecnológico, transformado em "força produtiva direta":

---

[1] "Se no passado a modernização impunha precisamente contra a exploração estrangeira e suas tentativas de violentação, com o fim de andar sobre os próprios pés na economia de mercado, agora, no mesmo âmbito, ecoa um coro sedutor tão dissonante quanto mundialmente abrangente: venham enfim nos explorar, nós estamos abertos - mais abertura é impossível ! (...) O processo de globalização capitalista faz com que encolham rapidamente as zonas de rentabilidade - mesmo para o capital ocidental, os custos de investimento superam em muito o retorno esperado" (Kurz, 1993, p.39).

"Mas, logo que no processo da modernidade a divisão trabalho transgride definitivamente essas estruturas primitivas (categorias de mercadoria), logo que as produções industriais em escala crescente estão diretamente engrenadas, soldando-se num sistema global imediato, alimentado por agregados sociais globais como ciências, educação etc., logo que, portanto, nasce um entrelaçamento universal, o sistema de divisão do trabalho deixa de corresponder, em seus aspectos 'materiais', 'técnicos' e de 'conteúdo', às categorias primitivas do mercado e do dinheiro, Essas categorias foram sobrepujadas (...). Como conseqüência lógica, a existência ulterior do mercado e do dinheiro, muito longe de ser expressão das novas formas superiores da divisão do trabalho, nova sob aspectos materiais e de conteúdo, entra numa contradição irreconciliável com estas últimas" (Kurz, 1992, pp. 75-6).

Ou ainda:

"A tendência desse século ao aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da 'força produtiva ciência') desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra 'barata' do terceiro mundo, fechando com isso, porém, para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos mercados novos" (1992, p. 170).[1]

A idéia mais geral é que a força-de-trabalho "barata" está perdendo progressivamente sua importância em favorecimento do

[1] Contudo, vale a questão: quem **determina** o tal "aumento da intensidade do capital" que "abole" o trabalho e a exploração classista? A resposta em Kurz parece caminhar no sentido da conhecida panacéia teórica do pensamento econômico burguês, ou seja, o **progresso técnico**: "Grande parte, senão a maior parte das prestações de serviços, e especialmente de caráter humano (...) **são pouco capital-intensivas** quando comparadas à industria. Enquanto em outras áreas do setor terciário, por exemplo bancos e seguradoras, a **situação muda rapidamente pela introdução da eletrônica**, começando a se aproximar da elevada intesidade de capital da indústria ..." (Kurz, 1993, p.77; grifos nossos).

incremento tecnológico e conseqüente elevação da produtividade, a partir dos altos investimentos de capital. O fator decisivo do processo de produção para um mercado mundial, não seria determinado pelo salário baixo, e sim pela incapacidade da produção altamente automatizada em absorver massas suficientes de força-de-trabalho (cf. Kurz, 1992, sobretudo, p. 175 e ss.). O movimento histórico passa a ser, como em Gorz, determinado pela Revolução Autônoma das Forças Produtivas:

> "Os três tipos de acumulação primitiva (Europa no séc. XVII, Terceiro Mundo e Socialismo Real) somente têm uma coisa em comum: a expulsão violenta, realizada em formas bárbaras, dos tradicionais 'produtores diretos' na maioria de proveniência camponesa, de seus meios de produção e as 'torturas' por eles sofridas ao serem forçados ao **status** moderno de trabalhadores assalariados, o qual exige o sistema da mercadoria moderna como **status** de grandes massas (...). Esse processo gerou em escala crescente **cada vez mais forças produtivas científicas**, até alcançar, em nossos dias, a beira da supressão, por parte do próprio capital, da substância de 'trabalho' produtivo do capital" (Kurz, 1992, pp. 189-190; grifos nossos).

A idéia central é simples e a formulação bastante clara: com o advento da automatização[1], o capital torna obsoleto o uso da força-de-trabalho e, conseqüentemente perde sua capacidade de explorar; o progresso técnico ao expulsar as massas do mercado e inviabilizar a integralização do ciclo da acumulação, inaugura um período ***sui generis***

---

1 "Até o segundo terço do século 20, o crédito estatal cresceu em conjunto com o trabalho produtivo nas indústrias, o que possibilitou ao Estado recolher mais impostos juros e custear seus créditos cada vez maiores. As novas indústrias 'fordistas' (...), com sua produção em massa de automóveis, aparelhos domésticos, objetos eletrônicos etc., possibilitaram, somente na Alemanha do pós-guerra, a criação de 10 milhões de novos empregos. Mas o encanto desse 'milagre econômico' foi quebrado pela revolução microeletrônica do final dos anos 70. A mesma tecnologia que produziu a nova mídia substituiu em grande escala o trabalho humano pelo de robôs e pela racionalização. (...) A era do capitalismo-cassino estende-se de modo tão pouco natural porque, graças à racionalização, o trabalho economicamente produtivo continua a derreter como neve ao sol" (Kurz, **FSP**, 3/9/1995).

de crise ("colapso") histórica[1]. Surge então uma população mundial composta de "sujeitos dinheiro sem dinheiro" (Gorz diria "não-classe dos não-trabalhadores"), isto é pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, capitalista ou não, sendo forçadas a viverem num "leprosário social" que já envolveu a maior parte do mundo. A raíz da crise é, sem dúvidas, a **abolição do trabalho**:

> "O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição de esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração (...). Mas a causa da crise é a mesma para **todas** as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de 'trabalho abstrato', em conseqüência da alta produtividade ('força produtiva ciência') alcançada pela mediação da concorrência" (Kurz, 1992, pp. 194 e 220).

A lógica destrutiva imanente da forma mercadoria traduz-se no fundamento da catástrofe do sistema mundial produtor de mercadorias. A hipótese com a qual trabalha Kurz, é a de que a "força produtiva ciência" tenha criado ao nível concreto, possibilidades não compatíveis com a reprodução de conjunto do capitalismo[2]. Dado que a crise contemporânea consiste na eliminação tendencial do trabalho produtivo (supressão "negativa" do trabalho abstrato pelo capital), não existe razão para que tal crise seja criticada segundo o ponto de vista das lutas de classe (ontologia do "trabalho"). O objetivo teórico de Kurz, nesse sentido, seria superar a

---

[1] "As massas simplesmente não podem imaginar que possam ser lançadas para fora da estrutura de necessidades própria de países plenamente industrializados e condenadas a viver na miséria" (Kurz, 1992, p. 196).

[2] Nas palavras do próprio Kurz: "Tendencialmente, o capitalismo tornou-se 'incapaz de explorar', isto é, pela primeria vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos - independentemente do movimento conjuntural - a massa global do trabalho abstrato produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva" (1992, p. 226).

análise classista. Solucionar a crise exigiria uma "nova racionalidade" capaz de tornar a crítica social mais radical e aguda.[1]

O moderno movimento operário, por fazer parte dessa "constelação" do sistema produtor de mercadorias (o chamado "decalque do capital" segundo a expressão utilizada por Gorz), bem como o marxismo enquanto reflexo teórico correspondente, não podem integrar a possível saída da crise[2]. A superação do período histórico atual entendida como passagem ao "comunismo" só pode ter uma força motriz verdadeira: a Revolução Autônoma das Forças Produtivas. Na verdade, no âmbito **objetivo**, o comunismo já é uma realidade:

> "A humanidade tem que enfrentar o fato de que por traz de suas costas e pelas forças produtivas que ela mesma criou, foi socializada de forma **comunista** no nível substancial-material e 'técnico' (...). Uma vez que se tornou efetiva e definitivamente obsoleto o 'comunismo do trabalho', que nunca passou de uma ideologia rígida da modernização burguesa, já não encontrando nenhum fundamento na realidade, ignora-se a realidade comunista que existe por trás das costas. Na verdade, esse distingue-se bastante do socialismo esperado pelo antigo movimento operário, pois não foi criado pelo proletariado, mas sim pela 'força produtiva ciência'. Fundamenta-se nessa, e não tem mais nada a ver com a antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista" (Kurz, 1992, p. 229).

Kurz transforma o **fetiche** em forma social **totalizante**, contra a qual não é possível resistir. A lógica da história reduz-se ao movimento

---

[1] "Uma crítica social radical, renovada e praticada no apogeu da crise do sistema produtor de mercadorias, teria que se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas. (...) A **substância** material das potências alcançadas da socialização tem que ser radicalmente liberdada da **forma** histórica que contaminou essa substância e tornou-a extremamente destrutiva. O que é exigido é, portanto, uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria" (Kurz, 1992, pp. 226 e 232).

[2] Nesse ponto, Kurz é bastante conclusivo, pois, para ele: "A **linguagem racional** do socialismo está morta" (**FSP**, 5/11/1995).

irracional do capital, fundado na concorrência, em sua corrida cega e desenfreada pelo lucro. A naturalização, já aludida, da divisão capitalista do trabalho, decorre do entendimento de que a luta de classes somente torna-se inteligível quando situada no bojo do sistema de trocas, isto é, enquanto luta distributiva. No âmbito das relações **na** produção, nada de luta de classes, e, sim, movimento **totalizante** de racionalização da forma mercadoria. O sujeito possível é o fetiche e a história transforma-se, portanto, em história dessa forma social, ou seja, em **história do capital**. No interior de tal problemática, não resta outra alternativa, senão, dar "adeus" à revolução socialista:

> "Pela primeira vez deparamos com um desenvolvimento pleno da modernidade de um sistema capitalista global em crise, e sua superação nada mais terá a ver com tudo o que se chamava de revolução ou socialismo no âmbito da velha história da modernização. O que lhes diz respeito ainda constitui momento e parte na formação de sistemas de trabalho abstrato, produtor de mercadorias, ainda que continuamente tenha havido lampejos utópicos e por vezes até reacionários de idéias contrárias à sociedade do trabalho abstrato da modernidade" (Kurz, 1993, p. 192).

Entretanto, apesar de todo catastrofismo, Kurz ainda vislumbra uma possibilidade de saída da crise, quando se remete à superação da razão iluminista pela "razão sensível". A mudança de racionalidades, evidentemente, nada tem em comum com o universo da produção e, em certo sentido, exclui tendencialmente a **política**[1]. A iniciativa por

[1] "Está mais do que evidente que a maioria das grandes ações de massa contra a nova barbárie racista e nacionalista não foi iniciada pelos quadros da classe política mas, no melhor dos casos, com a participação de suas bases e de seus integrantes não-proeminentes e de inúmeras iniciativas particulares externas à política intitucional, por grupos locais, sociais ou profissionais etc. sem mandato oficial. Muita coisa lembra os aparentemente extintos novos movimentos sociais dos anos 80" (Kurz, 1993, p. 201).

mudanças encontra-se centrada no universo dos "novos movimentos sociais" , os "verdes", ou como prefere chamar Kurz, o "Terceiro Setor": [1]

> "A questão decisiva é saber se o terceiro setor tem condições de ser um novo paradigma de reprodução social (...). Talvez o futuro esteja na mão de uma 'economia natural microeletrônica' fundada em vínculos cooperativos" (**FSP**, 3/12/1995).

A **utopia da razão sensível** que poderá produzir a tão esperada desvinculação entre processo de reprodução social e categorias do sistema produtor de mercadorias, gerando a chamada "economia natural microeletrônica cooperativa", parece constituir-se na única possível nos marcos do desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas. O essencial é a transformação das consciências individuais[2] no sentido da difusão da "nova" racionalidade, definida apenas como **negação** da razão iluminista. Os sujeitos sociais para tal empreitada da razão? A resposta parece clara: as ONG'S. Afinal de contas, tais organizações não se constituem no universo produtivo, mas sim, na esfera do convencimento público. Potencialmente, estão cacifadas para a tarefa histórica de estabelecerem os critérios constitutivos do novo paradigma de reprodução social, para muito além do "envelhecido e obsoleto paradigma produtivo".

---

[1] Para Kurz, o "Terceiro Setor"constitui-se no espaço social difuso localizado entre Estado e mercado, composto da união de agrupamentos voluntários objetivando conter a miséria social e obstaculizar a destruição do meio ambiente (as ONG'S e demais organizações sem fins lucrativos).

[2] "A **iniciativa pessoal** (em oposição à administração burocrática estatal compulsória) não precisa necessariamente assumir a forma da procura abstrata do lucro. A meta de concepções alternativas, mais do que simplesmente remendar a economia de mercado, é chegar à superação efetiva do modo de vida fordista, profundamente interiorizado no cotidiano pelo mercado e pelo capital" (Kurz, 1993, p. 206).

I.3 - O Economicismo Encarnado nas Teses sobre a Crise do Trabalho.

Uma das peculiaridades mais marcantes do economicismo reside no fato de apresentar-se segundo formulações, por vezes, muito diferenciadas. A hipótese do desenvolvimento das forças produtivas enquanto força motriz última da história, hipótese essa levada até as últimas consequências pelo debate a respeito da crise do trabalho, encarna uma dessas formulações passíveis de um exame crítico mais aprofundado. Tomado como produto recente do processo de luta ideológica de classes, o economicismo contemporâneo de Gorz e Kurz[1] expressa, claramente, dimensões fundamentais da atual defensiva analítico-estratégica verificada no pensamento dito "de esquerda", "crítico" ou "inconformista", em relação à brutalidade do movimento das estruturas de domínio do imperialismo ocidental, objetivando recompor as bases, fissuradas pela crise, sociais e materiais de sua reprodução ampliada. Assim, consideramos que o economicismo encerrado nas teses sobre a crise do trabalho, revela-se verdadeiramente a partir de suas implicações

[1] Particularmente em relação a Kurz, foram muitas e conforme vários pontos-de-vistas as críticas direcionadas a suas teses mais relevantes. Vale dizer que **O Colapso da Modernização** (São Paulo, 1992), ao ser resenhado, antes da publicação em língua portuguesa, por Roberto Schwarz na conhecida seção "Tendências e Debates"do jornal **Folha de São Paulo**, causou realmente enorme expectativa nos meios intelectuais mais críticos, marxistas ou não, já saturados das apologias liberais quanto ao colapso do Leste Europeu. Quase de imediato, Bresser Pereira (1993), Giannotti (1993) e Oliveira (1993), publicaram suas considerações críticas cujo teor transitava da discordância em relação ao caráter "terminal"da presente crise (casos de Bresser e Oliveira), à idéia de que seria viável a existência futura de sociedades sem a presença de mediações de natureza mercantil (Giannotti). Gorender (1994) expõe, por sua vez, suas críticas ao **utopismo** contido na perspectiva, pretensamente **distante das utopias**, de Kurz e Ricardo Antunes (1995) também realça um conjunto de distanciamentos, com a particularidade de ser o único dentre todos os autores citados anteriormente a relevar o domínio de aspectos positivos sobre os negativos no livro tratado. De qualquer maneira, o essencial de nossa argumentação crítica, ou seja, o entendimento de que Kurz incorpora e sustenta **o mito do progresso técnico** enquanto fator determinante do desenvolvimento histórico, transformando o incremento das forças produtivas em motor **autônomo** dos processos de crise e transformações sociais, alheio, pois, às demais determinações sociais , parece não ter sido seriamente considerado por nenhum desses autores.

prático-políticas relacionadas ao conteúdo das intervenções das classes subalternas em seus embates contra o conjunto das estruturas de exploração do capital.

O incremento das forças produtivas entendido enquanto motor **autônomo** do desenvolvimento histórico, subtraindo o espaço ocupado pelas determinações de caráter classista, representa o fundamento último e necessário à hipótese, inerente ao debate, da supressão (pelo capital) das classes em luta. O efeito político imediato da articulação entre a tese do primado do desenvolvimento das forças produtivas e a hipótese da superação da análise classista é o bloqueio tendencial da ação organizada das classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes ou da destruição das formas existentes do processo de apropriação do trabalho excedente, base da reprodução das relações de classes. A hipótese da revolução autônoma das forças produtivas e a necessária "abolição" do trabalho e das classes, obstaculiza, na razão mesma que obscurece, a construção de um processo de apropriação que viabilize a superação da divisão social existente entre dominantes e subalternos, destruindo os fundamentos sociais e materiais da existência de classes.

A dominância da problemática das forças produtivas nas análises sobre a superação das sociedades de trabalho, traço definidor, a nosso ver, da **natureza essencialmente economicista** do debate vigente, suscita continuamente novos problemas para o movimento organizado das classes subalternas. A disposição em identificar as forças produtivas aos meios materiais de produção desconsidera o fato de que a principal força produtiva é constituída pelos próprios produtores. As teses sobre a crise do trabalho negam, consequentemente, o papel decisivo das lutas ideológicas e políticas de classes, bem como a necessidade de um partido revolucionário que dirija tais lutas. Por esse motivo, consideramos que a luta contra o reducionismo de caráter economicista, esforço integrante da

vida do marxismo, expressa o meio principal através do qual é atualizada a luta ideológica de classes.

Resumidamente, a hipótese da revolução autônoma das forças produtivas[1] serve, em última análise, de **justificação** a um conjunto de teses apologéticas do progresso técnico remetido à natureza das formações sociais capitalistas contemporânea, às condições de sua transformação e, sobretudo, às determinações necessárias ao processo de superação da crise atual através da eventual transição ao socialismo, sociedade do tempo livre, sociedade da razão sensível ou algo que o valha.

O desenvolvimento das potencialidades encerradas no movimento de superação da sociedade do trabalho, segundo a perspectiva da revolução autônoma das forças produtivas, será sempre "deformado", por assim dizer, visto contradizer essencialmente o processo de integralização do ciclo de acumulação do capital (afinal, robôs não compram mercadorias). Tanto Gorz, quanto Kurz buscam, freqüentemente, apreender tal contradição, isto é, entre o desenvolvimento da revolução microeletrônica e a lógica do capital, lançando mão de expressões do tipo: "agonia do capital", "capitalismo cassino", "sujeitos-dinheiro sem dinheiro"... A possibilidade da existência de tal contradição encerra, enquanto contrapartida, a vigência da hipótese de que a superação do capitalismo constitui-se em fenômeno já verificável objetivamente, mas não subjetivamente ("comunismo das coisas", "comunismo maduro"...). A revolução das forças produtivas, em sua essência, já teria se

---

1 "A revolução científico-técnica, considerada na sua 'essência' aparece sempre como uma revolução autônoma das forças produtivas; ela manifesta-se consequentemente por toda parte, sejam quais forem as relações de produção dominantes. (...) A revolução científico-técnica consiste essencialmente em que a produção material depende cada vez mais intimamente do desenvolvimento da ciência, transformada em 'força produtiva direta'e, de um modo mais geral, do trabalho intelectual ligado às tarefas de concepção, de controle e regulação do processo de produção (automação, 'cibernetização' do processo procutivo, etc.)" (Magaline, 1977, p.28).

desenvolvido, dessa forma, o suficiente para que pudéssemos vislumbrar nos países capitalistas mais adiantados tecnologicamente, a possibilidade efetiva de uma **transição racional e pacífica**, pois apoiada nas "novas" forças produtivas e não na revolução, ao socialismo[1].

A idéia mais geral consiste na hipótese de que a revolução das forças produtivas traduz-se em componente orgânico ao processo de passagem - **negativo** quando "sociedade do desemprego" ou **positivo** quando "sociedade do tempo livre" - da humanidade para uma sociedade não mais estruturada nas contradições entre classes, constituindo-se, portanto, no fator mais importante, **determinante**, podemos dizer, do processo de construção do socialismo e do comunismo. Assim, a revolução das forças produtivas exprime agudamente a contradição, de resto bastante conhecida, entre relações de produção e forças produtivas. Tal revolução, por assim dizer, opõe-se às características das forças produtivas saídas da estrutura capitalista de produção (tecnologias "ferrolho" x tecnologias "encruzilhada", para utilizarmos expressões cunhadas por Gorz), encerrando uma natureza radicalmente distinta da antiga revolução industrial.

O debate vigente afirma que o desenvolvimento das forças produtivas, entendido como fonte progressiva de toda mudança social, depende sempre do incremento do progresso técnico o qual, por sua vez, depende, antes de tudo, dos instrumentos de produção. De redução em redução, chegamos à hipótese de que são os instrumentos de produção, a microeletrônica e a telemática, notadamente, assim como as modificações

---

[1] O socialismo aparecerá mais tarde ou mais cedo à maioria da população como a única solução racional e razoável das contradições econômicas em que se debate o capitalismo monopolista de Estado. A tarefa do novo poder democrático será essencialmente libertar as novas forças produtivas do entrave que as relações capitalistas de produção constituem, permitindo assim seu pleno desenvolvimento.. (...) O socialismo realizar-se-á à escala mundial, e em condições de relativa facilidade a partir do momento em que ele tenha surgido à imensa maioria dos povos como o único quadro adequado ao pleno desenvolvimento das forças produtivas modernas" (Magaline, 1977, pp.29 e 31).

que estes conhecem em consequência do desenvolvimento incessante da produção material, os fatores determinantes das mutações e crises históricas. Os condicionantes sociais da transformação dos instrumentos de produção nunca são seriamente levados em conta ou encarados como uma questão a ser relevada. No âmbito dos instrumentos de produção é a razão alheia às contradições classistas que vigora impassível. Nada mais natural que tal razão, **autônoma** pois não subordinada aos determinantes sociais, constitua a fonte última do desaparecimento das classes e, conseqüentemente, da exploração[1].

Contrariamente ao proponentes do debate atual, a filosofia da práxis afirma que o processo histórico é **determinado**, em última instância, pelas contradições sociais de caráter classista, mesmo que mediadas pela ação de partidos, Estados, aparelhos hegemônicos ou estruturas de poder transnacional. [2] Tais contradições têm por base material não uma simples alteração nos instrumentos de produção, mesmo que essa seja apresentada como uma "revolução tecnológica", mas as contradições da base econômica (a unidade complexa das relações de produção e das forças produtivas) e desenvolvem-se através das formas ideológicas as quais essas contradições dão nascimento.

---

[1] Gorz e Kurz, dessa forma, acabam por negar, simplesmente, o fato de que a luta de classes desenvolve-se de modo **decisivo** na esfera da produção imediata e, nesse meio, a burguesia monopoliza os instrumentos para levar a bom termo uma iniciativa hegemônica. A nosso ver, tal dimensão da questão não pode ser desconsiderada com tanta facilidade.

[2] Segundo o ponto-de-vista aqui adotado, consideramos que a teoria de Marx exposta em **O Capital** reconhece que a realidade social é essencialmente caracterizada não pela existência a cada momento de uma contradição simples, mas, ao contrário, pela **vigência complexa de uma multiplicidade real de contradições**: "A redução do movimento histórico a uma **sucessão** de contradições simples, engendrando-se necessariamente uma após a outra, e numa ordem pré-determinada, corresponde não ao movimento da dialética materialista, mas ao da dialética hegeliana. Esta não exclui **uma diversidade aparente das contradições, mas supõe que todas as contradições presentes ao mesmo tempo em uma 'sociedade' não são senão a 'expressão' de uma contradição fundamental**" (Bettelheim, 1983, p. 504; grifos do autor).

As teses sobre a crise do trabalho rechaçam o papel das contradições sociais, das lutas das classes subalternas no sentido da revolucionarização das relações de produção dominantes e consequente realização de sua visão de mundo, em favorecimento da luta pela "melhor distribuição dos frutos do progresso técnico"(Gorz), luta essa essencialmente defensivista e através da qual são esperadas as transformações sociais mais "radicais", tais como, condição de saída da crise, a **difusão da racionalidade sensível anti-produtivista** (Kurz), ou a **limitação da esfera da heteronomia** (Gorz). O debate sobre a crise do trabalho não vai muito além de uma **representação fatalista**, por vezes catastrofista, do desenvolvimento social que atribui um caráter de determinação histórica ao progresso técnico, atualizada no interior da problematização acerca de uma suposta "revolução"da microeletrônica, cibernética, informática...

Como já foi dito antes, o processo de superação do reducionismo economicista passa, necessariamente, pelo entendimento de que o progresso técnico testemunha e subordina-se ao caráter antagônico das contradições sociais classistas[1] . A síntese promovida pelo atual debate sobre a crise da sociedade do trabalho deve ser entendida, antes de mais nada, como:

> "(...) indicação do caráter estratégico e central das relações de produção capitalistas, hoje mais do que nunca, tanto no sentido da **modelagem** da "nova ordem mundial", quanto no da **conservação** da velha ordem social" (Tude de Souza, 1995, p.4).

---

1 "É o que parece indicar o fato de que o maior avanço legado pelas últimas décadas deste século em matéria de informática, micro-eletrônica e outros **Cyber Progress**, não logrou assegurar o **progresso universal e a emancipação humana** tão propalados, outrora pela **sociedade industrial**, e hoje em dia pela **sociedade da informação**. Ao contrário, expôs e confrontou o homem à uma dupla alteridade, esta sim, incontornável neste fim de século: de simples, útil e necessário prolongamento do homem (de sua força humana, vital) e da natureza - chegando mesmo a constituir-se em uma segunda natureza - a ciência e a técnica, a pesquisa e a inovação (como coroamentos da humanização e da dominação da natureza...) se constituem hoje em **realidade à parte**" (Tude de Souza, 1995, p.3).

Se o debate revela uma dimensão a um só tempo complexa e original do momento atual, indica também a elasticidade da expressão **crise da sociedade do trabalho**. Fala-se em crise explicativa da categoria trabalho, do mercado de trabalho, da estratégia "welfare" do Estado burguês, do sindicalismo... A expansão sem medidas do campo de análise deve conduzir a um questionamento com relação à própria natureza da noção de crise e, particularmente, se ainda é possível falar em crise para expressar a forma de existência do modo de produção capitalista segundo suas modalidades contemporâneas de materialização:

> "O primeiro risco a mencionar é o da **banalização do conceito**,(...) ao insistir-se , com ele, sobre a gravidade de um certo número de problemas específicos de uma crise global resultante da superposição de (sub) crises específicas. Com isso, apreende-se a totalidade pelos atributos de cada parte, deduzindo-se daí, de forma mecânica e reducionista, **o caráter multiforme e global da crise**. Em segundo lugar, a substantivação da crise, segundo seus múltiplos aspectos factuais e setoriais, mascara o caráter estrutural e orgânico da crise mundial, levando a ilusão de que bastaria intervir isoladamente sobre certos aspectos econômicos e institucionais para restaurar a **dinâmica de regulação do conjunto**" (Tude de Souza, 1995, p.5).

Queremos dizer com isso que é necessário não perder de vista a perspectiva da **totalidade**.O resgate dessa dimensão conforme a formulação materialista da dialética, portanto, a salvaguarda da filosofia da práxis, objetiva, por um lado, superar o reducionismo próprio à ciência burguesa que confere autonomia às abstrações de seus intelectuais diluindo, desse modo, a unidade intrínseca que envolve sujeito e objeto do conhecimento. Por outro, o ponto-de-vista da totalidade obriga o sujeito do conhecimento a pensar, a si e ao objeto (a sociedade) enquanto totalidade e essa só pode ser apreendida contemporaneamente, segundo a dinâmica

das classes. A perspectiva da totalidade é a perspectiva da luta de classes. É por esse motivo que o debate sobre a crise da sociedade do trabalho padece de outra carência fundante: a reificação tanto da divisão do trabalho quanto da especialização científica entendidas como processos irreversíveis e inerentes à "modernidade" (de resto, uma temática essencialmente weberiana). A aceitação dos imperativos inevitáveis da divisão do trabalho também é outro indicador da aceitação daideologia do progresso técnico e do abandono da teoria das classes e da revolução, para além da discussão, novamente, sobre a categoria trabalho (em crise ou não)[1] .

Nossa análise da crise, através da qual o capitalismo atualiza suas estruturas de domínio, vai no sentido de apreender as sociedades atuais, em seu movimento de disputas hegemônicas, segundo um duplo registro: o da antiga sociedade que se declara em situação de crise e onde racionalidades tendem a ser superadas, como o "velho" **projeto hegemônico social-democrata**[2], por exemplo; e aquele de uma "nova

---

1 Relembrando Lukács: "É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa. A categoria da totalidade, a dominação do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, constituem a essência do método que Marx tomou de Hegel e que transformou de maneira original para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova. A separação capitalista entre o produtor e o processo de conjunto da produção, a parcelarização do processo de trabalho em partes que deixam de lado o caráter humano do trabalhador, a atomização da sociedade em indivíduos que vão produzindo sempre sem plano e sem acordo, etc., tudo isso devia necessariamente exercer também uma profunda influência no pensamento, na ciência e na filosofia do capitalismo. (...) **O reino da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário da ciência**" (1974, p.41).

2 Em linhas gerais, o chamado projeto hegemônico social-democrata que vigorou, sobretudo, nos países imperialistas durante as duas primeiras décadas do pós-guerra, baseava-se num determinado compromisso estabelecido entre o patronato e o segmento de trabalhadores brancos, masculinos e sindicalizados (correlação de força entre as classes) que permitia realizar, através da intervenção estrutural da estratégia "welfare" do Estado burguês, a conexão entre a produção massificada de bens padronizados e a progressiva ampliação do consumo. O acordo negociado entre patronato e sindicatos, intimamente articulado com a contextualidade histórica do embate entre blocos hegemônicos concorrentes característico do período da chamada **Guerra Fria**, permitia, relativamente, a redistribuição dos ganhos de produtividade a essa parcela dos assalariados, realizando, em parte, o ideal keynesiano de crescimento econômico acompanhado por harmonia social. Por um lado, o acordo reconhecia o papel da direção.

sociedade" que se inscreve no horizonte de possibilidades abertas pela dinâmica das contradições classistas no seio da velha estrutura social (cf. Tude de Souza, 1995). É segundo esse suposto que devemos buscar analisar as novas modalidades de organização política e cultural dos grupos dominantes, conforme suas estratégias renovadas de reprodução das formas sociais da subalternidade das classes trabalhadoras.

Tal crise, por assim dizer, inscreve-se no movimento que Gramsci nos **Cadernos** (cf. capítulo III desse trabalho), ao desenvolver as principais teses contidas no "Prefácio de 1859" de Marx, chamou de **crise orgânica**, ou seja, períodos históricos em que ocorreria um certo "amadurecimento consciente" do caráter irreconciliável e insuperável (dentro da lógica da reprodução ampliada do capital, vale lembrar) das contradições classistas, articulado ao não-esgotamento das possibilidades de luta e desdobramentos estratégicos da velha estrutura social, inaugurando, desse modo, um renovado período de disputas e embates entre classes e racionalidades, onde as tarefas postas são próprias das "novas" condições sociais e políticas. A historicidade da crise contemporânea materializa-se segundo múltiplas formas, sendo que as mais evidentes, a nosso ver, seriam: a crise capitalista agregada à crise/colapso do chamado "socialismo real" (bloco coletivista de Estado) desembocando na crise do projeto alternativo revolucionário, bem como, a crise dos aparelhos de hegemonia da sociedade, dita, "democrática" (expressão da reação reformista aos processos emancipatórios de superação das relações de produção capitalistas).

---

no tocante à organização do processo produtivo e na tomada de decisões estratégicas quanto aos mercados e investimentos, à classe patronal e, por outro, os sindicatos lutavam para conquistar a maior parcela dos ganhos de produtividade, associados à difusão e consolidação das normas de produção e consumo em massa.

CAPÍTULO II - ARGUMENTAÇÕES PÓS-FORDISTAS.

Apresentação

A nosso ver, não é possível analisar o complexo conjunto das atuais mutações capitalistas envolvendo as formas de organização da vida estatal, ou seja, os processos e mercados de trabalho, a difusão do desemprego, as alterações das estruturas do Estado e modalidades de intervenção política das classes subalternas, sem uma compreensão da natureza da crise que engendra tal processo. O nexo entre a crise contemporânea e seus desdobramentos produtivos é, a um só tempo, historicamente indissolúvel e estrategicamente irredutível. As **teses sobre o pós-fordismo** tematizam essa unidade, mesmo que segundo um ponto-de-vista economicista. Nesse aspecto, reside a força de seu apelo ideológico e sua maior carência. Entrar em tal debate significa, no fundamental, des-construir o nexo crise-reestruturação conforme seus determinantes reducionistas para, posteriormente, integrá-lo em uma unidade que expresse a validade analítico-estratégica das lutas de classes através do resgate da autonomia da filosofia da práxis e suas categorias críticas. O objetivo desse capítulo será o de identificar os principais elementos que compõem o cerne das argumentações pós-fordistas para, então, realizar um balanço crítico intermediário mediante o apontamento de suas carências e a denúncia de sua integração à racionalidade das formas burguesas de representação da realidade.

II.1 - O Pós-Fordismo como Novo Regime de Acumulação.

No decorrer das duas últimas décadas, a crise contemporânea mundial do capitalismo oligopolista tem engendrado profundas mutações nas formas de organização da vida estatal (alterações políticas, econômicas e sociais), bem como desorganizando o pensamento socialista, no sentido de uma pretensa superação de suas bases racionais (conceitos como valor, classes e trabalho, por exemplo) e, portanto, dos fundamentos últimos de sua ação política. Segundo suas diversas formas de materialização histórica, tais mutações são anunciadas com mais força na razão direta em que questionam todo um conjunto de noções estabelecidas pelos teóricos reformistas (tais como, a idéia do crescimento auto-sustentado, a distribuição equitativa da renda nacional ou o acesso garantido aos mercados de consumo e de trabalho) para a análise do desenvolvimento capitalista durante o processo de expansão imperialista do pós-guerra.

No bojo dessas mutações envolvendo a totalidade das formas de organização da vida estatal, várias foram as teorias que buscaram propor uma nova periodização para o capitalismo oligopolista em crise. Segundo certos autores[1], o capitalismo estaria gestando a partir de seu processo de crise e reestruturação, as bases materiais e sociais para a emergência de um "novo regime de acumulação" fundado em um suposto **novo** "método de produção". Esse "método" combinaria novas tecnologias de base computacional (a informática aplicada à microeletrônica e à robótica), novos padrões de demanda e consumo coletivo, bem como, novas formas de organização social da produção, em um modelo coerente e generalizável. Articular as oportunidades estratégicas que, supostamente,

[1] Cf., sobretudo, Aglietta (1979), Hirst e Zeitlin (1989) e Piore e Sabel (1984).

essas mudanças abririam para o reformismo social-democrata em crise, parece ser o objetivo comum a todas essas teorias.

O **novo regime de acumulação** atende por vários nomes, como *"neo-fordismo", "especialização flexível", "ohnismo", "toyotismo"* e outros. Contudo, tal regime teria traços constitutivos bem definidos. Ao conjunto dessas teorias que encontram-se fundadas em uma tematização da crise contemporânea entendida como a crise do fordismo ou da sociedade industrial produtora de bens massificados. e seus desdobramentos **em termos acentuadamente economicistas,** mesmo que a primeira vista elas não transpareçam encerrar tal dimensão, chamaremos genericamente de teses sobre o **pós-fordismo**.[1]

Com isso, não queremos dizer que tais teorias não tenham suas diferenças e especificidades em termos de objeto e métodos distintos. A análise da crise contemporânea também é singular em cada uma das teorias, apesar de alguns pontos de convergência também existirem. Queremos dizer somente que as **teses** enunciadas por essas duas teorias, principalmente, a regulação francesa e a especialização flexível, unificam uma problemática **pós-fordista** de conjunto, encerrada em uma abordagem reducionista e economicista do nexo envolvendo a crise contemporânea do capitalismo e a reestruturação produtiva em curso.

As teses sobre o pós-fordismo afirmam, grosso modo, que um maior crescimento econômico só é possível no interior de uma determinada estrutura institucional reguladora, capaz de conciliar o crescimento econômico auto-sustentado com a harmonia e prosperidade

---

[1] As teorias mais influentes surgidas no interior das tentativas reformistas para reavivar o ideal social-democrático seriam, segundo Clarke (1991), a **Teoria Francesa da Regulação,** cujo pioneiro foi Michel Aglietta, popularizada por Alain Lipietz; a **Teoria das Estruturas Sociais da Acumulação,** desenvolvida basicamente por Tom Weisskopf, Samuel Bowles e David Gordon; e a **Teoria da Especialização Flexível**, desenvolvida sobretudo por Michael Piore e Charles Sabel.

social [1]. O entendimento teórico que perpassa todas essas teses sobre o pós-fordismo pode ser resumido na afirmação de que o crescimento econômico do pós-guerra e a hegemonia social-democrática da década de 60 fundamentou-se numa forma de produção tida como "fordista"[2]

Os teóricos do pós-fordismo acreditam que os anos 90 irão forjar novos modelos de regulação macrosocial, a exemplo do que teria acontecido no decorrer do período de expansão imperialista do pós-guerra, adequados às novas formas de produção, definindo tanto os limites como as oportunidades para as estratégias renovadas das políticas reformistas.[3] A crise do fordismo ou do sistema industrial baseado na produção em massa, levaria a uma crescente fragmentação econômica, social e política, da qual deve surgir um novo regime pós-fordista, ou neo-fordista ou de uma especialização flexível, para ocupar a vaga deixada pelo "antigo regime" de acumulação.

II.1.A - Especialização Flexível e Colaboracionismo Classista.

Na visão de Piore e Sabel (1984), por exemplo, a saturação dos mercados de massa acarretaria uma crescente diferenciação dos produtos

---

[1] Neste sentido, não é sem razão que o livro de Piore e Sabel ao qual nos remeteremos mais adiante tem como sub-título: "Possibilidades para a Prosperidade".

[2] Via de regra, o **fordismo**, termo central do debate, estaria baseado, segundo essas teorias, na produção em massa de produtos padronizados utilizando a tecnologia "rígida" da linha de montagem com máquinas especializadas e rotinas de trabalho homogêneas. Consegue-se uma maior produtividade através das economias de escalas, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Tal processo originaria o trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocratizados negociando salários uniformes e que crescem em proporção aos aumentos da produtividade. O equilíbrio geral entre a oferta crescente de bens padronizados e a demanda crescente dado o incremento salarial é alcançado por meio de políticas keynesianas de macroeconomia, enquanto o equilíbrio geral entre salários e lucros seria conseguido através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado.

[3] Nesse sentido, Clarke afirma, com uma boa dose de razão que:"O pós-fordismo não retrata um futuro inevitável, mas define um **projeto político**. Seu apelo ideológico vem do fato que, como lhe falta qualquer fundamento social significativo, ele baseia suas reivindicações na sua necessidade histórica" (1991, p. 121)

com uma ênfase na qualidade das mercadorias cada vez mais diversificadas, o que exigiria turnos de trabalho mais curtos e unidades de produção menores e mais flexíveis. As novas tecnologias microeletrônicas ou de base computacional forneceriam os meios pelos quais o capitalismo reestruturado poderia realizar essa produção flexível.

Clarke denuncia tal interpretação das atuais mudanças enquanto "ideológicas" na medida em que

> "(...) O modelo pós-fordista apenas concatena umas tantas observações superficiais da sociedade contemporânea, sem sequer especificar a relação teórica entre os vários elementos do suposto regime pós-fordista, muito menos submetê-los a qualquer exame crítico" (1991, pp. 121-122). [1]

Em particular, o modelo da especialização flexível, foi desenvolvido originalmente a partir da generalização de uma pesquisa de Charles Sabel (1982), na região italiana da Emília-Romagna, a chamada Terceira Itália. Esse trabalho tinha a pretensão de relacionar as novas formas de alta tecnologia e produção artesanal cooperativa com o contexto econômico, social e político muito específico no qual eles haviam surgido. A coerência do modelo original provinha da particularidade de suas circunstâncias, como bem lembrou Clarke (1991), base para a explicação das condições favoráveis que possibilitaram certo grau de colaboração entre empresas e permitiam que uma parte da força-de-trabalho desfrutasse de relações vantajosas do ponto-de-vista material e social.

Contudo, já na obra **The Second Industrial Divide** (Nova Iorque, 1984), Sabel, agora em parceria com Michael Piore, generaliza seu modelo

---

[1] E complementa: "As necessidades do pós-fordismo não provém das suas próprias virtudes definíveis (visto os contornos do modelo ainda não estarem claros o suficiente e só poderem ser identificados através de um extenso período de crise e reestruturação das relações de produção capitalistas) , mas da sua alegação implícita de que não há alternativa para a social-democracia perante a suposta crise terminal do fordismo...O pós-fordismo não é uma realidade, nem mesmo uma visão coerente do futuro, mas sobretudo uma expressão da esperança de que o futuro desenvolvimento capitalista será a salvação da social democracia"(Clarke, 1991, p. 122).

(que trataremos com mais detalhe em seguida) como sendo a base de uma concepção "proudhonista" de um novo futuro para a produção artesanal cooperativa estruturada em nível de pequena escala. Posteriormente, Hirst e Zeitlin (1989) retiram todas as limitações do modelo, quebrando o vínculo entre a especialização flexível e quaisquer condições particulares, técnicas ou econômicas, insistindo na universalização do modelo, dado que as relações de cooperação e confiança necessárias não dependeriam da produção em pequena escala, nem de uma determinada tecnologia ou relação com o mercado, mas somente da presença apropriada de um conjunto de valores particulares. Como podemos notar, encontra-se sedimentada a via teórica para um novo (?) tipo de colaboracionismo classista e de subordinação de um conjunto de práticas e representações das classes subalternas ao discurso e projeto dos dominantes. [1]

Em resumo, a teoria da especialização flexível estaria baseada na experiência de algumas regiões industriais bem sucedidas e, sobretudo, na generalização de elementos próprios da organização industrial dessas regiões que, supostamente, definiria os contornos teórico de um "novo regime de acumulação" (Aglietta, 1979), neo-fordista ou de especialização flexível, a ser concretizado na década de 90[2]. As teses sobre o pós-fordismo parecem, nesse sentido, tornar possível realizar o sonho social-democrata de reconciliar os interesses do capital em assegurar altas taxas

---

1 "É difícil detectar qualquer coerência no modelo da "especialização flexível", enquanto que sua aplicabilidade empírica também já foi amplamente contestada. Willians e outros apresentam uma crítica completa de Sabel e Piore, mostrando que o modelo não postula relações coerentes entre seus diferentes elementos e que não há prova empírica para a suposta quebra dos mercados de massa nem para a suposta incapacidade da produção de massa em responder a mudanças das condições econômicas, e nem ainda para a suposta correlação entre a nova tecnologia e a escala e as formas sociais da produção " (Clarke, 1991, p. 125).

2 O livro de Coriat, **Pensar pelo Avesso** (RJ, 1994), analisando o modelo japonês de trabalho e organização, avança , acentuadamente, no sentido do projeto político pós-fordista na medida em que, ao identificar os traços fundamentais do que este chama ohnismo (superação do fordismo), reivindica uma social-democratização de tal regime. Trataremos de tal ponto, com mais sistematicidade, no último capítulo desse trabalho.

de produtividade com os interesses das classes subalternas em articular atisfação no trabalho com níveis elevados de renda.

II.1.B - Teoria da Regulação e Reformismo Político.

Acompanhando o raciocínio desenvolvido por Clarke (1990), a análise da crise do fordismo e da consequente transição para o "pós-fordismo" ("neo-fordismo", "ohnismo" ou algo que o valha), possui como fundamento último a tradição teórica do marxismo subjacente tanto ao reformismo da II Internacional quanto ao "socialismo" estatal da III Internacional, segundo sua teoria do **capitalismo monopolista de Estado** (cf. a conclusão do livro de Aglietta, 1979). Baseada, portanto, nos princípios teóricos do que ficou conhecido como sendo as formas **economicistas** do marxismo vulgarizado.

Particularmente, os revisionistas da II Internacional, seguindo Bernstein[1] e os Fabianos ingleses, tendiam a ver o **principal foco da contradição social** não no caráter classista das relações de produção capitalistas, mas na anarquia do mercado, percebendo a base das novas relações sociais de produção não na crescente unidade e autoconsciência das classes subalternas, mas na concentração e centralização do capital. Tal fato tornaria possível, segundo a clássica formulação revisionista, a superação da anarquia do mercado sem a necessidade de uma revolução social que demolisse as relações sociais capitalistas, através da "regulação consciente da produção". Desse modo, a ascensão de cartéis e a regulação estatal da produção poderiam neutralizar/superar as contradições do capitalismo.

Tanto o avanço político da social-democracia na I Guerra Mundial quanto a conquista do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917

---

1 Cf. Bernstein (1982), particularmente o Capítulo III, intitulado "O Desenvolvimento Econômico da Sociedade Moderna".

contribuíram, segundo Clarke (1990), para identificar o socialismo com poder estatal, seja em sua forma revisionista, seja em sua forma revolucionária. Quer na versão social-democrata ou na bolchevique, a expressão subjetiva da socialização das forças produtivas era identificada não com o poder organizado pelas classes subalternas mas, no caso bolchevique, com o **poder organizado da classe trabalhadora**, ou seja, o Estado sob a direção do partido. Essa interpretação do materialismo histórico segundo a qual a história é a história da adaptação das relações sociais aos requerimentos funcionais das forças produtivas, foi finalmente canonizado por Stálin em sua obra **Materialismo Histórico** e **Materialismo Dialético** (São Paulo, 1979).

Contudo, interroga-se Clarke (1990) : como poderíamos considerar a teoria da regulação, por exemplo, como herdeira dessa tradição vulgar do economicismo marxista vigente na II e III Internacionais quando seus teóricos declaram-se profundamente anti-economicistas, ressaltando o papel dos fatores culturais, ideológicos e políticos na história? Clarke responde dizendo que tanto Plekhanov quanto Stálin, dois dos principais representantes dessas interpretações vulgares do marxismo, não descartaram a importância de tais fatores:

> "Stalin, provavelmente atribuiu, mais do que qualquer outro, um grande papel a tais fatores: longe de ter um fé excessiva na manifestação automática da dialética materialista, Stalin viu o progresso histórico ameaçado por todos os lados pelo reacionarismo das forcas culturais, ideológicas e políticas, o qual tinha que ser impiedosamente reprimido e exterminado" (1990, p. 137).

Para Clarke, entretanto, a inspiração dos teóricos do pós-fordismo não foi buscada em Stálin ou Plekhanov, mas em Gramsci, mais particularmente o Gramsci dos **Cadernos do Cárcere**. Nesse ponto, nossa análise distancia-se da empreendida por Clarke devido ao fato de considerarmos equivocado seu intento de buscar em Gramsci uma "visão

otimista" sobre os potenciais do futuro fundada em princípios dos imperativos técnicos da moderna produção capitalista. Uma coisa é constatar que os regulacionistas reivindicam uma suposta matriz gramsciana iluminando seus trabalhos[1]. Outra, bem diferente, é essa constatação traduzir-se em verdade analítica e estratégica no espírito das formulações contidas nos **Cadernos**.

Na realidade, invocar um autor não significa necessariamente compartilhar ou desenvolver suas concepções. Clarke descontextualiza o texto gramsciano des-historicizando seu discurso para, assim, encontrar uma suposta "utopia fordista em Gramsci". Para Clarke, o elemento que diferenciaria Gramsci de seus contemporâneos, a Teoria da Regulação, seria o conteúdo da visão deste, isto é, a "utopia" de Gramsci desenvolvida em "Americanismo e Fordismo" seria inequivocamente fordista, enquanto a utopia pós-fordista seria quase uma inversão dos sonhos desse.

Contrariamente, nosso ponto-de-vista basea-se na idéia de que a melhor abordagem anti-economicista possível em relação às teses sobre o pós-fordismo encerra-se no construto teórico, analítico e estratégico elaborado por Gramsci nos **Cadernos**, particularmente a "constelação" (Tosel) dos conceitos de hegemonia, crise orgânica e revolução passiva. As possibilidades de uma leitura alternativa não-reducionista do nexo existente entre a crise atual e a reestruturação capitalista nós deixaremos para mais adiante. No momento, cabe dizer que tematizar o atual processo de reestruturação produtiva em sua diversas manifestações significa ao mesmo tempo tematizar a natureza e determinações da crise contemporânea capitalista da qual a reestruturação não é, senão, uma tentativa de resposta.

---

[1] Tal matriz estaria expressa na própria construção regulacionista do conceito de fordismo, uma suposta homenagem a Gramsci, referindo-se a seu conjunto de textos intitulado "Americanismo e Fordismo"(Cf. Boyer, 1990).

De acordo com a perspectiva de Clarke referida acima, o chamado pós-fordismo nas teorias de regulação e da especialização flexível, constitui-se muito mais em um projeto político para a social-democracia em crise do que um conceito científico propriamente dito. Apesar disso, os proponentes do modelo pós-fordista de organização da produção e do Estado reivindicam o estatuto de ciência para suas análises. Não nos cabe aqui discutir em pormenores se as teses pós-fordistas são científicas ou ideológicas, ou se o pós-fordismo realizará seu projeto de sociedade, completamente ou não.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que as teorias sobre o pós-fordismo tematizam um conjunto determinado de relações existentes entre a crise capitalista contemporânea[1] e seus desdobramentos econômicos, políticos, ideológicos, por vezes, culturais, mas que se encontra limitado pelas apreciações a respeito da emergência de um novo regime de acumulação e novas formas reguladoras, estatais ou não. A nosso ver, a questão principal é, menos combater, como o faz Clarke (1991), os indícios da materialização desse suposto "novo" regime, mas sim demonstrar como o **caráter múltiplo das determinações históricas** que efetivamente engendraram as atuais modificações no interior do modo de produção capitalista encontra-se obscurecido e subordinado a manifestações fenomênicas ou conjunturais desse processo, nas várias proposições sobre o pós-fordismo.

[1] Crise esta interpretada das mais diversas formas, tais como: crise de relação salarial, crise do trabalho, crise do sindicalismo, crise da produtividade, crise do político, crise do Estado, crise do financiamento, crise ecológica e outras.

II.2 - Crise e Reestruturação na Análise Regulacionista.

É possível dizer, analisando parte dos estudos da chamada Escola Francesa da Regulação e, particularmente, a obra que em certo sentido fundou[1] essa teoria, caso do livro de Michel Aglietta, intitulado na tradução espanhola **Regulación y Crisis del Capitalismo** (1979), que toda a problemática envolvendo a relação existente entre a crise capitalista contemporânea e o atual processo de reestruturação produtiva remete-se, mediata ou imediatamente, ao entendimento e desdobramentos do conceito de fordismo. Nada mais natural, portanto, que a aproximação ao que estou aqui chamando de **nexo crise-reestruturação** na Teoria da Regulação comece pela apreciação desse conceito.

II.2.A - A Configuração Técnica das Forças Produtivas na Análise da Crise do Fordismo.

De início, Aglietta parte de comentários a respeito do taylorismo entendido, em sua opinião, como sendo uma determinada "lógica de abstração" no processo de trabalho que atua no sentido da normalização dos locais de trabalho ao fixar os trabalhadores em seus postos. Concomitantemente, o taylorismo acentuou a continuidade das tarefas produtivas com o objetivo de garantir a maior uniformidade possível dos fluxos pelos quais circulam as informações e os objetos em transformação. Tendo por base esse entendimento, Aglietta (1981) conclui pela hipótese de que o fordismo seria:

> "(...) A aplicação dos princípios do taylorismo a todas as espécies de processos de trabalho e a generalização da lógica do maquinismo nos modos de consumo. A dinâmica da integração das seções produtivas densificou enormemente os intercâmbios

[1] Cf. Boyer (1990).

> mercantis, transformando as condições de produção sob o impulso da mais-valia relativa e, por esse motivo, dado uma intensidade precedentemente desconhecida ao ritmo da acumulação intensiva após a Segunda Guerra Mundial " (p. 62-63).[1]

O fordismo, neste sentido, passaria a ser visto não mais como a aplicação da maquinaria disposta em linhas de montagem somadas à fragmentação taylorista dos saberes operários mas sim como uma "superação" do taylorismo na medida em que designa um conjunto de importantes transformações de processo de trabalho intimamente ligadas às mudanças nas condições de existência do trabalho assalariado que originam a formação de uma norma social de consumo e tendem a institucionalizar a luta econômica de classes na negociação coletiva.

O fordismo caracterizaria:

> "(...) Um novo estágio da regulação do capitalismo, o do regime de acumulação intensiva, no qual a classe capitalista busca gerir a **reprodução global** da força de trabalho assalariada através da íntima articulação das relações de produção e mercantis mediante as quais os trabalhadores assalariados adquirem seus meios de consumo. O fordismo é, pois, o princípio de uma **articulação do processo de produção e do modo de consumo**, que instaura a produção em massa, chave da universalização do trabalho assalariado " (Aglietta, 1979, pp. 93-94).

A articulação entre o processo de trabalho voltado para a produção massificada de bens padronizados e a norma social de consumo regulada pelas intervenções institucionais (forma estatal) passa, pois, a ser o elemento definidor do fordismo. Assim, o fordismo incrementaria a taxa de mais-valia desenvolvendo o conjunto das relações sociais que

---

[1] E complementa: "Em lugar de desenvolverem-se segundo sua capacidade para renovar seu capital e de inverter seus benefícios próprios segundo a sanção *a posteriori* do mercado, as grandes empresas (sob o fordismo) incorporam *a priori* seus custos de desenvolvimento no benefício bruto realizado nas fileiras (de mercadorias) em expansão" (1981, p. 64).

unificam estreitamente o processo de trabalho e a norma social de consumo. O setor produtor de meios de consumo parece estar dotado de uma dinâmica que emanaria do próprio consumo.

Como a acumulação chega a conservar um ritmo relativamente regular graças a uma certa harmonia do desenvolvimento dos setores, não se coloca o grave problema da demanda efetiva. Para Aglietta:

> "A 'sociedade de consumo' parece haver resolvido definitivamente as contradições do capitalismo e as crises. Essa foi a evolução observada nos vintes anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, cujas linhas principais analisamos no capítulo 1: uma elevação relativamente regular do salário real permitida pelo contínuo decréscimo do custo salarial social real que se reflete numa elevação da taxa de mais-valia" (1979, p. 139).

Contudo, apesar desta aparência, o capitalismo passa a viver a partir do final da década de 60 um acentuado processo de recessão e estagnação econômica expresso, sobretudo, na queda da taxa de lucros dos países imperialistas. É sobre este movimento de baixa lucratividade, elevação inflacionária e alteração nas formas de regulação institucional que Aglietta busca analisar a crise capitalista enquanto crise do fordismo.

II.2.B - A Centralidade da Relação Salarial na Crise do Modo de Regulação Fordista.

Antes, é preciso que se diga que, em Aglietta, o centro da análise da dinâmica econômica e da natureza e desdobramentos da crise encerra-se na **relação salarial** inscrita no marco de uma rede institucional e normativa estreitamente articulada com as relações mercantis que se subordinam ao poder monetário e suas formas.

Os imbricamentos entre a crise, formas institucionais e a relação salarial torna-se mais clara na seguinte passagem :

> "Estas formas sociais (instituições e procedimentos codificados) tiveram uma influência normalizadora, pois captaram os conflitos e os submeteram à lógica repetitiva de um movimento regulado. As perspectivas da acumulação foram regularizadas em um grau suficiente para polarizar os enfrentamentos, até o ponto de tornar previsíveis as novas zonas de inversão partindo das condições atuais de produção. **A crise** deve ser vista, antes de tudo, **como o deslocamento do ciclo normativo das formas sociais estabelecidas** sob o efeito de uma elevação das lutas de classe. Esta elevação **tem sua raiz** nas tensões extremas que a **acumulação monetária do capital** engendra nas relações reais de produção e consumo" (Aglietta, 1981, p. 59; grifos nossos).

A questão fundamental em relação à natureza da crise contemporânea passa a ser, pois, a de enumerar e analisar as razões essenciais da **perda da eficácia das normas e formas da regulação social** invocando, para isso, o modo pelo qual a inflação, por exemplo, passa a ser (após 1973) a síntese das tendências estruturais entre os vários focos da crise. A crise contemporânea do capitalismo é entendida nos marcos da crise de uma relação salarial singular, ou seja, a relação salarial fordista. A crise atual passa a ser analisada como **crise do fordismo** :

> "Na raiz das crises contemporâneas, não se encontra um questionamento da relação salarial mesma, senão de uma relação salarial, ou seja, de um conjunto de normas sociais, e de certas formas que as colocam em prática. Este conjunto de normas é o que regulou a generalização da população assalariada nas sociedades ocidentais desde aproximadamente a metade do século. Tornou-se cômodo dar o nome de fordismo, ao funcionamento coerente destas normas" (Aglieta, 1981, p.59).

A crise do fordismo detém uma aparência de globalidade pois a conexão das formas sociais propaga o questionamento de um conjunto de

normas previamente aceitas e estruturalmente acordadas. Tal crise se manifesta através de uma sucessão de explosões e retrocessos do conflito que passa a tomar o lugar da antiga reprodução coerente do sistema das formas. A modificação das normas é posta em marcha através destas crises localizadas.

O laço específico que estabelece o fordismo entre o processo de trabalho mecanizado e o consumo estritamente privado, originaria um rápido crescimento do custo do denominado "consumo coletivo" a medida que se desenvolve a norma de consumo. Tal fenômeno:

> "(...) Obstaculiza o crescimento da mais-valia relativa até o ponto de inverter seu sentido de evolução a partir do momento em que a crise do fordismo se manifesta por colocar em questão a organização do trabalho. Por tal razão assistimos, a partir de meados dos anos 60, a uma verdadeira explosão que se veio a chamar custos sociais do crescimento" (Aglietta, 1979, p. 141).

A hipótese básica com a qual trabalha Aglietta é tomar a crise do fordismo como crise da reprodução da regulação salarial originada a partir da crise de organização do processo de trabalho.[1] Daí decorre a idéia de que a norma social de consumo do fordismo não deu conta de regular a evolução do consumo privado da classe operária a não ser através de um reforço do antagonismo da relação salarial.[2] A crise da organização do trabalho, neste sentido, manifesta-se, sobretudo, pelo endurecimento das lutas de classe na produção.[3] Para Aglietta, esta é a raiz da crise e pode

---

[1] "A crise da organização do trabalho é simultaneamente o momento de uma ofensiva geral da classe capitalista para reduzir os gastos sociais e uma época de perturbações financeiras para os organismos públicos" (Aglietta, 1979, p. 144).

[2] "Dentro do marco do fordismo, o consumo coletivo se vê degradado e seu custo se eleva rapidamente, terminando por anular a tendência geral à elevação da taxa de mais-valia. Consequentemente, o processo de trabalho do fordismo eleva ao máximo o princípio mecânico da coletivização do trabalho" (Aglietta, 1979, p. 143).

[3] "A renovação dos métodos de resistência operária nos locais de produção é o início de uma **crise larvar de legitimidade** do modo de exercício do poder patronal sobre a disposição das forças produtivas. É vital para o patronato que este mal-estar não se transforme em contestação deste mesmo poder" (Aglietta, 1981, p. 66).

ser traduzida na detenção da diminuição do custo salarial real (queda da taxa de mais-valia), a explosão de conflitos esporádicos e a subversão endêmica da disciplina do trabalho característica do fordismo:

> "Entretanto, é evidente que a crise alcança o conjunto das relações de produção e intercâmbio e perturba o regime de acumulação intensiva. É possível falar de crise orgânica do capitalismo, sem que isso signifique a desaparição imediata do mesmo" (1979, p. 139).

Temos ainda na raiz da crise da relação salarial e da organização do processo de trabalho um movimento de generalização daquilo que Aglietta chama **processo de discriminação** e que seria provocado por operações geradoras de locais hierárquicos atuando sobre um processo de separação entre o trabalho manual e intelectual, sem questioná-lo. É interessante notar que tal processo, remetido à rigidez da organização do trabalho fordista encerra um **significado** também **subjetivo** quando pensamos na motivação do operário de linha que não vislumbra qualquer possibilidade de ascensão funcional. A organização hierárquica, portanto, situa-se no centro da crise de legitimidade na produção, identificada por Aglietta, e da luta de classes daí decorrente[1]. A discriminação, nesse sentido,

> "(...) Refere-se à vivência de uma situação sentida como intolerável pois constitui um **processo de exclusão social** suficientemente massivo para afetar aos grupos e não ser sentido como um atentado individual. A discriminação não tem nada a ver com os grupos 'marginais'. Pode afetar a uma proporção importante da população assalariada" (Aglietta, 1981, p.65).[2]

---

[1] Radicalizando tal raciocínio, Coriat (1994) argumenta que a prática dos mercados internos de trabalho e a multifuncionalidade dos operadores sob o ***ohnismo*** (superação do fordismo) responderiam, através do "engajamento estimulado", de uma forma mais eficaz aos problemas levantados pela **rigidez** imanente à organização fordista da produção.

[2] E ainda: "A crise do fordismo nos ensina que a generalização da lógica do maquinismo, mediante a qual foi criado pela primeira vez na história um modo de consumo

Resumidamente, temos em Aglietta que qualquer crise importante da acumulação é uma crise das condições de reprodução vigentes da relação salarial e que as condições gerais da solução para a crise do fordismo devem satisfazer a reprodução da relação salarial. Esta crise pode ser brevemente definida pela inversão da tendência, a longo prazo, de diminuição do custo social de reprodução da força-de-trabalho. Nesse sentido, deve ser entendida, em primeiro lugar, a partir da evolução da organização do trabalho (visando uma aplicação cada vez mais intensa do princípio mecânico) que, tendencialmente, esgota suas potencialidades produtivas e recompõe as bases objetivas da luta de classes na produção.

II.2.C - Da Crise do Modo de Regulação Fordista ao Novo Princípio (Pós-Fordista) de Organização do Trabalho.

Em segundo lugar, a estabilidade do modo de desenvolvimento baseado no consumo massificado de bens individualizáveis e na estratificação do proletariado,

> "(...) Depende cada vez mais dos meios coletivos e se vê mais perturbado pelo fato de que o fordismo rechaça a produção desses meios coletivos, marginais à acumulação capitalista. O custo de tais meios aumenta consideravelmente com a elevação da demanda social (daí a possibilidade de falar sobre crise das formas estruturais capitalistas gestadas no sentido de reproduzir a relação salarial)" (Aglietta, 1979, p. 341).

---

inteiramente submetido à lei do valor, transformou as condições de uso das forças de trabalho e provocou estratificações na população assalariada que se transformaram em discriminações. (...) Estas discriminações são inseparáveis das situações particulares que privam a algumas categorias de indivíduos às condições de acesso ao sistema de normas que os identifica como sujeitos. Daí, algumas das características desorientadoras dos conflitos sociais contemporâneos: a miúdo, são fragmentários e isolados, ainda que sejam lutas de massas. (...) A reação capitalista a estas dificuldades trata de captar as ausências que elas (lutas sociais) revelam para reinserir nas cadeias formais as frações da população assalariada que ameaçam escapar" (Aglietta, 1981, pp. 65-66).

Como resultados mais presentes de todo esse processo temos a elevação do custo social de reprodução da força-de-trabalho articulada a uma limitação cada vez mais crescente da taxa de extração de mais-valia relativa, obstaculizando tendencialmente a acumulação do capital.

Daí a necessidade, verificada por Aglietta, do capitalismo em crise engendrar um novo princípio de organização do trabalho objetivando endurecer as regras de disciplina no chão-de-fábrica articulado a um esforço conjuntural imposto pela competição intercapitalista.[1] O capitalismo passaria pois a vislumbrar um novo horizonte onde o crescimento econômico não estivesse remetido mais à integração rígida dos postos de trabalho ou à hierarquização funcional acentuada. As tentativas de modificação da organização do trabalho que se multiplicaram a partir de meados dos anos 60 se concretizam

> "(...) No desenvolvimento do controle automático da produção e na perspectiva da transformação das relações de produção capitalistas que acabamos de assinalar. Trata-se de superar a crise de reprodução da relação salarial que se herdara do fordismo, transformando o processo de trabalho segundo a flexibilidade que permite a automação " (Aglietta, 1979, p. 105)

Superar a crise do fordismo significa reorganizar o fordismo, isto é, construir as bases de um **neo-fordismo**[2]. Este, segundo Aglietta,

---

[1]É preciso criar "(...) uma nova estratificação da população assalariada no processo de trabalho, suscetível de superar os obstáculos engendrados pelo fordismo (no caso, os processos de discriminação dada a estratificação funcional rígida e a consequente renovação dos métodos de resistência operária), graças a uma maior flexibilidade no uso das forças de trabalho e a uma maior autonomia dos trabalhadores, surge talvez da concepção da produção como sistema global , onde o **mecanismo estaria subordinado ao programa** pela mediação da comunicação à distância atuando sobre o robô industrial, cujo protótipo é a máquina-ferramenta com controle numérico incorporado" (Aglietta, 1981, pp. 66-67).

[2]"O neo-fordismo, termo proposto por C. Palloix, é uma evolução das relações de produção capitalistas, que se encontra, todavia em gestação e cujo objetivo é responder à **crise da reprodução da relação salarial** a fim de salvaguardar essa relação fundamental, ou seja, para perpetuar o capitalismo "(Aglietta, 1979, p. 99).

estaria baseado sobre um princípio de organização das forças produtivas segundo o qual estas encontram-se sujeitas às exigências da direção capitalista do coletivo de trabalho. O novo complexo de forças produtivas seria o "controle automático da produção", que se conhece pelo nome de **automação** e o princípio de organização do trabalho em gestação, Aglietta denomina **recomposição de tarefas** (1979).

Para Aglietta, a divisão técnica do trabalho segundo o princípio do sistema coordenado de máquinas característico do fordismo, termina por chocar-se com os condicionantes espaciais e com o ritmo dos processos produtivos dado estes ainda dependerem, em grande medida, dos tempos de reação, da rapidez de coordenação dos movimentos e das faculdades de concentração dos indivíduos.[1] O novo princípio de organização do trabalho[2] seria o de um sistema totalmente integrado no qual as operações produtivas, a mediação e o tratamento da informação influenciam-se mutuamente como momentos de um único processo e não mais como etapas sucessivas e separadas de um processo material cujas fases são opostas e heterogêneas . O fundamento de todo esse sistema pode ser verificado na possibilidade de se construir máquinas que controlem suas próprias operações e não mais se subordinem tão imediatamente ao controle dos operários que as operam.

Em resumo, para o capitalismo somente seria possível superar a crise do fordismo a partir de uma forma renovada de ajustamento à lei da acumulação, ou seja, o sistema deve criar novas condições de produção e intercâmbio que provoquem uma elevação duradoura e massiva da taxa

---

[1] "Quando todas essas faculdades (individuais) chegam ao limite, sob a lógica de funcionamento do trabalho em cadeia, movida pela produção da mais-valia relativa, surgem, segundo vimos, múltiplas tendências ao desperdício de tempo. Essas tendências se vêem reforçadas pela diversificação dos produtos, que impõem a uma mesma unidade um plano de produção constituído por séries curtas de produção distintas e sucessivas" (1979, pp.100-101).

[2] A "novidade" no caso, estrutura-se em uma recolocação diferenciada da separação entre os trabalhos de concepção e execução, e na ênfase acentuada nos processos de enquadramento do pessoal em atividades intermediárias.

de mais-valia. E isso somente poderia ser realizado caso o processo de trabalho fosse modificado de forma a transformar radicalmente as condições de produção dos meios de consumo coletivo. As condições de produção devem ser transformadas de tal maneira que o valor de reprodução social da força-de-trabalho, de sua reposição e da reprodução social, decresça dentro do marco de um processo que permita o desenvolvimento do consumo coletivo.[1]

A transformação das bases do regime de acumulação que gera, segundo Aglietta, "um novo regime de acumulação intensiva", o chamado neofordismo, parece constituir-se na única alternativa viável e duradoura de saída para a crise do fordismo, dentro dos horizontes do capitalismo agora reestruturado. Tal regime que emerge da crise faz efetivamente progredir a acumulação capitalista na medida em que transforma a totalidade das condições de existência do trabalho assalariado, ou seja, consegue responder de maneira orgânica à questão da **reprodução da relação salarial** tomada como elemento determinante e estruturador do conjunto das formas de sociabilidade capitalista.

II.3 - Crise e Reestruturação na Análise da Especialização Flexível.

Por outro lado, a chamada teoria da especialização flexível fundada por Michael Piore e Charles Sabel a partir da obra **The Second Industrial Divide** (Nova Iorque, 1984) constituiu-se no segundo grande modelo teórico a tematizar o nexo existente entre a crise contemporânea, entendida como crise do sistema industrial fundado na produção em

---

[1] "Tal processo está sendo gestado com a aparição de um processo de trabalho designado com o nome de neofordismo. Isso implica uma profunda transformação do processo de trabalho, no sentido em que tende a substituir o princípio mecânico do trabalho parcelizado e disciplinado segundo as diretrizes hierárquicas, pelo **princípio da informação** do trabalho organizado em grupos semi-autônomos, disciplinados segundo os imperativos diretos da produção "(Aglietta, 1979, pp.144-145) .

massa, e a atual reestruturação produtiva. Contrariamente à teoria da regulação, Piore e Sabel não reivindicam nenhuma filiação à tradição econômica marxista ou preocupam-se em identificar um elemento **determinante** na dinâmica e natureza da crise, como o faz Aglietta (reprodução da relação salarial). Contudo, é evidente que mesmo sem utilizar a categoria de **determinação**, este papel é desempenhado por um processo denominado de **saturação dos mercados de bens de consumo** entendido por Piore e Sabel enquanto a principal tendência a longo prazo verificada no período de gestação e emergência da crise.

A concepção da crise que se inaugura no início dos anos 70 é a de uma **crise de subconsumo** enraizada na saturação de mercados principais para consumidores fiéis. O desenvolvimento do argumento dos autores para a explicação da crise, vai no sentido de uma íntima articulação entre uma pretensa explicação "mais fundamental" da história econômica da última década baseada em **tendências a longo prazo** (âmbito determinante) que tornariam a crise do sistema regulatório do pós-guerra algo extremamente provável, e a ocorrência de "eventos historicamente contingentes" associando a crise a uma cadeia de acidentes e erros, evitáveis por definição.

O ponto-de-partida de Piore e Sabel radica na constatação de que o sistema industrial que sustentou o crescimento capitalista durante as duas décadas posteriores à Segunda Guerra, já no final dos 60, entra em colapso:

> "Tal crise começou com as expressões de descontentamento e inquietação social; então veio a escassez de matéria-prima seguida de rápida inflação, crescente desemprego e, finalmente, estagnação financeira. Nos Estados Unidos e em qualquer outro lugar, tais sinais de crise levantaram questões sobre as instituições sociais e econômicas básicas. Houve tentativas para reconstruir corporações, sindicatos e o Estado. Porém, a crise continuava sendo um quebra-cabeças sem solução:

> como era possível que as instituições que geraram estabilidade e prosperidade de repente causassem inflação, desemprego, estagnação e inquietação social?" (1984, p. 165).

A trajetória da crise passa a ser percebida como uma cadeia de sucessivos acidentes composta por erros dos economistas na escolha das políticas econômicas, enfocando, para isso, os choques externos do sistema econômico, o modo pelo qual tais choques posteriormente levaram a atividade econômica à queda, através de seus efeitos nas instituições reguladoras e como as respostas políticas à estas quedas arruinaram com a estabilidade econômica, agravando a crise. Vista como resultado de choques e acentuada pelos erros dos economistas, a crise pode ser dividida em cinco episódios: a **"inquietação social"** do final dos anos 60, **o abandono por parte dos Estados Unidos da responsabilidade de troca de dólares por ouro às taxas fixas**, dois vultuosos **aumentos nos preços do petróleo** (1973 e 1979) e a profunda **queda da atividade econômica mundial** produzida pela duradoura taxa de juros altos empregada pelos Estados Unidos.

II.3.A - "Acidentes, Erros e Eventos Contingentes": Uma Análise Formal da Crise Contemporânea.

A **"inquietação social"** de fins da década de 60 encontra-se associada nos Estados Unidos, por exemplo, aos protestos estudantis contra a Guerra do Vietnã e com movimentos de direitos civis por parte dos negros reinvindicando tratamento igualitário dentro e fora dos locais de trabalho. Na Europa Ocidental esse processo vincula-se ao movimento estudantil e de minorias como os trabalhadores imigrantes e trabalhadores braçais (sobretudo, na França e Itália) nativos - mensalistas que também estavam a ponto de revoltarem-se contra a ordem econômica:

> "Devido à rígida estrutura política salarial nos Estados Unidos e à falta de mão-de-obra na Europa, visto que a economia movia-se na direção da produção em massa havia, como vimos, necessidade de reserva de mão-de-obra à pedido das empresas e com salários pré-fixados. No início das décadas do pós-guerra nos Estados Unidos, tal reserva era constituída por negros da zona rural do sul, mulheres e adolescentes. Na Europa, era constituída por trabalhadores rurais, mulheres e adolescentes além de imigrantes" (Piore e Sabel, 1984, p. 167).

A integração destes setores da população à estrutura fabril é vista por Piore e Sabel como uma mera questão de escolha pessoal das mulheres, jovens, fazendeiros, negros e imigrantes que vem a se tornar posteriormente e apesar da multiplicidade de interesses, participantes da rotina industrial. Nesse sentido, quanto mais tais setores se sentiam integrados permanentemente à força-de-trabalho, mais aspiravam por "status", estabilidade e empregos bem remunerados. Daí a raiz, para os autores, das manifestações, protestos e conseqüentes mudanças no que diz respeito à extensão das proteções institucionais, garantias trabalhistas e sociais, bem como, direitos constitucionais aos anteriormente considerados trabalhadores marginais, tanto na Europa Ocidental quanto nos Estados Unidos:

> "O preço dessas mudanças (institucionais) foi tornar cada economia nacional mais vulnerável à inflação salarial. Essa inflação salarial veio da falta de mão-de-obra e das reividicações dos sindicatos, apoiados pela militância operária, por uma maior divisão da receita nacional. Mas no começo da década de 70, os empregadores tomaram partido. Nos Estados Unidos, contrataram jovens imigrantes ilegais da América Latina e Caribe e um número crescente de mulheres - nenhum deles reivindicando altos salários. Na França as empresas encontraram saída para as novas leis de garantias de emprego contratando trabalhadores temporários de agências especializadas nesse tipo de serviço e introduzindo os contratos de emprego por período determinado

> (curto). Na Itália, como vimos, grandes corporações subcontratavam empregados de empresas menores. E na Alemanha Ocidental, os empregadores eram capazes de desfazerem-se da mão-de-obra sobressalente quando necessário, pois as garantias de emprego não eram apoiadas pela legislação e porque as divisões entre as classes trabalhadoras impediam os sindicatos de proteger os empregos dos experientes alemães contra os inexperientes imigrantes" (Piore e Sabel, 1984, p. 169).

Esse primeiro episódio da crise, isto é, a institucionalização das demandas sociais por parte dos chamados "excluídos"ou "marginais" e a inflação salarial decorrente, foi tomado enquanto um prolongamento do período de expansão e desenvolvimento econômico do pós-guerra, apesar de constituir-se, na opinião dos autores, como o primeiro grande enfrentamento do sistema industrial de produção em massa.

A deterioração da posição competitiva dos Estados Unidos no mercado internacional ao final dos anos 60 e a conseqüente **mudança do sistema monetário internacional,** ou seja, o abandono das taxas de câmbio fixas e a mudança para o sistema flutuante, é apontado por Piore e Sabel também como um dos eventos "historicamente contingentes" a desencadear o processo de crise. [1] Para proteger o privilegiado lugar do dólar no sistema monetário internacional, os Estados Unidos teriam abandonado sua liberdade em ditar a política econômica, impossibilitados que estavam de confeccionar suas próprias políticas conforme as necessidades do protecionismo externo da competitividade industrial. Finalmente, em 1971, o presidente Nixon sacrifica o compromisso americano de converter moedas estrangeiras em dólar e dólar em ouro às taxas fixas. [2]

---

[1] "A perda de competitividade (EUA) foi causada principalmente pela inflação interna iniciada com a resistência do presidente Johnson em aumentar os impostos para levantar fundos para a Guerra do Vietnã" (1984, p. 170).

[2] "O sistema de taxas variáveis foi um misto de burocracia política, teoria econômica em uso e acaso. As pressões no dólar pelo sistema antigo aumentaram de tal forma que não

Para Piore e Sabel, variações imprevisíveis das taxas de câmbio prejudicam agudamente a economia de produção em massa na medida em que nesta, os fabricantes assumem longos compromissos para certas técnicas de produção tornando quase impossíveis que, estabelecidos os compromissos, mudanças para técnicas diferentes ocorressem. Tal processo, isto é, a inesperada e crescente volatividade das taxas de câmbio, dado a procura por uma reserva de valor mais segura originou:

> "(...) Dois obstáculos para o retorno dos negócios à normalidade sob o regime regulatório existente: desencorajou investimentos na produção em massa e estimulou a formação de blocos dos principais negociadores "(1984, p. 174).

Em suma, a mudança para um sistema de taxas variáveis enfraqueceu de modo agudo a estabilidade na qual a produção em massa estaria firmada, ajudando a compor o quadro mais geral de crise desse modelo.

Segundo a teoria da especialização flexível, já em 1973 outros dois eventos marcaram um novo momento da crise; foram eles o embargo petrolífero por parte dos países árabes dado o apoio do ocidente à Israel durante a Guerra Árabe-Israelense e o acordo soviético do trigo em decorrência de uma cadeia sucessiva de más colheitas na União Soviética que foi obrigada a recorrer ao mercado internacional para contornar o problema da escassez. [1]

Tanto o acordo do trigo quanto o embargo do petróleo levantaram o mesmo tipo de ameaça aos sistemas regulatórios dos países imperialistas como havia acontecido com os protestos da força-de-trabalho

---

havia tempo para negociações multilaterais necessárias ao estabelecimento do que seria o Banco Internacional. Um acordo sobre os novos índices de taxas relativamente fixas só foi conseguido em 1972 e não foi completado pelas reformas institucionais que deveriam oficializá-lo "(Piore e Sabel, 1984, p. 171).

[1] "Ambos os eventos aumentaram a instabilidade dos sistemas econômicos nacionais que foram definidos em salários e preços rígidos e, assim, vulneráveis à falta de matéria-prima e recursos básicos "(Piore e Sabel, 1984, p. 175).

"marginalizada"no final dos anos 60, principalmente, nos Estados Unidos, França e Itália. As incertezas relativas aos preços e salários colocavam vários dilemas para os fabricantes de produtos em larga escala como, por exemplo, o planejamento da produção supondo o preço da energia elétrica em níveis baixos ou altos. [1] O resultado final do primeiro choque do petróleo (1973) foi deslocar o eixo da expansão econômica dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. A participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional de produtos industrializados aumentou mais de 30% entre 1968 e 1976 e a participação dos três novos países industrializados, os chamados NIC's , Hong Kong, Coréia do Sul e Cingapura dobrou neste período (cf. Piore e Sabel, 1984, p. 178) . [2]

No desenvolvimento desse raciocínio, a segunda crise do petróleo , choque gerado pela revolução iraniana de 1979, terminou por minar ainda mais as bases de confiança no sistema de ajuste internacional logo no momento exato em que a recuperação do sistema estimulava novos experimentos que possibilitassem uma reforma mais generalizada. A elevação drástica do preço do petróleo gera uma rápida inflação nos Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália, a exemplo do que ocorrera em 1974. A escalada inflacionária obriga as economias ocidentais a refrearem a demanda. Precedidos pelos Estados Unidos, tais economias começam os anos 80 sob um acentuado processo recessivo. Naquele ano, o PIB (Produto Interno Bruto) caiu ou estagnou em quase todos os países do ocidente desenvolvido, com exceção da Itália.

---

[1] "Essa incerteza sobre o produto foi composta pela incerteza dos custos operacionais das máquinas e equipamentos de fábrica. Juntas, as incertezas significavam um salto quantitativo no custo da produção em massa quando comparada à produção artesanal" (Piore e Sabel, 1984, pp. 176-177).

[2] "A mudança da base de negócios mundial serviria para desestabilizar e confundir os fabricantes. Isso foi, sem dúvida alguma, um empecilho para a produção em massa, favorecendo tecnologias especializadas. Quem poderia saber qual indústria seria a próxima vítima dos novos países industrializados - e quando?" (Piore e Sabel, 1984,p.177)

A elevação da taxa de juros[1] que seguiu imediatamente o segundo choque do petróleo produziu, segundo Piore e Sabel, o último evento historicamente contingente dessa "cadeia de sucessivos acidentes":

> "Com essas taxas, o mundo industrializado caiu em uma profunda e prolongada recessão. E, em contraste aos anos anteriores à crise, o mundo em desenvolvimento também era participante. Além disso, as nações em desenvolvimento tiveram que refinanciar - à taxas altíssimas - os débitos que haviam contraído à taxas relativamente baixas de juros nos anos 70; tiveram que fazê-lo no contexto da depressão do mundo comercial, fato que limitou suas possibilidades em obter dinheiro externo" (1984, p.180).

O conjunto combinado de tais eventos somado a uma mudança na política pública, principalmente a norte-americana, no sentido de restaurar a pressão do mercado nos salários e nas decisões de preços, teria levado ao "colapso" dos mercados de massa para produtos padrão:

> "Porque a produção em massa era a propulsora do crescimento no período pós-guerra de fato, através de quase toda a história industrial - o rompimento dos mercados de larga escala levou ao declínio no aumento da taxa de produtividade e, portanto, para um crescimento mais demorado. O desejo em manter a flexibilidade também desestimulou as empresas de contratação por longo prazo. Em tempos econômicos difíceis as empresas tipicamente preferem aumentar o horário de trabalho de trabalhadores existentes do que contratar novos trabalhadores. Esta e outras práticas - especialmente o uso de trabalhadores em regime de meio período e temporário - aumentou o nível de desemprego associado com a demanda agregada" (Piore e Sabel, 1984, p.183).

---

[1] A taxa real de juros é a diferença entre a taxa pela qual o dinheiro pode ser emprestado de bancos e a taxa pela qual este dinheiro estaria perdendo seu valor devido à inflação.

II.3.B - Da Saturação dos Mercados de Massa à Fragmentação do Consumo.

Após analisar os "eventos contingentes", Piore e Sabel passam a tratar das "tendências a longo prazo", isto é, as explicações mais fundantes da história econômica do período tratado e que cobre, essencialmente, toda a década de 70. Segundo os autores, a **saturação do mercado de bens de consumo** nos países desenvolvidos, sobretudo, foi o acontecimento mais conseqüente e durável, portanto, determinante, do regime do pós-guerra. As limitações dos mercados internos para consumo de bens padronizados passam a ser entendidas como o universo principal no que se refere às novas acomodações do tecido industrial em países desenvolvidos e às mudanças dos mercados externos:

> "O consumo interno de mercadorias que levaram à expansão do pós-guerra havia começado a atingir os seus limites. Essa saturação ocorreu principalmente nos Estados Unidos, onde em 1979, havia um carro para cada dois habitantes, comparado com um carro para cada quatro habitantes no começo da década de 50. Noventa e nove por cento dos lares americanos possuíam aparelhos de televisão comparado com 47 porcento em 1953. Similarmente, mais 99 porcento dos lares possuíam geladeira, rádio e outros aparelhos domésticos e mais de noventa porcento possuíam máquinas de lavar roupa, torradeiras elétricas e aspiradores de pó" (Piore e Sabel, 1984, p. 184).

A saturação do mercado industrial nas economias avançadas foi acelerado pelo desenvolvimento de estratégias de industrialização e crescimento econômico por parte de muitos países do chamado Terceiro Mundo (as economias de países subalternos). Por um lado, o sudeste e leste asiático (Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong e Cingapura) com sua produção em massa de bens duráveis alavancada pelas indústrias de

computadores e automóveis. Por outro, as maiores nações da América Latina (Brasil, México e Argentina) com sua política diversificada de substituição de importações em amplos setores da produção massificada.[1]

A pretensa quebra do mercado de massa dos anos 70 e a decorrente paralisia na organização da produção padronizada ainda tiveram dois efeitos acentuados. Em primeiro lugar, a mudança na preferência do consumidor com relação à diversidade e, além disso, o "iminente" esgotamento do fornecimento mundial de matérias-primas utilizada para a manufatura das mercadorias em larga escala.

Em relação à fragmentação dos gostos do consumidor, muitos argumentos poderiam ser invocados na explicação do processo, tais como, as noções de necessidades, preferências e a questão da diversidade cultural. Segundo Piore e Sabel, a mudança da preferência do consumidor é melhor entendida em termos sociais:

> "Uma vez que o mercado de bens de larga escala começou a se estagnar e a concorrência aumentar, um círculo contrastante de casualidades surgiu. Empresas tentando atrair clientes pela diversidade de seus produtos e reeducação do público para que se familiarizassem com os produtos; quanto mais sucesso obtivessem, mais poderiam investir em tecnologias flexíveis para aumentar a eficiência e mais rápido o mercado de larga escala se contrairia - limitando as possibilidades de crescimento sobre a velha base" (1984, p. 191). [2]

---

1 "O avanço da tecnologia da produção em massa para além das fronteiras de sua criação agravou os problemas vindos da saturação do mercado - cujo crescimento definiu a prosperidade do regime do pós-guerra. E como nenhuma novidade industrial surgiu para estimular a demanda, todos os choques e erros dos anos 70 foram ampliados por um medo: que as possibilidades de crescimento dentro das estruturas existentes estivessem esgotadas" (Piore e Sabel, 1984, p.189).

2 Nossos autores chegam mesmo a dizer que: "A maioria dos leitores desse livro somente precisariam observar seus vizinhos e colegas para verificarem a evidência de que o aumento de salários pode levar a uma diversificação ostentosa de preferência " (Piore e Sabel, 1984, p. 191). Certamente, a "maioria dos leitores" são políticos e acadêmicos morando muito distante das periferias das grandes cidades norte-americanas ou das economias subalternas do Terceiro Mundo. Mesmo assim, a ingenuidade aparente do argumento impressiona agudamente.

A especialização flexível surge, nesse contexto, afirmando que o caminho de uma solução "orgânica" (expressão nossa) de saída para a crise capitalista passa, necessariamente, por uma alteração do padrão tecnológico vigente e identificado com a produção em larga escala articulado a um re-arranjo nas formas institucionais de regulação macrosocial. Caso a recuperação econômica tomasse tal via,

> "(...) Então os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais deste o século XIX - os quais provaram ser fundamentais para a prosperidade " (Piore e Sabel 1984, p. 252).

O modelo da especialização flexível, de resto, uma abstração razoável na cabeça dos autores, seria pretensamente mais dinâmico do que seu concorrente direto, ou seja, o keynesianismo internacional, visto combinar-se "melhor" com a chamada tecnologia variável de base computacional. Seria possível comprovar esse fato através de inúmeros indícios tais como, por exemplo, a íntima vinculação existente entre o sistema computacional e a flexibilidade dos processos e produtos. O princípio básico é bastante simples e consiste na maior eficiência produtiva da tecnologia em adaptar o equipamento à realização da tarefa exigida, quer dizer, a especialização do equipamento à operação.

Na produção em larga escala, essa adaptação ótima significaria sucateamento e substituição de máquinas o que não ocorre, potencialmente, com a tecnologia computacional onde o equipamento é adaptado à operação através de um programa ("software"). Portanto, o equipamento pode ser programado para diversos usos sem a necessidade

de ajustes físicos, somente a reprogramação.[1] O computador passa a ser um dos princípios explicativos do ressurgimento das diretrizes da produção artesanal agora altamente eficiente em vários setores produtivos contemporâneos.[2] Contudo, o aparecimento do computador não explica tudo sozinho, pelo contrário, o fato do computador ser utilizado para facilitar os ajustes às mudanças de mercado demonstra claramente que a ênfase explicativa (o elemento determinante) recai mais sobre o mercado do que o "dado"tecnológico.

O dinamismo da produção artesanal independe, relativamente, do estágio particular de avanço técnico para se manifestar:

> "Se o computador parece ser a causa da flexibilidade industrial, é muito pouco provável que seja devido a sua aplicação maleável - como o era - do que pela ajuda em cristalizar a visão de economia flexível assim que os custos de rigidez (conservadorismo) foram se tornando óbvios. A tecnologia computacional é um tipo de espelho mágico, mostrando a economia não como ela é, mas como as empresas gostariam que fosse - e, portanto, estimulando a perseguição de possibilidades que outrora teriam passado despercebidas" (Piore e Sabel, 1984, p. 262).

Entretanto, a pretensa superioridade da especialização flexível em relação às formas tradicionais de produção em massa não pode estar referida somente a partir de um casamento bem sucedido do computador com a produção artesanal mais flexível e sujeita à demanda. A expansão da especialização flexível, segundo Piore e Sabel, dependerá principalmente da criação de instituições para resolverem os problemas macro e micro-econômicos do crescimento no decorrer dessa "nova" empreitada da tecnologia.

---

1 "Essa situação teoricamente beneficia a produção em curto e simples processo (onde o bem produzido percorre um caminho curto para ser finalizado) mais do que outro tipo qualquer de produção" (Piore e Sabel, 1984, p.260).

2 Os autores chegam mesmo a afirmar que o computador "restaurou o controle humano sobre os processos de produção; a máquina é novamente subordinada ao operador" (1984, p.261).

II.3.C - O "Modelo da Especialização Flexível" e suas Formas de Concreção.

Do ponto de vista da constatação empírica, o chamado **conglomerado regional** constitui-se no primeiro caso de implementação relativamente bem sucedida da especialização flexível. Nesse modelo, nenhuma das empresas é permanentemente dominante e a disposição entre elas é definida por uma série de contratos relativamente curtos no qual o papel das partes é sempre mutável. [1] Os exemplos citados pelos autores, de conglomerados regionais, como a região da Terceira Itália (Emília - Romagna e Toscana ou o distrito têxtil da cidade de Nova Iorque). contudo, demonstram que a coesão da indústria só é possível a partir de um "senso fundamental de comunidade" da qual as várias formas institucionais de cooperação são mais resultado do que causa. Portanto, cabe a pergunta se o capitalismo estaria disposto, a medida que o modelo é expandido, a generalizar tal senso de comunidade às suas diversas manifestações e conexões produtivas.

As **empresas federadas** representariam a segunda materialização histórica da especialização flexível, estas baseadas em laços familiares cujos exemplos clássicos podem ser verificados nos "zaibatsus"do Japão e no "Sistema Motte" norte-americano.[2]

---

1 "Dentro desses distritos industriais existem também instituições que facilitam a recombinação das empresas produtivas : associações comerciais; sindicatos; grêmios e cooperativas para compra de materiais e comercialização de produtos regionais, garantiam o crédito favorável para seus membros e supriam produtos semi-acabados cuja produção permite economia de escala" (Piore e Sabel, 1984, p. 265).

2 "No caso do Sistema Motte, cada uma das empresas foi fundada por um membro de certa família trabalhando com uma pessoa qualificada de fora (da família); os trabalhadores que não faziam parte da família eram, geralmente, adotados por esta, através da associação íntima e demonstração de lealdade duradoura" (Piore e Sabel, 1984, p. 267).

Finalmente, temos as **empresas solares** e as **oficinas de fábricas** como os dois últimos tipos de especialização flexível analisados pelos autores. Geralmente são firmas que possuem o modelo de sistema solar de fornecedores orbitantes, isto é, uma empresa de grande porte subcontrata empresas menores, oficinas especializadas, para prestação de serviço. A novidade é que, apesar de seu grande tamanho, as modernas empresas "solares"e oficinas tratam seus fornecedores como **colaboradores** e não subordinados. [1]

Da apreciação destas diversas formas organizacionais é possível inferir que o modelo proposto por Piore e Sabel baseia-se numa possível articulação "ótima" entre a capacidade de reforma dos processos produtivos através do remanejamento de seus componentes e o uso eficaz do conjunto dessas possíveis adaptações. Outro ponto relevante a ser realçado é que o modelo de especialização flexível estimularia a concorrência objetivando a promoção de novos produtos ao mesmo tempo que coibiria o tipo de concorrência que não se concentre no contínuo desenvolvimento dos mesmos.

Por fim, a **comunidade especializada** estaria baseada na colaboração envolvendo os sujeitos da produção, burgueses e operários, e também daria prioridade à participação intelectual dos trabalhadores no processo de trabalho. Mesmo quando os conhecimentos da produção artesanal possam ser empregados de várias formas, esses somente tornam-se produtivos quando "integrados na comunidade de trabalhadores e empregadores que se colaboram intimamente" (Piore e Sabel, 1984, p. 274).

---

[1] "Subcontratantes retém considerável autonomia e, ao contrário dos produtores em larga escala, as empresas solares dependem das subcontratantes para aconselhar na resolução de problemas de projeto e produção porque, geralmente, não produzem internamente o que subcontratam" (Piore e Sabel, 1984, p. 268).

II.4 - O Nexo Crise-Reestruturação: Elementos para um Balanço Crítico.

Em resumo, o postulado básico das teses sobre o pós-fordismo encontra-se remetido à afirmação do fordismo em crise (ou da produção em massa) inaugurando um período de emergência e concreção de um novo regime de acumulação baseado em pressupostos diversos do anterior e melhor afinados com a "nova" feição emprestada pelo capitalismo oligopolista em crise. Desse modo, podemos dizer que as teorias sobre o pós-fordismo constituem uma derivação teórica da crise histórica e estrutural atravessada pela estratégia "welfare" do Estado burguês, acabando por questionar as bases políticas e ideológicas do reformismo social-democrata europeu, e suas iniciativas de mediação das contradições entre classes.

Como vimos nesse capítulo, são várias as abordagens sobre a crise que incorrem no reducionismo economicista. Em primeiro lugar, analisamos a formulação regulacionista, tendo por base o texto "clássico" de Aglietta (1979), na qual a ênfase explicativa e os esforços de análise recaem na intervenção reguladora dos mecanismos econômicos e das formas institucionais (a relação salarial, notadamente), que, pretensamente, haviam assegurado o crescimento "auto-sustentado" da economia capitalista durante todo o pós-guerra e até o final dos anos 60, então caracterizado pela "virtuosidade" do regime intensivo de acumulação. A sustentação do processo de acumulação dependeria do desenvolvimento de formas institucionais capazes de assegurar e manter a proporcionalidade envolvendo a estrutura produtiva e a distribuição da renda global (cf. Aglietta, 1979).[1]

---

[1] "Portanto, a peça central da 'virtuosidade'do modo de regulação fordista é produto da 'adequação entre normas de produção e normas de consumo', e tem como principal corolário a institucionalização de um certo tipo de barganha entre o patronato e a classe trabalhadora" (Tude de Souza, 1994, p.32).

Se, por um lado, Aglietta tem razão em apontar o endurecimento do processo de luta de classes ao nível do chão-de-fábrica como um dos elementos que compõe o quadro mais geral da crise capitalista, por outro este se equivoca em elevar a crise da relação salarial, entendida como o centro da dinâmica econômica, ao patamar determinante do movimento histórico. Na verdade, essa é uma operação tipicamente reducionista, pois, não identifica e obscurece o conjunto das outras contradições atuantes no momento histórico tratado, tal como, por exemplo, a contradição entre blocos hegemônicos (capitalista e coletivista de Estado) que, em última análise, inspirou os movimentos operários, tanto dentro quanto fora das fábricas, em sua luta contra a expansão das bases da acumulação de tipo intensivo.

A regulamentação social através do Estado referente aos avanços das classes subalternas deve, também, ser analisada nos marcos dessa contradição, na medida em que se remete ao processo de contrapartidas do momento histórico caracterizado pela concorrência entre blocos e pelos desdobramentos das políticas de alianças entre classes e Estados-nações inscritas nos limites das ofensivas e contra-ofensivas próprias à "Guerra Fria". [1]

Piore e Sabel (1984), por outro lado, tomam a crise como expressão do esgotamento do progresso técnico ou paradigma tecnológico característico do processo de montagem do aparelho de produção voltado

[1] "No pós-II guerra, o modo americano de trabalhar e de viver precisa fazer frente ao novo modo **socialista** de trabalhar e de viver, em construção a partir da Revolução Russa. Mais do que nunca, portanto, é fundamental, para a América e para a Europa, a consolidação e a amplificação das práticas fordistas, agora também rearticuladas com as propostas de políticas de 'pleno emprego' e de proteção social do Estado, a fim de garantir um determinado padrão e qualidade de vida exigidos pelos movimentos de trabalhadores contaminados pela vitória socialista. Nesta medida, o Estado de Bem-Estar Social surge como uma resposta a este movimento de caráter mais geral, abrindo um novo período de disputa política, no plano mundial, entre capitalismo e socialismo e, nos planos nacionais, o "Welfare State" como forma de enfrentar a intensificação das lutas operárias na busca por recuperar a **iniciativa**, a **participação** e o **controle** sobre o trabalho e sobre as suas vidas"(Druck de Faria, 1995, pp.45-46).

ao consumo de massas. Indicam, também, a atual reestruturação do modo de produção capitalista enquanto um momento necessário do movimento que objetiva **romper radicalmente com o passado** a partir da constituição de um modelo de desenvolvimento (a especialização flexível) baseado na revalorização da produção em pequenos lotes, no abandono das economias de escala e na introdução de formas mais flexíveis de contratação e uso da força de trabalho. O elemento de determinação social, como vimos, recae sobre a fragmentação e diversificação da demanda por bens de consumo variados, características, de resto, próprias de mercados em transformação. Os autores sustentam o ponto-de-vista de que a chamada especialização flexível poderá fornecer as condições de superação do "bloqueio da acumulação".[1]

Foram muitas as críticas à perspectiva de Piore e Sabel e, particularmente, à tese sobre a saturação dos mercados de consumo de massa para bens padronizados.[2] O desemprego e o trabalho precário foram uma constante na história do capitalismo mesmo em países desenvolvidos e durante o período de expansão imperialista . A idéia de saturação dos mercados de massa pressupõe, no limite, que o mecanismo de acumulação intensivo baseado nas economias de escala (suporte material dos chamados projetos hegemônicos social-democrata e keynesiano) tenha resolvido não só o problema do desemprego como também a questão do acesso da massa de desempregados e subempregados, que subexistiam no pós-guerra, aos mercados de consumo e trabalho, fato esse que não ocorreu quando pensamos nas taxas de desemprego em países imperialistas durante o período tratado. Willians (1987) demonstra, criticando os autores, que, na verdade, não

---

[1] A nova modalidade de produção artesanal seria, nesse sentido, facilmente adaptável à volatilidade da demanda, com o auxílio das tecnologias programáveis de base microeletrônica, visto que permitiria, por um lado, descentralizar a produção e, por outro, atender demandas personalizadas, bem como, revitalizar mercados através do desenvolvimento dos chamados **nichos produtivos.**

[2] Cf., sobretudo, Willians (1987).

existem provas empíricas para a suposta saturação dos mercados de massa ou para, derivando desse ponto, a pretensa incapacidade da produção em massa em responder às mudanças nas condições econômicas gerais.

SEGUNDA PARTE: Da Crise Contemporânea à Estratégia de Passivização: Atualizando a Análise das Lutas de Classes.

"A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava **toda** a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de **casta**, tanto hostil à Coroa como ao povo, querelando contra ambos, mas indecisa contra cada adversário seu tomado singularmente, pois sempre via ambos diante ou detrás de si; estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida.

Karl Marx, **A Burguesia e a Contra-Revolução**

CAPÍTULO III. IMPERIALISMO E CRISE CONTEMPORÂNEA.

Apresentação

Seguramente, as teses sobre a abolição do trabalho, assim como, as teses sobre o pós-fordismo, passam longe de reconhecer a importância **determinante** encarnada pela contradição capitalismo-coletivismo de estado ("socialismo real") durante o decorrer do período da pós-Segunda Guerra. Visto estarem limitadas por uma interpretação reducionista da processualidade múltipla e contraditória encerrada na crise atual, o debate vigente acerca das mutações contemporâneas das formas de organizações da vida estatal desconsidera, praticamente, o embate entre blocos históricos concorrentes enquanto elemento fundante e estruturador - dado estabelecer os critérios segundo os quais as demais contradições atuantes no período hierarquizam-se - do movimento de restauração das estruturas de domínio do imperialismo ocidental objetivando conferir **sentido** e **direção** a sua crise. Tal "apagamento" da contradição **sobredeterminante** do momento pós-Segunda Guerra desempenha, conforme o ponto-de-vista legitimador das representações de mundo das classes dominantes indica, uma tarefa analítico-estratégica de caráter reacionário extremamente relevante, exatamente por obscurecer o fato de que a relativa prosperidade experimentada pelos países capitalistas avançados durante os "trinta anos gloriosos", baseava-se na reprodução das estruturas de domínio do imperialismo ocidental em concorrência com o bloco coletivista. Na verdade, as análises sobre a crise contemporânea encerradas no debate

economicista vigente, quer em sua modalidade abolição do trabalho, quer em sua variante crise do sistema industrial de produção em massa - , somente podem se desenvolver a partir da abstração da historicidade do período da chamada **Guerra Fria**. O obscurecimento da multiplicidade contraditória da história recente do capitalismo favorece e legitima um esforço de análise centrado nas formas institucionais da crise (Aglietta, Piore e Sabel) ou no movimento fetichista do capital (R. Kurz e A. Gorz).

Em nossa opinião, a crise que emerge em meados dos anos 60 é o produto mais evidente do "amadurecimento consciente" das contradições gestadas por um quadro histórico determinado pelo acirramento do processo de luta de classes no decorrer do período da **Guerra Fria**[1]. Produto, pois, da lógica contraditória da reprodução capitalista para muito além da **fixação** de um aspecto tomado como determinante do conjunto, quer seja o esgotamento do **paradigma produtivo,** da **relação salarial fordista** ou dos **mercados de consumo de massa**[2]. O objetivo desse capítulo será o de enunciar alguns elementos históricos e teóricos para pensarmos a crise atual não como somatória de crises isoladas ou contradições previamente fixadas, mas sim como fenômeno **orgânico** assumindo múltiplas formas de concreção, através das quais, o capitalismo objetiva atualizar suas

---

[1] Ou, segundo a formulação de Balibar: "(...) As 'reestruturações' do capitalismo no século XX foram respostas e contra-ataques aos desafios da Revolução Soviética (filha rejeitada legítima ou dada por legítima do marxismo) e, sobretudo, de seus prolongamentos/desdobramentos nos movimentos operários, as lutas de libertação nacional" (1996, p.17). Essa, nos parece ser, exatamente, a dimensão "ausente" no debate acerca das mutações contemporâneas das formas de organização da vida estatal. Portanto, iniciaremos a discussão sobre a crise atual (segundo a análise das lutas de classes) através desses grandes materiais históricos: a concorrência entre blocos e a descolonização do pós-guerra.

[2] A nosso ver, a referida **banalização da crise contemporânea** operada pelo debate economicista vigente em sua dupla formulação sistemática, encontra sua raiz teórica naquela dada concepção que reduz o movimento histórico a uma sucessão pré-estabelecida de contradições simples engendrando-se necessariamente uma após a outra. Tal perspectiva de análise situa-se no campo muito próximo as várias formulações especulativo-filosóficas (hegelianas e pós-hegelianas) da história, oposta, portanto, aos fundamentos da análise das lutas de classes. Pretendemos que essa oposição torne-se mais clara a partir desse capítulo.

estruturas de domínio, recompondo a unidade necessária envolvendo as exigências internacionais da acumulação e as demandas nacionais por legitimação de sua moderna ordem.

III.1. A Recomposição de Forças no Pós-Guerra: Da Contradição Capitalismo-Coletivismo às Formas Nacionais da Hegemonia Burguesa.

Em contraposição às tematizações a respeito da crise pela qual atravessa contemporaneamente o modo de produção capitalista, interpretadas como crise do trabalho, da relação salarial, dos mercados de consumo de massa e outras; pretendemos, agora, avançar alguns elementos, ainda que preliminares, para uma abordagem crítica e anti-reducionista do debate vigente acerca da restauração capitalista contemporânea e seus desdobramentos produtivos. Dessa forma, objetivamos, a partir de um esforço de atualização de categorias gramscianas, tais como, crise orgânica, revolução passiva, guerra de posição, hegemonia, bloco histórico e outras..., propor uma leitura alternativa ao debate economicista vigente e informada pela importância analítico-estratégica do tema conforme seu impacto para o sindicalismo combativo e as formas associativas das classes subalternas em seu movimento de construção de um projeto autônomo e emancipador para a totalidade social. [1]

Nosso ponto-de-partida radica na constatação de que a crise capitalista contemporânea é o produto mais evidente da síntese das contradições e antagonismos amadurecidos no âmbito de uma

[1] A nosso ver, a crítica à perspectiva economicista contemporânea, bem como, o resgate das categorias forjadas pela filosofia da práxis segundo sua formulação revolucionária (não subordinada, portanto, às manifestações teóricas da ideologia burguesa, quer seja a economia política, quer seja a filosofia especulativa), constituem-se em passos fundamentais para o processo prático-crítico de superação das atuais bases da dominação de classe, repostas, hoje, mais do nunca, segundo sua feição explicitamente excludente e bárbara.

particular correlação de forças estabelecida entre burguesia, classes subalternas e Estados-nações ao longo do processo de expansão do imperialismo ocidental em concorrência com o bloco coletivista de Estado (o chamado "socialismo realmente existente")[1], entre os anos 50 e 70 desse século. Nossa proposta, a partir de agora, buscará apreender de forma mais sistemática, o caráter estratégico atribuído às forças produtivas pelo movimento de recomposição das bases sociais e materiais da hegemonia burguesa a nível dos processos produtivos e das estruturas políticas nacionais, dado a erosão do equilíbrio político das forças sociais em presença no decorrer do período mencionado.

Nesse sentido, a crise capitalista contemporânea, "oficialmente" inaugurada em 1973[2] com a chamada crise do petróleo, apresenta-se

---

[1] Não nos é possível, dado os limites desse trabalho, discutir a complexa problemática envolvendo a natureza das formações sociais de tipo soviético, sobretudo, no que concerne a seu caráter socialista ou capitalista. Contudo, é preciso dizer que empregamos o termo "coletivismo de Estado", utilizado largamente por Beaud (1987), para indicar aquelas formações sociais onde vigorou um modo de produção alternativo ao capitalismo, mas que também não chegou a engendrar a dominância das relações de produção socialistas sobre as burguesas. Nem capitalismo, nem socialismo. Os regimes do leste europeu e demais integrantes do outrora "campo socialista", constituíam sistemas sócio-econômicos concentrados na promoção do desenvolvimento econômico baseado numa industrialização forçada e voltado, principalmente, para as necessidades militares, às custas do consumo popular, de um enorme esforço de coação ao trabalho, repressão política e migrações compulsórias de grandes massas populacionais. O bloco "coletivista de Estado" estruturava-se politicamente na ditadura do Partido Comunista (sob direção de uma classe burocrática composta, em grande parte, de carreiristas e oportunistas, movidos por interesses mesquinhos de ascensão burocrática e detentores de amplos tipos de privilégios e regalias quando comparados ao grosso dos trabalhadores) sobre o aparelho do Estado e a sociedade. Na verdade, a chamada **nomenklatura** distinguia-se da burguesia de tipo tradicional por não deter o título de propriedade privada dos meios de produção, entretanto, era ela que, efetivamente, dirigia o processo produtivo, controlava o produto do trabalho e dominava o aparelho de Estado. A ausência de socialização democrática do poder político constitui-se em outro fator determinante para a caracterização do coletivismo de Estado. A propriedade estatal dos meios de produção, várias vezes confundida com propriedade "social" (aguda socialização da política e da economia entendida em sua unidade complexa, por vezes contraditória), assim como a gestão e planejamento econômico ultra-centralizado e a extensão do trabalho assalariado a uma classe proibida de fazer greve, deixaram marcas profundas em tais formações sociais, distinguindo, por sua vez, o bloco coletivista de Estado tanto do capitalismo quanto de um suposto modo de produção socialista, radicalmente democrático, pois não estruturado na reprodução da lógica separação e oposição envolvendo dirigentes e subalternos (cf., sobre esse debate; Miglioli, 1994, 1995a e 1995b; e Bettelheim, 1980).

[2] É preciso esclarecer que não estamos de acordo com essa datação histórica da crise, frequentemente empregada pela economia política burguesa. A crise, a nosso ver,

sob a forma de uma dupla existência: crise generalizada das exigências da acumulação do capital à nível internacional articulada à crise dos fundamentos do consentimento das classes subalternas ao projeto colonialista ou neo-colonialista no âmbito de cada formação nacional específica, incluindo aí a crise generalizada da estratégia "welfare" do Estado burguês para o caso dos países imperialistas. Tal crise demandaria, por assim dizer, um processo permanente de coordenação da complexa relação existente entre as forças produtivas, as estruturas multinacionais de poder e os aparelhos hegemônicos de Estado.[1]

Nesses termos, devemos buscar na própria lógica imanente à consolidação dos projetos hegemônicos que vigoraram em países imperialistas no pós-guerra, isto é, o social-democrata e o keynesiano, suas bases materiais e a contextualidade histórica das respectivas implementações , cujo cerne residia, em ambos os casos (mas segundo determinações distintas), na integração "orgânica" envolvendo consumo e produtividade, o "fundamento último" do desenvolvimento excludente, hoje imperante, sobre o qual se estruturaram as novas formas do antagonismo classista (cf. Clarke, 1991; Tosel, 1995 e Vacca, 1992).

A crise da estratégia "welfare" do Estado burguês em países imperialistas, por exemplo, representa a própria modificação das bases sobre as quais estava assentada a antiga correlação de forças entre dominantes e dominados e a composição social das classes subalternas,

---

apresenta-se com mais intensidade já a partir de **meados da década de 60** com o influxo das taxas de lucros nos países imperialistas e as massivas manifestações de descontentamento (a "inquietação social" analisada por Piore e Sabel, 1984) por parte dos "excluídos" , e que teve no "Maio de 68" seu exemplo mais claro.

[1] Segundo a perspectiva das formas através das quais é possível identificar a materialização histórica das condições em que hoje se revela o período de crise orgânica do capitalismo, teríamos: "Tal como se enuncia na historicidade e na simplicidade dos fatos corriqueiros do cotidiano, a queda das taxas de lucro, as variações dos níveis de produtividade, o endividamento internacional e o desemprego permanente estão organicamente associados aos movimentos (nacionais) de contestação social e produtiva, à quebra da hegemonia norte-americana no plano mundial e à ruptura do equilíbrio político entre as forças sociais organizadas (nacional e internacionalmente), ao longo dos anos 60 e 70" (Tude de Souza, 1994, p.30).

conforme as modalidades de sua intervenção política (através de sindicatos industriais burocratizados e partidos de massa) no projeto hegemônico social-democrata[1]. Partindo da unidade histórico-concreta envolvendo crise e reestruturação produtiva, o capitalismo passa a experimentar, a partir do início dos anos 70, um conjunto de alterações que tende a articular automação de base microeletrônica e caráter informacional (a chamada "Revolução Informacional", para utilizarmos o conceito elaborado por Lojkine, 1995) em um processo cada vez mais agudo de aparente descentralização do trabalho/concentração do poder capitalista sobre a economia e a sociedade (desemprego, trabalho clandestino, dispersão territorial da produção...) e a precarização do estatuto reprodutivo do salariado industrial e de serviços, objetivando, em última análise, atacar a composição de classe do operariado massificado e intercambiável.

Tal estratégia, implementada no interior dos países imperialistas responde, contemporaneamente, a uma historicidade marcada pelo acúmulo emergente de múltiplas contradições (envolvendo classes sociais, estruturas imperialistas, Estados centrais e subalternizados) **sobredeterminada** pela contradição entre blocos históricos hegemônicos em disputa, o capitalista e o coletivista de Estado.[2] A importância em se conter o avanço do bloco coletivista de Estado, fortemente fortalecido

---

[1] "A crise que se explicita na segunda metade dos anos 60 implica, portanto, uma crise de representação e de direção intelectual e moral, a qual ultrapassa os limites restritos das práticas dominantes veiculadas pelos aparelhos (públicos e privados) de hegemonia das classes tradicionais" (Tude de Souza, 1994, p.37).

[2] Tal contradição impõe-se no quadro do imediato pós-guerra como a mais importante, **sobredeterminante** (Cf. Althusser, 1965), por encontrar-se referenciando o conjunto das demais contradições do período, quer seja a contradição entre o imperialismo e os Estados coloniais, a contradição entre Estados já independentes e a estrutura imperialista ou a contradição entre capital e trabalho no interior dos próprios países imperialistas, por exemplo. Nas palavras de Levy: "Muito mais do que nas condições do primeiro pós-guerra, a nova ordem mundial resultava do agravamento das contradições não só entre duas concepções de mundo, mas entre dois mundos reais excludentes. O socialismo (internacionalmente ampliado) e o capitalismo defrontar-se-iam num raio de ação estendido do particular ao geral, da luta entre o proletariado e a burguesia nos limites de cada formação social-específica à luta entre os dois sistemas à nível mundial" (1980, p.45).

pela "partilha mundial" do fim da guerra, obriga os vários países imperialistas a um equacionamento mais complexo da política global, resultando em uma relativa unidade de estratégias, caracterizada pela expressão "mundo ocidental livre". Complementarmente, a "ameaça vermelha" serviu de estímulo ao estabelecimento de um pacto articulador das burguesias dos países imperialistas e subalternizados no interior de um **bloco imperialista ocidental** (salvo excessão do Japão), o qual não passou de uma estratégia renovada da ofensiva do grande capital privado multinacional buscando ampliar as bases sociais e materiais do mecanismo de acumulação de tipo intensivo, como referência a uma padrão de relações industriais e gestão institucional dos antagonismos classistas[1].

O resultado mais flagrante de tal historicidade foi a estruturação da política nacional e internacional segundo a lógica do poder **bipolar** característico da **Guerra Fria**. De fato, o desmoronamento do sistema internacional pré-Segunda Guerra Mundial deixou os EUA frente uma URSS agudamente fortalecida em amplas faixas territoriais dentro e fora da Europa.[2] Contudo, a fratura do mundo em dois pólos opostos pareceu estabilizar-se durante a década de 1950 e a "concorrência entre blocos", constituiu, durante um bom tempo, mais um recurso de retórica das superpotências que um acontecimento histórico-concreto. A "peculiaridade da Guerra Fria" (segundo expressão utilizada por Hobsbawn, idem) era a de que, objetivamente, o perigo de guerra mundial era pequeno.

---

[1] Nesse momento (do imediato pós-guerra até início dos anos 70) e no bojo da estratégia de recomposição das bases sociais e materiais das estruturas de domínio do imperialismo ocidental, as várias formações sociais subalternizadas são, efetivamente, alçadas ao esforço industrializante de desenvolvimento econômico integrado à internacionalização inter-imperialista (Cf. Levy,1980).

[2] O futuro da política nessas áreas, "(...) parecia bastante incerto - a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para a revolução" (Hobsbawn, 1995, p.228).

Apesar da retórica apocalíptica do imperialismo norte-americano, as duas superpotências vencedoras aceitaram durante aproximadamente vinte anos a distribuição global, ainda que desigual, de forças que emergem com o fim da Segunda Guerra. A URSS controlava ou exercia preponderante influência sobre uma parte do globo, não buscando ampliá-la a partir do recurso a seu Exército. Os EUA, por sua vez, controlavam o restante do mundo capitalista, assumindo o que restou da velha hegemonia imperial das ex-potências coloniais (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica...) (cf., para maiores detalhes, Hobsbawn, 1995; particularmente o capítulo 8).[1] Apesar da possibilidade, cada vez mais distante, de um confronto militar e a corrida armamentista, foram a tensão política e a internacionalização produtiva os resultados de maior impacto da **Guerra Fria**.

III.1.A. Avanço Coletivista, Internacionalização Produtiva e Emergência do "Terceiro Mundo".

A internacionalização produtiva do pós-guerra em decorrência da necessidade dos EUA afirmarem suas posições frente um campo socialista fortalecido, pode ser apreendida a partir da crescente interpenetração dos mercados consumidores internacionais, do aumento dos investimentos diretos do grande capital multinacional, das associações transnacionais de capitais e da formação do mercado mundial de capitais dominado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo

[1] "A situação mundial tornou-se razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970 (...). Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas forças armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam à beira da guerra, ou mesmo já nela" (Hobsbawn, 1995, p.225).

Banco Mundial (cf. dados citados por Levy, 1980). A implantação da hegemonia norte-americana sobre a Europa Ocidental, por sua vez, se deu através do processo de reconstrução da Europa arrasada (Plano Marshall, 1947) sob o financiamento do capital americano. [1]

Na verdade, durante todo o período que se estende do imediato pós-guerra até o final da década de 60, era absolutamente natural a transferência massiva de indústrias de locais onde a força-de-trabalho fosse cara e os assalariados organizados, para áreas onde a tradição reivindicativa fosse frouxa e os partidos socialistas pouco expressivos, desde que tal processo se apresentasse enquanto "economicamente viável"[2]. A descoberta mais do que previsível de que a força-de-trabalho não-branca era pelo menos tão qualificada e educada quanto a branca iria se tornar um "bônus" extra para as indústrias de alta tecnologia (cf., para maiores detalhes, Hobsbawn, 1995; particularmente o capítulo 9).

Vencidos, portanto, a Alemanha e o Japão, são dois os grandes movimentos que dominam o imediato pós-guerra e determinam os desdobramentos de conjunto do período. De um lado, podemos assistir ao fracionamento do mundo em dois blocos antagônicos, um hegemonizado pelos EUA e o outro pela URSS. Por outro, temos o processo de descolonização anti-imperialista, verificado na África e na Ásia. A expansão imperialista dá-se no contexto da reconstrução européia, da industrialização do chamado **Terceiro Mundo** e da descolonização africana e asiática. A crise de meados dos anos 60,

---

[1] "As condições de Segunda Guerra Mundial permitiram aos EUA viverem um surto expansionista de amplas dimensões. Ao passo que o forte abalo dos antigos impérios europeus e a destruição massiva dos países beligerantes da Europa Ocidental e do Japão facilitaram tremendamente a formação de um império de novo tipo, que englobaria as potências imperialistas secundárias, tendo por epicentro os EUA" (Levy, 1980, p.46).

[2] O processo de homogeneização da base técnica do capital, dado o advento da automação flexível, iniciado em meados dos anos 70, potencializou a internacionalização produtiva, chegando a patamares antes inimagináveis. O brutal incremento das tecnologias de comunicação também constitui fator decisivo de tal processo.

portanto, deve ser compreendida tendo como raiz histórica as contradições gestadas durante a expansão renovada do imperialismo ocidental e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais envolvendo a correlação de forças entre classes e Estados nacionais[1].

A partir do esforço industrializante prescrito por Stálin, a URSS torna-se uma grande potência industrial[2] e ainda pode contar com um exercito numeroso, poderoso, bem equipado e presente no conjunto dos países da Europa Central. A primeira bomba atômica soviética explode em 1949. A influência soviética alcança, através de partidos comunistas atuantes, os demais países europeus e a Turquia. O Cominform (Departamento de Informação Comunista), por sua vez, é constituído como resposta ao Plano Marshall. Em 1948, os soviéticos bloqueiam Berlin e em resposta os americanos inauguram a "ponte-aérea" para essa cidade. A partir de 1949, os comunistas são afastados dos governos "ocidentais" nos quais participavam e seus partidos são, por vezes, proibidos de atuarem. Uma violenta guerra civil conduz ao esmagamento da guerrilha pró-comunista, na Grécia. Em contrapartida, na Europa do Leste, os comunistas assumem o controle absoluto dos aparelhos de Estado e generais soviéticos são nomeados chefes de Estado-maior na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria. Os americanos institucionalizam suas alianças militares nas Américas, no Atlântico Norte e no Sudeste Asiático. Em 1953 termina a Guerra da Coréia iniciada em 1945.[3]

---

[1] "Perante um bloco coletivista de Estado notavelmente ampliado e num contexto mundial marcado pelo movimento histórico de descolonização, os países capitalistas desenvolvidos conheceram, uma vez reconstruída as ruínas da guerra, um excepcional período de prosperidade. Porém, nas próprias condições dessa prosperidade, já se desenvolviam os germes da crise atual" (Beaud, 1987, p.302).

[2] Em 1950, ao fim do IV Plano Quinquenal, o índice da produção industrial soviética ultrapassa em 71% o índice de 1940; a produção de carvão atinge o patamar recorde de 250 milhões de toneladas e a de aço, 25 milhões de toneladas. A taxa de crescimento da URSS na década de 50 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Ocidental, por sua vez, cresceram quase com a mesma rapidez (mais depressa em países até então atrasados mas devagar nos demais) (cf. dados citados por Beaud, 1987; e Hobsbawm, 1995).

[3] "Assim, se organizam - economia, moeda, defesa - dois mundos frente a frente: o mundo capitalista, ontem hegemônico, descobre hoje que a terra já não lhe pertence,

O bloco coletivista hegemonizado pela URSS encontra-se em expansão geo-política desde o início dos anos 50. Na Europa do Leste as fronteiras parecem estabilizar-se sobre a linha definida em Yalta, e na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina, a URSS passa a contar com importantes pontos de apoio para seu avanço rumo ao Ocidente. Os soviéticos ainda dispõem, no processo de expansão de sua influência sobre o globo, da particular articulação entre três importantes fatores: a vontade das classes de países subordinados ao imperialismo ocidental em se libertar dessa dominação através da independência nacional; um mecanismo planejado e centralizado de acumulação que, até então, havia dado mostras de sua capacidade para alavancar o crescimento econômico em países de desenvolvimento tardio; e uma modalidade de organização política e mobilização ideológica, fundadas, ao menos em parte, na história do apelo ao socialismo (de inegável eficácia para a sustentação dos movimentos de contraposição à reprodução do domínio imperialista) e também na imposição de uma "verdade" institucional que cristalizava as bases de um "consentimento passivo" das massas e das direções intelectuais às "razões do Estado-partido" e de sua ortodoxia.

Hoje em dia, a idéia de que o mecanismo de acumulação de tipo soviético encarnou a tarefa histórica da transformação de economias atrasadas ou parcialmente industrializadas em modernas nações industriais, parece ter se tornado moeda corrente entre os diversos analistas do período do pós-guerra. O esforço concentrado no crescimento econômico ultra-rápido encerrou um forte apelo político mesmo em relação ao mundo capitalista desenvolvido mas carente de incremento industrial dado o advento da massiva destruição de capitais

---

que matérias-primas já não lhe são acessíveis, que existe um outro mundo de acumulação e de industrialização, fundamentado sobre a apropriação coletiva dos meios de produção, sobre o planejamento, sobre a direção e a coação do Estado" (Beaud, 1987, p.304).

em decorrência da Segundo Guerra. Todavia, era ainda mais diretamente relevante para:

> "(...) os problemas do mundo fora da Europa Ocidental e América do Norte, a maior parte do qual podia reconhecer sua própria imagem no atraso agrário da Rússia Soviética. A receita soviética de desenvolvimento econômico - planejamento econômico estatal centralizado voltado para a construção ultra-rápida das indústrias básicas, e infra-estrutura essencial a uma sociedade industrial moderna - parecia feita para eles. (...) Entre as guerras, e sobretudo durante a década de 1930, a taxa de crescimento da economia soviética andou mais depressa que a de todos os outros países, com exceção do Japão, e nos primeiros quinze anos após a Segunda Guerra Mundial as economias do 'campo socialista' cresceram consideravelmente mais rápido que as do Ocidente..." (Hobsbawn, 1995, p.367).

Somando-se à contradição entre capitalismo e coletivismo, tivemos , no bojo dos desdobramentos do pós-guerra, o movimento de descolonização de caráter anti-imperialista africano e asiático,fundado, sobretudo, no processo de fortalecimento das burguesias nacionais, no surgimento de intelectuais comprometidos com um projeto estatal independente e na conscientização do caráter insuportável da dominação colonial, entre outros.[1] Somente durante o transcurso da guerra tivemos a independência de países como a Síria, o Líbano, as Filipinas, a Índia, o Paquistão e a Birmânia. Esses novos Estados independentes, de imediato, procuram reconquistar o domínio completo sobre suas riquezas naturais (a nacionalização do petróleo iraniano em

[1] De fato: "Muito poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data da sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno. (...) Essa persistente instabilidade social e política do Terceiro Mundo dava-lhe seu denominador comum. (...) O potencial revolucionário do Terceiro Mundo era igualmente evidente nos países comunistas, quando nada porque, como vimos, os líderes da libertação colonial tendiam a encarar-se como socialistas, empenhados no mesmo tipo de projeto de emancipação progresso e modernização que a União Soviética, e nas mesmas linhas" (Hobsbawn, 1995, p.422-3)

1951; por exemplo) ou seus trunfos econômicos (a nacionalização pelo Egito do canal de Suez em 1956)[1]. Em 1955, ocorre a Conferência Afro-Asiática de Bandung cujo objetivo foi tentar articular os interesses desses Estados do chamado **Terceiro Mundo**, agora independentes.

Em 1954, liderado pelos muçulmanos, eclode o nacionalismo argelino organizado na Frente de Libertação Nacional (FLN). Em 1957, a FLN forma o governo provisório da República da Argélia (GPRA) centralizado em Túnis e pede formalmente apoio ao bloco coletivista (URSS). Em 1962, podemos assistir à vitória dos nacionalistas argelinos com a capitulação da França oficializada pelo **Armistício de Evian** mesmo que às custas da morte de mais de 1 milhão de muçulmanos.

Também em 1954, o Viet-Minh, braço armado do Partido Comunista do Vietnã, liderado por Vo Nwin Giap, derrota militarmente o imperialismo francês lançando as bases para o que, posteriormente, viria a ser a Guerra do Vietnã.Em 1959, os revolucionários cubanos, por sua vez, derrotam a ditadura de Fulgêncio Batista, implantando a primeira república popular da América Latina com apoio soviético. A década de 60 assiste ao processo de independência de países como o Congo, Nigéria, Serra Leoa, Gâmbia, Quênia, Uganda, Biafra e outros. A de 70, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique. Em 1975, o Vietnã impõe uma derrota total ao imperialismo norte-americano com o fim da guerra iniciada em 65, sendo que, finalmente, em 1976 o norte do país é reunificado com o sul, na República Socialista do Vietnã. [2]

---

[1] A Segunda Guerra parece ter criado condições favoráveis para a emergência de nacionalismos nas colônias, sendo que, na maioria dos casos, tais nacionalismos assumiram uma posição fortemente anti-imperialista e socialista (caso do Vietnã, por exemplo).

[2] Sem dúvidas, a Guerra do Vietnã exerceu um impacto determinante no relativo enfraquecimento da posição de hegemonia geo-polítca americana na década de 70. O conflito desmoralizou e dividiu os EUA, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra, sem contar o fato de que destruiu um presidente americano e levou a uma derrota e retirada humilhante, universalmente previstas após os dez anos de embates. O resultado mais relevante de tudo isso foi o **isolamento** norte-americano durante e após a guerra: "A retirada dos EUA da Indochina reforçou o avanço do comunismo. Todo o Vietnã se achava agora sob governo comunista

III.1.B. Da Reconstrução Européia à Consolidação da Hegemonia Norte-Americana.

A Europa, por sua vez, vivencia a experiência histórica de sua reconstrução econômica financiada pelo imperialismo norte-americano (17 bilhões de dólares) e, particularmente, através da mobilização dos trabalhadores, a sistematização dos métodos de organização do trabalho e os decorrentes progressos da produtividade.

A consolidação da hegemonia norte-americana sobre a Europa e sobre o Japão , esforço evidentemente inscrito na lógica da estruturação do mundo em dois grandes pólos, é assim descrita por Hobsbawn:

> "Chegou-se a argumentar que, (...), a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade (45-73) global. Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall sem dúvida ajudou a modernizar os países que queriam usá-la para esse fim (...), e a ajuda americana foi decisiva na aceleração da transformação da Alemanha Ocidental e do Japão. (...) Com que rapidez a economia japonesa teria se recuperado, se os EUA não tivessem se dedicado a fazer do Japão a base industrial para a Guerra da Coréia e depois a do Vietnã em 1965? Os EUA financiaram a duplicação da produção de manufaturas do Japão, e não por acaso 1966-70 foram os anos de pico do crescimento japonês - não menos de 16% ao ano. O papel da Guerra Fria, portanto, não pode ser subestimado, mesmo que o efeito econômico a longo prazo do vasto desvio de recursos dos Estado para armamentos competitivos fosse prejudicial" (1995, pp.270-1).

---

inconteste, e governos semelhantes assumiram no Laos e no Camboja" (Hobsbawn, 1995, p.438).

Tal esforço, fez com que o peso dos países imperialistas permanecesse predominante, a despeito do avanço coletivista.[1] De fato, o crescimento do pós-guerra foi o maior já conhecido pelo conjunto dos países imperialistas (cf. dados citados por Beaud, 1987; e Levy, 1980). O aumento da produtividade por parte desses países é obtido mediante um conjunto de diferentes mecanismos de coação ao sobretrabalho, aperfeiçoado pelo capitalismo no decorrer de seu desenvolvimento.[2]

Vale lembrar que a reconstrução européia e o grande crescimento econômico do pós-guerra estiveram intimamente vinculados não apenas à utilização da força-de-trabalho mal paga de antigos desempregados mas, sobretudo, basearam-se nos vastos fluxos de migração interna aos próprios países imperialistas, isto é, do campo para a cidade, da agricultura de regiões mais pobres para áreas mais ricas ...[3]

Como exemplos desse processo, podemos citar as pressões exercidas através da submissão indireta ao capital sobre o conjunto dos agricultores, transportadores independentes e um contingente crescente de artesãos e pequenos comerciantes. Temos também, durante o

---

[1] "Três quintos da produção industrial e dois terços do comércio mundial; e os Estados Unidos dominam um terço da produção industrial mundial. O que não impede que outro modo de acumulação e de industrialização esteja em andamento, com sua eficácia própria, nos países coletivistas. E se afirma uma tendência para a industrialização nos países do Terceiro Mundo: em parte, efeito da internacionalização dos grupos industriais dos países capitalistas desenvolvidos; em parte, resultado de iniciativas - privadas ou estatais - próprias a esses países" (Beaud, 1987, p.313).

[2] Durante esse período a utilização do trabalho imigrante tornou-se imprescindível: "Por inúmeros motivos, entre eles o fato de que a imigração na Europa do pós-guerra foi em grande parte uma solução patrocinada pelo Estado à escassez de mão-de-obra, os novos imigrantes entraram no mesmo mercado de trabalho que os nativos, e com os mesmos direitos, a não ser onde foram oficialmente segregados como uma classe de 'trabalhadores convidados' temporários, e portanto inferiores. Os dois casos geraram tensão. Homens e mulheres com direitos formalmente inferiores dificilmente viam seus interesses como idênticos aos de pessoas que gozavam de um status superior. Por outro lado, operários franceses e britânicos, mesmo quando não se importavam de trabalhar lado a lado com marroquinos, indianos ocidentais, portugueses ou turcos, não estavam dispostos de modo algum a ver estrangeiros promovidos antes deles, sobretudo os encarados como coletivamente inferiores aos nativos" (Hobsbawn, 1995, pp.303-304).

[3] "Os sulistas italianos inundaram as fábricas da Lombardia e do Piemonte, e 400 mil camponeses meeiros toscanos deixaram suas terras em vinte anos" (Hobsbawn, 1995, p.271).

decorrer do período, o emprego de velhos métodos de trabalho por tarefa, o trabalho a domicílio, o **sweating system**, a utilização em larga escala de trabalhadoras mulheres e imigrantes regulares ou não, mal pagos e subempregados. Sobre esse ponto, vale ainda realçar que a ampla utilização do trabalho imigrante, em muitos casos, encarnou uma verdadeira estratégia de intervenção patronal, amparada pelo aparelho de Estado, cujo objetivo seria atacar a combatividade do movimento operário organizado - sobretudo, em sindicatos de massa -, através do alargamento e flexibilização do **exército industrial de reserva** dos países imperialistas. Como bem nos lembra Ferro:

> "Um aspecto, oposto, desse tipo de relações herdadas do passado foi que as metrópoles recorreram **ao exército industrial de reserva dos países do Terceiro Mundo.** A importação de imigrantes, que se iniciara nos anos 30 do século XX, passou por um **boom** fantástico nos anos 60, momento da descolonização. Tão logo ficou claro, especialmente na França, que a força do movimento reivindicatório dos trabalhadores metropolitanos tornava aleatórios os êxitos do empresariado e a manutenção das mesmas margens de lucro, e observou-se a reticência cada vez maior dos franceses em aceitar trabalhos pesados e maçantes, os governos da época de De Gaulle e Georges Pompidou deixaram afluir uma massa crescente de imigrantes, de início jovens e solteiros e, por conseguinte, pouco dispendiosos para o Estado. O afluxo desses imigrantes permitiu dar maior elasticidade ao mercado de trabalho e reconstituir um exército industrial de reserva mais flexível do que a mão-de-obra nacional. No início dos anos 70, dos operários qualificados 23,1% eram tunisianos, 18% eram marroquinos, 15,9%, argelinos, 9,5% negros da ex-África francesa (...). Criou-se, assim, uma situação de tipo colonial dentro da própria metrópole, onde os franceses reservavam para si os postos de gerentes, colarinhos-brancos etc.. (1996, p.393).

Podemos citar, ainda, o emprego do trabalho temporário e subempreitado, o "progresso" da automação de base eletro-mecânica articulado ao avanço e acentuação da organização científica do trabalho, o desenvolvimento do trabalho por turnos e em equipes, a intensificação do trabalho em bancos, escritórios, companhias de seguros, correios ...[1] Outro traço marcante do período da reconstrução européia e consolidação da hegemonia norte-americana foi a generalizada expansão do assalariamento industrial:

> "Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente" (Hobsbawn, 1995, p.262).

III.2. As Múltiplas Formas de Concreção da Crise Contemporânea.

Em flagrante contraste com a relativa prosperidade dos anos 60, os anos 70 emergem anunciados por uma evidente crise.[2] No interior dos

---

[1] "É através de um processo diversificado de coação ao sobretrabalho e com base num considerável esforço de acumulação que permite a instalação de materiais modernos que foi obtido o aumento da produtividade nos anos 1950-1960. Em certos casos, trata-se do encompridamento da duração de trabalho, com ou sem intensificação (agricultores, transportadores, rodoviários, trabalhadores a domicílio); em outros casos, trata-se principalmente de intensificação do trabalho (trabalho em linha de montagem, taylorismo, salários por rendimento); em outros casos, de não-qualificação/intensificação do trabalho; em outros casos ainda, de degradação das condições de vida (trabalho à noite, trabalho por turnos, 3x8 ou 4x8)...com todas as combinações possíveis" (Beaud, 1987, p.336).

[2] Nas palavras de Hobsbawn: "Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração - 'pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade'(...) - ,reapareceram depois de 1973. O crescimento foi mais uma vez interrompido por várias depressões sérias, distintas das 'recessões menores' em 1974-5, 1980-2 e no fim da década de 1980. O desemprego na Europa Ocidental subiu de uma média de 1,5% na década de 1960 para 4,2% na de 1970 (...). No auge do **boom** em fins da década de 1980, estava numa média de 9,2% na Comunidade Européia, em 1993, 11%. Metade dos desempregados (1986-7) se achava sem trabalho há mais de um ano, um terço há mais de dois" (1995, p.396).

próprios países imperialistas é possível verificar, atrelado ao influxo do crescimento econômico, a escalada do desemprego seguida pela elevação inflacionária, a queda do poder de compra dos trabalhadores e outros indícios inquestionáveis de crise (cf. Beaud, 1987, Harvey, 1992, e Hobsbawn, 1995). A raiz de tal processo, como já dito inicialmente, deve ser buscada na própria lógica do avanço imperialista, materializada historicamente no período do pós-guerra, em concorrência com o bloco hegemônico coletivista.

Um dos indicadores mais evidentes desse movimento de "engessamento" (a expressão é de Dias, 1995) da reprodução ampliada das bases do mecanismo de acumulação de tipo intensivo e das estruturas de domínio do imperialismo ocidental no período é, sem dúvidas, o decréscimo das taxas de lucro dos países imperialistas já no decorrer dos anos 60[1]. Desse modo, trabalharemos com a hipótese de que a crise na qual se encontra imerso o capitalismo contemporâneo, representa a materialização histórica da incapacidade do imperialismo ocidental e da estratégia "welfare" do Estado burguês em coordenarem as **exigências internacionais da valorização do capital** (tanto as condições de produção do valor quanto as condições de sua realização) às **demandas por legitimação de sua moderna estrutura de domínio atualizadas no interior de cada formação nacional específica.**

São várias as evidências históricas de concreção desse processo. Nos países imperialistas, ao nível do chão-de-fábrica, podemos verificar um aumento da recusa de uma determinada modalidade de organização do trabalho (a recusa ao trabalho desqualificado, parcelizado, repetitivo...) articulada a revoltas contra as "cadências

[1] "Na Grã-Bretanha, a taxa de lucros baixa ao longo de todos os anos 60 e até em 1975; na Alemanha, ela estagna com um ligeiro declínio a partir de 1960 e baixa a partir de 1968-1969 até 1975; na França, ela declina a partir de 1968-1969 e cai de 1973 a 1975; nos Estados Unidos, ela baixa a partir de 1965-1966, até 1974. Apenas no Japão ela progride no curso dos anos 60, com uma volta atrás, conforme as fontes, em 1970, 1971 ou 1973" (Beaud, 1987, p.322).

infernais", contra os ritmos da linha de montagem que provocam o esgotamento físico extremado e, em consequência, os acidentes no trabalho. Como exemplos desse movimento generalizado de acirramento da luta de classes no chão-de-fábrica, temos o surto grevista de operários especializados que eclode, sobretudo, na indústria automobilística (Renault, Fiat e Volks, principalmente), as greves dos colarinhos brancos contra a desqualificação e incremento das cadências (correios, bancos...), o movimento pelo controle dos ritmos produtivos e auto-organização nas fábricas (Itália), o aumento do absenteísmo, da rotatividade da força de trabalho, dos defeitos de fabricação e outros (para maiores detalhes, cf. Beaud, 1987; e Levy, 1980).

Tal movimento é seguido pelo acirramento da concorrência entre as classes dominantes de cada país em relação ao patronato externo, tanto para os mercados internos quanto para os internacionais. A internacionalização do capital experimentada durante o período dá-se, sobretudo, através das estratégias de implantação de filiais ou a tomada do controle das empresas no estrangeiro. Em decorrência da articulação desse conjunto de contradições vivenciadas por classes e Estados, mediada pela contradição (sobredeterminante) entre blocos históricos hegemônicos, temos o incremento do processo de pesquisa e desenvolvimento (P e D) de novas tecnologias com melhores desempenhos, a busca por novos mercados externos e a internacionalização produtiva acompanhada da concentração do capital.

Durante a primeira metade da década de 70 ocorre a chamada crise do petróleo (crise energética), agudizando ainda mais as tensões do relacionamento envolvendo o imperialismo ocidental e os emergentes nacionalismos terceiro-mundistas. Na verdade, a crise que eclode em 1973 possui raízes já em 1951 com o evento da nacionalização do petróleo iraniano pelo governo Mussadiq, seguido pelo boicote

imperialista ao petróleo e posterior queda desse.[1] A década de 60 assiste à criação da OPEP e de diversas companhias nacionais de petróleo em países como a Venezuela, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia, Iraque e Líbia.[2] Em 1970, a Síria, ao bloquear Tapline, impede a evacuação de uma parte considerável do petróleo árabe. O Líbano, por sua vez, reduz suas entregas e aumenta suas retiradas. Finalmente, em 73 acontece a quarta guerra entre árabes e israelenses seguida da decisão dos primeiros em também reduzir as entregas, forçando o aumento do preço do barril do petróleo e diminuindo, assim, as vantagens detidas pelo imperialismo ocidental naquela região:

> "O petróleo era tradicionalmente produzido por empresas privadas ocidentais, em geral tendo as mais estreitas relações com as potências imperiais. Os governos, seguindo o exemplo do México em 1938, passavam agora a nacionalizá-las e operá-las como empresas estatais. (...) Na prática, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que acabou fazendo o mundo refém na década de 1970, tornou-se possível porque a posse do petróleo do mundo passara das empresas para relativamente poucos governos produtores" (Hobsbawn, 1995, p.343).

---

[1] "Em 1950, a descolonização asiática estava completa, a não ser pela Indochina. Enquanto isso, a região do Islã ocidental, da Pérsia (Irã) ao Marrocos, era transformada por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições, começando com a nacionalização das empresas de petróleo ocidentais no Irã (1951) e a guinada daquele país para o populismo, sob o comando do Dr. Muhammad Mussadiq (1880-1967), apoiado pelo então poderoso Partido Tudeh (comunista). (Previsivelmente, os partidos comunistas adquiriram alguma influência no Oriente Médio após a grande vitória soviética.) Mussadiq seria derrubado por um golpe organizado pelo serviço secreto anglo-americano em 1953. A revolução dos Oficiais Livres no Egito (1952), liderada por Gamal Abdel Nassar (1918-1970), e a posterior derrubada de regimes no Iraque (1958) e a Síria não puderam ser tão facilmente revertidos, embora os britânicos e franceses, unidos ao novo Estado antiárabe de Israel, fizessem o possível para derrubar Nasser na crise do Suez em 1956" (Hobsbawn, 1995, p.217-8).

[2] "Um dos motivos pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo Saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o quartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar, os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da consequente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes motorizadas do mundo, em particular na americana" (Hobsbawn, 1995, p.258).

O período que se seguiu à crise energética do início dos 70 é também fortemente marcado por uma renovada onda revolucionária verificada nas mais diversas partes do globo[1]. Tal fato, o recrudescimento do fôlego revolucionário durante a década de 70, pareceu poder alterar o equilíbrio entre os dois blocos históricos hegemônicos desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo americano (Revolução Sandinista de 1979 e a Revolução de Granada em 1983) foram atraídos para a órbita de influência do "campo socialista" e, mais concretamente, forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu "núcleo duro" euro-asiático. A coincidência dessa intensificação da luta revolucionária mundial com o fracasso público e a derrota total do imperialismo norte-americano no Vietnã liquidou o relativo equilíbrio de posições entre blocos que vigorava desde o início dos anos 50, inaugurando uma fase renovada de disputas e incremento do antagonismo envolvendo EUA e URSS, fato esse indispensável para a emergência e consolidação do reageanismo e do tatcherismo na década de 80.[2]

A articulação desses fatores com o relativo otimismo da URSS sob Brejnev (anos 70), tornou o acirramento da contradição entre as superpotências mais do que garantido. Tal período pode ser traduzido historicamente por uma combinação entre guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indiretamente pelos americanos que agora evitavam o erro cometido no Vietnã de empenhar suas próprias forças em combate, com uma brutal aceleração da corrida armamentista nuclear e cuja

[1] Como exemplos, poderíamos citar, entre outros, as revoluções na Etiópia (1974), Daomé, Madagascar, Congo (todas em 1975) e Rodésia do Sul (1976).
[2] Pretendemos analisar com mais sistematicidade a emergência de governos neoliberais no capítulo V do presente estudo.

culminação materializou-se no conhecido projeto americano denominado "Guerra nas Estrelas"[1].

Se nas colônias e ex-colônias, após 1974, as lutas socialistas renovadas tendiam a solapar as bases de apoio sociais e materiais da liderança hegemônica mundial norte-americana, já em 1968 os governos dos países imperialistas assistem, atônitos, a revolução batendo em suas próprias portas, trazida pela aliança do movimento estudantil de massas com o movimento operário não-burocratizado[2].De fato, se nos países imperialistas a perspectiva revolucionária através da via insurrecional e ação de massa não era mais levada a sério, os governos, de repente, se viram frente-a-frente com algo que não apenas se parecia com a velha revolução, como também revelava a fraqueza de regimes tidos como firmes[3].

Talvez o fato de que o apelo à luta estivesse sob responsabilidade dos estudantes, ou seja, de um grupo não diretamente afetado pelas pressões econômicas imediatas, tenha estimulado os trabalhadores a exigir mais que aquilo a eles reservado. O efeito mais presente da rebelião estudantil européia foi uma onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho, cujo exemplo do chamado "outono quente" italiano de 69 parece confirmar[4].

---

[1] "A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa" (Hobsbawn, 1995, p.243).

[2] "Se houve um momento, nos anos de ouro posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram desde os EUA e o México, no Ocidente, até a Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, socialistas, em grande parte estimulados pela extraordinária irrupção de maio de 1968 em Paris, epicentro de um levante estudantil continental" (Hobsbawn, 1995, p.293).

[3] Na verdade, a aliança operário-estudantil de final dos 60 não somente encerrou a era do general De Gaulle na França, como também a dos presidentes democratas nos EUA e, após o massacre de estudantes de Tlateloco, assinalou o início de uma nova fase na política mexicana.

[4] "As rebeliões de estudantes eram desproporcionalmente eficazes, sobretudo onde, como na França em 1968 e na Itália em 1969, elas provocaram imensas ondas de greves operárias que paralisaram temporariamente a economia de países inteiros" (Hobsbawn, 1995, p.432).

Para Hobsbawn, a revolta estudantil de fins da década de 60 deve ser entendida como sendo a "última arremetida da velha revolução mundial". Foi revolucionária no sentido utópico, busca de uma permanente transformação dos valores, e no sentido estratégico de procurar viabilizar-se mediante a ação de massas, a luta de barricadas, através da utilização de explosivos e "emboscadas na montanha" (1995, pp.433 e seguintes). Da mesma forma, foi **mundial** não só porque inspirada no universalismo da tradição revolucionária jacobina e bolchevique, mas também porque o mundo onde os estudantes e trabalhadores viviam integrava-se, política , econômica e culturalmente, cada dia com mais força. Desse contexto de efervescência revolucionária surgirá:

> "(...) um curioso mundo clandestino de conspiração mundial que os grupos de ação direta, de ideologia nacionalista e social-revolucionária, às vezes as duas coisas juntas, se relacionavam numa rede internacional que consistia de vários - em geral minúsculos - Exército Vermelhos'. Palestinos, insurretos bascos, o IRA e outros, sobrepondo-se a outras redes ilegais, infiltradas por serviços de espionagem, protegidas e onde necessário auxiliadas por Estados árabes ou orientais" (Hobsbawn, 1995, p.433).

Juntamente com as rebeliões estudantis e greves operárias, o final da década de 60 assiste, começando nos EUA mas rapidamente espalhando-se pelos demais países imperialistas, a um impressionante recrudescimento da luta das feministas, cujo efeito imediato foi elevar as mulheres a um patamar de importância política enquanto grupo social relativamente autônomo ainda desconhecido. O feminismo dos anos 60/70, que também teve impacto nas elites de mulheres educadas dos países subalternos, somou-se, na prática, aos demais movimentos de contestação às formas do domínio tradicional da burguesia, assim como, à ampliação das bases dos mecanismo de acumulação de tipo intensivo

(as mulheres eram crescentemente incorporadas ao mercado de trabalho enquanto força-de-trabalho sub-remunerada), realizando efetivas conquistas, sobretudo, no campo da democratização (relativa) das relações entre os gêneros (a chamada "revolução sexual").

Resumidamente, as décadas de 50 e 60 experimentam um aumento do grau de resistência das classes subalternas, organizadas, por exemplo, em sindicatos de massa, à expansão das bases materiais do mecanismo de acumulação de tipo intensivo (suporte material do projeto hegemônico social-democrata), sobretudo, no interior dos países imperialistas. Vivenciam, também, um processo de acirramento da concorrência intercapitalista e uma aguda elevação dos custos de manutenção do imperialismo norte-americano, expressos, por exemplo, pela crise do dólar e do sistema monetário internacional (em 1971, o dólar é desatrelado do ouro). Em 1973, ocorre a bem sucedida tentativa dos países produtores de petróleo, organizados na OPEP, em obter uma melhor distribuição do valor produzido. Tal dinâmica só foi possível a partir do processo generalizado de descolonização anti-imperialista do pós-guerra articulado às tendências pela afirmação de um projeto desenvolvimentista de caráter nacional por parte das nações já independentes. [1]

O emergente e renovado nacionalismo terceiro-mundista articulado ao anti-imperialismo das nações recém-libertas da subordinação colonial exigiam políticas independentes dos velhos impérios da época do pré-Segunda Guerra e o exemplo da URSS parecia

[1] Durante toda a década de 70, essa foi uma preocupação constante para os diversos capitalismos subalternizados: as reivindicações no sentido de uma "nova ordem econômica internacional"e, sobretudo, a vontade desses países em se industrializar, fato esse que se choca com interesses de determinados setores industriais de países imperialistas. Por outro lado, a tentativa de recuperação dos efeitos da alta do barril do petróleo mediante a alta dos preços industriais e, posteriormente, forte alta dos derivados do petróleo, também contribui decisivamente para o quadro da crise (cf., para maiores detalhes; Harvey, 1992).

oferecer um modelo alternativo de desenvolvimento semi-autônomo[1]. Os anos após 1945 foram de consolidação desse exemplo, dado pela URSS, de crescimento econômico acelerado e alheio às estruturas imperialistas de poder do grande capital financeiro multi-nacional. Daí um dos fatores responsáveis pelo crescente apelo comunista no Terceiro Mundo. Nas palavras de Hobsbawn:

> "Os inspiradores e defensores do movimento dos 'não-alinhados' eram ex-revolucionários coloniais radicais (...). Todos (...) eram ou se diziam socialistas à sua maneira (...). Todos tinham alguma simpatia pela União Soviética, ou pelo menos estavam dispostos a aceitar sua ajuda econômica e militar (...). Quando o grupo não-alinhado, essencialmente afro-asiático, se tornou tri-continental após a Revolução Cubana de 1959, seus membros latino-americanos não surpreendentemente vinham das repúblicas do hemisfério ocidental que sentiam menos simpatia pelo Grande Irmão do Norte (os EUA)" (1995, p.350).

A hegemonia **tradicional** dos antigos impérios coloniais, finalmente, havia sido liquidada:

> "As maiores colônias britânicas no Caribe foram tranquilamente descolonizadas na década de 1960, as ilhas menores em intervalos entre essa data e 1981, as ilhas do Índico e Pacífico em fins da década de 1960 e na de 1970. Na verdade, em 1970 nenhum território de tamanho significativo continuava sob administração direta das ex-potências colonialistas ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia - e, claro, no Vietnã em guerra. A era imperial acabara. Menos de três quartos de século antes, parecera indestrutível. Mesmo trinta anos antes, cobria a maior parte dos

[1] "Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estado internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente" (Hobsbawn, 1995, p.337).

> povos do globo. Parte irrecuperável do passado, tornara-se parte das sentimentalizadas lembranças literárias e cinematográficas dos antigos Estados Imperiais, enquanto uma nova geração de escritores nativos dos países outrora coloniais começava a produzir uma literatura que partia da era da independência" (Hobsbawn, 1995, p.219).

Em linhas gerais, como já salientado, a crise atual resulta da articulação de contradições gestadas a partir do quadro de enfrentamento entre capitalismo e coletivismo (contradição sobredeterminante), durante o período que se estende do imediato pós-guerra até por volta de meados da década de 70. São contradições internas à própria lógica da expansão das bases sociais e materiais do mecanismo de acumulação de tipo intensivo com especificidades nos diferentes países imperialistas; contradições entre esses países; e contradições envolvendo a estrutura de domínio do imperialismo ocidental e o elenco dos países do chamado Terceiro Mundo, sobretudo, os países produtores de petróleo, países produtores de matérias-primas, países em curso de industrialização e países de interesse estratégico.

III.3. Da Crise como Crise Orgânica aos Contornos da "Nova Era Imperial".

A síntese dessas múltiplas contradições representa, por um lado, o fundamento último da crise atual pela qual atravessa o capitalismo contemporâneo e, por outro, permite-nos caracterizar o momento histórico "pós 68" como um período de crise orgânica, visto estar dissociada a unidade necessária envolvendo as exigências da acumulação de tipo intensivo à nível internacional e as demandas por legitimação da moderna estrutura de domínio do imperialismo ocidental atualizada no interior de cada formação nacional específica. Tal processo, segundo a concepção desenvolvida por Gramsci nos

Cadernos do Cárcere, assinala, essencialmente, o abandono e a superação de grandes grupos e de massas inteiras em relação a seus dominantes, revelando profundas transformações de dimensões mundiais.

III.3.A- Crise Contemporânea, Lutas de Classes, Guerra de Posição.

A crise, nesse sentido, aponta uma ruptura, por vezes violenta, dos vínculos que atavam as classes subalternas, em países imperialistas ou em capitalismos subalternizados, a todo um ambiente intelectual e moral. Na realidade, podemos verificar nesses períodos um verdadeiro movimento de erosão das bases sociais e materiais do consentimento das classes subalternas em relação à dominação tradicional da burguesia.[1] De uma relativa passividade, as massas de trabalhadores passam à atividade e, ainda mais, numerosos grupos, classes e nações, adotam o marxismo, mesmo que vulgarizado, como guia de suas práticas.[2]A crise da estratégia "welfare" do Estado burguês (crise de uma determinada iniciativa hegemônica para os países imperialistas) também encontra-se inscrita nesse processo de dispersão e desagregação das próprias forças das classes dominantes tradicionais, traduzida em termos da paralisia dos partidos, descrédito nas instituições (família, imprensa, parlamento, exército, igreja...), falta de autoridade dos grandes

---

[1] Para Gramsci, esse processo de erosão dos fundamentos do consentimento, diferente em cada país, sustentaria um mesmo conteúdo histórico, a crise de hegemonia das classes dominantes tradicionais, que, por sua vez, ocorreria: "(...) ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas, como a guerra, ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de crise de autoridade, mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia ou crise do Estado no seu conjunto" (MPE, p.55).

[2] Para uma análise mais detalhada a respeito da elaboração de "clássicos" (Marx, Engels e Lênin) do marxismo e a vinculação/contraste de suas idéias com as políticas engendradas pelo ex-bloco soviético, particularmente, a política econômica, cf. Miglioli (1995b).

personagens da cultura e outros. A perplexidade das classes dominantes é acompanhada pelo sentimento de terror dada a perda de confiança em suas próprias forças e no futuro. Impõe-se , como necessidade histórica, engendrar uma reação à altura das exigências do período.

A reação do capital assume um aspecto essencialmente **restauracionista.** A principal tarefa das classes dominantes passa a ser a de erigir contra-tendências para retardar as consequências da tendência à queda da taxa de lucros. Nesse processo, deve-se intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operária, multiplicar o desenvolvimento das forças produtivas e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita às classes dominantes apresentarem seus interesses particulares como universais, isto é, válidos para todas as classes. A capacidade hegemônica, política e cultural da burguesia radica em sua estratégia de absorver as bandeiras de luta dos adversários históricos, integrando à sua própria racionalidade importantes elementos da concepção e necessidades do novo protagonista, assimilando elementos de seu programa e parte de seus intelectuais, via o processo de **transformismo** (que avaliaremos, com maiores detalhes, mais adiante)

A história do capitalismo tem dado mostras que em períodos de crise é mais fácil para as classes dominantes tradicionais recomporem as bases de sua dominação retomando o controle que lhes fugia, através da mudança de "homens e programas" e também pelo fato de "possuirem numeroso pessoal preparado", do que o controle transitar para o interior das classes subalternas. O processo de crise orgânica que revela o "amadurecimento consciente" das contradições gestadas pelo avanço imperialista no pós-guerra estende-se, de uma forma ou de outra, até os nossos dias. A derrocada do bloco coletivista de Estado, a "abertura" do Leste europeu e o esfacelamento da ex-URSS, sobretudo, pareceu propor uma solução orgânica para a crise, na medida que "unificou tropas

de muitos partidos sob a bandeira de um único" (Gramsci), ou seja, sob a bandeira da **economia de mercado**[1]

Essa, contudo, mostrou-se uma alternativa incompatível com as demandas das classes subalternas, visto que o preço a ser pago pelos ajustes e pela integração desses países à esfera do capital financeiro transnacional, foi a difusão generalizada do desemprego, o desmantelamento dos serviços de saúde, educação e habitação popular, o aumento da pobreza, entre outros. Assim, a necessária "fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal" (Gramsci) torna-se, à luz dos acontecimentos que sucederam à restauração capitalista no leste, uma ficção, tanto para as classes subalternas desses países quanto para os intelectuais de esquerda de todo o mundo.

Nesse sentido, a estratégia das classes dominantes passa a ser a de traduzir em uma possibilidade real a previsão das possíveis alternativas de saída da sua crise, impondo a reprodução das estruturas sociais de sua dominação atualizada no interior de cada formação nacional específica, obscurecendo, desse modo, a perspectiva de uma ruptura histórica revolucionária. Em síntese, poderíamos dizer que confrontadas à emergência **tendencialmente** hegemônica dos produtores, as classes dominantes dirigem contra as massas a sua

---

[1] Callinicos (1992) chega mesmo a elaborar um interessante painel ideológico dos sentimentos de conservadores e progressistas durante o desenvolvimento do processo que derrubou os regimes stalinistas do Leste europeu. Particularmente, os intelectuais liberais "de esquerda" tenderam a perceber, quase absolutamente, a derrocada do stalinismo enquanto consumação máxima da vitória do capitalismo sobre seu rival histórico, "o socialismo" (bloco coletivista de Estado). A transformação dos antigos PC's em partidos social-democratas (cujo exemplo clássico é o eurocomunismo) foi abruptamente acelerada pelos acontecimentos de 89 (ver o caso do PC italiano, por exemplo). As conclusões apocalípticas reproduziram-se rapidamente por entre a esquerda socialista em quase todos os países do mundo onde esta se encontrava razoavelmente organizada. Um determinado "consenso" foi forjado tanto no campo da esquerda quanto no campo da direita, apontando para uma conclusão bastante clara: o capitalismo triunfara e o marxismo, se não inteiramente liquidado, encontrava-se no que poderíamos chamar, sua **crise terminal**. Cf., também, Naves (1994).

própria guerra de posição, objetivando quebrar a construção, sempre problemática, do sujeito revolucionário, suprimindo o elemento ético-político (o momento hegemônico) e obrigando as contradições sociais de caráter classista nacionais e internacionais, a uma retraída sobre o terreno econômico-corporativo, ele mesmo orientado segundo suas contra-tendências (luta contra a tendência à queda da taxa de lucros, resistência às políticas anti-cíclicas...), isto é, no interior dos horizontes da racionalidade propriamente burguesa.

Gramsci já havia demonstrado que a guerra de posição imposta às classes subalternas no "Ocidente" a partir do início desse século é dirigida sob sua forma própria pelas classes dominantes: "racionalização" da esfera produtiva, programação estatal da economia capitalista, desenvolvimento de novas formas de controle das massas, recomposição das bases sociais e materiais da subalternidade política... Se as classes dominantes não mais podem desenvolver suas possibilidades além de um equilíbrio sempre incerto, torna-se impossível a previsão das possibilidades alternativas, tornam-se invisíveis e imodificáveis os limites do mundo. Assim, a guerra de posição materializa-se segundo um processo caracteristicamente reacionário de **passivização das conquistas democráticas das classes subalternas, inscrito em um movimento mais amplo de restauração das formas de organização da vida estatal nas formações sociais contemporâneas**. É o que pretendemos desenvolver no próximo capítulo, a partir de uma tentativa de atualização histórica das formas da revolução passiva e da guerra de posição em contextos concretos diferenciados.

III.3.B. Mundialização do Capital e Neocolonialismo de Mercado.

Antes de passarmos ao tratamento do conceito de Revolução Passiva em Gramsci - buscando nesse, vale lembrar, a inspiração teórico-metodológica condizente com nosso esforço de atualização dos critérios interpretativos da análise das lutas de classes -, gostaríamos de apontar breves elementos que, a nosso ver, contribuem com o delineamento dos contornos da renovada problemática do imperialismo, encerrada nos marcos da crise contemporânea até aqui discutida. Isto porque, a restauração do princípio de universalidade das formas do domínio capitalista passa, necessariamente, pela recomposição subjetiva e objetiva - portanto, estrutural - das bases do imperialismo ocidental em crise.

As estruturas transnacionais de poder, nesse sentido, ainda desempenham, a despeito do que pretende o debate economicista dominante (tal como vimos na primeira parte desse trabalho), um papel fundamental na guerra de posição imposta às massas subalternizadas de todo o mundo,nesse fim de século. Buscamos abordar tal problemática partindo da discussão a respeito das estratégias **de ajuste estrutural** impostas pelos Fundos Internacionais ao conjunto dos países do capitalismo subordinado. Obviamente, tal ênfase de análise não esgota a questão. Contudo, fornece-nos elementos para enfrentarmos o debate acadêmico que afirma, de uma maneira ou de outra, o declínio da lógica do capital e de suas estruturas de domínio.

De fato, a hipótese segundo a qual o crescimento econômico dos países do Norte desenvolvido não mais se encontraria atrelado à condição subalterna do Sul subdesenvolvido, tornou-se moeda corrente no debate acadêmico e na arena política em geral. Tal hipótese, reproduz e sustenta o dogma alardeado ininterruptamente pelos meios

de comunicação de massa: o mundo atravessa um período de ruptura radical com o passado no qual não mais teriam vigência as relações de opressão e exploração características do "envelhecido e obsoleto paradigma da produção". Como já salientado, praticamente não ouvimos mais falar, dentro e fora da academia, em luta de classes, expropriação do excedente, revolução socialista, poder operário e, evidentemente, **imperialismo**[1]. Por certo, todo esse construto conceitual merece figurar em um museu de antiguidades, ao lado do tear mecânico e outras raridades. A revolução informática ou a virtuosidade dos arranjos institucionais contemporâneos justificariam a derrocada da lógica imperial de expropriação e subalternidade classista mediada pela intervenção de determinados Estados, orientada pelo vetor do capital financeiro transnacional e suas estruturas de poder.

Para o debate economicista dominante, o fim do domínio imperial é tão certo quanto a inevitabilidade fatalística do incremento do desemprego tecnológico mediante o desenvolvimento das potencialidades encerradas na revolução, dita "autônoma", das forças produtivas em curso. Contudo, as certezas desse debate volatilizam-se quando confrontadas a certos indicadores básicos de distribuição e concetração de riquezas, já de domínio público. Por exemplo, o abismo existente entre os países imperialistas e os países subalternos aumenta dia após dia. As chamadas economias centrais que representam 15% da população mundial controlam perto de 80% da renda global, enquanto os capitalismos subalternizados contando com 58% da população do planeta receberam em 1991 aproximadamente 4,9% da renda mundial.

[1] O contraste em relação às análises teóricas e políticas de décadas passadas é absolutamente flagrante: "Entre 1950 e 1975, as relações de força tanto no plano teórico quanto no plano prático envolvendo o que ainda se poderia chamar de Norte e Sul, desenvolveram-se sobre um terreno comum grosseiramente, mas fortemente balisado por análises e conceitos produzidos pelos marxistas da Segunda e Terceira Internacional. Foi a época em que dominaram as teorias da troca desigual, da dependência, dos efeitos da dominação do centro sobre a periferia, a crítica aos grupos multinacionais. Brevemente, foi a época do enfrentamento entre o imperialismo e o anti-imperialismo" (Hincker, 1995, pp. 14-5).

Enquanto resultado dessa brutal concentração de riquezas, estimativas apontam para o número de 25 milhões de crianças do Terceiro Mundo vitimadas pela fome e falta de medicamentos (cf. dados citados por Löwy, 1995).[1]

A problemática do imperialismo, a despeito de sofrer sucessivos ataques da mídia e dos "intelectuais em retirada" (para utilizarmos uma expressão cunhada por Petras. 1995), deve ser entendida, a nosso ver, como uma questão clássica que retorna com singular atualidade. Compreendido enquanto um sistema no qual **potências centrais**, classes dominantes, Estados e oligopólios, desenvolvem e impõem através de **mútuas relações de concorrência e cumplicidade**, uma lógica de apropriação e subordinação; o conceito de imperialismo encerra o imenso mérito de, nas palavras de Löwy: "(...) conferir uma coerência ao quadro confuso e desorientador das relações internacionais e das trocas econômicas planetárias ao redor de um eixo central que continua a ser de desigualdade e dominação" (1995, p.19).

A atualidade da problemática sobre o imperialismo exige também, um esforço de precisar quais as alterações operadas desde a época de Lenin, Rosa, Boukharin, Trotsky e Hilferding e que singularizariam o momento presente, não tanto do ponto-de-vista da dominação de Estados periféricos pelos Estado centrais, mas sim da perspectiva da subalternidade política das classes sociais e suas relações de forças.[2] A análise do sistema imperialista não deve estar limitada ao conjunto das relações entre nações, fazendo abstração da

---

[1] Ou ainda: "As diferenças de renda e de nível de vida entre os 'ricos'e os 'pobres' alcançaram proporções sem precedentes: uma família média da pequena burguesia dos arredores de Paris sustenta uma renda mais de cem vezes superior em relação a um casal de camponeses do sudeste asiático. Um camponês filipino deve trabalhar durante dois anos para ganhar o que um advogado novaiorquino ganha em uma hora" (Chossudovsky, 1995, p.35).

[2] A propósito de uma síntese da discussão "clássica" sobre a problemática do imperialismo, inscrita nos marcos teóricos de um esforço cujo objetivo seria o de romper com as limitações do debate sobre a globalização, ver, sobretudo, Lefebvre (1994).

correlação de forças entre as classes. As classes dominantes dos países subalternos, nos dias atuais, encontram-se ativamente associadas ao sistema de dominação, tendo feito do pagamento da dívida e do ajuste estrutural, o eixo central de suas políticas. De fato, o espírito independente que marcou a recente história das burguesias do sul quando pensamos nos projetos nacional-desenvolvimentistas e na implementação de políticas nitidamente anti-imperialistas, parecem pertencer definitivamente ao passado.

Na verdade, é preciso examinar quais conceitos são hoje requeridos para entendermos um processo que, sob nossos olhos, recoloca-se em condições tecnológicas, econômicas e geopolíticas profundamente renovadas. Durante toda a década de 80 com a difusão do processo de homogeneização da base técnica do capital e, particularmente, após a derrocada dos países do Leste Europeu e o fim da União Soviética, podemos constatar uma universalização geográfica e estrutural sem precedentes históricos do modo de produção capitalista. Com o "apagamento" da experiência soviética, o domínio do capital financeiro transnacional parece não mais encontrar limites ou obstáculos. Tal unificação do mundo sob o cajado do capital indica um processo no qual o capital especulativo e as grandes corporações transnacionais agudizam a internacionalização e sua autonomização em relação às estruturas do poder nacional.

Mediante a ação de instâncias de poder como o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do Comércio, assim como a intervenção militar norte-americana respaldada pela bandeira da ONU, o imperialismo dispõe nos dias de hoje, de um sistema de poder internacional inédito na história. Graças à chantagem da dívida ou ao poderio militar norte-americano sem contrapartida, o imperialismo exerce sobre os países do Terceiro Mundo uma ditadura muito mais poderosa e implacável que qualquer imperador ou escritório político poderia jamais

sonhar. Através desse mecanismos, o ajuste estrutural, por exemplo, o imperialismo impõe sua estratégia passivizadora objetivando recompor a subalternidade social e material das classes e Estados, integrando-os a um amplo e articulado quadro de dominação mundial: austeridade salarial, cortes orçamentários na educação e saúde, privatização de empresas públicas, produção para exportação em prejuízo do mercado interno...[1]

O imperialismo enquanto teoria **totalizante** que busca apreender a multiplicidade contraditória de aspectos encerrados no processo de reprodução das bases sociais e materiais da economia mundial, segundo um dado estado de desenvolvimento do capitalismo, sempre foi uma questão central para o marxismo revolucionário. Dada a correlação de forças entre as classes, o brutal influxo do projeto socialista e a luta ideológica em curso, é necessário restabelecer as relações com tal problemática a partir dos traços mais marcantes que constituem o imperialismo contemporâneo. Nesse espírito, devemos apontar para a necessidade de analisarmos a organização da economia capitalista partindo de transformações relativamente endógenas, reativas e auto-acomodativas, e que marcaram profundamente o modo de reprodução do capital nos países imperialistas a partir da crise orgânica responsável pelo fim do período de crescimento do pós-guerra.

A constituição de uma mercado mundial do capital-moeda e a manutenção da taxa de lucros reais a um nível sem precedentes na história do capitalismo, constituem meios através dos quais o imperialismo contemporâneo logra recompor os fundamentos de seu domínio. Para Husson, tal processo, por muitos denominado de **financeirização**, não pode ser compreendido sem levarmos em

[1] "Esse processo de ajuste estrutural global favorece uma tranferência negativa para os países devedores de seus recursos econômicos em direção aos países credores..." (Chossudovsky, 1995, p.69).

consideração o estabelecimento de uma renovada estrutura de reprodução do capital:

> "A realidade deve, pois, ser analisada a partir da repartição do produto em três grandes categorias de renda: os salários, as rendas financeiras e o lucro da empresa. A repartição primária entre salário e mais-valia obedece, hoje em dia, a uma lei tendencial bastante simples, segundo a qual o salário real não progride, de tal modo que o essencial dos ganhos de produtividade são apropriados sob a forma de mais-valia relativa. As taxas de lucros reais extremamente elevadas correspondem a direitos de extração sobre essa mais-valia que tendem a captar uma parte crescente da renda nacional e, portanto, marginalmente, uma proporção importante dos ganhos de produtividade. O lucro das empresas não se restabelece, pois, nas mesmas proporções que o bloqueio dos salários perimitiria realizar, se a parte das rendas financeiras não viesse se interpor" (1995,p.23).[1]

A restauração das bases do domínio imperialista, processo que atravessou as duas últimas décadas e encontra-se umbilicalmente vinculado às diversas ofensivas neoliberais tanto no Norte, quanto nas economias subalternas do Sul e mais recentemente no Leste Europeu, aponta para a predominância dos movimentos de investimento direto e sua concentração nos países industrialmente desenvolvidos. A interpenetração de capitais de diferentes nacionalidades[2] e a conseqüente centralização do capital (segundo dados citados por Chossudovsky, 1995; 80% do comércio mundial é controlado por não

[1] Husson indica, na realidade, um esquema de reprodução relativamente coerente em seu princípio (e oposto à "era de ouro" de crescimento com distribuição de renda do pós-guerra), cuja regra fundamental é a não distribuição aos salários dos ganhos de produtividade.

[2] "(...) Assiste-se, em numerosos setores, à formação de um mercado mundial realmente unificado que substitui a simples justaposição de mercados nacionais. Esse mercado relativamente unificado tende a constituir o horizonte estratégico natural das grandes firmas; o desmoronamento das sociedades burocráticas de Estado não fazem mais que amplificar o movimento" (Husson, 1995, p.26).

mais do que 500 grupos transnacionais) conduzem à constituição daquilo que Chesnais (1994) designa por oligopólios mundiais:

> "Essa centralização do capital é contraditória e adota formas renovadas. Os grandes grupos são rivais e, dessa perspectiva, a constituição de oligopólios não reduz em nada o **atrito** dos efeitos da concorrência, mas esses são amenizados a partir da introdução de acordos de cooperação, notadamente no domínio dos gastos com pesquisa. Os grandes grupos encerram, logo, interesses comuns que resultam da necessidade de se defender tal espaço contra a entrada de novos concorrentes" (Husson, 1995, p.27).

O imperialismo contemporâneo resulta, exatamente, do conjunto das estratégias privadas de grandes grupos industriais e financeiros, consubstanciado no movimento de restauração do capital frente a seu processo de crise orgânica em escala global. Desse modo, a renovada ofensiva imperialista não pode estar desvinculada do recrudescimento das políticas neoliberais (que pretendemos analisar a seguir), assim como do conjunto das mutações teconológicas e organizacionais em curso. A orientação neoliberal da última década encontra-se igualmente articulada à restauração das bases do domínio imperialista: abertura comercial, privatizações, desregulamentação financeira, tudo evidentemente contribuindo com a supressão dos instrumentos institucionais de intervenção nos mercados e dos obstáculos à circulação do capital-moeda. Temos, pois, enquanto traço constitutivo desse processo, por um lado, a dissolução **tendencial** (e que nunca será absoluta, como querem alguns) da unidade constitutiva do Estado e dos capitais nacionais; e, por outro, uma crescente extra-territorialidade marcando as próprias mercadorias. O aparelho produtivo parece autonomizar-se mais e mais em relação aos mercados nacionais sendo que, atualmente, uma proporção cada vez maior das trocas externas de

um dado país constituem , na verdade, trocas internas aos oligopólios mundiais (cf. dados citados por Chesnais, 1994).[1]

Tal estratégia opera uma homogeneização contraditória da economia mundial. Através dos programas de ajuste estrutural, elaborados com o objetivo de indicar aos países endividados os meios para a obtenção dos recursos necessários ao pagamento dos juros, o FMI e o Banco Mundial condicionam sistematicamente seu "auxílio" financeiro à colocação em prática dos planos elaborados e definidos por sua tecnoburocracia mundial. Numerosos países endividados passam, desse modo, à tutela do sistema financeiro internacional que, por sua vez, "recoloniza" o Terceiro Mundo. O discurso oficial a respeito do ajuste das economias nacionais à ordem renovada do império objetiva apresentar-se como o **único modelo racional de crescimento**, pois adaptado às condições da economia mundializada. A prioridade total às exportações, política integrada ao esforço de pagamento dos juros da dívida, desemboca numa concorrência generalizada envolvendo os países do Terceiro Mundo e cujos desdobramentos estratégicos auxiliam a consolidação do neocolonialismo de mercado.[2]

De fato, no decorrer dos anos 80 é possível verificar um brutal aumento das disparidades existentes entre os países imperialistas e as nações subalternizadas (cf., entre outros, dados citados por Chossudovsky, 1995; e Petras, 1995). Em grande parte, a

[1] "Um divórcio crescente pode aparecer entre a saúde das empresas e a dinâmica econômica de um determinado país. A volatividade dos movimentos de capitais e sua sensibilidade às considerações de curtíssimo prazo contribuem para o restabelecimento das margens de manobra da política econômica engendrando crescentes atribuições no que concerne ao ajuste salarial. A política econômica tende a se reduzir ao emprego das condições gerais da 'atratividade' do espaço econômico nacional" (Husson, 1995, p.28).

[2] Graças à volatilidade dos capitais é possível manter uma pressão constante sobre os salários cada vez mais baixos e que não podem aumentar sob pena de perderem sua vantagem comparativa em relação aos vizinhos. A competividade entra em flagrante contradição com a extensão do mercado interno. Dessa maneira, são reproduzidas as relações capitalistas de dominação, reforçadas ainda mais mediante o exercício do monopólio tecnológico pelos oligopólios mundiais.

responsabilidade pelo incremento do fosso que separa as economias "ricas" das "pobres", deve ser creditada às diversas reestruturações das economias endividadas do Terceiro Mundo mediante o advento dos programas de ajuste estrutural. Essas estruturações orientadas pelo FMI e pelo Banco Mundial em direção à economia de mercado encerram o claro objetivo de "terceiro-mundializar", por exemplo, a Europa do Leste e a ex-URSS, ao mesmo tempo em que concentra renda e bem-estar social em determinados setores das economias de mercado "desenvolvidas".

No caso do Terceiro Mundo, o ajuste visa não somente cortar gastos sociais e suprimir políticas compensatórias mas, sobretudo, engendrar uma hegemonia restaurada do capital financeiro transnacional sobre os rumos dos diversos governos regionais, suprimindo as possibilidades contidas nas outroras lutas pela emancipação nacional e pela implantação de um projeto nacional- desenvolvimentista relativamente autônomo.Desse modo, os programas de ajuste estrutural preconizados pelo FMI constituem um poderoso instrumento da contra-revolução em escala global no sentido da recomposição das bases sociais e materiais da subalternidade política das classes trabalhadoras.

Para Chossudovsky (1995), por exemplo, os programas de ajuste estrutural apresentam uma vinculação direta com aquilo que poderíamos chamar de **processo de empobrecimento global**. A aplicação da cartilha econômica advogada pelo FMI estaria conduzindo os diversos Estados subalternizados a uma compressão de suas rendas reais e ao reforço da economia de exportação orientada por uma força-de-trabalho barata. Simplesmente para ilustrarmos o alcance dessa estratégia de ajuste à ordem renovada do império, a mesma receita de "austeridade" orçamentária (ou seja, corte dos chamados gastos sociais com saúde e educação, por exemplo), liberalização do comércio e privatizações é aplicada simultaneamente em mais de 80 países endividados do Terceiro Mundo, Leste Europeu e da ex-URSS:

> "Os países endividados perdem sua soberania econômica e o controle das políticas econômicas e monetárias. os Bancos Centrais e Ministérios das Finanças são reorganizados, as instituições estatais são dissolvidas e uma 'tutela econômica' é instalada. Pseudo-instituições parlamentares que conformam um 'governo paralelo' o qual **curto-circuita** ('court-circuite') a sociedade civil, são estabilizadas pelas instituições financeiras internacionais. Os países que não se sujeitam às 'metas de performances' do FMI são colocados numa lista negra" (Chussodovsky, 1995, p.36).

O ajuste estrutural imposto pelos Fundos aos países subalternos, também conhecido por ofensiva neoliberal, exige, além do sucateamento dos mecanismos de Estado para as demandas sociais, um brutal reforço dos órgãos de segurança interna, o exército e o aparato policial. A repressão política vem se somar à repressão econômica. As diversas rebeliões contra os principais efeitos dos programas de ajuste são, frequentemente, debeladas sob forte repressão militar, como os casos das revoltas populares na Tunísia em 1984, em Caracas em 1989, no Marrocos em 1990 e a recente greve dos petroleiros no Brasil, parecem indicar. Nas palavras de Chossudovsky: " O ajuste estrutural é a forma contemporânea do genocídio econômico efetuado por um mecanismo de mercado controlado" (1995, p.38). Genocídio esse somente comparável a outros genocídios em diferentes períodos da história colonial.[1]

Partindo do atual processo de restauração das bases do domínio do império capitalista sob a direção intelectual e moral das instituições financeiras sediadas em Washington, os países do Terceiro Mundo e, mais tardiamente o Leste Europeu, são tendencialmente impossibilitados de desenvolver sua economia nacional voltada para o atendimento das

[1] A respeito das semelhações históricas envolvendo o neoliberalismo contemporâneo e o declínio do império colonial espanhol sob a dinastia dos Bourbon no alvorecer do século XVIII, particularmente no que se refere às iniciativas por abertura comercial e o recrudescimento das ações militares, ver Petras (1995); mais precisamente, o ensaio intitulado: "Os Neoliberais do Século XX: 'Os Herdeiros das Explorações de Colombo'".

demandas de milhões de trabalhadores. A internacionalização da política econômica transforma os países em territórios economicamente abertos e as economias nacionais em reservas de força-de-trabalho barata e de recursos naturais acessíveis:

> "A aplicação do programa de ajuste estrutural em um grande número de países devedores favorece à 'internacionalização' da políta macro-econômica sob o controle direto do FMI e do Banco Mundial, agindo em função, por sua vez, de poderosos interesses financeiros e políticos (por exemplo, os Clubes de Paris e Londres, e o G7). Essa nova forma de dominação política e econômica - um forma de colonização de mercado - oprime os povos e governos através da interação impessoal (e da manipulação deliberada) das forças de mercado. A burocracia internacional baseada em Washington é encarregada da execução de um projeto econômico global que afeta os meios de existência de mais de 80% da população mundial" (Chossudovsky, 1995, p.37).

Dado o endividamento externo, o FMI e o Banco Mundial obrigam, tipo frequente de chantagem econômica, a reorientação mais "apropriada" da política econômica das muitas nações subalternas, de acordo com o interesse dos grandes credores internacionais. Um dos objetivos passíveis de análise é aquele apontando para a imposição de uma relação, tida como legítima, do serviço da dívida, de modo a impedir aos países devedores, esforços no sentido do estabelecimento de uma política econômica nacional independente.[1]

Outro traço marcante dessa "nova era imperial" (a expressão é de Chomsky, 1993) fundada, em grande medida, sobre a

[1] Evidentemente, os países que se recusam a aceitar as medidas da política "corretiva" do FMI e do Banco Mundial, acabam, fatalmente, por encontrar enormes dificuldades para remodelar suas dívidas e obter novos créditos ao desenvolvimento econômico. O FMI detém, dessa forma, o poder de desestabilizar agudamente as economias nacionais através do bloqueio ao crédito de curto prazo, o qual sustenta o comércio das mercadorias de consumo massificado.

internacionalização dos preços das mercadorias e a existência de um mercado mundial completamente integrado, encontra-se na separação estanque entre dois mercados de trabalho distintos. Tal sistema de mercado caracteriza-se por uma dualidade na estrutura salarial e de custo do trabalho opondo países ricos e pobres. Enquanto os preços são unificados e alinhados sobre a base mundial de referência, os salários e custos do trabalho no Terceiro Mundo e Leste Europeu são setenta vezes mais baixos que os verificados nos países da OCDE (cf. dados citados por Hincker, 1995).[1]

As políticas de fomento às exportações elaboradas pelo sistema financeiro internacional e aplicadas simultaneamente em um grande número de países subalternos contribuíram decisivamente para a diminuição do preço das matérias primas e produtos manufaturados, durante a década de 80, em benefício dos países imperialistas. Sob a influência das instituições baseadas em Washington, um número sempre crescente de nações é encorajado a transitar para o campo das exportações de produtos semi-industrializados ou a desenvolver manufaturas que empreguem força-de-trabalho barata. Tal estratégia tendencialmente diminui o preço pago ao produtor direto, aumentando a diferença entre o que se paga ao produtor e o preço de venda final do produto.

De fato:

> "O **programa de ajuste estrutural** foi aplicado em grande escala e negociado com mais de 80 países endividados em via de desenvolvimento. A despeito das circunstâncias reinantes nos países que devem 'se ajustar' serem notadamente diferentes, a mesma receita econômica é aplicada

[1] Os países de renda escassa e média recebem 20% da renda mundial, entretanto, respondem por uma porcentagem incomparavelmente maior da produção mundial. O fato é que para cada dólar de produção e renda gerada no Terceiro Mundo, entre três e dez dólares de 'valor agregado' são transferidos aos países ricos sem que exista uma única atividade explicitamente 'produtiva'nos países desenvolvidos" (Chossudovsky, 1995, p.42).

> em escala planetária. A adoção das prescrições do Fundo, segundo o acordo de estabilização econômica , é não somente a condição para obtenção de empréstimos junto às instituições multilaterais, mas concede também o sinal verde aos Clubes de Paris e de Londres, aos investidores estrangeiros, ás instituições bancárias comerciais e aos fornecedores bilaterais de dinheiro" (Chossudovsky, 1995, p.49).

Outro aspecto interessante a ser realçado remete-se ao fato de que os empréstimos dos Fundos aos países subalternos são financiados pelas próprias nações pobres. Entre 1986 e 1990, a tranferência líquida de recursos do FMI para o Terceiro Mundo estava na ordem de 31,5 bilhões de dólares. Esse montante representa aproximadamente 22% do total líquido das transferências partindo de países subalternos em direção às potências imperialistas (cf. dados citados por Chossudovsky, 1995, p.50). Os novos empréstimos do FMI e do Banco Mundial às nações subalternizadas: "(...) conduziram a uma agravamento da dívida e aceleraram as tranferências de recursos em direção aos países ricos" (Chossudovsky, *ibidem*).

Invariavelmente, reformas macro-econômicas substanciais são exigidas pelos Fundos como condição para a aprovação de empréstimos aos países reféns da dívida. Dessa forma, os governos das nações devedoras devem fornecer ao FMI a prova de que se encontram engajados ativamente na realização das reformas melhor afinadas com as imposições dos Fundos:

> "Os empréstimos das instituições financeiras internacionais (...) são acordados conforme o suporte da balança de pagamentos, ou seja, que eles consistam em saídas de capitais emprestados a curto prazo para financiar importações. Esses empréstimos são acompanhados por condições impostas de uma determinada política a ser seguida. Em outras palavras, tais empréstimos de caráter político são acordados pelas instituições sob a condição que o governo nacional adote um

> programa de estabilização econômica e reformas da estrutura produtiva, segundo as exigências de quem empresta. Os acordos desses empréstimos de caráter político ocasionam explicitamente a desmobilização dos recursos internos..." (Chossudovsky, 1995, p.52).

Ainda segundo Chossudovsky (1995), o ajuste estrutural pode ser dividido em duas fases. A estabilização macro-econômica de curto prazo compreendendo a desvalorização da moeda, liberalização dos preços e austeridade fiscal, é seguida pela colocação em prática de um certo número de reformas estruturais "necessárias". A primeira fase do ajuste, portanto, corresponde à redução do emprego no setor público acompanhado por cortes drásticos nos programas de caráter social.

Tais medidas de austeridade objetivam alcançar todas as categorias das despesas públicas. Elimina-se subsídios aos produtos e serviços fundamentais, com um imediato e evidente impacto sobre o nível salarial. A desregulamentação dos preços de produtos alimentícios de primeira necessidade como os cereais, por exemplo, e a liberalização das importações de reservas de comida, traduzem-se em traços essenciais desse programa. A fixação do preço do petróleo e derivados, e dos serviços públicos, por sua vez, é efetivada sob o controle dos Estados mas sob rígida supervisão do Banco Mundial. O FMI, por sua vez, impõe a compressão salarial mediante a implementação da escala móvel dos salários, ou seja, desindexação salarial acompanhada de liberalização em relação ao mercado, eliminando qualquer cláusula de indexação vinculada ao aumento do custo de vida.

À estabilização macro-econômica, segue-se a aplicação "necessária" das reformas estruturais. Essas, encorajadas pelos empréstimos do ajuste estrutural, traduzem-se em múltiplas formas de concreção. A liberalização do comércio a partir da supressão das tarifas protetoras da produção para o mercado interno é acompanhada pela

liberalização do sistema bancário com a privatização de bancos estatais de desenvolvimento e a desregulamentação do sistema bancário comercial. Nesse contexto, o Banco Central dos países submetidos ao ajuste perde completamente o controle da política monetária. Conforme o conjunto de acordos assinados em 1993, os bancos comerciais estrangeiros estão autorizados a entrar livremente nos setores bancários nacionais.

A política de privatizações de empresas estatais encontra-se indissoluvelmente articulada à renegociação da dívida externa do país e à venda de bens das empresas públicas. Chossudovsky (1995) procura demonstrar que o produto dessas vendas, após ser depositado nas reservas do Tesouro Nacional, é orientado em direção aos Clubes de Londres e Paris. Os credores internacionais obtém, desse modo, o controle sobre as empresas estatais sem realizar nenhum tipo de investimento real. Na verdade, quando um grande número de países vende ou, simplesmente, negocia suas empresas públicas ao mesmo tempo, o preço dessas sociedades estatais despenca no mercado internacional. Resumidamente:

> "O encontro das medidas de estabilização econômica produziu uma perturbação econômica destruindo a possibilidade de um **processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno** sob o controle dos mandatários políticos nacionais. O encontro das medidas de reformas constitui um programa coerente que provocou o desmoronamento econômico e social. As medidas de austeridade conduzem ao desmoronamento do Estado, a economia nacional é remodelada, a integração da produção nacional em uma economia de trabalho barato é remodelada pela redefinição das relações internas envolvendo a oferta e o emprego. A produção para um mercado interno é destruída pela compressão dos salários reais, a produção interna é reorientada em direção ao mercado mundial. Por sua vez, a liberalização das importações

> combinadas às medidas de taxação e às reformas de preços tem por conseqüência impedir os produtores nacionais de aceder ao mercado interno" (Chossudovsky, 1995, p.61).

Do ponto-de-vista da organização política, a estratégia do ajuste favorece às instituições democrático-parlamentares simuladas que, por sua vez, favorecem o processo de reestruturação produtiva. O FMI, por exemplo, insiste sobre a desindexação salarial, apresentando-a enquanto condição necessária à renegociação da dívida. No intuito de obedecer a esse tipo de imperativo, greves são duramente reprimidas e consideradas ilegais, assim como lideranças dos movimentos sindical e popular são presas.

A recomposição das bases sociais e materiais da subalternidade política das classes trabalhadoras parece resultar desse quadro desalentador para o movimento socialista. O ajuste estrutural não somente tem por efeito elevar os níveis de miséria e degradação social dos países do Terceiro Mundo e do Leste Europeu, mais recentemente[1]; como dificulta também agudamente a capacidade dos trabalhadores em se organizar e resistir ao incremento das taxas de exploração absoluta e relativa, assim como à elevação do preço de serviços como saúde e educação, sujeitos que estão à estratégia de recuperação da taxa de mais-valia.

Sem sombra de dúvidas, a estratégia do ajuste estrutural cristaliza um programa complexo e articulado de ofensivas anti-operárias variadas, envolvendo o conjunto das formas de organização da vida estatal. Na verdade, a ofensiva anti-operária integra a terapia do FMI na medida em que essa se encontra baseada sobre o ativo

[1] De fato, o programa do ajuste imposto pelos Fundos não se limita aos países do Terceiro Mundo, mas se estende a numerosos países do outrora chamado "campo socialista", conduzindo esses, da mesma forma, a experimentarem um empobrecimento generalizado de suas classes subalternas. Como exemplos, podemos citar a Polônia, Hungria e Romênia que, mesmo antes da derrocada do bloco soviético, já adotavam políticas de estabilização macro-econômica nos moldes das preconizadas pelo FMI.

"desengajamento" de força-de-trabalho e recursos materiais nos processos produtivos. Com a orientação de toda a economia nacional no sentido do mercado mundial ultra-competitivo, as "fábricas ineficientes" não são mais necessárias, nem mesmo para a produção destinada ao mercado interno.

A estratégia de recomposição da subalternidade política e econômica das classes trabalhadoras encarnada na renovada ofensiva do império, determina profundas mutações nas formas de organização da vida estatal. O conjunto das alterações no processo e mercados de trabalho, composição da classe trabalhadora, modalidade de intervenção do aparelho estatal e dos movimentos organizados de massa; encerra um impacto evidente e determinante sobre o desenvolvimento econômico-político mundial. Tal processo é assim sintetizado por Chossudovsky: "Presenciamos um processo acumulativo e circular de soma: a soma dos ajustes individuais afeta o crescimento global que, por sua vez, ocasiona transformações estruturais posteriores nas economias nacionais do países..." (1995, p.69).

O processo de decomposição/recomposição das várias sociedades nacionais e sua inserção num mercado global de força-de-trabalho barata, encerra o objetivo e o resultado de comprimir os níveis de vida nos países onde tal política é aplicada: difusão da miséria, baixos salários, mão-de-obra abundante, declínio dos partidos socialistas, crise de direção do pensamento crítico...A pobreza, a redução dos custos produtivos, a ofensiva do imperialismo cultural, a afirmação dos valores do individualismo ultra-egoísta...; constituem a **base instrumental da estratégia de passivização das conquistas democráticas das classes trabalhadoras** advindas de uma contextualidade marcada pelo enfrentamento entre blocos antagônicos, pela **emancipação colonial** e pela **perspectiva revolucionária** no interior dos próprios países imperialistas, ao mesmo tempo que favorecem a reativação de uma

produção voltada para o mercado mundial.[1] No próximo capítulo, tentaremos analisar os fundamentos teóricos de tal estratégia, à luz das formulações de Gramsci presentes nos **Cadernos do Cárcere**.

[1] Contudo, mesmo tal mercado encontra-se em vias de contração dado o movimento de mundialização da fome e da miséria, fator esse que nos indica e antecipa um provável recrudescimento das lutas de classes em escala global.

CAPÍTULO IV. GRAMSCI E A DIALÉTICA DA PASSIVIZAÇÃO.

Apresentação.

Conforme os argumentos enunciados anteriormente, é preciso deixar claro que a preocupação central por nós levantada refere-se à análise, denúncia e advertência do **movimento contra-revolucionário** gestado e levado a cabo pelo movimento das estruturas de domínio do capitalismo contemporâneo em crise. A principal tarefa histórica do capitalismo, nesse sentido, seria, através das mutações das formas de organização da vida estatal, suprimir toda e qualquer iniciativa hegemônica por parte das classes subalternas objetivando superar as relações de produção dominantes. Assim, a discussão sobre **a revolução** como forma "consciente" de intervenção no movimento histórico assume um caráter de determinação. É necessário, portanto, reter uma perspectiva de longo período que tenha como referencial concreto, ao menos, os dois grandes processos revolucionários que, segundo a análise desenvolvida por Gramsci nos **Cadernos,** fundaram os "critérios de classicidade" da intervenção ativa das massas no terreno da história: a Revolução Jacobina e a Revolução Bolchevique. São esses os dois grandes materiais os quais Gramsci parece utilizar na construção de sua crítica radical à contra-revolução. Por sua vez, é a dimensão analítico-estratégica **universal** dessa crítica que nos interessa resgatar para a compreensão do momento atual.

A discussão sobre o conceito de revolução passiva passa, necessariamente, pela tematização das **formas de passivização** desses processos revolucionários, o Jacobino e o Bolchevique, segundo as modalidades de supressão das conquistas democráticas encerradas nesses movimentos: as conquistas da democracia burguesa, no caso da França, e as conquistas da democracia operária, no caso da Rússia. Seguindo a análise de Gramsci, se as classes dominantes tradicionais através do "Risorgimento" italiano, responderam de modo efetivo às tarefas históricas levantadas pelo "Terror" francês, a contra-revolução nesse século enfrentou-se com a tendência universalizante da vanguarda bolchevique. Desse modo, o fascismo e o "fenômeno americano" (americanismo) traduziram de maneira exemplar a iniciativa hegemônica por parte das classes dominantes tradicionais no sentido de responder, **passivizar**, o desafio histórico da construção do socialismo pelos bolcheviques. Daí, a necessidade de se discutir o conceito de revolução passiva em Gramsci.

O presente capítulo expressa uma tentativa de atualização do pensamento gramsciano no que concerne, particularmente, ao debate sobre as atuais mutações das formas de organização da vida estatal . Alterações tais, como já salientado, que caminhasm no sentido da atualização, através da crise, das modernas estruturas de domínio do imperialismo ocidental. O conceito de revolução passiva assume, nesse quadro, uma dimensão agudamente central, por se tratar de um instrumento fundamental - a um só tempo, analítico e estratégico - da teoria das lutas de classes na contraposição às análises reducionistas e economicista, que tem balisado o debate sobre a crise capitalista contemporânea e a reestruturação produtiva em curso. Buscamos, desse modo, definir de maneira rigorosa, os elementos estruturais do conceito de revolução passiva, explorando suas dimensões atualizáveis para um

presente marcado pela face cada vez mais excludente do capitalismo oligopolista em crise.

Problematizar as formulações sobre o conceito de Revolução Passiva presentes nos **Cadernos do Cárcere,** explorando sua validade interpretativa para o caso do capitalismo em seu período contra-revolucionário, exige uma tentativa de diálogo com uma questão central para a filosofia da práxis: **de que forma nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura?** A teoria da revolução passiva construída sobre o material histórico do **Risorgimento** italiano e posteriormente adensada para a análise, denúncia e advertência histórica dos processos contra-revolucionários que culminaram com o advento do Estado fascista na Itália e da via norte-americana para o capitalismo monopolista, busca, afinando o instrumental crítico-analítico, desenvolver (a partir de uma relação dialética, antimecanicista, portanto, envolvendo estrutura e superestruturas), os "princípios básicos da ciência política" contidos no "Prefácio de 1859"[1]:

> "Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer" (Marx, 1973, p.29).

[1] Apesar de termos presente, como já adiantado na introdução desse estudo, que o "Prefácio de 1859" de Marx é frequentemente utilizado enquanto instrumento de legitimação das abordagens mecanicistas da filosofia da práxis (cf. Stálin, 1982), consideramos ser possível um outro tipo de leitura dessa obra, da qual a interpretação de Gramsci contida nos **Cadernos** representa nosso principal referencial. A respeito do debate sobre o estatuto do conceito de forças produtivas na problemática do "Prefácio de 1859" de Marx, ver, sobretudo, Magaline (1977).

É segundo esse suposto essencial que Gramsci irá afirmar a necessidade de analisar a **estrutura produtiva** das sociedades subordinadas à lógica da acumulação ampliada do capital, nos termos de uma determinada razão dialética de **revolução-restauração** segundo o suporte histórico-material da correlação de forças estabelecida entre as classes em presença e onde a nova racionalidade emancipadora não logra realizar-se enquanto a antiga ordem não esgota suas possibilidades de luta. Através desse conteúdo histórico da revolução (Jacobina e Bolchevique) passivizada, isto é, a relação inovação-conservação estabelecida entre estrutura e superestruturas, Gramsci estudará a ascensão de um Estado e o advento da crise generalizada da capacidade de direção de uma classe, a burguesa.

O conceito de revolução passiva, na verdade, sintetiza análise histórica e política, conforme a tradição (desenvolvida) do marxismo revolucionário, fundamentando o terreno prático-crítico para uma **teoria gramsciana da transição**: esforço por explicar tanto a transição anti-jacobina da burguesia ao poder de Estado, quanto sua crise generalizada, vale dizer, base estrutural sobre a qual erguer a nova hegemonia dos trabalhadores[1].

Desse modo, a definição do conceito de revolução passiva em Gramsci passa, necessariamente, pela questão de estabelecer os chamados "critérios metodológicos da análise histórica" nos marcos da relação de forças entre as classes, medida através do desenvolvimento organizativo de cada uma delas. Nas palavras do próprio Gramsci:

> "O conceito de Revolução Passiva deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios (da ciência política contidos no "Prefácio de 1859"de

[1] "A Revolução Passiva caracteriza as transformações que ocorrem em duas épocas distintas: a ascensão e o declínio da burguesia. Explica a hegemonia, a construção do Estado burguês, mas também sua crise e a construção da hegemonia proletária. Sendo esse o conteúdo e a explicação do porquê dos **Cadernos do Cárcere** se poder dizer com todo o rigor que a Revolução Passiva é a chave para a compreensão do pensamento gramsciano" (Kanoussi e Mena, 1985, p.79).

> Marx), devem primeiro ser desenvolvidos criticamente em toda a sua magnitude e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. Assim, devem ser relacionados à descrição dos três momentos fundamentais (da correlação de forças entre as classes) nos quais se pode distinguir uma situação ou um equilíbrio de forças"(Q15, p. 1774).

Em um ensaio bastante conhecido, De Felice (1986) desenvolve a noção dos núcleos temático referentes ao conceito onde, em um primeiro momento, a revolução passiva estaria remetida às formas da alteração dos sujeitos sociais dominantes, a construção do Estado burguês italiano, e, num instante posterior da elaboração gramsciana, o conceito tentaria apreender a modalidade através da qual os sujeitos sociais dominantes exercem e reproduzem sua dominação[1]. Os elementos comuns que permitiriam identificar a Revolução Passiva ("conceitualmente adensada" para as análises do fascismo e do americanismo) em oposição a outros fenômenos históricos seriam, primeiramente, as transformações moleculares das forças em presença, bem como a absorção do sujeito antagônico, seus intelectuais, sobretudo, que desse modo passa a integrar o desenvolvimento de uma iniciativa hegemônica. Enquanto elemento integrante desse processo, teríamos o esforço por parte dos dominantes em reproduzir o conjunto das bases sociais e materiais do estado econômico-corporativo das classes subalternas, impedindo a realização de seu potencial ético-político.[2]

---

[1] Nesse sentido, a reflexão sobre o processo mais abrangente e historicamente determinado das vias americana e fascista para o capitalismo monopólico, estaria articulada à reflexão sobre a hegemonia e suas formas, como é o caso de materialização histórica do transformismo.

[2] Na opinião de De Felice, teríamos que, em Gramsci : "A Revolução Passiva tende a identificar as formas do processo revolucionário, isto é, os modos em que se desenvolve a contradição fundamental e com ela a modificação a que é submetida toda a formação econômico-social" (1986, p.196).

A Revolução Passiva seria, também, uma resposta precisa às questões ligadas aos grandes materiais históricos representados pela **Revolução Bolchevique**, assim como, a derrota do movimento revolucionário nos países imperialistas e a afirmação de uma solução organicamente capitalista para a crise gerada pelos grandes embates entre as classes nas primeiras décadas do século.

IV.1- *Risorgimento*: O Transformismo e a Estratégia de Passivização da Revolução Democrático-Burguesa.

Da maneira pela qual é possível acompanhar o desenvolvimento do conceito partindo de uma leitura sistemática dos **Cadernos**, é possível afirmar que Gramsci forja seu entendimento sobre a Revolução Passiva, originalmente, como instrumento conceitual e estratégico para a análise do **Risorgimento** italiano, isto é, o processo de emergência do Estado burguês na Itália no bojo de outro processo, mais geral, que culminou com a unidade nacional italiana. Gramsci, na realidade, teria introduzido o conceito de Revolução Passiva enquanto recurso teórico objetivando iluminar, a um só tempo, a singularidade da resolução da problemática nacional na Itália, bem como, as condições particulares do desenvolvimento capitalista ali materializado. A principal preocupação de Gramsci em relação ao **Risorgimento** seria a de elucidar o sentido social e histórico da ação e relações recíprocas dos dois principais partidos envolvidos no processo de unificação do Estado Burguês italiano, os **Moderados** e o chamado **Partido da Ação.**

O projeto moderado tinha como base histórica as iniciativas "progressistas" de Cavour no reino de Sardenha e Piemonte após 1852, principalmente no que tange à instalação de um governo parlamentar, a reorganização do exército, a abolição dos privilégios

eclesiásticos e a prática de uma política econômica ao mesmo tempo liberal e preocupada com o provimento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, os objetivos dos Moderados estavam centrados na ampliação dos limites políticos e econômicos da ação modernizadora capitalista para, assim, garantir a posição privilegiada das regiões mais desenvolvidas do norte.[1]

Gramsci esforça-se, pois, em responder porque não houve na Itália um processo de tipo jacobino autêntico, como no caso dos vizinhos franceses, para a resolução das questões envolvidas na constituição de uma economia capitalista nacional, bem como, na consolidação de um Estado nacional italiano. Buscará a resposta na debilidade das classes dirigentes tradicionais, do mesmo modo que no "pânico"dessas ao assistirem os acontecimentos da Revolução Jacobina associados aos eventos do 1848 francês.[2]O **Risorgimento** traduz-se no momento inicial do longo e irregular, porém, exitoso processo de consolidação do capitalismo italiano. Para a burguesia nacional, conforme a materialização histórica dessa modalidade da revolução passiva, tratava-se de modernizar o Estado para avançar com o capitalismo, Estado esse que será a forma historicamente concreta da ordem social burguesa. "O Estado fabrica o fabricante" na conhecida expressão cunhada por Gramsci .A questão fundamental no caso da Itália seria a da criação das condições gerais para que as forças econômicas pudessem nascer e desenvolver-se segundo o modelo histórico dos outros países.

---

[1] Na análise de Gramsci para o caso do Risorgimento, "o traço mais fundamental de todo o processo reside no fato de que obtém-se a unificação, resolve-se a questão nacional, sem atacar o que era o problema social mais importante da Itália de então, o problema do atraso histórico do campo italiano, especialmente no **Mezzogiorno** e nas ilhas"(Torres, 1980, p.126).

[2] "Toda a singularidade e o interesse histórico do **Risorgimento** radica nesta impossibilidade/impotência do Jacobinismo pois é dela - do fracasso de uma revolução burguesa de tipo francês - que emerge a 'via italiana', a **Revolução Passiva**, como forma política específica do desenvolvimento capitalista na Itália"(Torres, 1980, p.218).

Em Gramsci, a consolidação do capitalismo passa pela derrota das massas nas "tardias" revoluções burguesas (Alemanha e Itália). Esse fato não impediu que as frações reacionárias da burguesia já no poder, dessem sequência a sua tarefa histórica de modernização capitalista através da reestruturação da forma correspondente de Estado. O "pânico"da intervenção ativa das massas proletárias e camponesas no caso da Revolução Jacobina, faz com que a burguesia se entregue aos braços seguros da reação.

O processo revolucionário francês com a consequente radicalização jacobina criou os fundamentos para uma nova mentalidade, assim como, os "critérios de classicidade"para a consolidação da ordem burguesa, entretanto, não se repetiu na história nacional dos demais países europeus. A formação do Estado burguês em todos os demais casos segue caminhos distintos da experiência autenticamente revolucionária francesa, ainda que conservando os mesmos fins[1].

Nesse caso, a Revolução Passiva segundo a correlação interna entre as forças em presença, a situação internacional e tomada enquanto relação não-linear e complexa envolvendo estrutura e superestruturas traduz-se na via de transição ao capitalismo que, sem ser a clássica, é a **mais universalizante**:

> "A Revolução Passiva como concreção nacional de um **processo internacional** que em seu conjunto é de Revolução-Restauração, corresponde ao pólo **Restauração** da unidade dialética. E é por esse motivo que a filosofia idealista concebe o Estado como gerador do processo histórico (encarnação do espírito absoluto) e o desenvolvimento social como automovimento da idéia" (Kanoussi e Mena, 1985, p. 91; grifos nossos).

[1] Tais "caminhos distintos" por sua repetibilidade de fundo constituem o "modelo" de formação do Estado burguês que Gramsci chamará Revolução Passiva (cf. Kanoussi e Mena, 1985).

Em seu embate contra a filosofia idealista hegeliana e pós-hegeliana (Croce,sobretudo), Gramsci busca explicar a concepção de fundo desse sistema filosófico, a concreção do tempo e do espírito em sua forma mais elevada. ou seja, o Estado, a partir da dialética restauracionista na qual tese (conservação) envolve antítese ("dialética dos distintos"), realizando suas tarefas. Isso porque, os representantes da antítese, a pequena burguesia jacobina, não podem desenvolver todo seu potencial, no terreno da luta de classes, por sua debilidade intrínseca e por haver sido absorvida pelo transformismo[1].Na dialética Revolução-Restauração, a **tese**, os Moderados. entendem que para não se deixarem superar devem desenvolver todo seu potencial, incorporando uma parte da **antítese,** representada pelos radicais. Os Moderados do período da formação histórica do Estado burguês italiano colocaram em prática a estratégia exitosa na qual "todo membro da oposição dialética deve buscar ser ele mesmo o todo"(Gramsci), ou seja, investir na luta todos seus recursos morais e políticos, já que somente desse modo se pode observar uma superação de fato.[2]

O documento histórico mais claro desse processo de construção do Estado burguês em formações nacionais de desenvolvimento tardio (Alemanha e Itália) é o chamado **transformismo**, isto é, a incorporação - engajamento "molecular", através do governo conservador e moderado, de intelectuais isolados

---

[1] "O jacobinismo (antítese) na Revolução Passiva não tem projeto nacional e encontra-se em desvantagem frente à Restauração (tese)" (Kanoussi e Mena, 1985, p. 103).

[2] "Diferentemente dos radicais, os Moderados, construtores do novo Estado, estão conscientes das condições nas quais atuam (o atraso nacional e a correlação de forças internacionais), condições essas que inviabilizam uma luta jacobina; são realistas porque conscientes da debilidade da classe que representam, da necessidade de um Estado que empurre as novas forças produtivas e de que o Estado não pode surgir de maneira 'natural'e espontânea a partir dessas últimas" (Kanoussi e Mena, 1985, p.104).Daí, a necessidade histórica de que o desenvolvimento capitalista assuma a via da Revolução-Restauração, em franco contraste com a Revolução burguesa segundo o exemplo francês.

e grupos inteiros de radicais e democratas da tendência oposta. Tal governo caracteriza-se tanto pela oposição à participação popular na vida do Estado (caráter essencialmente conservador da política de Estado) quanto pelas reformas feitas com base na ditadura sobre as classes subalternas (hegemonia limitada à própria classe).

Analisada por Gramsci para o caso do **Risorgimento,** a tática transformista do grupo moderado opera uma **radicalização dosificada** e um empobrecimento do aspecto da radicalidade dos subalternos, estabelecendo, assim, um equilíbrio de forças entre as tendências no governo do Estado. Esse Estado, por sua vez, e através de sua atividade propriamente legislativa, "acionada pelo alto", introduz as modificações necessárias para o conjunto das relações sociais de produção, "sem rupturas espetaculares ou o aparato terrorista francês"(Gramsci).

O transformismo é o modo próprio de ação política de um "tornar-se" Estado para o caso de uma classe debilitada e que, necessariamente, deve excluir a ação das massas, aliando-se às velhas classes para chegar ao poder e manter-se nele. É o processo político e ideológico que resume e exemplifica a Revolução Passiva, enquanto luta entre duas tendências renovadoras do Estado. Em síntese, o transformismo pode ser traduzido pela materialização de um projeto de formação do moderno Estado burguês através da assimilação do opositor (antítese) em uma única tendência moderada do aparato de governo.[1]

Tomada enquanto "critério de interpretação histórica" (conteúdo universal) temos, então, que a Revolução Passiva pode ser

[1] "O transformismo... absorve por todos os métodos possíveis os elementos mais ativos dos aliados e, sobretudo, dos inimigos, objetiva a decaptação e o aniquilamento desses últimos por um longo período. Transformismo é, então, o processo de elaboração de uma classe dirigente dentro do contexto fixado pelos conservadores, fazendo com que a direção política converta-se em um 'aspecto da formação do domínio'por meio da absorção das elites dos grupos inimigos"(Kanoussi e Mena, 1985, p.98).

traduzida na base fundamental da análise política em Gramsci quando pensamos na tentativa desse em compreender o fenômeno complexo da emergência e consolidação do mundo burguês pós-Revolução Francesa.[1] Através da Revolução Passiva, Gramsci analisa a formação histórico-política do moderno Estado-nação como movimento reativo às perspectivas inauguradas pela vanguarda bolchevique pensadas em termos da iniciativa e intervenção ativa das massas radicalizadas na história européia.

O núcleo elementar do conceito pode ser identificado exatamente nessa tentativa de apreender as mutações (modificações moleculares) que objetivam conduzir o processo de surgimento do moderno Estado burguês segundo a forma contra-revolucionária (anti-jacobina) de superação da velha ordem social e estabelecimento de uma nova. Nesses termos, a luta de classes encontra circunstâncias de tipo essencialmente restauracionistas nas quais se desenvolver, caracterizando a forma política mais adequada à ascensão da burguesia ao poder de Estado, sem maiores rupturas ou traumas históricos.[2]

Esse é um elemento vital para a nova classe dominante na medida em que sua debilidade histórica não a legitima para a tarefa de liquidar ou mesmo eliminar fisicamente as velhas classes aristocráticas no comando do Estado. Dessa forma, a burguesia limita-se a degradar progressivamente as antigas ordens estamentais

---

[1] A própria metodologia utilizada por Gramsci é exemplar nesse sentido: primeiramente identifica-se a problemática do aparecimento de um fato histórico surgido de uma tendência estrutural classista; em seguida, Gramsci investiga como tal tendência materializa-se em um movimento político que culmina com a formação de um novo Estado, conforme uma nova organização produtiva (que Gramsci denomina de "organização da vida estatal"); daí, passa a analisar como uma concepção de mundo imanente a uma tendência de classe converte-se em história concreta, ou seja, em política.

[2] "O característico desse processo de modernização do Estado é a combinação de guerras de defesa ou libertação nacional (independência) protagonizadas pela burguesia a frente das massas e não tanto consequência das lutas de classes internas, como na França"(Kanoussi e Mena, 1985, p.95).

reduzindo-as, em último caso, a meras frações sob a determinação dos imperativos da racionalidade capitalista.Tal debilidade (estrutural) da burguesia ascendente aliada à não participação unitária das massas "em seu próprio nome", segundo seu próprio projeto, determinou a emergência de um conjunto complexo e hierarquizado de modificações nas relações sociais de produção conforme a ação e mediação do Estado[1]. Esse torna-se classe dirigente, ou o próprio partido dessa classe, dado a necessidade imperativa da burguesia em dispor de uma **nova força** que a habilite a transformar-se em um autêntico árbitro nacional[2].

Do modo como encontra-se desenvolvido ao longo dos **Cadernos**, o conceito de Revolução Passiva, além de expressar um programa de ação política das classes dominantes, criticado por Gramsci, constitui-se em critério de interpretação totalizante e repleto de possibilidades enquanto busca dar conta dos mais variados aspectos de investigação da realidade, unificando análise histórica e política. Em Gramsci temos que a leitura croceana da dialética como relação entre distintos e não entre contrários, supõe que, no movimento histórico, a tese, longe de ser superada, é conservada por uma antítese fragmentada, dando lugar a um movimento previsível nos termos de uma repetição mecânica e pré-fixada. A antítese não é

---

[1] "Durante a Revolução Passiva as massas se expressam por meio de sublevações esporádicas, anárquicas, sem unidade ou autonomia em relação às classes dominantes; a essas sublevações 'elementares' das massas, os grupos dirigentes respondem com um 'reformismo temperado', através de 'pequenas doses', que moderniza o Estado evitando, a todo custo, a participação das massas; a modernização do Estado e da sociedade efetuam-se 'desde cima', legalmente. Os fins da Revolução burguesa, que são os mesmos do jacobinismo, são conquistados por outros meios: por meios reformistas, sem a guilhotina ou a reforma agrária" (Kanoussi e Mena, 1985, p.96).

[2] "Na itália, por exemplo, o Estado de Piemonte emergiu como o partido da burguesia. A luta pela renovação não é então dirigida pela classe como tal e sim pelo Estado com toda sua força política e militar. O Estado substitui a classe e por isso tem caráter de partido; exerce uma hegemonia limitada somente à própria classe: 'ditadura sem hegemonia'. Ausência de aliança com as classes, ausência de reforma intelectual e moral, ausência de uma vontade nacional-popular que transforme o Estado à maneira jacobina, são as características principais"(Kanoussi e Mena, 1985, p. 97).

mais antagônica, visto que surge através de uma evolução da tese, mas sim o conjunto desconexo de acontecimentos moleculares múltiplos. O presente passa a ser visto, segundo a concepção pós-hegeliana de Croce, como uma determinada repetição ampliada do passado, a inovação não é algo além do que um tipo de conservação reformista[1].

Em suma, a Revolução Passiva traduz-se na emergência concreta do movimento histórico, dada uma determinada estrutura. Em outras palavras, como surge uma classe social que para nascer de todo teve que aliar-se precisamente com o seu adversário histórico. Classe essa, a burguesia, que ante o pânico gerado pela experiência da emergência das massas proletárias e camponesas na França, vê-se obrigada a retroceder, isto é, **passivizar sua estratégia de tomada do poder** e de construção de um novo Estado.[2]

IV.2- Fascismo: A Crise, a Alternativa Bolchevique e a Restauração do Aparelho Hegemônico Burguês.

A estratégia restauracionista expressa através do reformismo econômico e político da burguesia contra-revolucionária traduz-se, à luz da forma histórica da Revolução Passiva, em um claro instrumento de conservação dos velhos interesses das classes dominantes tradicionais, mediante a supressão da experiência estatal das massas. O fascismo, enquanto estratégia de passivização das possibilidades inauguradas com a Revolução Bolchevique , nesse sentido, buscaria

---

[1] "Dessa maneira, os intelectuais da Revolução Passiva invertem e mutilam o processo histórico; e o Estado torna-se origem e motor do movimento histórico real que se localiza no momento 'ético-político' - assim como o detecta Croce - personificado por ele nos intelectuais (o pessoal de Estado)"(Kanoussi e Mena, 1985, p.107).

[2] "A forma política finalmente descoberta pela burguesia para realizar a conquista do poder foi a revolução passiva, porém essa é também a fórmula política que permite ao capital conservar o poder, o reformismo preventivo dos Estados Modernos" (Kanoussi e Mena, 1985, p.109).

absorver a crise de direção da "nova" classe estatal,partindo da reorganização da sociedade civil e da hegemonia através da violência contra as massas e suas organizações de classe, "decapitando-as por toda uma época histórica"(Gramsci). O Estado objetiva organizar as massas através do corporativismo, da militarização e da exaltação exasperada da nação[1]. Segundo o próprio Gramsci, haveria sob o fascismo:

> "Uma Revolução Passiva no fato de que, por intermédio e intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, seriam introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento plano de produção, isto é, seria acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se tão somente a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro" (CDH, p.223).

Gramsci parte da hipótese de que o fascismo seria a forma de passivização das conquistas democráticas advindas com a Revolução Bolchevique, da mesma maneira que o liberalismo o fora, em relação à Revolução Jacobina, no período anterior. A estratégia representada pelo fascismo seria definida, sobretudo, pela experiência e ideologia corporativa, pela possibilidade de transformar reformisticamente a estrutura econômica individualista em programática e pela recomposição das bases políticas para a intervenção popular. O fascismo passa a ser entendido nos termos da "unica solução" para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dominantes, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizavam as matérias-primas e acumulavam gigantescos capitais. O sentido dado por

[1] "Desse modo, busca-se conter a difusão da tendência universal (bolchevismo) pelos poros de classe, e deixar sobreviver as velhas e parasitárias categorias do capital, mas agora sob a hegemonia de uma nova categoria: a oligarquia financeira, cuja origem provém parcialmente da ação do Estado mesmo"(Kanoussi e Mena, 1985, p.133).

Gramsci ao movimento fascista seria o de um esforço modernizador e orientado pelo desenvolvimento das maiores nações imperialistas da época, segundo uma via brutalmente conservadora:

> "Esta ideologia (o fascismo) serviria como elemento de uma guerra de posição no campo econômico (a livre concorrência e a livre troca corresponderiam à guerra de movimento) internacional, assim como a 'revolução passiva'é este elemento no campo político" (Gramsci, CDH, p.224).[1]

O Estado fascista passa a assumir, simultaneamente, o papel de agente da transformação e conservação, na medida em que nenhuma força política ou mesmo uma parte muito forte da classe dominante seria capaz de desempenhar esta tarefa. A máquina de conservação do existente é acionada e o fascismo passa a ser traduzido no melhor instrumento por meio do qual pode se verificar um processo de modernização do aparelho produtivo italiano sem que este provoque movimentos sociais de proporções catastróficas (defesa das camadas médias):

> "A Revolução Passiva (para o caso do Fascismo) se verifica no fato de transformar a estrutura econômica 'reformisticamente' individualista em econômica segundo um plano e o advento de uma 'economia média'(de transição) entre a

[1] Vale lembrar que a distinção empreedida por Gramsci entre "campo econômico" e "campo político"é puramente analítica, servindo às condições determinantes da análise no momento. Tal distinção de modo algum deve ser interpretada como uma separação "orgânica" entre as esferas econômica e política (a tarefa de desvincular a esfera da produção econômica , onde atua o trabalhador sob o controle da racionalidade técnica, da esfera da circulação e distribuição, onde atua o cidadão, foi no limite, realizada pela economia política burguesa); ao contrário, a unidade entre o político e o econômico afirma-se na própria crítica de Gramsci à concepção de Croce da paixão como elemento fundamental da política: "A política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes (partidos,exércitos nacionais, Estados-maiores...), na medida em que efetivamente se identifica com a economia. Mas também tem sua distinção, e por isso pode-se falar separadamente de economia e de política e pode-se falar de 'paixão política' como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno 'permanente e orgânico' da vida econômica , mas supera-o fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual etc."(MPE, p.14).

> individualidade pura e a segundo um plano no sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais evoluídas sem cataclismas radicais e destruidores de modo exterminador" (Gramsci, QC, p. 1089).

Desse modo, creio não haver dúvidas que para Gramsci o fascismo contribuiu decisivamente no processo de restauração do aparelho hegemônico das classes dominantes, marcando uma auto-acomodação das relações de produção, frente a derrota do movimento socialista italiano ("ausência de elementos ativos").

IV.3- O Americanismo como Forma de Concreção das Forças Produtivas sob o Domínio Imperialista.

Pensando o conceito de Revolução Passiva como categoria-abstração remetida à formação, consolidação e defesa do bloco histórico da sociedade capitalista[1], devemos nos referir, finalmente, ao conjunto de textos intitulado "Americanismo e Fordismo"(MPE) no qual Gramsci interpreta o **fenômeno americano** enquanto a forma historicamente determinada de concreção do processo de passivização do universo de possibilidades inaugurado com a Revolução Bolchevique, sob o domínio imperialista. Nesses textos, o americanismo aparece como **resposta** à queda tendencial da taxa de lucro, produto, em última análise, da necessidade evidente do capitalismo em superar a perspectiva histórica da emancipação das classes subalternas, e do período de crise que esse processo inaugura. Desse modo, a Revolução Passiva apareceria conforme um certo tipo de aprofundamento e desenvolvimento da teoria de

[1] "A Revolução Passiva busca interpretar não somente a ascensão e consolidação do bloco histórico burguês, mas também a defesa de suas condições fundamentais de existência e de princípio: a primazia da política - hegemonia burguesa na direção do processo produtivo, do Estado mesmo e, portanto, da cultura"(Kanoussi e Mena, 1985, p.126).

Lênin sobre o imperialismo[1]. O americanismo transforma-se, pois, no **conteúdo de socialização** da fase imperialista do desenvolvimento do capital, isto é, a tradução de um projeto hegemônico mais afinado com o objetivo **progressista,** para as classes dominantes tradicionais, de contrarestar a queda tendencial da taxa de lucro a partir da multiplicação das variáveis nas condições do aumento regulado do capital constante.

Organicamente vinculado a essa dimensão, o americanismo refere-se, também, ao processo através do qual o grupo econômico portador da função produtiva, a burguesia industrial norte-americana, alcança sua "elaboração superior"(Gramsci) fundando um tipo de Estado renovado (chamado "welfare", posteriormente), desenvolvendo um complexo de novas superestruturas e cedendo lugar à expansão generalizada da nova sociedade civil. Nesse ponto, o americanismo - revolução passiva sob o domínio imperialista sintetiza a unidade entre a história e a lógica do desenvolvimento da burguesia americana como classe historicamente determinada[2].

Sob o ponto de vista do método, a estrutura de "Americanismo e Fordismo"segue, passo a passo, aquilo que se encontra delineado nos textos relativos às "Análises de Situações e Relações de Força" (MPE, pp. 43-63). Nesse sentido, dirá Gramsci, os elementos de observação empírica deveriam começar a ser analisados pela relação das forças internacionais passando, em seguida, às relações sociais objetivas, ao grau de desenvolvimento

---

[1] "O americanismo é uma ampliação da teoria leninista do imperialismo, enquanto concreção da tendência dominante do capitalismo atual como transformação da função produtiva e do tipo de operário" (1985, p.122).

[2] "A categoria da Revolução Passiva é uma abstração historicamente determinada (e não uma generalização) do processo através do qual opera, na prática, a dialética ou identidade tendencial entre filosofia e história ou filosofia e política (estrutura e superestrutura, ou necessidade e liberdade) de um grupo social particular (classe), que é portador de uma função produtiva de caráter 'orgânico'"(Kanoussi e Mena, 1985, p.125).

das forças produtivas, às relações de força política e de partido (sistemas hegemônicos dentro do Estado Nacional) e às relações políticas imediatas (potencialmente militares). O estudo de uma estrutura deveria sempre distinguir entre os elementos orgânicos (relativamente permanentes) e os elementos de conjuntura (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)[1].

Em termos analíticos, Gramsci decompõe a situação das relações de força em três momentos necessários: o momento da relação das forças sociais estritamente ligado à estrutura objetiva, isto é, à base do grau de desenvolvimento das forças produtivas, onde estruturam-se os agrupamentos sociais representando uma função e ocupando uma posição determinada na produção. O momento da relação das forças políticas que pode ser analisado e diferenciado em vários graus, correspondendo aos diversos instantes da consciência política coletiva, segundo suas formas de manifestação histórica[2]. E o momento da relação das forças militares, imediatamente decisivo em determinados instantes, articulado em

[1] A distinção entre movimentos e fatos orgânicos e movimentos e fatos de conjuntura ou ocasionais, isto é, a efetiva construção da "justa relação" entre o que é permanente e o que é ocasional, presta-se à superação daquelas análises que caem no exagero "economicista" ou no excesso de "ideologicismo": "Também os fenômenos da conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos , acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente"(Gramsci, MPE,pp.45-6).

[2] Gramsci identifica a existência de três desses instantes: o primeiro corresponde ao "plano econômico corporativo", traduzindo-se na mais elementar forma da consciência política coletiva (unidade homogênea do grupo profissional). O segundo instante, mais elaborado, seria o da "consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social", ainda que no campo meramente econômico. O terceiro é o da "fase mais abertamente política"(assinala a passagem nítida "da estrutura para a esfera das superestruturas complexas") onde é possível alcançar além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral: "(Este instante) coloca todas as questões em torno das quais se ascende a luta não num plano corporativo, mas num plano 'universal', criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados"(Gramsci, MPE, p.50). Cabe ainda dizer, como bem salienta Gramsci, que na história real estes instantes se confundem reciprocamente.

dois graus particulares: o militar no sentido restrito e o político-militar (como, por exemplo, a relação de opressão militar de um Estado sobre uma Nação que buscava alcançar a sua independência estatal). Por fim, é preciso dizer que Gramsci considerava a observação mais importante a ser feita a próposito de qualquer análise concreta das relações de força, de que esta só adquire um significado caso sirva para justificar uma atividade prática[1].

Nesse espírito, Gramsci empreende a análise do "novo mecanismo de acumulação"que se afigurava a partir da implantação da **estrutura de produção em massa**, ou, em outras palavras, da passagem do "velho individualismo econômico para a economia programática". Como um dos problemas mais importantes a ser enfrentado estava o de ver se

> "o Americanismo pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo, já examinado, das 'Revoluções Passivas' próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma 'explosão', uma transformação de tipo francês" (Gramsci, MPE, p.376).

Gramsci, desse modo, tratou de analisar o novo equilíbrio de forças políticas instaurado em pleno período de crise orgânica, conforme vivia o mundo capitalista da época, e onde o fundamental seria compreender a estratégia "reativa e autoacomodativa" empreendida pelas classes dominantes na Itália e nos EUA. No limite, tal estratégia visava recompor a unidade entre as relações sociais de produção, as novas exigências da acumulação do capital (então francamente comprometidas pela queda tendencial da taxa de lucro) e seus aparelhos de hegemonia. Assim, segundo as imposições

[1] "O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e antecipadamente predisposta que se pode fazer avançar, quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo)"(Gramsci, MPE,p.54).

de um período de crise orgânica, a classe dominante busca reconduzir (e no caso obtém êxito) o movimento operário, bem como o conjunto mais geral das classes subalternas, ao terreno de lutas econômico-corporativo.

O americanismo é entendido enquanto uma verdadeira resposta implementada por setores do patronato industrial norte-americano (projeto hegemônico renovado) à natureza dos conflitos econômicos e culturais que germinaram naquela formação nacional específica. O primeiro passo dado nesta direção foi, sem dúvida, a difusão de um novo modelo de relações industriais que, em última instância, visava recompor o trabalhador coletivo de acordo com as novas exigências da racionalidade produtiva e suas demandas por controle e eficiência.[1] Os próprios conceitos empregados por Gramsci, de Crise Orgânica, Revolução Passiva e Hegemonia, detêm um caráter, a um só tempo, analítico e estratégico, e são, na verdade, meios para se designar determinadas situações onde:

> "A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semi-públicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na Sociedade Civil" (Gramsci, MPE, p.310).

Com isso, o americanismo exprimiria a forma historica de concreção da estratégia de passivização das potencialidades democráticas advindas com a Revolução Bolchevique, tal como essa modalidade da Revolução Passiva materializou-se na história norte-americana:

a) a racionalização do trabalho e a organização de uma economia planejada (monopolista);

---

[1] "A crítica às alternativas abertas pelo Fordismo deveria levar, de acordo com Gramsci, à reincorporação do elemento ético-político capaz de imprimir uma direção à luta pela emancipação proletária"(Tude de Souza, 1992, p.5).

b) a montagem de uma vasta rede de aparelhos "hegemônicos" privados, semi-públicos e públicos;

c) a difusão e a inculcação de ideologias puritanas; e

d) a constituição de uma nova classe média integrada pelos quadros técnicos e gestionários da produção racional.

Gramsci preocupou-se fundamentalmente em recuperar a capacidade de intervenção estratégica da filosofia da práxis face às transformações provocadas pela emergência de uma nova estratégia política e ideológica de construção da hegemonia do bloco histórico no poder (EUA e Itália). O americanismo traduzia-se, pois, nesta nova tentativa de construção da "hegemonia"do grupo dirigente cujo resultado mais importante foi o alargamento da base operária nas alianças entre a direção econômica e cultural e os grupos subalternos[1].

Neste sentido, as modificações introduzidas com a linha de montagem foram vistas por Gramsci como expressões extremas das "modificações moleculares"já contidas pelo desenvolvimento das forças produtivas na economia capitalista americana.[2]De uma maneira geral, o americanismo expressou uma nova composição das forças produtivas através dos chamados processos de modernização conservadora. [3]À racionalização da produção correspondia um novo ajuste entre estrutura e superestruturas sempre no sentido de recompor a unidade entre relações sociais de produção e aparelhos de

---

[1] Em outros termos, o americanismo seria entendido como uma verdadeira arma política das classes dominantes **contra** a combatividade e a unidade operária, operando a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo através do qual se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média (Gramsci, MPE).

[2] "Na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que é apenas mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada (Gramsci, MPE, p.397).

[3] Em muitos sentidos, o novo padrão das relações industriais introduzido pelo americanismo antecipava a estratégia "welfare" do Estado burguês do período no qual vigorou o projeto hegemônico social-democrata em países imperialistas durante as duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial.

"hegemonia". O capital, assim, conseguia, através dos **altos salários**[1], recriar as formas de organização do consenso e da adesão, trazendo-as para o interior da corporação industrial[2].

A "hegemonia"da qual fala Gramsci para o caso do americanismo foi aquela que soube articular a coerção (liquidação do sindicalismo de base territorial) e o consenso (altos salários e outros benefícios) de modo a recompor e reproduzir as bases da legitimação (modificada) da estrutura capitalista da época e, assim, encontrar uma resposta compatível com o período de crise orgânica. A resolução da questão dos altos salários foi decisiva para o sucesso da "ofensiva" de Ford:

> "A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não se pode verificar apenas através da coação social. A coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consentimento e isto pode ser obtido nas formas adequadas de uma determinada sociedade por uma maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho" (Gramsci, MPE, pp.404-5).

Como bem salienta o próprio Gramsci, a indústria americana que paga altos salários desfruta do monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação dos novos métodos. Aos lucros de monopólio correspondem os salários de monopólio. Com a difusão dos novos métodos, e sua generalização, os lucros elevados primeiro serão

---

[1] "A racionalização do trabalho associada a diversificação da seção de meios de consumo, e aos altos salários, elevou a um novo patamar as relações de força entre a burguesia e o operariado levando por conseguinte ao enfraquecimento e à destruição das organizações de combate e defesa dos trabalhadores" (Tude de Souza, 1992, p.28).

[2] "Mas, logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar mais ainda, o turnover excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os grandes salários desaparecerão"(Gramsci, MPE, p.405).

limitados e, depois, destruídos, bem como os altos salários[1]. Por fim, é preciso salientar, tal como faz Gramsci, que o americanismo não pode ser tomado por um novo tipo de civilização, tratando-se, essencialmente, apenas de um "prolongamento orgânico" da civilização européia e que adquiriu uma "nova pele" no clima americano.

[1] Ou ainda: "A racionalização da produção, tomada como ponta de lança das reformas sociais que atingiam o conjunto da vida nacional, determinava, assim, a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho, capaz de por si mesmo levar a cabo o estrangulamento e a liquidação das antigas organizações de defesa dos interesses operários na sociedade mericana" (Tude de Souza, idem, p.17).

CAPÍTULO V - NEOLIBERALISMO, FORÇAS PRODUTIVAS, PASSIVIZAÇÃO.

Apresentação

O objetivo do presente capítulo traduz-se em uma tentativa de apreender as atuais mutações das formas de organização de vida estatal, mediante a hipótese segundo a qual, vivenciaríamos, contemporaneamente, um processo generalizado de passivização das conquistas sociais, conquistas essas advindas de uma contextualidade histórica marcada pela ofensiva das lutas populares a nível internacional (lutas anti-imperialistas, revolucionárias e nacional-populistas). A reação do capital, a nosso ver, cristaliza-se em dois grandes movimentos-integrados, mas singularizáveis -, de, por um lado, **passivização** do Estado, e, por outro lado, **passivização** das forças produtivas. O neoliberalismo corresponderia ao processo de passivização ao nível do aparelho e das formas estruturais da intervenção estatal, assim como, a reestruturação produtiva em curso, encarnaria esse mesmo movimento, no âmbito do sistema das forças produtivas.

O suporte estrutural da ampla vigência da "hegemonia burguesa" constitui-se, sem dúvida, na ofensiva do capital no âmbito da produção imediata. Por sua vez, sem as condições criadas pela estratégia universalizante das classes dominantes, dificilmente a reestruturação produtiva seria viável, se pensarmos sobretudo, na desregulamentação de direitos trabalhistas, privatizações de empresas estatais, sucateamente da previdência pública e desmonte generalizado dos sindicatos. O neoliberalismo e a reestruturação expressam as "duas

faces da mesma moeda", isto é, da crise orgânica do capital. Ao mesmo tempo, objetivam conferir direção e sentido ao movimento internacional de auto-acomodação das bases sociais e materiais do domínio imperialista. Combatem o avanço das lutas de massa herdadas dos períodos precedentes, ao mesmo tempo que difundem sua racionalidade universalista, suportando, em última análise, um renovado projeto hegemônico.

Nesse espírito, estruturamos o capítulo em três ítens, sendo que, no primeiro, analisamos a doutrina e as modalidades histórico-concretas de efetivação do projeto neoliberal; no segundo, partimos para uma apreciação de conjunto das inovações tecno-organizacionais em processo; e no terceiro, procuramos delinear alguns contornos da crise dos sindicatos. Na verdade, nosso esforço prioriza o resgate da unidade indissolúvel existente entre o político, o econômico e o jurídico-ideológico, visando combater as análises encerradas no debate economicista dominante a respeito da crise atual e seus desdobramentos produtivos, sem perder de vista a **eficácia própria** de cada estrutura de poder no que se refere à reprodução de conjunto do capitalismo. Se o Gramsci dos **Cadernos** enuncia a dialética própria à dominação da burguesia no mundo pós-Revolução Francesa, a discussão sobre tal dialética, absolutamente atual, deve ainda referenciar àqueles que lutam pela "humanidade social"- para utilizarmos uma expressão do Jovem Marx -, isto é, uma sociedade liberta das amarras da valorização e do movimento auto-referido do fetiche da moeda. Afinal de contas, o capitalismo mudou, mas permanece capitalismo.

V.1- O Neoliberalismo como Estratégia de Passivização.

De uma maneira geral, a década de 80 talvez tenha assistido a mais brutal inflexão do movimento revolucionário de toda a história do

capitalismo. De uma situação histórica marcadamente anti-imperialista e, em muitos casos, revolucionária, como a que encerra a década de 60 e estende-se, de uma maneira ou de outra, até 1979 com a Revolução Sandinista na Nicarágua, passamos, nos dias atuais à confiança cega nas leis e valores do mercado, isto é, na capacidade de se alcançar certa "harmonia social" mediante a regulamentação das relações mercantis, no egoísmo do individualismo exacerbado, enfim, no dogma de que não existe solução para além da racionalidade burguesa. Os anos de constestação à ordem estabelecida nos países imperialistas e da agudização das contradições classistas, bem como as contradições envolvendo o imperialismo ocidental liderado pelos EUA, e o emergente nacionalismo terceiro-mundista, foram seguidos por uma avassaladora onda contra-revolucionária. Tal contra-ofensiva objetivava claramente, recompor as bases sociais e materiais do domínio do capital financeiro transnacional, através da restauração da unidade entre as exigências internacionais da acumulação do capital e as demandas por legitimação de sua moderna estrutura de domínio no interior de cada formação nacional específica.

Se o "senso comum" da década de 60 em países imperialistas e capitalismos subalternizados poderia ser considerado contestador, hoje, o senso comum de nossa época é eminentemente **neoliberal**. Entretanto, qual o significado conceitual daquilo que grande parte da esquerda hoje designa por **neoliberalismo?** Em primeiro lugar é preciso distinguir o neoliberalismo entendido como doutrina, do neoliberalismo tomado enquanto conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas por governos reacionários no decorrer da década de 80 e cujo exemplo mais claro encontra-se consubstanciado na chamada Era Thatcher. Apesar da proximidade, a doutrina não se confunde com a política econômica efetivamente praticada por governos tão diferentes como os de Pinochet e Reagan. É o que pretendemos analisar a seguir.

V.1.A- A Doutrina e a Reação Teórica.

O neoliberalismo entendido como doutrina tem suas origens em trabalhos de economistas austríacos e norte-americanos no período do imediato pós-guerra. Nesse sentido, a doutrina neoliberal constituiu-se numa aguda reação teórica e política contra a estratégia "Welfare" do Estado burguês e seus mecanismos de regulação macrosocial. Tal reação teve como principal protagonista o economista austríaco Friedrich von Hayek:

> "Herdeiro da chamada 'Escola Austríaca' de Economia, o pensamento de Hayek é um descendente de Carl Menger e, parcialmente, de von Mises. (...) Uma data importante na vida intelectual de Hayek é 1937, quando um ensaio-conferência (**Economics and Knowledge**) marca a sua mudança de campo, das matérias mais técnicas da ciência econômica para temas próximos da epistemologia, do direito, da ciência política. Elemento fundamental aí é a concepção de 'ordem espontânea', idéia que o próprio Hayek considera o ponto arquimédico de sua evolução. Muitas de suas elaborações posteriores constituem tentativas de aperfeiçoar o modelo (ideal e ótimo) das decisões descentralizadas e do conhecimento disperso, conhecimento esse que, por sua vez, informa e orienta tais decisões. Em contrapartida, é também desse modelo que deriva sua crítica da doutrina neoclássica do equilíbrio, assim como a afirmação da impossibilidade do planejamento, utopia fundada, a seu ver, na quimera de um conhecimento centralizado, o qual supostamente orientaria ações centralizadas. Em 1944, Hayek edita seu mais conhecido manifesto político, **The Road to Serfdom**. Contudo, os tempos ainda eram favoráveis a Keynes, com quem Hayek tivera um mal-sucedido entrevero nos anos 30. O tratado em que expõe mais extensa e detalhadamente as convicções jurídicas e políticas do 'velho liberal'- **The Constitution of Liberty**, de 1960 - ainda emerge nesse clima, amplamente simpático ao 'welfare state'. Apenas no final dos anos 70 ele deixa de ser visto algo assim como um excêntrico

> ou marginal. **New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas** (1978) e **Law, Legislation and Liberty** (1982) já encontram ambiente menos hostil e assumem um tom claramente menos defensivo" (Moraes, 1996, pp.2 e 3).[1]

Com a crise mundial do capitalismo oligopolista vivenciada pelo países imperialistas no final da década de 60 e início dos anos 70, a doutrina neoliberal passa a ocupar um espaço que até então lhe fora privado dado o crescimento econômico relativamente estável experimentado pelo capitalismo no pós-guerra. Para Hayek, por exemplo, a crise "econômica" radicava no excessivo poder dos sindicatos corporativos do período no qual vigorou o projeto hegemônico social-democrata, poder esse, que teria acarretado uma verdadeira corrosão das bases da acumulação do capital por conta das reivindicações salariais e das pressões por aumento de gastos sociais. Tais processos limitavam os níveis "necessários" dos lucros, desencadeando a escalada inflacionária, o que, segundo o autor, ocasionaria uma crise generalizada das economias de mercado. A solução sugerida por Hayek e seus seguidores[2] era relativamente simples e passava pela manutenção de um Estado, extremamente fortalecido em sua capacidade de liquidar com o poder institucional do

---

[1] Sem querer entrar aqui em uma discussão de fundo a respeito da obra de Hayek, é necessário dizer que esta encerra concepções e conceitos que vão muito além da questão puramente econômica, chegando a desenvolver aspectos filosóficos a respeito da natureza do ser e uma infinidade de problemas a ele relacionada. Posteriormente, a doutrina neoliberal recebe a contribuição de Milton Friedman e seus seguidores, alcançando, a partir da articulação desses pensadores, o "status" de teoria difundidada internacionalmente. A propósito de uma aproximação crítica aos fundamentos do pensamento de Hayek, mais particularmente em relação às bases conceituais de seu racionalismo, seu entendimento da necessidade de uma ordem social estável fundada sobre uma **hierarquia natural**, assim como sua proposta de uma teoria das "regras da justa conduta"; cf., entre outros, Moraes (1996) e Quiniou (1989).

[2] Na verdade, a produção intelectual do que podemos chamar economistas neoliberais somente pode se tornar inteligível nos marcos daquilo que Hamon designou "saber reativo", e que se constitui e desenvolve-se em **oposição** à teoria econômica ortodoxa, qual seja, a teoria neo-clássica. Cf., para maiores detalhes, Hamon (1989) e Quiniou (1989).

movimento operário organizado[1], mas débil em relação aos gastos sociais e às formas de sua intervenção macroeconômica:

> "A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado" (Anderson, 1995, p.11).[2]

V.1.B- O Neoliberalismo e as Formas da Intervenção Estatal

Na verdade, a doutrina neoliberal nunca foi implementada integralmente por qualquer governo. É fato que liberais como Hayek ficaram decepcionados com Thatcher e Reagan por esses não terem efetivado todas as tarefas que invariavelmente deveriam realizar. O "vazio" existente entre a teoria e sua plena implementação prática por

---

[1] Parece ser esse o sentido conferido por Balibar às ofensivas neoliberais: "Sem dúvida, as políticas neo-liberais e neo-conservadoras tendem a se ramificar na ingovernabilidade, na instabilidade das relações internacionais, nas contradições de seu próprio populismo (e de seu próprio moralismo), mas elas carregam inegáveis sucessos **negativos**, em termos de decomposição e de deslegitimação das formas institucionais do movimento operário, da luta de classes organizada"(1996, p.20).

[2] Vale ainda dizer, a teoria do Estado desenvolvida pelos teóricos neoliberais encerra tensões no interior de seu próprio campo ideológico. As obras "clássicas" a este respeito, ou seja, a **Teoria da Justiça** de J.Rawls e **Anarquia, Estado e Utopia** de R. Nozick, deixam claro o debate a respeito das teses sobre o Estado-Zero, o Estado-Providência e a proposta do Estado-Mínimo; cf., para maiores detalhes, Fleurbaey (1989).

regimes específicos só pode ser explicado a partir das imposições engendradas pela estratégia de restauração objetiva e subjetiva das bases do imperialismo em crise. A despeito desse fato, o ideário neoliberal fixa os parâmetros de toda a política econômica de vastas regiões do planeta. Fixam parâmetros na medida em que, ao menos no discurso, não existe qualquer concepção alternativa coerente de como as modernas economias capitalistas devam ser conduzidas. No âmbito da luta ideológica, apenas o neoliberalismo se apresenta como proposição intelectual efetiva ao ordenamento das economias capitalistas. [1]

O neoliberalismo logrou controlar a inflação, ao mesmo tempo que erigia sociedades mais desiguais a partir da crença em que, assim, os elevados recursos que ficavam nas mãos dos ricos pudessem dar origem a uma autêntica elevação dos níveis de investimentos. Tal estratégia ancorada em políticas de "exclusão social" pode não ter servido para a retomada do investimento produtivo (foi a especulação financeira a maior beneficiada por esse processo) contudo, facilitou em muito, como já salientado anteriormente, a agudização da subordinação das economias nacionais aos ditames dos **Fundos Internacionais**. De fato, no Terceiro Mundo, neoliberalismo praticamente tornou-se sinônimo de: "aplicar o que dita a ortodoxia econômica do Banco Mundial e do FMI". Nos dias atuais, não existe na América Latina qualquer ministro de Estado que possa tomar uma decisão macroeconômica relevante sem o consentimento da tecnoburocracia mundial do FMI; e, aparentemente, a situação não muda muito em relação aos países do Leste Europeu.

[1] O neoliberalismo como projeto parece suprir uma espécie de temário máximo em que os governos podiam escolher os itens mais oportunos, conforme suas conveniências políticas conjunturais: "O maximalismo neoliberal, nesse sentido, foi altalmente funcional. Provia um repertório muito amplo de medidas radicais possíveis, ajustáveis às circunstâncias. E, ao mesmo tempo, demonstrou o longo alcance da ideologia neoliberal, sua capacidade de abarcar todos os aspectos da sociedade e assim jogar o papel de uma visão verdadeiramente hegemônica do mundo" (Anderson, 1995, p. 198).

Se Pinochet, já a partir de 1973, decide implementar o receituário de Friedman à economia de seu país sob a "mão de ferro" de um regime terrorista e sanguinário, é somente com a chegada ao governo inglês de Margareth Thatcher, em 1979, que a doutrina neoliberal conquista um espaço de destaque no mundo. De fato, os governos da senhora Thatcher contraíram a emissão de moeda, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, massificaram os níveis de desemprego, sufocaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram radicalmente os gastos sociais. Após isso tudo, lançaram-se num amplo **programa de privatização**, iniciado pelo setor de habitação pública, mas rapidamente alcançando as indústrias de base, como o petróleo, o aço, a eletricidade e o gás, assim como os demais domínios da vida estatal caracteristicamente públicos.[1]

Já na primeira metade dos anos 80, os governos socialistas de países como por exemplo, França, Grécia e Espanha, pressionados pelos mercados financeiros internacionais, o FMI e o Banco Mundial, sobretudo, e também pela coalisão conservadora engendrada no seu próprio interior, expressão, em última instância, da necessidade de se restaurar a unidade entre as exigências da valorização e as demandas por legitimação, capitulam e transformam radicalmente a orientação de suas políticas sociais e econômicas. Aproximam-se, assim, mais de sociedades como a inglesa e a norte-americana da Era Reagan, do que de sociedades com maior *"grau de justiça e igualdade"*, como as escandinavas. A guinada da social-democracia européia no decorrer da década de 80, não deixa claro somente sua fragilidade política e

[1] A esse respeito, dirá Borón: "Para a burguesia, o importante é diminuir os espaços públicos o quanto antes e o mais possível: privatizar escolas, hospitais, centros de recreação, a rua, as praças, a praia, a floresta, as ondas radiais e televisivas, os esportes, os lazeres; em uma palavra, fazer com o mercado devore todas as formas de sociabilidade que só podem existir em espaços públicos vigorosos e estruturais" (1995, pp.193-194).

orientação dogmática mas, principalmente, o equívoco de seus pressupostos teóricos de fundo, tais como o abandono da perspectiva internacionalista, da democracia operária, bem como o investimento no compromisso histórico com as burguesias nacionais.

O neoliberalismo como doutrina e política econômica não poder ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir sentido e direção, portanto, inteligibilidade a sua mais profunda crise. Resposta determinada somada a outras como a reestruturação produtiva em curso, e que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica em escala mundial, disposto a transformar todo o mundo à sua imagem e semelhança. Uma tentativa para alcançar a finalidade de reanimar o capitalismo mediante a restauração das taxas de crescimento estáveis. No preciso sentido de encarnar a sempre renovada modalidade de dominação classista melhor afinada em relação ao conjunto das mutações contemporâneas das formas de organização da vida estatal, o neoliberalismo pode ser traduzido por um projeto hegemônico materializado mediante uma estratégia ideológico-político-econômica de passivização das conquistas das classes subalternas advindas de uma contextualidade histórica determinada pelo enfrentamento entre blocos hegemônicos, assim como, pelo avanço das lutas sociais de massa.

Este parece-nos o sentido melhor afinado às características dos processos contra-revolucionários gestados e levados à cabo pelo movimento das estruturas do capitalismo oligopolista em crise. Se não perdermos de vista a perspectiva analítico-estratégica das lutas de classes em sua **periodização de longo prazo**, o "tempo das revoluções" e as especificidades de uma crise determinada podem, efetivamente, entrelaçarem-se sem se sobreporem. Dessa forma, reivindicamos a atual estratégia de passivização encarnada pelo neoliberalismo, como inscrita exatamente nessa tentativa de **absorção e supressão da tendência**

antagonista fundada no princípio de universalidade da experiência estatal das massas em Outubro de 1917. Nas palavras de Tosel:

> "**A revolução passiva coincide com a categoria de guerra de posição e esta define o tempo longo no curso do qual a brecha de 1917 é como que reabsorvida e digerida.** A hegemonia civil autêntica identifica-se com a dupla revolução passiva/guerra de posição. (...). O tempo das revoluções, portanto, não terminou e o jacobinismo não pode ser reduzido a uma simples ideologia política necessária como mitologia fundadora do que se tornou a banalidade de nossa modernidade política. O nosso tempo é precisamente aquele de uma revolução que se tornou passiva na qual a virtualização do momento jacobino é um desafio decisivo. As massas modernas, em situação de guerra de posição, não devem repetir o jacobinismo próprio de guerra de movimento. Elas devem herdar do 'jacobinismo de conteúdo' uma tradução concreta numa situação de revolução passiva. É preciso, portanto, inventar um metajacobinismo inédito, antítese da hegemonia burguesa, característica da guerra de posição, um metajacobinismo com função de anti-revolução passiva" (1994, p.44).

O objetivo de "transformar o mundo a sua imagem e semelhança"[1], na verdade, fomenta e confere direção à recomposição de todo um campo ideológico e político, o qual o neoliberalismo, se deseja efetivamente levar a bom termo a restauração do princípio de universalidade do domínio imperialista, deve buscar revitalizar. Estamos falando aqui, na construção e consolidação de um renovado arco de alianças econômico-político-culturais (ao qual, como vimos, os teóricos do pós-fordismo vêm se somar) que sustente e difunda o neoliberalismo

[1] Nesse particular, faz-se necessário observar que a dominação neoliberal "limita-se", nos dias atuais, ao mundo ocidental (Américas e Europa, incluindo a Rússia), visto que o **Oriente** economicamente avançado e dinâmico (leia-se, competitivo), quer seja o Japão, a Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong e, mais recentemente, a renovada potência chinesa, resistem a maior parte das investidas neoliberais e à implementação de seu ideário. Tal situação, demonstra que, sob o "capitalismo pós-moderno", as "velhas" tensões interimperialistas persistem, mesmo que "disfarçadas" sob novas feições.

enquanto projeto hegemônico. Nesse sentido, ao tecer suas considerações a respeito do êxito eleitoral da direita italiana no pleito de 1993, evento esse que confere visibilidade ao avanço neoliberal em terras anteriormente pouco afeitas aos valores do ultraindividualismo egoísta ou à sacralização panacéica do mercado, Negri dirá:

> "Mas, e isso é o mais importante, a direita não soube capitalizar somente a queda do Muro de Berlim: ela ganhou porque soube também interpretar as profundas modificações do tecido produtivo italiano e compreender o papel da comunicação na sociedade contemporânea. Quando, no decorrer dos últimos meses de campanha, Berlusconi entra em cena inesperadamente, ele coloca a indústria da comunicação a serviço do partido dos pequenos e médios empresários que encontram-se extremamente motivados a transformar a revolta antifiscal, antiburocrática e antiestatal dos anos precedentes, em vitória política. (...) **Berlusconi é, no domínio da comunicação, o que a Benetton é no domínio textil: alguém capaz de reunir o trabalho difuso.** (...) Berlusconi eleva ao governo as novas redes produtivas e, com elas, a incontinência neoliberal dos pequenos empresários, narcísicos e autoritários, organicamente inseridos na cultura da comunicação produtiva, bem como ávidos por explorar freneticamente esse novo território. (...) Berlusconi é um patrão, uma figura do capitalista coletivo, uma função do comando capitalista sobre a sociedade, porque, em si, comunicação e produção são a mesma coisa" (1994, pp.11-12; grifos nossos).

E complementa:

> "Qual o regime (neo)liberal europeu que não flertou com a plebe metropolitana, buscando organizá-la sob as bases nacional-populistas? (...) Berlusconi interpreta, constrói, inova, exalta uma comunidade reacionária, desenvolve e aperfeiçoa o novo capitalismo pós-moderno e comunicacional, mostrando à sociedade italiana o que ela tornou-se no decorrer dos últimos vinte anos: uma sociedade banalizada..." (Negri, 1994, pp.13-14).

De fato, a substituição da "ultrapassada" dicotomia envolvendo **direita** e **esquerda**, pelo discurso do "moderno" **versus** o "arcaico", difundiu-se de maneira avassaladora pelo mundo afora. A verdade é que o "apelo ao moderno" logra combater um compromisso classista "superado", de caráter social-democrata, e que envolvia o operariado sindicalizado, o grande capital e a estratégia "welfare" do Estado burguês; em favorecimento de uma "nova" composição classista, tida como hegemônica, e que tentaria articular as exigências de camadas intermediárias à realidade dos trabalhadores precarizados, segundo o vetor do grande capital financeiro e industrial. Tal estratégia expressa, sem dúvidas, uma determinada, e sempre questionada, correlação de forças sociais extremamente hostil e adversa ao projeto socialista, ao mesmo tempo em que beneficia a emergência e difusão de uma variada gama de nacionalismos, muitos dos quais, sob evidente inspiração nazi-fascista.

Tal emergência contemporânea de nacionalismos de toda espécie, acompanhada pela ofensiva de fundamentalismos de vários tipos, racismos e ideologias sexistas, aponta para um outro componente da crise atual produzido pela dissolução neoliberal, dos princípios de socialização e individuação do momento histórico precedente. De fato, esse conjunto de fenômenos que atinge com força renovada também o "centro" dos próprios países imperialistas (assim como o Leste Europeu e ampliadas faixas geográficas que vão do norte da África até países como a Índia) complexifica o esforço dos marxistas por compreender as múltiplas dimensões que a análise das lutas de classes deve abarcar num presente histórico claramente sensível aos apelos xenófobos e nacionalistas. Partindo de Balibar e Wallerstein (1990), entendemos que essa progressão do racismo mundo afora não pode ser considerada nem episódica, nem anacrônica, mas compreendida enquanto complemento obrigatório remetido às formas concretas encarnadas pelo universalismo

da racionalidade burguesa (incluso aí o chamado projeto neoliberal). Ou, nas palavras de Tude de Souza:

> "(...) A problemática do racismo articula a questão do universalismo da ideologia burguesa aos movimentos conjunturais de sua dupla especificação histórica: a de nações e nacionalidades inseridas necessariamente em uma trama de relações internacionais que as estruturam e subordinam à economia-mundo e aos sistemas estatais e inter-estatais a ela ligadas" (1996, p.5).

Dessa maneira, a análise das lutas de classes não deve se limitar apenas ao estudo das supostas contradições envolvendo o desenvolvimento das forças produtivas e as "antigas" relações de produção, como deseja e realiza um determinado materialismo de caráter mecanicista.[1] Considerando que sob a dominância das relações capitalistas de produção, as contradições dão-se no interior do próprio sistema das forças produtivas, a ação dos antagonismos entre classes, nesse esquema de análise, passa, pois, a intervir de modo **determinante** na produção de todo um universo ideológico e cultural, no interior do qual as classes estruturam-se em nações:

> " A luta de classes pode e deve ser pensada como um estrutura determinante recobrindo **todas** as práticas sociais, sem ser, exclusivamente, a **única.** Melhor: é precisamente **enquanto** cobertura de todas as outras práticas que ela interfere necessariamente com a universalidade de outras estruturas. Universalidade não é sinônimo de unicidade, tanto quanto sobredeterminação não é sinônimo de indeterminação" (Balibar, 1996, p.57).

A crise orgânica do capital aponta para um processo reativo e auto-acomodativo a partir do qual a subalternidade das classes

---

[1] Para romper com tais abordagens que reduzem o fundamento da história a uma relação mecânica entre forças produtivas e relações de produção, devemos considerar que fenômenos como: "(...) o racismo, o nacionalismo, o individualismo, o sexismo, ou o fundamentalismo religioso, para citar os mais presentes em nossos dias, constituem, na verdade, uma espécie de **cobertura social das lutas de classes em formações sociais concretas**" (Tude de Souza, 1996, p.9).

trabalhadoras logra ser tendencialmente redefinida. O neoliberalismo constitui-se em suporte de tal processualidade, exatamente por conferir visibilidade às ofensivas mundiais dos mercados financeiros e justificativa ideológica às privatizações selvagens, além de promover a retração generalizada dos programas universais de proteção social. Através da crise e da estratégia neoliberal, o capital responde às condições e contradições atuantes nesse fim de século. Ao idolatrar o mercado, demonizar o Estado, exaltar a empresa privada, sacralizar o individualismo ultra-egoísta e transformar o "darwinismo social de mercado" em algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico, o neoliberalismo como projeto hegemônico resume e compõe o senso comum de nossa época. Contudo, é preciso novamente afirmar que a resposta neoliberal engendrada pelo capitalismo em crise não pode ser confundida com as transformações estruturais em curso. A crise do capitalismo é, mesmo do ponto de vista conceitual, mais profunda e perene que a estratégia neoliberal.[1]

O triunfo atual da resposta neoliberal à crise pode ser medido, por um lado, pela crise de direção intelectual do dito pensamento "de esquerda", democrático ou progressista e pela defensiva das estratégias revolucionárias na atualidade; e, por outro, pela capacidade apresentada pelo neoliberalismo em apresentar-se e convencer as massas de que a sua maneira de enfocar os problemas é a única possível, justamente por ser técnica e, portanto, neutra. Se a estratégia neoliberal não pode, e isso é um fato, superar a crise contemporânea por ser exatamente expressão dessa, ao menos tem conseguido fazer com que muitos

[1] Coggiola chama-nos a atenção para esse fato: "O caráter disparatado das forças neoliberais torna evidente que não nos encontramos face a uma ofensiva política ordenada e coerente, mas diante de um recurso de crise aplicado pelo conjunto das forças (de qualquer orientação política ou cor ideológica) comprometida com o capital e com o imperialismo. (...) Não existe uma ordenada ofensiva econômica, política e ideológica neoliberal, que expressaria o surgimento de um 'novo' (e irresistível) capitalismo, contra o qual só poderíamos opor um programa mínimo ('democracia'), mas um conjunto de políticas mais ou menos empíricas destinadas a descarregar a mais profunda crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores" (1995, pp.199-202).

intelectuais, outrora críticos da ordem estabelecida, passem a acreditar em sua inevitabilidade.

A apregoada inevitabilidade da hegemonia neoliberal constitui-se, nesse fim de século, na questão central engendrada pelo avanço mundial da barbárie capitalista sobre o terreno do conjunto das formas de organização da vida estatal. Na medida em que cada vez maiores domínios da vida social são subordinados aos imperativos da lógica da valorização, a apreensão dos antagonismos da modernização do capital encontra-se obscurecida pela afirmação de uma única estratégia capaz de contrarestar as chamadas "contradições do progresso" (para utilizarmos uma expressão cara a Balibar, 1996). O obscurecimento de tais contradições imanentes à valorização capitalista, e cuja incompreensão acaba deslocando muitos intelectuais para o campo da "modernidade neoliberal", encontra-se expresso dessa forma por Vakaloulis:

> "Fenômeno paradoxal: quanto mais o capitalismo faz-se omnipresente, mais ele torna-se opaco, quase invisível e inacessível enquanto imediaticidade dada. Ele desaparece, diluído na plenitude máxima de sua própria presença, ele se auto-apaga através do obscurecimento das referências tradicionais, mediante as quais se apreende (ou busca-se apreender) a medida de sua **diferença constitutiva**. O capitalismo reina insidiosamente, sem sustentar a coroa, pois ele torna-se imperceptível, tal um código social indecifrável, cuja **existência própria** está para ser provada. Seguindo-se a categorização histórica proposta por F. Jameson, nós podemos chamar esse momento no qual o capitalismo torna-se **global**, momento do capitalismo 'pós'-moderno, precisando-se contudo, tratar-se de apontar que as antinomias da modernidade capitalista não são resolvidas, mas sim aprofundadas e radicalizadas, visto serem propulsionadas sobre uma escala mundial" (1994, p.53).

V.2- Forças Produtivas e Passivização.

Se é verdade que o neoliberalismo pretende decompor e deslegitimar as formas institucionais do movimento operário em luta, para, assim, restaurar o princípio de universalidade da dominação capitalista - daí falarmos em projeto hegemônico -; do ponto-de-vista da materialidade do capital, a "hegemonia do mercado" encontra seu **complemento obrigatório** na reestruturação produtiva em curso. A partir de agora, pretendemos analisar com um pouco mais de sistematicidade, as mutações técnico-organizacionais em processo, segundo os imperativos de um estudo que busque apreender as tendências estruturais e o sentido dessas alterações, no que concerne à problemática da subalternidade objetiva e subjetiva das classes trabalhadoras na produção, bem como à crise de suas formas institucionais de organização, representação e luta. De início, teceremos considerações a respeito das tecnologias de informação, a automação flexível, sobretudo, suas implicações sobre a composição do trabalhador coletivo e sua **eficácia própria** remetida à questão da reprodução de conjunto do domínio capitalista no âmbito de um sitema de forças produtivas marcado pela "hegemonia tendencial do trabalho imaterial" (Negri).

Na verdade, as origens históricas das chamadas novas tecnologias de informação (NTI), recurso conceitual que procura abarcar os avanços das tecnologias de automação microeletrônica integrada à telemática e à cibernética, remontam ao incremento das pesquisas militares no decorrer da Segunda Guerra Mundial[1]. As exigências por precisão nos cálculos balísticos e serviços de contra-espionagem determinaram os investimentos em projetos cujo objetivo era o processamento massivo de informações. A primeira geração de

[1] Cf., para maiores detalhes, Katz e Coggiola (1995), particularmente o ensaio intitulado: "Tecnologia e Economia Armamentista".

computadores, da qual faz parte o ENIAC, respondeu a esses imperativos. A corrida espacial, por sua vez, também alavancou as tecnologias de informação, culminando com o aparecimento do primeiro microprocessador em 1956. Contudo, até os anos 60, a informática apenas engatinhava e a automação não era ainda um fenômeno central da economia capitalista mundial:

> "A partir de 1973-75, a crise econômica mundial acirra a concorrência capitalista e determina a marcha acelerada em direção da automação para abaixar violentamente a estrutura dos custos. O teatro principal dessas transformações foi a indústria militar, menos afetada pela crise devido a seus pedidos serem garantidos pelo Estado (fator de inflação e especulação internacional): as 'novas tecnologias da informação' no campo civil são uma derivação de sua aplicação militar. A lembrança desses fatos elementares se faz necessária para que não se considere o progresso científico e técnico, como se faz comumente, como uma variável independente, portadora de soluções miraculosas para a crise, mas como uma variável dependente do conjunto do sistema econômico e social" (Katz e Coggiola, 1995, p.62).

O universo fabril nesse período foi, progressivamente, assistindo à difusão massificada de novas máquinas e equipamentos, cada vez mais sofisticados e precisos. A automação de base microeletrônica e caráter informacional ajuda, decisivamente, a compor o quadro mais geral das transformações das relações na produção, e cujos desdobramentos impactaram de forma tão decisiva a organização do trabalhador coletivo. Antes, contudo, é necessário esclarecer que, em nosso entendimento, o avanço da tecnologia microletrônica no universo fabril encontra-se condicionado às exigências pelo incremento do controle sobre o trabalho, por parte dos agentes do capital:

> "Tal como ocorreu no passado com as grandes inovações tecnológicas, a principal função que os capitalistas designam atualmente à informática na indústria é aumentar seu controle sobre o processo de trabalho. Durante a Revolução Industrial, esse

> objetivo se perpetrou mediante a destruição do artesanato e, sob o taylorismo, através da degradação geral dos ofícios. A introdução contemporânea dos computadores aponta no mesmo sentido: incrementar o domínio físico e mental dos empresários sobre o conjunto da atividade do trabalho. Por isso, a difusão da informática está associada a distintos tipos de atropelos em relação ao nível de vida e às condições de trabalho dos operários" (Katz, Braga e Coggiola, 1995, p.28).

V.2.A- Da Flexibilidade Produtiva à Subalternidade Política.

Em primeiro lugar, faz-se necessário observar que a maior parte do debate acadêmico sobre a problemática do incremento tecnológico opera na perspectiva de um grande **consenso substancial**, ou seja, analisa isoladamente cada elemento inovador, sem preocupar-se com o processo em seu conjunto. Partiremos de outros pressupostos, exatamente por considerarmos que tais intervenções teóricas, ao tomarem as diferentes iniciativas patronais enquanto dimensões isoláveis de um movimento indeterminado, não apreendem o **caráter estrutural** das atuais mutações produtivas em curso. Desse modo, entendemos que a reestruturação produtiva contemporânea encarna um importante instrumento através do qual as classes dominantes objetivam recompor a subalternidade política das classes trabalhadoras. Nossa hipótese, como já salientado, caminha no sentido de que, se a "hegemonia" neoliberal corresponde à estratégia de passivização ao nível do Estado, a atual reestruturação produtiva materializa a ofensiva passivizadora do capital no âmbito das forças produtivas. Tanto um, quanto outro processo, vale lembrar, integram as alterações mais gerais das formas de organização da vida estatal em sua totalidade.

A estratégia de passivização das forças produtivas encerra, evidentemente, uma **eficácia própria**, envolvendo diferentes dimensões

do universo produtivo, mas o transcende em muito. Tal nos parece o caso - para além das múltiplas formas de inovações técnico-organizacionais que incidem sobre a imediaticidade da produção material - da desregulamentação das relações trabalhistas, da recomposição da relação salarial e da ofensiva patronal frente às modalidades de organização de massa herdadas do longo período de lutas revolucionárias das classes subalternas no decorrer desse século. O conjunto dessas alterações, parece-nos, escapa em grande medida à esfera exclusiva do processo de trabalho ou da fábrica propriamente dita.[1]

Trata-se, na verdade, de indagarmos, como Gramsci indagou-se nos textos sobre "Americanismo e Fordismo" (MPE, 1968), como esse movimento articulado de intervenções produz, ou busca produzir, a difusão de uma racionalidade renovada por entre as classes sociais, a partir mesmo do mundo da produção imediata? De início, e se realmente, "a hegemonia vem da fábrica" (Gramsci), tentaremos abordar um pouco mais detidamente, alguns dos **efeitos próprios** das alterações estruturais na esfera produtiva (muitas das quais não representam, senão, especializações de procedimentos técnico-organizacionais amplamente conhecidos) sobre a composição e a organização dos trabalhadores.

---

[1] Queremos dizer com isso, que estamos preocupados em remeter nossa análise às **determinações estruturais da produção capitalista** transcendendo a discussão reducionista dos estudos centrados no posto de trabalho. Ou, nas palavras de Vakaloulis: "O processo de produção capitalista - 'eterno enigma', que não para de assombrar o senso comum burguês , em razão de suas virtudes misteriosas de auto-engendramento do valor - encontra-se no coração da reprodução das relações de produção capitalistas. Ele é, por assim dizer, o local onde a relação mercantil (venda dessa mercadoria *sui generis* que é a força de trabalho) torna-se efetivamente relação de produção capitalista, pois, relação de classe. A luta de classes no seio da produção capitalista não é a simples 'derivação' da estrutura capitalista, mas parte integrante do processo de produção das relações de produção dominantes, e, consequentemente, uma determinação primordial do desenvolvimento do capitalismo. Melhor, o processo de produção é de modo constitutivo luta de classe ou, para recorrer a uma expressão provocante, **a exploração capitalista é uma proeza**, na medida em que ela pressupõe uma capacidade hegemônica de subsunção real do trabalho ao capital" (1994, p.48).

Quando falamos em inovações técnico-organizacionais, temos em mente - para além de uma visão obscurecida pelo "fetiche" do progresso técnico elevado à condição de "motor" da história -, o complexo dinâmico de mutações envolvendo a concepção de **posto de trabalho, o conteúdo das competências** exigidas do trabalhador para a realização de uma determinada tarefa produtiva, as **hierarquias funcionais**, bem como a **composição "técnica"** do salariado industrial (operários de produção, ferramentaria, programação, manutenção...). Nossa análise, nesse ponto, visa apreender tais alterações segundo os pressupostos da busca, pelo capital, de uma correlação de forças favorável à reprodução ampliada dos fundamentos de seu domínio. Entendemos que tal processo viabiliza-se sobretudo, mediante o **deslocamento dos pólos do poder político** no interior da produção (mais adiante, pretendemos discutir esse ponto através da análise de aspectos da emergência "tendencialmente hegemônica" do chamado **trabalho imaterial**).

Grosso modo, podemos dizer que a renovada concepção dos postos de trabalho somada aos novos métodos de controle do fluxo de informações produtivas (a automação flexível e o **just-in-time**, por exemplo), operam segundo uma contextualidade na qual as relações **na** produção são, tendencialmente, subordinadas ao primado da "clientela" e do padrão, alterado pela crise orgânica das relações sociais de produção dominantes, concorrencial inter-capitalista. Se é verdade que tal processo encontra-se **determinado** pelo conteúdo social das lutas de classes, sua **forma** radica na capacidade de cada empresa particular em produzir, no menor tempo possível, novas mercadorias para mercados diferenciados.

Conforme o imperativo capitalista de transformar uma invenção "em carteira" em aplicação comercial viável, objetiva-se, essencialmente, cristalizar uma renovada **relação de dependência** entre trabalhador coletivo e direção da empresa. Por detrás das "demandas diferenciadas"

encontra-se a necessidade do capital em obter o **consentimento operário** ao seu projeto hegemônico, enquanto condição da "alavancagem" da subjetividade produtiva. O fundamento do domínio classista nos dias atuais passa, necessariamente, pelas formas participativas de gestão e organização industrial, assim como, pela precarização do estatuto reprodutivo do salariado em geral.

Pretendemos analisar em seguida, alguns pontos que nos parecem importantes para a elaboração de uma visão de conjunto das atuais mutações vivenciadas pelo universo fabril, pontos esses que delineariam os contornos da estratégia de passivização social ao nível do sistema das forças produtivas. Vários são os indicadores de tal processo. Da dissimulação das relações de poder com aparente democratização fabril (caso do toyotismo que veremos mais adiante) às renovadas formas do controle tecnológico, passando pelas alterações nas estruturas hierárquicas das relações industriais...; a ofensiva do capital é multifacetada e objetiva apagar a memória operária das lutas sociais, ao mesmo tempo que incrementa o ritmo de extração da mais-valia. Comecemos, pois, por algumas considerações a respeito da automação flexível e sua eficácia própria.

No âmbito das relações na produção, o processo de reestruturação produtiva em curso materializa-se, grosso modo, sob a forma de tecnologias de automação programável[1] associadas a um complexo conjunto de inovações organizacionais, envolvendo desde os modelos participativos de organização do trabalho (as experiências dos CCQs, grupos semi-autônomos...) até os novos métodos de controle do fluxo de informações produtivas, como o **just-in-time** e o princípio da "auto-ativação", entre outros.

---

[1] É possível dizer que a técnica particular constituída progressivamente a partir da difusão massificada da microeletrônica, tira melhor proveito do duplo princípio que suporta a linha de montagem "clássica", ou seja, a produção em "fluxo contínuo", expressão da tendência por maior integração produtiva, e a recomposição do trabalho operário, sob bases mais subordinadas e diferenciadas de efetivação.

No caso da **automação flexível**, é bastante difundida a idéia de que esta confere à base técnica maior flexibilidade e versatilidade na intensificação da taxa de exploração do trabalho, na medida em que concentra ainda mais o poder sobre a produção nas mãos dos agentes do capital, assim como tende a aumentar o ritmo da produção aos níveis do fluxo contínuo com a integração de tarefas e homogeneização de atividades. Podemos perceber que a reorganização da produção é caracterizada pela transferência do controle sobre o processo produtivo, do âmbito da fábrica para os escritórios de planejamento.

Estudando o caso da implantação de máquinas-ferramentas com controle numérico (MFCN)[1] no Brasil, Tauile (1984) dirá que, após esse processo, os antigos oficiais mecânicos, cuja formação traduzia-se num longo e complexo período, por isso, muito valorizados no mercado de trabalho (e frequentemente encontrados entre os mais militantes do movimento sindical), têm suas tarefas desqualificadas em favorecimento de um processo coletivo de trabalho.[2] Parte do conhecimento e das informações necessárias à antiga produção baseada na tecnologia eletro-mecânica passa a ser incorporada às novas máquinas automatizadas. As atividades de planejamento e operação do novo equipamento passam a ser exercidas por programadores e não mais pelos oficiais mecânicos. O conteúdo das competências é, sem dúvida, agudamente alterado segundo a tendência hegemônica de proeminência das atividades abstratas sobre a natureza dos processos de

---

[1] As máquinas-ferramenta com controle numérico encontram-se contidas na série de equipamentos que poderíamos designar (tal como Coriat, 1989) por meios de operação e que correspondem ao grupo de máquinas e manipuladores cuja característica principal é a de serem dotados de ferramenta e capazes, após devidamente regulados e programados, de executar uma operação. Também fazem parte desta série os manipuladores automáticos ou robôs.

[2] "As MFCN tem efeito específico de viabilizar o emprego de princípio tayloristas de administração científica, em atividades onde o saber operário era até então detido por trabalhadores manuais (oficiais mecânicos) altamente qualificados. O saber intrínseco a estas atividades pode agora ser decomposto nos mínimos detalhes e recomposto da maneira duplamente ótima do ponto de vista capitalista, pois é na forma de programas que são de sua propriedade e, deste modo, viabiliza novas formas de organização da produção antes obstaculizadas pelo saber operário" (Tauile, 1984, p.853).

transformação da matéria. Consequentemente, a importância do operador de máquinas cuja base técnica é microeletrônica, medida pela sua capacidade de interferir no curso do processo e determinar o ritmo de sua atividade, decai consideravelmente.[1]

Dessa maneira, assistimos ao processo de formação de um renovado segmento da força de trabalho a partir de uma cultura profissional distinta da dos operários tradicionais, marcada pela intervenção direta no processo produtivo, sem contar o fato de que o controle e o planejamento do trabalho passam a ser executados à distância. As manifestações da contradição entre o capital e o trabalho são também alteradas. Desse ponto de vista, a mudança tecnológica afirma a separação e a oposição, caracteristicamente taylorista, entre os trabalhos de concepção (escritórios) e execução (fábrica). Afirma, também, a reorganização do processo coletivo de trabalho, conforme a difusão da automação flexível se realiza, na medida em que o poder concentra-se nas atividades de programação e manutenção[2], em detrimento das atividades de execução.

De fato, com a introdução das tecnologias de automação flexível, uma boa parcela das funções anteriormente exercidas pelo operador mecânico é desdobrada e atribuída àqueles que trabalham no escritório. O trabalho na fábrica passa a ser controlado à distância segundo os conhecimentos teórico-abstrato e práticos do técnico, cuja formação profissional e estilo de vida, bem como sua remuneração, o diferenciam em muito do operário tradicional.[3]

---

[1] "No caso brasileiro, verificamos que, em estruturas de produção administradas mais rigidamente, o operador da máquina (FCN) é formalmente proibido de proceder diretamente a qualquer alteração no programa, devendo encaminhar as respectivas sugestões ao departamento encarregado da programação" (Tauile, 1984, p.856).

[2] Mais adiante, pretendemos desenvolver algumas considerações sobre a recomposição das atividades de **manutenção**, no bojo dessas tranformações mais gerais, e que estaria nos informando a respeito da configuração renovada do estatuto técnico-substantivo e, sobretudo, político, do trabalhador coletivo.

[3] Nas palavras de Tauile: "Detentores do novo saber técnico, os programadores rompem a antiga estrutura de poder baseada num tipo de conhecimento prático (...). Um problema típico (da transição para a MFCN) consiste em encorajar o pessoal da

Tal processualidade redefine, objetivamente, o **padrão de subordinação** (separação/oposição) das atividades de execução às atividades indiretamente produtivas. Passamos ao momento da **proeminência das novas demandas de mercado** (marketing), assim como, do acentuado **desenvolvimento dos departamentos de pesquisa**. isto é, novos produtos e processos, das atividades envolvidas com a **programação** (reordenamento dos estoques, por exemplo) e das **tarefas de execução subordinadas aos programas de qualidade total.**[1]

Vale ainda dizer no momento que a flexibilidade da produção apresenta diferentes dimensões, tais como a flexibilidade funcional (campo definido pelo trabalho multifuncional onde um único trabalhador realiza diferentes atividades), a flexibilidade numérica (que sujeita os trabalhadores a regras de trabalho precário, contratos temporários...), a flexibilidade financeira (expressa, sobretudo, pela redução dos custos fixos) e a flexibilidade espacial (eliminação de estoques, desconcentração territorial...).[2] A flexibilização da produção encontra-se ainda, intimamente relacionada com a conhecida estratégia de qualidade total (flexibilização global), bem como com a contenção dos custos

---

fábrica a desistir de sua autonomia na tomada de decisões e submeter-se às decisões do **staff-group**" (1984, p.859).

[1] A respeito do debate envolvendo o controle sobre os fluxos produtivos (materiais, pessoais...) e de informação sobre a produção, bem como as "novas" possibilidades de definições e cálculo da produtividade partindo da hegemonia tendencial do trabalho imaterial, ver Zarifian (1990 e 1995).

[2] "Diante dos efeitos perversos da crise, principalmente o desemprego estrutural, que significa uma massa de trabalhadores excedentes e o enfraquecimento do poder sindical, os capitalistas procuram impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (uma série de estatísticas comprovam o crescimento do trabalho por tempo parcial nos países capitalistas centrais). Por exemplo, na França em 1970, o emprego por tempo parcial correspondia a 8,2% da PEA; já em 1990, esse percentual subiu para 12%. Na Alemanha, em 1970, era de 11,4%; em 1990, subiu para 13,2%. Na Itália, em 1970, era de 5,3% e em 1990 subiu para 5,7%. No Japão, subiu de 15,4% em 1970 para 17,6% em 1990. No Reino Unido, tal subida foi mais dramática: em 1970 era 16,4% , passando em 1990, a ser de 21,8%. Nos EUA, tal percentual do emprego por tempo parcial cresceu de 16,4% em 1970 para 16,9% em 1990" (Alves, 1993, pp.13-4). Gostaríamos, ainda, a propósito de indicar maiores detalhes sobre as diferentes dimensões da flexibilidade (numérica, funcional, territorial...), de remeter aos trabalhos desenvolvidos por Elson (1991) e Pollert (1989).

sociais do emprego a partir da implementação de diferentes normas de trabalho precário, como é o caso do trabalho parcial, a terceirização, o trabalho doméstico, o trabalho de curta duração... (cf., para maiores detalhes, Bihr, 1991 e Harvey, 1994).

Outro importante traço a ser destacado em relação à automação flexível é que, dada sua característica de maior flexibilidade no uso da força de trabalho, esta permite aumentar a produção descentralizada com maior número de trabalhadores externos e redução de custos do capital. Tal tendência aponta para uma maior precarização do estatuto reprodutivo do salariado industrial mediante o aprofundamento da heterogeneidade da força de trabalho. Dessa maneira, o capital objetiva aproximar o tempo de trabalho efetivamente fornecido, da remuneração paga ao trabalhador, eliminando custos sociais e formas de salário indireto.

A descentralização produtiva agudiza, ainda, as "fraturas" no interior das classes trabalhadoras, atomizando os grandes coletivos operários, ao mesmo tempo que recompõe esses coletivos sob a dominância de relações de trabalho informais, distanciadas de qualquer estatuto formalizado. Como resultado de todo esse processo, temos o rearranjo dos "pólos" de produção da mais-valia - tanto a relativa, quanto a absoluta -, consolidando a emergência de um "dualismo" estrutural e renovado, envolvendo os trabalhadores precarizados, de um lado, e aqueles que ainda conseguem ter acesso aos estatutos ocupacionais formalizados, de outro.[1]

Estudos de caso sobre os "novos" trabalhadores externos na Grã-Bretanha, por exemplo, indicam que os níveis salariais destes são consideravelmente mais baixos que os empregados da mesma categoria trabalhando dentro da empresa (Huws, 1984; citado por Schimitz, 1985).

[1] Através do aprofundamento das "fraturas de classe", vale ainda dizer, o capital logra dissolver os antigos laços de solidariedade classista, assentando a identidade operária sobre o terreno das "novas figuras da ordem produtiva", tais como, o primado da clientela, o operário-patrão, o mérito individual e outras...

Existe, também, a questão dos benefícios sociais não pagos a parte destes trabalhadores. A economia de capital variável é evidente, bem como a diminuição do poder de intervenção dos sindicatos, que não sabem aparentemente lidar com esse tipo de trabalhador[1].

Parece mesmo que um dos aspectos mais marcantes dessa renovada ordem produtiva fundada sobre a "hegemonia tendencial do trabalho imaterial", encerra-se na **desconcentração** - somente possível após a "abstração" dos saberes e das qualificações engendradas pela automação flexível - **territorial da produção.** Essa "nova" produção vincula-se, intimamente, à emergência do que Bihr (1991) designa por: a) a **fábrica difusa** (que inverte o tradicional processo de concentração produtiva); b) a **fábrica fluida** (que procura realizar uma produção discreta em fluxo contínuo); e c) a **fábrica flexível** (ligada à progressiva saturação das normas tradicionais de consumo vigentes durante os anos 60 e 70).[2] É possível questionar parte da argumentação de Bihr, particularmente no que concerne às hipóteses da saturação das normas de consumo e da difusão do **poder** do capital, contudo, sua análise, além de outros méritos, ilustra efetivamente a tendência atualmente hegemônica de desconcentração produtiva articulada à precarização do estatuto reprodutivo do salariado industrial.

---

[1] Nas palavras de Antunes: "Uma dimensão essencial da crise sindical é que ele (o sindicato) não penetra nesse trabalho da economia informal, nesse subtrabalho, nesse trabalho precário, nesse trabalho terceirizado e hoje ele é parte importante da classe trabalhadora. Então é um desafio e quanto mais o sindicato se afasta destes contingentes, torna-se mais corporativista. Começa então a pensar em câmara setorial para defender o metalúrgico, mesmo que isso implique em diminuição de tributo do capital, que vai resultar em perda de saúde, escola, etc...Isto para dar um exemplo brasileiro; no cenário europeu isso é mais agudo ainda. O fosso entre operários estáveis e instáveis é muito intenso" (1996, p.137).

[2] Nas palavras do próprio Bihr: "A 'centralidade' da grande indústria não foi abolida, simplesmente ela se transforma . Ao invés de concentrar em um mesmo lugar o máximo de funções produtivas e gestionárias, o capital tende, hoje em dia, ao contrário a difundir produção e poder através de todo o espaço social. Cada fábrica difusa supõe sempre uma unidade central que coordena, planeja, organiza a produção de todo um conjunto de unidades periféricas, que podem chegar ao número de vários milhares. À concentração piramidal do poder, substitui-se o poder resultante da gestão fluida e flexível do conjunto" (1991, pp. 91-2).

Contemporaneamente, é bastante comum a externalização de partes consideráveis das funções produtivas integrada à desconcentração de grandes unidades fabris, a partir da descentralização da gestão e do desenvolvimento de redes de empresas subcontratadas (apesar da crescente concentração do capital financeiro). Obviamente, a externalização de parte da força de trabalho realiza-se em favorecimento do apelo por pessoal sujeito ao trabalho precário ou temporário. Definitivamente, não é preciso muita imaginação para deduzir o impacto devastador que tal processo acarretou para o grande sindicalismo corporativo do período no qual vigorava o projeto hegemônico social-democrata.

As tendências por maior centralização do poder sobre o processo de trabalho não se limitam somente às operações de execução. A automação na manutenção da manufatura, por exemplo, opera um duplo ganho para o capital: por um lado, a manutenção assume um caráter estratégico de apoio ao bom funcionamento dos fluxos do processo como um todo, e, por outro, as antigas atividades de manutenção têm seu conteúdo intelectual empobrecido, apesar de algumas vezes crescerem em importância dado o aumento da integração entre as operações produtivas.[1] Também o saber de ofício do operário de manutenção é afirmado não mais no chão-de-fábrica, e sim no escritório de planejamento, o qual processa e devolve este conjunto de conhecimentos práticos na forma de mediações materiais, tais como: luzes espia, painéis de controle, sirenes de aviso...[2]

---

[1] Apesar do conteúdo intelectual das tarefas envolvidas com a **manutenção,** assim como o trabalho imediato (cada vez mais simplificado e rotinizado em função da padronização e modularização dos equipamentos) estar sendo empobrecido com a difusão da automação, possibilitando o emprego de trabalhadores pouco qualificados para a função, estes mesmos trabalhadores requalificados e organizados em equipes de condução e manutenção de instalações automatizadas estão, em alguns casos, se tornando os verdadeiros responsáveis pelo funcionamento destas instalações . Ao que parece, quanto mais elevado o grau de automação da linha produtiva, maior a importância dos operários de manutenção, em detrimento de operadores, reguladores e controladores.

[2] "A regulagem de um motor pelo ruído, a avaliação visual de um estado de cocção por um cimenteiro ou siderúrgico, o 'golpe de vista' de um metalúrgico para verificar

Segundo o ponto de vista dos conteúdos de competência é possível dizer que uma nova interface entre os postos de operação e os de manutenção (conforme uma perspectiva preventiva e corretiva) está sendo definida a partir da difusão massificada da automação flexível. É preciso esclarecer, ainda, que estes novos sistemas programáveis introduzem e antecipam transformações decisivas no trabalho de manutenção, caso dos sistemas especialistas e da modularização dos equipamentos de base microeletrônica (ver, principalmente, Coriat, 1988 e Freyssenet, 1990).

Neste ponto, uma das questões mais polêmicas é saber se a nova tecnologia qualifica ou desqualifica o trabalhador. Na verdade, o que podemos perceber a partir de alguns estudos de caso que trataram desta questão é que o tempo necessário de formação para capacitar um trabalhador a operar a base técnica renovada diminui em relação ao tempo necessário para formação profissional de um operador tradicional da tecnologia eletromecânica (em muitos casos, o tempo de formação cai de 3 anos para 4 meses). Comparando as atividades desempenhadas por operadores de MFU's e MFCN, Tauile (1984) conclui que com a introdução da microeletrônica, um conjunto de itens de sequência de operação são eliminados ou muito simplificados. Tendo menos a decidir, um operador de MFCN necessita de menos qualificações caso comparado a um operador de MFU, tornando-se mais um monitor, ao invés de um participante ativo do processo de produção.[1]

---

um 'estado de superfície' são hoje substituídos pela leitura e pela interpretação de códigos e símbolos abstratos apresentados em visores. Entre a máquina-ferramenta e o trabalhador surge um outro tipo de máquina: a 'máquina informática', que dialoga com o operário encarregado não apenas da vigilância, mas do controle, da prevenção de avarias...Funções cerebrais mais abstratas são assim requisitadas: raciocínio, capacidade lógica, capacidade comunicativa..." (Lojkine, 1990, p.29).

[1] É interessante notar como essa tendência contemporânea expressa pelo progressivo afastamento da capacidade humana em intervir diretamente no processo produtivo, encontra-se próxima à "velha" intuição marxiana contida nos **Grundrisse.** Para Marx (1971), o desenvolvimento do capitalismo levaria este a uma maior dependência da ciência integrada ao capital do que do tempo de trabalho imediato aplicado à produção. No limite, o trabalho não apareceria mais tal como incluso no processo de produção e

Aparentemente, o empobrecimento dos conteúdos intelectuais das tarefas relacionadas à execução, principalmente, é uma constante em todos os setores produtivos. Também os preparadores tradicionais (aqueles que deveriam saber avaliar qual o momento mais oportuno para se trocar a ferramenta segundo um certo número de indícios) são desqualificados em instalações automatizadas, já que o momento de troca da ferramenta é decidido automaticamente pelo sistema. Para Freyssenet (1990), entre outros, a automação vincula-se intimamente ao empobrecimento dos conteúdos das tarefas, o que acarretaria um barateamento da força de trabalho, bem como um aumento do controle patronal sobre o trabalhador.

É bem verdade, que a desqualificação da força de trabalho nem sempre é acompanhada por uma queda salarial. Para o caso dos operadores de MFCN, quando comparados aos operadores de máquinas-ferramentas universais (MFU), por exemplo, a desqualificação veio acompanhado por uma maior remuneração[1] devida à confiança necessária à operação de um equipamento caro e estratégico. Também é possível dizer que a relativamente baixa rotatividade do trabalho, verificada em alguns casos, deve ser creditada ao aumento da demanda por confiança e não ao suposto incremento da formação profissional (cf., por exemplo, Tauile, 1983 e 1984; e Schmitz, 1985). A "barganha" das novas qualificações representa uma forma renovada de se obter o consentimento operário às transformações tecnológicas,

---

o homem passaria a se comportar como vigia e regulador desse processo. A esse respeito, ver Tosel (1995a).

[1] As práticas de resistência operária em relação à desqualificação dos saberes produtivos têm obrigado os agentes do capital a lançarem mão de um conjunto complexo de iniciativas que passam, obviamente, pela remuneração, mas também envolvem, por exemplo, a questão das carreiras e da titularidade no interior do meio operário. Sobre o conjunto complexo de contra-partidas e desenvolvimento de práticas cujo objetivo seria "engajar"o operariado ao projeto da empresa, assentando dessa maneira as bases para a construção de um renovado consentimento operário; ver, sobretudo, Coriat (1994). Pretendemos analisar, com maiores detalhes, esse ponto em seguida.

organizacionais e ocupacionais encerradas no processo de restauração das bases sociais e materiais do domínio patronal no "chão-de-fábrica".[1]

Com o desenvolvimento da microeletrônica, é necessário apontar também que o trabalho de programação é substancialmente simplificado, permitindo em alguns casos a sua execução por parte do próprio operador do equipamento. Note-se que o incremento do sistema de máquinas é acompanhado por uma simplificação tanto das tarefas ligadas à operação, quanto às ligadas à programação. Nesses termos, teríamos como complemento necessário à relativa homogeneização do trabalho, a materialização da inteligência produtiva cristalizada sob a forma social de capial fixo.

Esse conjunto de alterações em termos de maior multifuncionalidade e aumento do ritmo de extração da mais-valia, dado o incremento da integração de tarefas e a diminuição no tempo de giro do capital, determina um processo de mutação das qualificações exigidas ao conjunto do proletariado em questão. O operador do novo equipamento automatizado deve deter uma **maior capacidade de abstração** para acionar e controlar o sistema integrado de máquinas, ao mesmo tempo que são suprimidas antigas habilidades e saberes manuais[2]. Também o programador do novo equipamento, além de sustentar uma apurada formação técnica abstrata, deve estar habilitado

---

[1] Vale lembrar, aqui, a proximidade deste elemento com o chamado "five dolar's day" fordiano do início do século, ou seja, com o modo pelo qual a Ford articulou coerção e consentimento na obtenção da legitimação de seu projeto hegemônico (cf., sobretudo, Coriat e Zarifian, 1985, pp. 38-47).

[2] Neste momento, podemos observar a emergência e a consolidação tendencialmente hegemônica daquilo que alguns chamam de **trabalho imaterial**. Segundo a formulação de Vakaloulis: "A produção dita 'imaterial' torna-se, progressivamente, o objeto de um trabalho produtivo; (...) O próprio universo mental encontra-se intrinsecamente integrado a esse desenvolvimento do 'capital total', evolução tal que acaba por conduzir alguns a falarem em mutação 'antropológica'. (...) O capital torna-se tendencialmente omnipresente e já experimentamos, forçosamente, o conteúdo dessa tendência. Estamos todos e todas implicados no desdobramento de tal processo, e conduzido(a)s pela força das coisas e em graus distintos, a compor com isso que chamamos a **civilização capitalista**: o capital tornado omnipresente" (1994,pp.52 e 53).

a resolver problemas práticos das máquinas e, portanto, não pode mais se limitar às tarefas de programação.

Em relação ao desemprego massificado, por vezes estrutural, dependendo do setor produtivo, e suas causas, é difícil distinguir entre aquele resultado das políticas neoliberais de ajuste estrutural (as ofensivas anti-operárias) implementadas em consideráveis faixas do globo durante a década de 80 e início dos anos 90, e a parte que devemos creditar à tecnologia de caráter informacional. Seguramente a automação flexível ajuda a compor o quadro do aumento do desemprego estrutural e seus desdobramentos a nível da agudização das contradições sociais que tomam corpo nesse fim de século. Contudo, a nosso ver, o emprego da nova tecnologia parece subordinar-se a objetivos mais políticos, cuja finalidade estaria expressa na radical alteração da correlação de forças estabelecida entre as classes dominantes e as classes subalternas durante meados dos anos 50 até início da década de 70.

Apesar de termos presente que o **desemprego tecnológico** aumenta conforme a maior difusão da automação flexível e que a capacidade de "economizar" força de trabalho traduz-se em uma de suas principais características[1] é somente a partir da recomposição ou racionalização do trabalhador coletivo (para o capital, obviamente) que a problemática das novas tecnologias de informação torna-se mais inteligível. O processo é contraditório e não podemos nos esquecer que as tecnologias de automação flexível também tem o efeito de criar novos

[1] O emprego da tecnologia microeletrônica, apesar de não ter suprimido absolutamente um número considerável de postos de trabalho (variando de acordo com o setor produtivo), operou importantes tranformações sobre o caráter relativamente estável do trabalho durante o período no qual vigorou o projeto hegemônico social-democrata. Nas palavras de Cano: "O pior de seus efeitos negativos (das novas tecnologias) é a redução das necessidades de mão-de-obra 'direta' que, com a liquidação de antigas funções, tem engrossado a fileira dos desempregados a longo prazo (...), isto é, que procuram emprego há mais de 12 meses. Estes, ao final da década de 80, já perfaziam mais de 30% dos empregados na Grécia e na Austrália, mais de 40% no Reino Unido e na França, mais de 50% na Holanda e Portugal e entre 60% e 70% na Irlanda e Espanha. Procurando emprego há mais de seis meses, encontram-se entre 72% e 85% dos desempregados da Espanha, Holanda, Irlanda e Portugal" (1993, p.120).

empregos - é bem verdade que não na mesma proporção que os suprime -, por exemplo, nos setores de produção das novas tecnologias (bens de capital, componentes eletrônicos...), de vendas (instalações e operações) dos novos equipamentos, "softwares", e outros. Existem evidentes indícios de que, apesar das características "revolucionárias" da automação flexível, o efeito líquido de substituição de força de trabalho por máquinas talvez seja bem menos agudo do que aquele imaginado inicialmente (cf. estatísticas da OCDE citadas por Mandel, 1992). Certamente, mesmo em países imperialistas onde a difusão das novas tecnologias é muito intensa, tanto para a indústria quanto para os serviços, é necessário uma certa cautela ao se falar em altas taxas de desemprego causadas pela automação (cf. Schimitz, 1985).

Resumidamente, a difusão massificada da automação microeletrônica de caráter informacional tende a alterar a estrutura ocupacional da força de trabalho segundo o ponto de vista das atividades de concepção, preparação, execução e manutenção; altera também o conteúdo de competências, requerido pela atividade produtiva, apontando para a recomposição do trabalhador coletivo e para o surgimento de novas formas de cooperação, tais como, a relação entre operações de produção e de manutenção, desconcentração espacial...; diferencia os estatutos reprodutivos do salariado industrial na medida em que se articula com a precarização numérica e funcional da força de trabalho e desemprega permanentemente mão de obra (resultado, em última instância, das estratégias patronais de desvalorização e desutilização da força de trabalho).

Na verdade, podemos verificar no âmbito das relações na produção uma complexa estratégia de eliminação de empregos diretamente produtivos integrada à recomposição de tarefas aos níveis da manutenção, concepção, programação, pesquisa e desenvolvimento... Além, é claro, da reestruturação salarial (industrial, de serviços, terceirização...) definindo-se, desse modo, uma nova

fronteira entre indústrias e serviços e uma nova territorialidade a partir da difusão de renovadas modalidades de cooperação que fragmentam e recompõem o trabalhador coletivo.[1]

Articulada a este conjunto de mutações, o capitalismo assite, já a partir do início dos anos 70, simultaneamente, a: a) uma crescente internacionalização de mercados à base do incremento no volume global de importações e exportações para o interior de cada economia desenvolvida; e b) uma crescente internacionalização produtiva (sob iniciativa dos grandes grupos multinacionais que se re-localizam em regiões de baixos salários, baixa regulamentação trabalhista ou menos "agitadas" socialmente) através da possibilidade de se ter melhor acesso aos mercados, contornando, por exemplo, o protecionismo de certos Estados.[2]

Enquanto resultados mais presentes deste duplo processo de internacionalização do capital temos, por um lado, uma maior interpenetração e uma interdependência acrescida das diferentes economias centrais e, portanto, uma "nova" divisão internacional do trabalho: ao invés da divisão do trabalho fundada sobre a troca de matérias-primas por produtos manufaturados, verificamos um movimento de "relocalização" industrial impulsionado pelas

---

[1] Tal estratégia objetiva, também, reordenar os laços de cooperação materializados no trabalhador coletivo sob uma forma inter-institucional otimizada para o capital, além de redefinir "novos vetores" da conflitualidade capitalista cujos eixos encontrem-se centrados no desenvolvimento de relações mais individualizadas e informalizadas no que concerne às iniciativas próprias aos trabalhadores (como as lutas salariais, por exemplo).

[2] A automação flexível desempenhará um papel muito importante nesse processo na medida que tende a homogeneizar as condições de produção de mercadorias nos diversos países os quais passam a compor este mercado mundial, além de outras vantagens, já aludidas, em termos de aumento do controle patronal sobre os trabalhadores e o incremento da taxa de extração da mais-valia, tanto a relativa quanto a absoluta. Na verdade, se os desdobramentos do antigo "paradigma" produtivo taylor-fordiano subordinavam-se à lógica da busca por baixos salários, o "paradigma" emergente, orienta-se pela possibilidade de efetivar-se em regiões com baixa regulamentação trabalhista, ausência de tradições reivindicativas e onde a "memória" das lutas operárias não influencie a iniciativa por mobilização sindical, por exemplo. Em relação ao "apagamento" da memória operária no que concerne às estratégias de enfrentamento aos programas de modernização capitalista; ver, sobretudo, Shaiken (1990).

multinacionais tendendo a impor uma divisão marcada pela oposição entre indústrias ou serviços de ponta e indústrias clássicas de mão de obra ou de primeira transformação (Bihr, 1991).

Finalizando, é preciso dizer, contudo, que a atual divisão internacional do trabalho ao sujeitar-se a um processo que elimina hierarquias , recompõe as relações entre quadros técnicos e operários, complexificando a estrutura de postos e funções entre as diferentes unidades produtivas, encontra-se, sobretudo, determinada por elementos como a ausência de tradições reivindicativas, fraca articulação das políticas operárias e pouca cultura fabril. Tal processo aponta tendencialmente, sem dúvida, para a possibilidade de um brutal aprofundamento das divisões e segmentações no meio operário que sedimentem o "terreno" para o desenvolvimento de estratégias objetivando incorporar "molecularmente" sujeitos isolados e grupos inteiros da tendência antagonista, à racionalidade dominante, suas práticas, seus projetos, sua visão de mundo. Nessa perspectiva, o objetivo de tais iniciativas seria "quebrar" a "antiga" identidade de classe fundada em uma série de tradições combativas, recompondo-a sob novos patamares centrados no conformismo e no individualismo exacerbado. Obviamente, esse processo operou profundas alterações no conjunto das relações de produção e cunos traços mais gerais, tentamos apontar anteriormente.

V.2.B- Inovações Organizacionais e Identidades Operárias: Rumo ao Engajamento Participativo.

No âmbito das **inovações organizacionais,** é absolutamente flagrante a força que determinados princípios norteadores da intervenção patronal ao nível do chão-de-fábrica, passam, a partir de um dado momento, a encerrar. Parece-nos o caso do chamado "just-in-time", bem como o princípio da "auto-ativação" da produção, os dois

grandes pilares do método japonês de organização da produção, segundo a formulação do próprio Ohno (engenheiro de produção do grupo Toyota e um dos principais responsáveis pela emergência e consolidação do *'modo japonês'* de estruturar as relações industriais), interpretada por Coriat, em seu já conhecido livro **Pensar pelo Avesso** (Ed. Revan, Rio de Janeiro). Comecemos pelo tratamento sistemático desses dois pontos.

Para Coriat (1994), por trás do "just-in-time" encontra-se o princípio da "fábrica mínima", do "efetivo mínimo", do "estoque zero", cuja gerência seria organizada mediante a "administração pelo olhar".[1] A fábrica "japonesa" seria, assim, a fábrica reduzida às suas funções, equipamentos e efetivos estritamente necessários para a satisfação de uma demanda produtiva diária ou semanal. A "auto-ativação", por sua vez, implicaria num "novo" tipo de organização e especialização das oficinas acenando para uma **estratégia renovada de consumo da força de trabalho**. A idéia central de Coriat seria, partindo de um conjunto de contraposições envolvendo fordismo e toyotismo (ou ohnismo), chegar à melhor caracterização desse último. A via japonesa apontaria para um "novo" modo de organização da produção capitalista que instauraria mecanismos inéditos de ganhos de produtividade[2], através de "novos" modos de racionalização do trabalho. O toyotismo poderia, nesses termos, ser traduzido por um modo extremamente eficaz de racionalização do trabalho, tendo por **horizonte** de iniciativas a própria **empresa.**

O grande achado do sistema toyota teria sido o de conceber um processo de trabalho melhor adaptado aos mercados "voláteis",

---

[1] O objetivo da chamada "administração pelo olhar" seria o de atribuir visibilidade a todos os "excessos gordurosos" do processo produtivo, tornando possível à gerência, o exercício do **controle direto** sobre o trabalhador coletivo.

[2] Nesse sentido, o imperativo próprio ao "ohnismo", definidor de sua singularidade, portanto, seria exatamente o de: "(...) buscar origens e naturezas de ganhos de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escala e da padronização taylorista e fordista, isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados" (Coriat, 1994, p.32).

diferenciados ou variados (aqui, a proximidade com as teses da especialização flexível criticadas no segundo capítulo desse texto é evidente). Ou, nas palavras do próprio Ohno: "Fabricar a bom preço pequenas séries de numerosos modelos diferentes". Um sistema produtivo voltado para as séries restritas de produtos cada vez mais diferenciados teria, necessariamente, que buscar mecanismos **inéditos** de ganhos de produtividade.[1] Na verdade, o sistema Toyota busca responder de modo eficaz à seguinte dificuldade, de resto, típica de mercados estreitos: o que fazer para elevar a produtividade quando a demanda não aumenta?

O sistema Toyota buscaria ganhos de produtividade inéditos, fora dos recursos das economias de escala e da padronização tayforista-fordista, como já salientado, lançando mão da pequena série e da produção simultânea de produtos diferenciados e variados. A fábrica ohnista, além de "magra" seria também **transparente** e **flexível**, onde a "magreza" é garantida pela transparência assim como através da flexibilidade. As economias e os ganhos de produtividade são buscados (como se isso correspondesse a alguma novidade) no interior da empresa. O toyotismo, sempre conforme Coriat, constitui-se em um sistema de produção que conseguiu se adaptar "melhor" às condições particulares apresentadas pelo mercado interno japonês na década de 50 e, portanto, estaria apto a responder de uma forma mais "apropriada" às situações de busca de ganhos de produtividade na ausência do crescimento e de economias de escala. Esse é o ponto crucial para Coriat, qual seja, como conseguir ganhos de produtividade sem ampliar o volume da produção e, logo, sem poder se apoiar nos

[1] Aqui, novamente, teríamos uma ruptura em relação ao fordismo. Esse, para Coriat (1994), buscou ganhos de produtividades "extensivos", baseados na produção seriada de produtos padronizados e nas economias de escala. A fábrica fordista seria a "fábrica gorda" cuja "flexibilidade" encontra-se vinculada a esse excesso gorduroso e onde o "paradigma produtivo" encontra-se remetido à **busca por rapidez do operário individual em seu posto.** O fordismo seria, contrariamente ao toyotismo, um método de organização do trabalho melhor adequado às necessidades de um mercado em rápida expansão e que exigiria, pois, a produção seriada.

recursos, certamente importantes, mas nesse caso, inacessíveis, de exploração das economias de escala? O método Toyota deve, pois, adaptar a produção às vendas mediante a produção do estritamente necessário e no tempo "exato".

Nesse momento, vale dizer que Coriat (1994), em sua exposição do "espírito Toyota", observa de passagem, ao tratar do período que vai de 1947-1950, ou seja, o da importação para o setor automobilístico das inovações técnico-organizacionais herdadas da experiência têxtil (o princípio da autonomação, particularmente), que a "nova" organização do trabalho na Toyota não se deu sem antes uma intensa luta de resistência por parte do operariado qualificado japonês. Acontecimentos como a crise financeira do Japão no imediato pós-guerra e a própria **Guerra da Coréia** foram **fatores determinantes** do conjunto das soluções consideradas originais e inovadoras para Coriat. Durante esse período, a Toyota assiste a emergência de uma greve de grande importância, cujo fracasso resultou na demissão de 1600 operários.

As soluções encontradas pela Toyota, portanto, são um produto direto da **intransigência** do capital, primeiro em não ceder à ofensiva sindical contra a reestruturação e após demitir em massa os operários grevistas, em não voltar a contratá-los, mesmo diante do incremento da demanda engendrada pela **Guerra da Coréia**. Para os diretores da Toyota, tratava-se de suprir a oferta de produtos sem recorrer à admissão de novos operários. A autonomação, a reestruturação imposta pelo capital financeiro (com importante redução de pessoal e a adaptação da produção às vendas), o método kan-ban (técnica de gestão de estoques inspirada no exemplo dos supermercados norte-americanos), constituíram-se em soluções capitalistas às condições concretas da luta de classes, isto é, em formas de enfrentar a historicidade japonesa das décadas de 50 e 60.

Sob o impacto do acirramento do processo de luta de classes, a Toyota promoveu avanços e inovações em matéria de organização da

produção que objetivaram incrementar a taxa de lucros através da recomposição social e material da condição de subalternidade das classes trabalhadoras. Essa questão demanda ser melhor esclarecida. Em primeiro lugar, é possível dizer que Coriat apreende o toyotismo segundo o ponto de vista das determinações da **lógica de mercado**, e não, obviamente, conforme os determinantes da restauração das bases do domínio do capital em crise, dada uma historicidade marcada pelo acirramento do processo de luta de classes a nível mundial. Contudo, o método Toyota visaria, apenas, a busca incessante por novos ganhos de produtividade frente às limitações impostas por um mercado restrito? Na verdade, o toyotismo emerge e desenvolve-se no interior de um quadro marcado por uma acirrada luta de classes que determina a resposta do capital em termos de quebra do poder operário no interior da produção, de-construção/reconstrução do sindicalismo japonês e incremento do controle sobre o trabalhador coletivo.

Apesar de opor-se à determinação da luta de classes, Coriat possui o mérito de apresentar as vísceras do toyotismo, o caráter de **racionalização do trabalho** levado às últimas consequências, da **busca do consentimento operário** às custas do incremento das fraturas da classe e de seu intrínseco poder de **manipulação da identidade operária**, mediante contrapartidas sutis e essenciais, necessárias à produção just-in-time e à autonomação.

De fato, o princípio da *autonomação*, ou seja, autonomia somada à automação, encerra um significado de desespecialização do saber operário. Coriat tem razão ao afirmar que:

> "Este movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados, para transformá-los em trabalhadores multifuncionais, é de fato um movimento de racionalização do trabalho no sentido clássico do termo. Trata-se aqui, também - como na via taylorista norte-americana -, de atacar o saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes

> sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho. E os operários qualificados viveram este movimento de desespecialização como sendo um ataque ao seu exercício profissional e ao poder de negociação que este mesmo exercício autorizava. Através de diversos meios, entre os quais, é claro, a greve, eles se opuseram a este movimento" (1994, p.53).

Dessa maneira, desespecialização e intensificação do trabalho caminham paralelamente, constituindo dois momentos necessários de um mesmo e único processo. O núcleo da racionalização produtiva, para Coriat, não consiste, contudo, na intensificação do trabalho através dos tempos impostos, mas sim, mediante a desespecialização e o "tempo partilhado" (cf., para maiores detalhes, 1994, pp.54 e ss.).

Por outro lado, temos o método do **just-in-time**, cujo princípio traduz-se no trabalhador do posto de trabalho posterior abastecer-se, sempre que necessário, de peças no posto de trabalho anterior. O lançamento da fabricação no posto anterior só se faz para realimentar a seção em produtos realizados. Como consequências temos, a descentralização de uma parte das tarefas do processo de controle de fabricação efetuadas pelo departamento de métodos e a integração das tarefas de controle da qualidade dos produtos na própria fabricação. A "chave" do método consiste em estabelecer paralelamente aos fluxos reais da produção um fluxo de informação invertido, caminhando no sentido dos postos finais aos postos iniciais da cadeia produtiva.[1]

Coriat informa-nos, finalmente, uma última inovação organizacional, denominada "linearização das fabricações", e que objetivaria, no fundamental, possibilitar uma redução no número de

[1] "(...) O método (just-in-time) se traduz na execução de princípios de desespecialização não somente do trabalho operário porém, mais globalmente ainda do trabalho 'geral' da empresa. Reassociando no inerior da oficina tarefas (de execução, de programação ou de controle de qualidade...) antes sistematicamente separadas pelo taylorismo, o kan-ban contribui para a instauração, no interior da oficina, da constituição (...) de uma função geral de fabricação cuja característica central é a de reagregar tarefas que, segundo as recomendações tayloristas, são cuidadosa e sistematicamente separadas" (Coriat, 1994, p.58).

trabalhadores empregados no caso de queda da demanda. Segundo essa inovação, o operário não deve limitar-se a seu posto, ou a uma máquina, e sim "cooperar informalmente" com os demais operários. Para que isso ocorra, é preciso romper com o encadeamento de tarefas característico do taylorismo, passando a um sistema de linearização produtiva onde as "entradas" e as "saídas" da linha estejam posicionadas frente a frente, ou em forma de "U". A linearização da produção e o sistema de tempos partilhados, quer dizer, transgressíveis pelo grupo de trabalhadores encarregado de um dado conjunto de tarefas, só é possível quando fundado na desespecialização do uso da força de trabalho (cf., para maiores detalhes, 1994, pp.60-7).

A experiência japonesa contempla também outros mecanismos que articulados às inovações como o **just-in-time** e a autonomação, responderiam pela eficácia de conjunto do sistema. Para Coriat (1994), o **jogo de compromissos**, explicitamente negociados ou não, estabelecidos entre os trabalhadores e o patronato asseguraria a "regulação" tanto da empresa quanto da economia. A constituição de mercados internos de trabalho no interior das grandes empresas traduz-se em outro desses mecanismos-chave da regulação, desempenhando um papel central em toda a construção sistêmica. Sinteticamente, o conjunto das relações industriais japonesas repousaria sobre, ao menos, três pilares, quais sejam, o emprego vitalício, o salário por antiguidade e o sindicalismo de empresa.

O salário por antiguidade objetivaria valorizar o tempo que o operário permanece na empresa. Por conta disso, a estrutura remunerativa, bônus e gratificações, constitui-se em uma determinada contrapartida não negociada (coletivamente, dado a relação ser individualizada) concedida pelo patronato em troca do "engajamento" do operário ao plano do capital. Também os mercados internos associados aos empregos estáveis e à qualidade do trabalho, favoreceriam o

"engajamento estimulado" do trabalhador aos horizontes delimitados pelo projeto que sustenta a racionalidade da empresa.[1]

A prática dos mercados internos deve fundamentar-se sobre o terreno da contínua liberação de novos postos assegurada pelo crescimento econômico acelerado e a aposentadoria compulsória relativamente precoce se comparada aos padrões ocidentais. Os mercados internos constituem-se também na forma tradicional de aquisição do "saber-fazer" do trabalhador na empresa. Nesse sentido, a prática de revezamento de operários em funções relativamente homogêneas, traduz-se no ponto-chave da ofensiva do capital frente às resistências impostas pelo trabalho qualificado. A questão mais importante a ser solucionada pelo sistema de relações industriais permanece sendo a construção do consenso no chão-de-fábrica mediante a conquista da adesão/engajamento operário, bem como o desencorajamento de qualquer tipo de prática de resistência.

É necessário dizer, contudo, que este conjunto de mecanismos citados por Coriat (1994) enquanto responsáveis pela eficácia da "regulação" de conjunto só é válido, em linhas gerais, para as grandes firmas, que representam pouco mais de 25% da força de trabalho na ativa. Isto equivale a dizer que somente uma diminuta - mas não desprezível, obviamente - parcela dos trabalhadores japoneses beneficia-se das contrapartidas próprias às relações industriais radicalmente individualizadas. Coriat, por exemplo, não se preocupa em analisar o quanto o trabalho imigrante subremunerado responde pela produtividade sistêmica "à japonesa". Ou mesmo em que medida o jogo de compromissos e contrapartidas afetam ou não as empresas subcontratadas. De fato, é bem sabido que as grandes empresas utilizam as subcontratadas como "amortecedoras", fazendo recair sobre

[1] "A condição de existência a longo prazo dos mercados internos é que postos de nível superior sejam incessantemente 'liberados', para permitir a mobilidade ascendente dos operários e dos empregados que tiverem tido o benefício da experiência e da formação" (Coriat, 1994, p.98).

essas os efeitos das flutuações cíclicas. Se tomarmos o exemplo, citado pelo próprio Coriat (1994, p.120), de que a Toyota faz fabricar no exterior da empresa principal perto de 73,5% do valor total dos veículos vendidos, podemos fazer um idéia do quanto da força de trabalho japonesa não se beneficia com a "virtuosidade" engendrada pela combinação do sálario por antiguidade à prática dos mercados internos.[1]

A construção do consentimento operário ao projeto da empresa toma outras feições para o caso das subcontratadas. O sistema de subcontratação como um todo, da maneira que podemos percebê-lo, permite reduzir investimentos em capital fixo por parte das grandes empresas, reduzir custos de abastecimento em peças elementares e componentes de todo o tipo, assim como aproveitar a diferença do nível salarial entre as grandes e empresas subcontratadas. Enquanto característica própria à relação de subcontratação segundo o sistema japonês, temos que a duração do contrato encontra-se intimamente vinculada ao ciclo de fabricação dos produtos. A empresa contratante, por sua vez, desenvolve relações diferenciadas com as subcontratadas, classificando-as de ordinárias à excelentes, até chegar às empresas associadas. Obviamente, esta é uma maneira eficaz de pressionar as empresas subcontratadas no sentido de um serviço sempre otimizado.[2]

O sistema de relações industriais "à japonesa" fomenta um maior grau de informalidade nas relações capital-trabalho, uma maior incerteza nos níveis e graus particulares de controle hierárquico e estímulos, uma maior eficiência dado o universo de incertezas contendo

---

[1] A pretensa virtuosidade dos sistema japonês de relações industriais é resumido dessa forma por Coriat: "Os investimentos em recursos humanos garantem um alto nível de polivalência e de plurifuncionalidade dos assalariados, os quais tornam possível a eficácia das inovações organizacionais; por sua vez, estas últimas permitem liberar ganhos de produtividade tais que permitem realimentar os investimentos em recursos humanos..."(1994, p.104).

[2] "(...) A inovação contratual praticada na relação de subcontratação japonesa permite extrair as vantagens tradicionais da integração econômica e ainda descentralizando a produção em níveis nunca igualados por outros construtores internacionais" (Coriat, 1994, p.120).

os riscos inerentes à existência de contratos incompletos (precarização do trabalho), uma maior resistência às flutuações cíclicas e às crises:

> "(...) O ponto-chave da firma ohnista é que - em conformidade com a natureza atual dos mercados: incertos e diferenciados - é assegurado o movimento em direção a métodos de programação de encomendas e da fabricação do primado dos mercados e dos imperativos da comercialização" (Coriat, 1994, p.157).[1]

A implementação da "ortodoxia japonesa" articula, necessariamente, ataques diretos contra direitos contratualizados à renovação dos métodos de controle patronal sobre o trabalhador. Talvez esses elementos ajudem a explicar o fato de existir uma verdadeira ofensiva internacional pela adoção das práticas japonesas de gestão do trabalho e controle dos processos produtivos. Na verdade, tais práticas correspondem à fase contemporânea do capitalismo oligopolista em crise, encerrando um renovado modo de extração do sobretrabalho e mobilização do consentimento operário melhor afinado à fase ultra-reacionária da restauração do princípio de universalidade do imperialismo e suas estruturas transnacionais de poder. Ou, nas palavras de Alves:

> "O toyotismo é um dos momentos importantes do processo de **subsunção real** do trabalho ao capital sob o capitalismo tardio em crise. O avanço do complexo inovativo do capital, que atinge as grandes empresas, num cenário de competitividade global sob a regência de políticas neoliberais, pode ser caracterizado ainda como uma ofensiva do capital na produção. (...) A crise do capital tende a tornar adequado, para as condições novas da acumulação capitalista mundial, o 'modelo' japonês. Deste modo, as condições sócio-históricas onde nasceu o toyotismo, um capitalismo de escassez, de mercado restrito, moldaram-no como um conjunto

[1] Na verdade, as inovações organizacionais e institucionais características do Japão, encontram-se remetidas à firma tomada individualmente, sendo prolongada às relações interfirmas (empresa principal, fornecedoras e subcontratadas). A reprodução de conjunto do sistema tende a prescindir da intervenção direta do Estado.

> de princípios adequados para o período do capitalismo em crise. Mais do que uma simples escolha ideológica, a adoção do paradigma toyotista é uma necessidade objetiva da lei da acumulação do capital nas condições vigentes sob o capitalismo tardio em crise" (1996, p.28).

Do conjunto dos elementos elencados anteriormente para uma melhor caracterização do sistema de inovações organizacionais originário do Japão mas, contemporaneamente, difundido por quase todo o mundo industrializado, faz-se agora necessário apontar claramente - e, nessa perspectiva, de modo oposto à argumentação de fundo de Coriat - qual seu objetivo fundamental. A nosso ver, os vários dispositivos participativos apontados até o momento, quer seja o princípio da auto-ativação, o método **just-in-time**, a estratégia da qualidade total, os mercados internos de trabalho ou o princípio da autonomação da produção; consubstanciam uma determinada iniciativa por parte do capital em responder objetiva e subjetivamente aos imperativos da passivização social ao nível das forças produtivas. No âmbito das relações **na** produção, a idéia diretriz constitui-se em superar um passado (não tão longínquo, como querem alguns) marcado por um acirrado processo de enfrentamento classista, no qual as empresas estruturavam-se, cristalinamente, em dois campos distintos e antagônicos: os executores, de um lado, e os gestores, de outro.

Analisando o processo de implementação das inovações organizacionais de caráter participativo na França, Linhart dirá:

> " As empresas francesas caracterizam-se atualmente por um importante **dispositivo participativo**: os múltiplos círculos de controle de qualidade, grupos de intercâmbio e de progressos, grupos **ad hoc**, reforçados por numerosos grupos de expressão direta e coletiva instituídos pelo 'legislador socialista', respondendo a determinadas necessidades profissionais por melhoria de procedimentos do trabalho; mas eles têm, igualmente, por vocação, destilar na empresa um filosofia de relações

> sociais mais consensuais; ele **objetiva,** em outras palavras, **desenvolver uma iniciativa de pacificação social**. As tentativas de mobilização dos assalariados em torno da definição da identidade, dos objetivos e do **projeto de sua empresa** encontram-se lá para desenvolver esta que, de agora em diante, convencionou-se chamar a **cultura da empresa**, ou seja, **um sistema de valores e representações partilhado por todos os seus membros**" (1995, p.98; grifos nossos).

A verdade é que tal multiplicidade de iniciativas por parte do patronato busca assentar as bases de um renovado consentimento necessário ao projeto de uma " nova cultura empresarial" . As inovações organizacionais acima referidas, nesse sentido, conferem suporte à emergência da " nova empresa" caracterizada, sobretudo, por seus supostos valores coletivos remetidos aos apelos pela consolidação de uma verdadeira " comunidade" , onde não existam interesses **antagônicos,** mas sim **solidários**. Os "novos coletivos" devem, a pretexto de buscar tal ideal, subordinarem-se radicalmente aos valores dominantes **da empresa**, ou seja, integrarem-se ao reconhecimento e aceitação dos imperativos e da maneira escolhida **pela empresa** para responder aos problemas produtivos:

> "Os grupos participativos objetivam homogeneizar as linguagens profissionais (...), mas, igualmente, resolver problemas organizacionais imediatos, elevar a produtividade, a qualidade, minimizar as confusões; os grupos de produção instituem oficialmente a interdependência ou complementaridade entre os assalariados realizando tarefas similares, permitindo gerenciar formalmente o equilíbrio dos ritmos de trabalho e facilitar o enquadramento dos elementos produtivos. Esses novos coletivos criados pelas empresas em vias de modernização, são bem diferentes dos antigos coletivos aos quais eles substituem. E é a partir dessa diferença, que se torna possível medir a amplitude do trabalho de remodelagem das mentalidades e

comportamentos aos quais se entregam as direções" (Linhart, 1995, p.99).

A recomposição do trabalhador coletivo engendrada por tais estratégias gerenciais subordina-se, pois, a um projeto "oferecido" pelas direções das empresas. A manipulação da identidade de classe, para esses casos, passa a ser mais sofisticada, assentando-se sobre o terreno da individualização das relações industriais. Parte importante das políticas de gerenciamento dos trabalhadores concerne precisamente sobre esse aspecto, isto é, a individualização das relações envolvendo os assalariados, com o estabelecimento de modalidades particulares de definições de metas para cada trabalhador e avaliação individual de suas performances. Existem casos onde a negociação salarial, por exemplo, é feita com base em situações tão singulares que o indivíduo-trabalhador é confrontado diretamente com toda a hierarquia gerencial. As carreiras também passam a ser estritamente individualizadas, assim como as políticas de polivalência e mobilidade também caminham para a fragmentação extrema do trabalhador coletivo.[1]

A orientação fundamentalmente "hegemônica" das inovadoras estratégias patronais de mobilização do consenso operário no âmbito fabril radica, exatamente, na quase total perda de direito, por parte dos trabalhadores, ao distanciamento da norma prescrita, da "cultura dominante" **na** e **da** empresa. Uma perda que também encontra-se remetida ao antigo embasamento ideológico e identidades classistas, outrora vigentes no período das grandes lutas sociais e **enfrentamentos explícitos**, de meados da década de 60 e início dos 70. O "apagamento" dessa memória das lutas operárias, bem como o conjunto das mutações acima aludidas no âmbito da produção material,

[1] Nas palavras de Linhart: "Para que esses coletivos possam assumir seu conteúdo, é necessário, pois, que os assalariados deles participem enquanto indivíduos, desembaraçados de toda influência crítica a respeito da ordem e da racionalidade da empresa; é necessário que os assalariados invistam nos coletivos, confundindo seus interesses aos da própria empresa" (1995, p.102).

desemboca, necessariamente, numa **crise das formas institucionais de organização das classes subalternas.** Tentaremos indicar a partir de agora, alguns contornos dessa crise de representação das classes trabalhadoras no que concerne particularmente à sua dimensão **sindical.**

V.3 - Transformismo e Reestruturação Produtiva: Breves Contornos da Crise Sindical.

A década de 80 presenciou, em países imperialistas, mas com evidentes impactos sobre os países subalternizados, a mais aguda crise do movimento sindical que se tem notícia, desde o aparecimento das **Trade Unions** inglesas no início do século passado. Produto da articulação da ofensiva anti-operária na produção, da crise de direção intelectual e moral do chamado campo "de esquerda", das ofensivas patronais pela desregulamentação do mercado de trabalho, da crise da estratégia "welfare" do Estado burguês, enfim, do conjunto das alterações das formas de organização da vida estatal; a crise do movimento sindical questiona, na raiz, o burocratismo e o reformismo encarnados nas iniciativas dos trabalhadores sindicalizados, desenvolvidas ao longo das décadas de 60 e 70, período no qual vigorou o chamado projeto hegemônico social-democrata. A ofensiva do capital objetivando conferir sentido e direção a sua crise orgânica, ofensiva essa que compreende múltiplas formas de manifestação tais como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva em curso, traduz-se, associado a própria incapacidade do sindicalismo em "ousar" construir um projeto autônomo de caráter emancipador e classista, nos verdadeiros fundamentos da crise sindical.

Tal crise do movimento operário pode, de fato, ser apreendida de muitas maneiras. Talvez sua componente mais evidente esteja encerrada na tendência de diminuição das taxas de sindicalização

durante os anos 80. A esse respeito, Antunes citanto estudo empreendido por J. Visser, indica que:

> "(...) Entre 1980/1990, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, isto é, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada, tem decrescido. A Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se àqueles três países acima citados, as taxas seriam ainda menores" (1995, p.61).[1]

Nos EUA, por exemplo, a parcela da economia nacional na qual os sindicatos apresentam algum tipo de participação tornou-se praticamente uma exceção se comparada ao contingente de trabalhadores não-sindicalizados. O incremento do setor de serviços, a generalização do assalariamento feminino e imigrante ou de minorias, sem maiores afinidades com a intervenção sindical e sua estrutura marcadamente branca e masculinizada, além do fato das indústrias microeletrônicas e/ou de "vanguarda" estabelecerem-se preferencialmente no Sul sem tradição sindical; talvez ajudem a explicar o declínio do poder sindical norte-americano. Contudo, vale lembrar que:

> "Um papel de grande importância coube certamente à falta de atração por parte dos sindicatos que se entendiam exclusivamente como máquinas de negociação à cata de mais salários, redução de jornada de trabalho e melhores condições de trabalho, sem perseguir objetivos mais elevados, como o de uma sociedade mais solidária: para o indivíduo, reduz-se a colaboração num sindicato desta natureza a um mero cálculo de custo/benefício" (Däubler, 1994, p.26).

Nos marcos de tal historicidade, não é difícil perceber que, contemporaneamente, o sindicalismo à nivel internacional apresenta

[1] Outro indicador comprovando o fato de que os sindicatos vêm progressivamente perdendo seus espaço de intervenção social nos é dado por Däubler: "Enquanto em meados dos anos 50 ainda eram protegidos por contratos coletivos cerca de 40% dos empregados fora do serviço público, no início dos anos noventa, essa proporção caiu para menos de 15%" (1994, p.25).

sérias dificuldades em estar incorporando à sua estrutura, as demandas advindas com a emergência do assalariamento feminino, de escritórios, bancos, seguradoras, serviços mercantis, o assalariamento em pequenas empresas e, evidentemente, os trabalhadores precarizados e da chamada "economia informal"[1]. Antunes (1995) chega mesmo a apontar, de forma sintética, algumas tendências da crise do movimento sindical e que estaria envolvendo, entre outros fatores, uma crescente individualização das relações de trabalho, um movimento progressivo no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho, o efetivo esgotamento daquilo que poderíamos designar por sindicalismo participativo, uma tendência crescente de burocratização dos sindicatos, assim como, o apelo ao individualismo exacerbado por parte de algumas ações sindicais (cf., para maiores detalhes, pp.65-67).

A Europa Ocidental, por sua vez, assistiu, durante a última década, a redução do papel político dos sindicatos, sobretudo através do redimensionamento e, em muitos casos, eliminação das instituições trilaterais próprias ao compromisso social-democrata de crescimento com relativa distribuição de riqueza. Em países como Holanda, Dinamarca e Bélgica, podemos verificar uma inflexão decisiva na influência em acordos de política econômica e social e, na maior parte do continente, o sindicalismo encontra-se sujeito a violentos ataques por parte de importantes forças políticas. Na Espanha, os sindicatos passaram de sujeitos políticos à condição de meros espectadores dos debates nacionais (cf., para maiores detalhes, dados citados por Baglioni, 1994).O forte declínio da ocupação industrial e,

[1] "Trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, os imigrantes, os empregados em tempo parcial ou por tempo determinado, as mulheres, os jovens, etc., parecem compor um quadro diverso que acaba por dificultar um aumento das taxas de sindicalização . As mulheres, por exemplo, participam com mais intensidade do mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial, temporário etc..Isso talvez **ajude** a entender as reduzidas taxas de sindicalização no universo feminino. Em relação às reduzidas taxas de sindicalização dos trabalhadores mais jovens, lembra ainda Visser que é difícil afirmar se elas exprimem um fenômeno temporário ou o prenúncio de uma nova tendência entre os trabalhadores" (Antunes, 1995, pp.62-3).

especificamente, do operário especializado profissional, mas também de outros setores, em geral associado à emergência e consolidação de várias pequenas empresas utilizando força de trabalho precária, indica, novamente, uma possível explicação para o quadro um tanto desalentador no qual o sindicalismo europeu encontra-se imerso.

Em comparação com o período anterior, a década de 80 aponta para uma aguda inflexão do reconhecimento e legitimação das representações sindicais. Este cenário pode ser substancialmente confirmado em países com forte e arraigada tradição sindical com o a Suécia e a Itália, mas também na Espanha, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Alemanha e Inglaterra, enfim, em quase todo o continente europeu ocidental. [1] Não é de se espantar, portanto, que a negociação coletiva de contratos e salários em âmbito nacional envolvendo os sindicatos e o patronato seja duramente afetada pelo movimento generalizado do capital em direção à descentralização das relações industriais.[2] De fato, o desenvolvimento de negociações em níveis absolutamente descentralizados, articulado à ofensiva das estratégias patronais de participação com envolvimento sindical, assim como a presença crescente de estratégias patronais de "engajamento estimulado" (a expressão é de Coriat, 1994) dos trabalhadores **contra** o sindicato, são elementos que marcam o momento presente e auxiliam no delineamento dos contornos da crise do sindicalismo.

Em decorrência do conjunto desses fatores somados a outros que tentaremos indicar em seguida, o movimento grevista europeu

---

[1] Além disso, é possível ainda observar: "(...) uma presença bem menor das práticas e institutos de articulação. Estes, com exceção do seu começo em Portugal, parecem mais difíceis ou menos eficazes ou menos explicitamente reconhecidos na Suécia, França, Espanha e Itália, enquanto são pesadamente reduzidos na Bélgica, na Alemanha, na Dinamarca e na Holanda e totalmente ultrapassados na Grã-Bretanha" (Baglioni, 1994, p.89).

[2] "Os processos de contratação coletiva baseados em negociações e acordos descentralizados, principalmente em nível de empresa, constituem o aspecto dominante do período e, portanto, conseguem uma relevância expressivamente superior à do passado" (Baglioni, 1994, p.90).

registra um substancial declínio, em muitos casos já a partir da segunda metade dos anos70:

> "Esse declínio ocorre praticamente em todos os países europeus considerados (Europa Ocidental), e também nas duas grandes potências industriais extra-européias, Estados Unidos e Japão. A dimensão do declínio pode ser diferente em relação à situação tradicional de cada país, porém, no período mediano (praticamente a partir de 1975), não parecem se anular as diferenças entre contextos na conflituosidade normalmente elevada (Grã-Bretanha e Itália), de conflituosidade baixa (Suécia, Holanda e Alemanha) e de média conflituosidade (França e Dinamarca)" (Baglioni, 1994, p.72).

A experiência histórica japonesa demonstra, entre outras coisas, as alterações estruturais pelas quais atravessam os sindicatos na atualidade. Segundo a análise empreendida por Coriat (1994), o sindicalismo japonês apresentaria como principais características: a)ser um **sindicalismo de empresa** no sentido de que a empresa transforma-se no horizonte da ação sindical e das estratégias reivindicativas. A sindicalização é automática e os sindicatos coletam as cotizações obrigatórias dos trabalhadores; b) o sindicato é **integrado** conforme o princípio de que a própria burocracia sindical passa a ser constituída paralelamente à burocracia empresarial: "Em muitos casos, a passagem pelo sindicato é uma condição para ascender a funções de responsabilidade - e notadamente em matéria de gestão do pessoal - na própria empresa" (Coriat, 1994, p.86); e c) é um sindicalismo **corporativo** em que as reivindicações sindicais incorporam os limites da rentabilidade enfrentados pelo patronato: "É frequente, hoje em dia, que direção e sindicato se engagem em uma mesma **declaração de cooperação**, uma espécie de carta de comportamento que liga os parceiros" (idem, ibidem).

O sistema sindical "à japonesa" só emergiu e consolidou-se após um acirrado processo de luta de classes durante os anos 50 e 60,

e que culminou com a liquidação do outrora sindicalismo industrial e combativo:

> "Logo após a Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo japonês experimentou um crescimento extraordinário; decorridos de dois a três anos, mais de 50% de todos os empregados estavam sindicalizados (...). Naquele tempo predominava o princípio da categoria industrial. Nos anos 50 e no início dos anos 60 eram muito acirradas as disputas entre sindicatos e empregadores, em virtude principalmente da orientação sindical da época que, seguindo a tradição mexicana, visava a uma transformação profunda de toda a sociedade" (Däubler, 1994, p.34).

Contudo, tal situação começa a ser alterada já em meados da década de 50, após a derrota histórica do sindicalismo combativo na greve de 1952 dos trabalhadores da Toyota. Já em 1953, é possível admitir que o movimento combativo desse setor produtivo, o automobilístico, foi essencialmente destruído e obrigado a alterar seus estatutos, estruturas e práticas reivindicativas. Desde então, praticamente as greves foram varridas da empresa Toyota e, posteriormente, com a generalização do "sindicato-casa", de quase todo o Japão:

> "O sindicalismo de 'indústria', marcado por uma tradição e uma vontade de enfrentamento aberto com os empregados e seus representantes, ao conhecer **grandes derrotas**, teve que aceitar sua transformação em sindicalismo de 'empresa', ao mesmo tempo em que foi obrigado a passar de práticas de enfrentamento a formas cada vez mais marcadas pelo acordo, e até mesmo pela cooperação com os representantes dos interesses do capital" (Coriat, 1994, p.85).

Resumidamente, podemos dizer que a contra-ofensiva e a intransigência patronal articulada com alguns benefícios aos trabalhadores, como o princípio do emprego vitalício, por exemplo (princípio esse que, vale dizer, encontra-se **seriamente questionado** no

Japão de nossos dias), em resposta ao acirramento da luta de classes no pós-guerra, impôs um tipo de sindicato ativamente integrado às exigências patronais:

> "Em muitas fábricas e empresas (japonesas) existem **conselhos consultivos**, nos quais os representantes dos empregados trocam idéias com os diretores. Um levantamento do Ministério do Trabalho japonês mostrou que o número de instituições desse tipo é duas vezes maior em empresas com sindicatos do que em empresas sem sindicato. Em mais ou menos metade dos casos, sua criação se baseia no contrato coletivo; nos outros casos trata-se de acordos informais ou de iniciativas da própria direção das empresas" (Däubler, 1994, p.35).[1]

O exemplo da experiência do sindicalismo de empresa japonês, exemplo esse que pode ser verificado em muitos outros países até por compor o quadro da descentralização produtiva e individualização das relações industriais hoje dominantes, encarna um aspecto essencial do movimento de restauração das bases do domínio do capitalismo oligopolista em crise, qual seja, a renovada estratégia do **transformismo**. Como já dito anteriormente (cf. Capítulo IV desse documento), o transformismo corresponde ao modo de ação política próprio à reprodução do domínio classista, para o caso de uma classe dominante debilitada e que deve responder à "intervenção consciente" das massas no terreno da história. A estratégia transformista objetiva a incorporação "molecular", através da direção da classe dominante, de intelectuais isolados e grupos inteiros de radicais da tendência antagonista.

Nesses termos, o sindicalismo combativo dos anos 60, assim como os trabalhadores radicalizados do início dos 70, devem ser integrados ao discurso e à prática, enfim, ao projeto dos dominantes. Tal

[1] Vale a pena lembrar que o conjunto dos itens discutidos nesses conselhos, em sua esmagadora maioria, encontram-se sempre remetidos à questões relacionadas com a política empresarial.

incorporação ou engajamento "molecular" não se realiza de um instante para outro e sem contradição. Talvez seja preciso muitos anos de luta político-ideológica acirrada para que as posições dos dominantes sejam consolidadas.[1]Contudo, o caráter eminentemente defensivo dos sindicatos, bem como seu estado atual radicalmente econômico-corporativo, integrado aos horizontes impostos pelo capital, parece indicar que a estratégia de **assimilação da tendência antagonista** tem conquistado efetivas vitórias.

De fato, por vezes é difícil distinguir o discurso de um agente do capital, um gerente, por exemplo, do de um diretor de sindicato.Vejamos um exemplo...Cappelani, ex-gerente de recursos humanos da Fiat italiana, ao comentar as relações entre o sindicalismo e o avanço da automação microeletrônica, inicia tecendo considerações a respeito do quadro histórico no qual foram surgindo as iniciativas patronais pela implementação da **fábrica automatizada**, particularmente as novíssimas plantas industriais de Cassino e Termoli:

> "Depois dos anos 68 e 69, que no mundo todo foram anos bastante tumultuados, a Itália encontrou dez anos de agitação e violência, tanto nas fábricas quanto nas universidades. Naqueles anos, muitos foram os 'mestres ruins', intelectuais, professores, políticos e possivelmente diretores de sindicatos que, tendo uma matriz cultural marxista ou católica-integralista, falavam contra o capitalismo e as empresas, preparavam e participavam algumas vezes de uma verdadeira guerra civil. Vocês certamente já ouviram falar das Brigadas Vermelhas, do poder operário, da autonomia, das dezenas de gerentes de indústrias, funcionários do

[1] Vejamos, a propósito de ilustração, uma parte da fala do sindicalista italiano Sérgio Canavero: "O acordo com a direção da Fiat, onde foi assinado o abandono definitivo da velha linha conflitual, e o início do modelo participativo, é de 1988. Naquela ocasião, a confederação metalúrgica se partiu. De uma parte, a maioria que fez e firmou o entendimento. Da outra, a minoria mais ideológica, de área marxista, que não aderiu. Foram meses de forte polêmica no sindicato, e entre os trabalhadores, mas após menos de dois anos, também a minoria se deu conta de que **a estrada da participação era obrigatória**, e aderiram ao acordo. Após aquele intenso nevoeiro, apesar da grande imposição conseguiram a unificação de todo o sindicato. Esta unidade recuperada no sindicato, é naturalmente positiva e muito útil par os trabalhadores" (1991, p.62).

> Estado. políticos democráticos que foram sequestrados, feridos e mortos. Também as fábricas da Fiat ficaram num clima de medo, de greve, de violência; tudo parecia errado, sem esperança, sem saída. Como fazer uma produção sem interrupções, com uma qualidade constante, **como ajudar os operários e os técnicos a sairem dessa situação louca e desesperada, tornando-se amantes do trabalho,** construindo um desenvolvimento industrial que podia dar a todos dignidade e prosperidade?" (1991, pp.50-1).

A resposta, obviamente, veio sob a forma da fábrica automatizada, mas isso não interessa tanto no momento. Acompanhemos agora a lógica do discurso de Canavero, diretor do Sindicato Metal/Mecânico da Itália, a respeito do mesmo processo comentado anteriormente pelo executivo. O sindicalista também começa por considerações sobre a história recente da Itália:

> "O sindicalismo italiano após a Segunda Guerra se ressentiu fortemente pela situação política determinada na Itália após 1945. São os anos da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, com a divisão do mundo em dois blocos, com uma política fortemente ideológica. As ideologias instigaram um grande 'apelo'às massas populares, e aos partidos uma forte matriz ideológica (em particular na Itália e França), que influenciou enormemente as organizações sindicais. Ainda que, se não existia na Itália, até o final de 1950 uma só central sindical (temos três grandes centrais sindicais, e a estrutura complexa é do tipo pluralista) é indubitável que a confederação mais caracterizada ideologicamente, a maior dentre as três, com um forte apoio do partido comunista, mantinha a supremacia do mundo sindical, em particular na indústria. (...). Naturalmente existiu um grande responsável para o mundo empresarial, pois a situação das relações industriais era muito difícil. Aqui existia, entre as indústrias, uma tendência de se considerar todos os sindicatos como intransigentes, sem a capacidade de distinguir entre reivindicação compatível com o sistema da empresa e reivindicação com finalidade estritamente política. **E sobretudo, o mundo industrial se deixou envolver, de um modo**

> **excessivo, com o veneno do clima político.** Foram anos de grandes conflitos nas empresas, em uma situação econômica que próximo ao fim dos anos 70, se apresentava à Itália, verdadeiramente difícil" (1991, pp.59-60; grifos nossos).

Toda a de-construção do passado italiano é feita baseada em pontos convergentes: a valoração negativa da historicidade marcadamente contraditória e a busca pela superação desse estado de coisas mediante a recomposição das relações industriais e retomada da "normalidade" produtiva. O colapso do bloco coletivista de Estado após 1989 determinou o enfraquecimento do:

> "(...) promotor de uma visão da iniciativa sindical, como mantida pela luta política voltada a submeter o sistema da empresa. O quadro político e social está profundamente alterado, e aqui é sabido que **a inovação tecnológica, os grandes processos de automatização, não são os inimigos dos trabalhadores,** mas, ao contrário, podem contribuir para uma melhora consistente nas condições presentes na fábrica. (...) A greve, na verdade, tem custos sociais elevadíssimos: é custosa para os trabalhadores, e é obviamente danosa para a empresa. **Sua utilização tem que ser dosada ao mínimo indispensável** com o intuito de se atingir o objetivo. O conceito que está na base da estratégia alterada é o conceito da troca" (Canavero, 1991, p.61).

Não é de se espantar que ocorram tão poucas greves na Europa de nossos dias. Marx na abertura de sua obra **A Ideologia Alemã** fazia referência ao protótipo do jovem filósofo alemão que acreditava poder eliminar a gravidade a partir da supressão da idéia da gravidade de sua cabeça. Contudo, mesmo diante de todos os esforços intelectuais do filósofo, a gravidade ainda teimava em existir. Por mais que o diretor do Sindicato Metal/Mecânico da Itália **pense com a cabeça dos agentes do capital,** ainda assim, os trabalhadores os quais Canavero representa continuarão em sua condição subalterna e explorada. Apesar de se constituir em apenas um exemplo isolado, a forma do **sindicalismo**

participativo o qual Canavero representa, ganha terreno dia após dia, chegando a conquistar os corações e mentes de centrais sindicais como a CUT brasileira, até pouco tempo, resistentes a iniciativas desse tipo. A diferença é que o "participativo" na Itália é designado de "propositivo" no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo desse estudo, empreendemos um esforço que objetivou, fundamentalmente, **deslocar o eixo do debate acadêmico dominante** - mas não somente acadêmico, visto encerrar evidentes implicações prático-políticas - a respeito da crise contemporânea e seus condicionantes/desdobramentos produtivos. Em que consistiu, afinal, tal **deslocamento de problemática**? Partindo das formulações imanentes ao debate, identificamos, de início, algumas inconsistências estruturantes. Tais inconsistências dizem respeito a aspectos metodológicos e proposições substantivas. Nossa crítica esteve centrada no seguinte ponto: o debate acadêmico dominante ao elevar o progresso técnico à condição de força motriz relativamente autônoma do desenvolvimento histórico, obscurece a multiplicidade contraditória do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista tomado enquanto totalidade estruturada e estruturante. Ao apostar na possibilidade de que **o progresso técnico possa conferir direção e sentido,** portanto, **inteligibilidade**, à crise do capitalismo oligopolista, o debate dominante aponta para suas próprias debilidades viscerais. Debilidades essas, sedimentadas sobre o terreno "arenoso" do reducionismo tipicamente economicista.

E tanto Habermas, Gorz, Offe e Kurz; quanto Aglietta, Piore, Sabel e Hirst, apostam nessa via, ou seja, a via que atribui ao progresso técnico o papel determinante do movimento de **saída** da crise contemporânea, quer através da "sociedade do tempo livre", quer mediante a emergência de uma "nova" institucionalidade "virtuosa" pós-fordista. Nesta **aposta** radica o cerne do **consenso substancial** de conjunto, passível de ser apreendido a partir de uma leitura criteriosa do debate. Exatamente contra tal **consenso substancial** nos

posicionamos. Nesse sentido, as diferenças imanentes ao debate e seus proponentes, apesar de reais, encontram-se subordinadas substantivamente à estrutura metodológica da problemática em questão. E tal metodologia, vale lembrar, compõe-se da "eleição" de um aspecto do real, "fixado" como determinante do movimento de conjunto: a revolução micro-eletrônica, a relação salarial e a fragmentação do consumo, notadamente.

Segundo a primeira vertente do debate sobre a crise, o desenvolvimento das forças produtivas não mais dependeria de homens produzindo socialmente mas sim, do potencial progressivo da técnica. O progresso técnico, quase autônomo, teria deslocado o trabalho para um plano socialmente supérfluo. Os crescentes custos salariais e encargos trabalhistas ao aumentarem a tendência para pesados investimentos em **racionalização** - leia-se, "revolução microeletrônica"-, intensificaria a produtividade do trabalho, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho, a tal ponto, que o trabalho estaria se tornando cada dia mais supérfluo. Daí, a possibilidade de falarmos em crise do trabalho ou, mais precisamente, crise da sociedade do trabalho, partindo do processo de **cientificização da técnica** (conforme a acepção habermasiana). A automatização e o desemprego contemporâneo questionariam, teórica e empiricamente, a centralidade do trabalho assalariado enquanto "fator de integração social" (Offe).

Em Gorz, essa temática torna-se cada vez mais explícita. "Fatalisticamente", como realçamos, a divisão capitalista do trabalho destrói o fundamento último do projeto revolucionário dos tempos de Marx e Engels, exatamente por esvaziar de poder a esfera do trabalho. Na verdade, o socialismo já teria sido alcançado **objetivamente** por conta da automatização, o que colocaria tarefas meramente **subjetivas,** para serem equacionadas pelo novos movimentos sociais, particularmente o ecológico. A subversão da lógica do capital já não

seria mais um problema do ponto-de-vista da materialidade, visto ter sido concretizada mediante a intervenção "revolucionária" da técnica. Dessa perspectiva, a **racionalização** nada tem a ver com as determinações de caráter classista. A revolução das forças produtivas encerraria a "evidente" capacidade de solucionar a crise contemporânea na mesma medida que subverteria a **lei do valor**.

Nesse ponto, valeria a pena algumas breves observações de caráter substantivo. Segundo Negri (1992), é possível identificar, ao menos, duas grandes formulações marxistas a respeito da existência da **lei do valor**. A primeira delas, apreende o valor enquanto **teoria do trabalho abstrato,** isto é, forma mediante a qual o trabalho constitui a substância comum de todas as atividades produtivas. Dentro dessa formulação, a lei do valor deve evidenciar o fato de que, sob o capitalismo, as modalidades de existência do mercado (e sua lógica) encerram um ordenamento mais ou menos racional.

Nessa formulação, a lei do valor confere racionalidade à dinâmica mercantil, transformando-se em **lei do equilíbrio social** no seio do "tumulto" e das "flutuações acidentais" decorrentes da concorrência intercapitalista.[1] Essa primeira forma de existência do valor estaria fundamentada, ainda, na oposição entre "trabalho simples" e "trabalho complexo" - tal não podendo ser reduzido à um multiplicador do primeiro, considerado, para todos os efeitos, como unidade de medida -, bem como entre "trabalho produtivo" (que direta ou indiretamente produz capital) e "trabalho improdutivo".

Contudo, salienta Negri, em Marx a lei do valor também se apresenta enquanto **lei do valor da força de trabalho,** ou seja, não

[1] "O problema que ela (teoria do trabalho abstrato) coloca, é aquele da pesquisa das leis que regem a repartição da força de trabalho, entre os diferentes setores da produção dentro de uma sociedade produtora de mercadorias (...). Para utilizarmos uma expressão moderna, a lei do valor é, portanto, essencialmente uma **teoria do equilíbrio geral**, desenvolvida em um primeiro momento em referência à produção simples de mercadorias, e adaptada, em seguida, ao capitalismo (Sweezy)" (Negri, 1992, p.30; grifos nossos).

como expressão do equilíbrio dinâmico das formas mercantis, mas sim do antagonismo imanente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Objeto, portanto, de uma possível ruptura revolucionária em relação à reprodução sistêmica de conjunto:

> "Em toda a obra de Marx, tanto antes quanto após a 'inflexão teórica', o conceito de força de trabalho é considerado como elemento valorizante da produção de uma maneira relativamente independente do funcionamento da lei do valor. O que quer dizer que a unidade do valor é, antes de mais nada, identificada na relação com o 'trabalho necessário', o qual não é uma quantidade fixa, mas um elemento dinâmico do sistema: qualificado historicamente, o trabalho necessário é determinado pelas lutas da classe operária, ele é portanto, o produto da luta contra o trabalho assalariado, do esforço para transformar o trabalho, para subtraí-lo de sua miséria" (Negri, 1992, p.31).

Dessa maneira, poderíamos avançar na direção de um renovado ponto de vista sobre a questão do valor em Marx, segundo o qual a lei do valor transitaria de uma, outrora, condição centrada no equilíbrio sistêmico, à situação de motor do desequilíbrio constitutivo do capitalismo. Se, partindo de tal elaboração da lei do valor, propusermo-nos a análise de processos contemporâneos, poderemos perceber que o modo de produção capitalista - tal como nos informava o Gramsci dos **Cadernos** - atualiza suas estruturas de domínio **através** das crises provocadas pelas lutas, pela "intervenção consciente" (tendencialmente hegemônica) das massas no terreno da história, enfim, pela impossibilidade de se conter a elevação dos "desejos dos sujeitos" (Negri). Resumidamente, essa segunda forma de existência da lei do valor considera o **valor de uso** da força de trabalho o fator determinante da reprodução dinâmica de conjunto das modalidades de dominação do modo de produção capitalista em crise. Nas palavras do próprio Negri:

> "(...) A lei do valor-mais-valia apresenta-se como uma lei da dialética das lutas (Gramsci diria,

> dialética da "revolução-restauração"), da desestruturação contínua e da reestruturação não menos contínua do ciclo de desenvolvimento capitalista - e ao mesmo tempo, como lei de composição e da recomposição da classe operária como potência de transformação. (...) O que significa que, através da relativa independência de suas variações, a força de trabalho global pressiona o capital a uma reorganização permanente da exploração, a uma intensificação cada vez maior da produtividade e a uma **extensão cada vez mais global de sua dominação"** (1992, pp.32-33).

Em se considerando a formulação de Habermas a respeito da supressão da vigência da lei do valor de Marx - supressão essa de fundamental importância para sua periodização histórica centrada no conceito do **capitalismo tardio** -, além, é claro, das considerações já aludidas de Gorz, e a hipótese, presente em Kurz, da perda da capacidade de exploração econômica pelo capitalismo; podemos verificar que **a segunda forma de existência da lei do valor é,** praticamente, **ignorada pelo debate dominante.** Se a mensuração econômica do sobretrabalho já não é mais possível, como argumenta Gorz, por exemplo, então o trabalho e a exploração perdem seu ponto de apoio na sociedade. A redução da problemática da lei do valor em Marx, traduz-se em outro componente explicitamente integrante do economicismo contemporâneo.

Entretanto, dizem os proponentes do debate, não devemos nos preocupar mais com a problemática encerrada no valor de uso da força de trabalho, já que a revolução autônoma das forças produtivas, na verdade, estaria inaugurando a possibilidade de uma liberação "positiva" do trabalho. Mais cedo ou mais tarde, a humanidade perceberá a necessidade de avançar na direção da "sociedade do tempo livre" , superando a "velha" **racionalidade produtivista** que ainda nos ata ao desemprego de massas. Ora, saudemos todos juntos a nova época marcada pelo não-trabalho, deixando de lado as

ultrapassadas energias utópicas, afinal de contas, a centralidade do trabalho já foi mesmo abolida pela técnica. Nada mais enganoso e aparente...

De fato, a **aparência** de deslocamento da centralidade do trabalho manifesta-se, agudamente, nas próprias mutações dos processos produtivos. Nas palavras de Tosel:

> "A dinâmica do trabalho abstrato impõe aos trabalhadores que têm o privilégio de serem explorados de maneira relativamente permanente, de se transformarem em 'prestatários' de trabalho cada vez mais flexível (quanto à localização, à qualificação, às condições de trabalho e de seu exercício e de duração), de aceitar uma não-correspondência crescente entre nível de formação e de empregos disponíveis. Da mesma forma, não seria o caso de situar no mesmo espaço, a apropriação pelo capital das forças intelectuais?" (1994, p.210).

Contra as aparências, poderíamos opor a argumentação segundo a qual é a própria centralidade do trabalho que se determina enquanto descentramento no não-trabalho, ou seja, a centralidade do trabalho constitui-se na **unidade contraditória** envolvendo trabalho e não-trabalho:

> "Tal contradição não parece encontrar hoje seu desenvolvimento integral, já que: entre a centralidade do trabalho e a centralidade do não-trabalho, no interior do próprio trabalho. É esta centralidade negativa do não-trabalho dentro do trabalho que bloqueia a possibilidade de uma organização das relações entre atividades inscritas no tempo de trabalho (poiètiques) e atividades inscritas no tempo livre (estético-prático-cognitivas, se se deseja manter aberta a referência à velha problemática aristotélica). **A centralidade do não-trabalho é a forma de manifestação atual,** ainda mais niilista do que dialeticamente negativa, **da centralidade do trabalho em nossas sociedades**" (Tosel, 1994, p.211; grifos nossos).

Temos, pois, que a centralidade do não-trabalho no próprio trabalho não é nada muito além do que o resultado historicamente determinado da busca absoluta pela mais-valia. Tal centralidade (do não-trabalho), apesar de apontar para um processo aparentemente inédito na história humana - como deseja Habermas e outros -, a saber, a **superfluidade ontológica** do "homem" (daí a tão alardeada hipótese da ruptura radical com o passado), não pode fundar uma nova época, exatamente por estruturar-se no terreno concreto da produção material imediata.[1] Objetivamente, o debate sobre a crise da sociedade do trabalho, ao reivindicar uma passagem relativamente direta da centralidade "negativa" do trabalho à centralidade "positiva" do não-trabalho, faz da aparência, determinação; do fetiche do capital, a única chave explicativa do momento presente. Para Tosel:

> "A centralidade do trabalho determina-se imediatamente como centralidade do não-trabalho, não no sentido especulativo grandioso - de uma dupla emancipação do trabalho e com relação ao trabalho, e uma centralidade das atividades positivas fora do trabalho - **mas, como resultado da prosaica especulação capitalista.** A busca absoluta da mais-valia produz a condenação ao não-trabalho,como lazer forçado, como compulsão ao desemprego e à inatividade necessária. A necessidade do trabalho necessário não produz a liberdade do trabalho necessidade e o tempo livre; ela produz a necessidade do **apodrecimento** do tempo livre como desemprego, ela engendra - não o supérfluo positivo do tempo disponível, mas - a superfluidade negativa dos não-trabalhadores, a figura antropológica negativa do 'homem supérfluo' tornado inútil, do homem à mais" (1994, pp.215-216; grifos nossos).

[1] "Se a centralidade, que se sucedeu ou foi produzida, do não-trabalho no próprio trabalho, não é, entretanto como seu outro dialetizável. (...) Torna-se problemático ver nessa perda de centralidade, e nesse desinvestimento do trabalho, a ocasião de se desprender do produtivismo e inventar novas formas de individuação e de socialização fundadas sobre as atividades estéticas ou sobre os processos de formação" (Tosel, 1994, p.211).

A população excedente, excluída dos laços de individuação que vigoraram no período anterior, encontra-se incluída na sociedade sob um modo renovado de inatividade compulsória. Nesses termos, a contradição constitutiva do capital não promove a liberação do trabalho, mas sim, a desefetivação de um contingente expressivo da classe operária, ao mesmo tempo que recompõe sua subalternidade política, mediante o acionamento de novas/velhas modalidades de exploração. Daí a impossibilidade de vislumbrarmos - mesmo que remotamente - no processo de desefetivação de setores (outrora estratégicos) da classe operária, a ante-sala de uma sociedade emancipada, quer seja o socialismo ou algo assemelhado. A "nova sociedade" não surgirá dos escombros da "tragédia do trabalho" (para utilizarmos a expressão cunhada por Labriola); apesar de todos os malabarismos teóricos de alguns.

Como já aludido, as teses sobre o pós-fordismo constituem a segunda grande vertente teórica do economicismo dominante. Para os pós-fordistas, a crise de um dado modelo de crescimento econômico auto-sustentado, tido por fordista, estaria levando as modernas sociedades capitalistas a uma crescente fragmentação econômica, social e política, que, por sua vez, engendraria, necessariamente, um novo regime de acumulação "pós-fordista". As novas tecnologias microeletrônicas de caráter informacional forneceriam, por sua vez, os meios através dos quais o capitalismo reestruturado poderia vir a realizar tal produção flexível, suporte material da "nova" institucionalidade que "alavancaria" o crescimento econômico virtuoso.

Procuramos demonstrar que, a exemplo das teses sobre a crise da sociedade do trabalho, a múltipla dimensionalidade das contradições históricas - responsável, em última instância, pelas atuais transformações no interior do modo de produção capitalista - encontra-se obscurecida e subordinada a manifestações fenomênicas do processo de crise e reestruturação do capital. Analisamos a concepção

da crise, presente em Piore e Sabel, como **crise de subconsumo** enraizada na saturação dos mercados principais para consumidores fiéis. Nesses termos, a saturação dos mercados de bens de consumo - elemento alçado à condição determinante da crise do regime de acumulação que vigorou no pós-guerra - engendraria o "engessamento" da organização da produção padronizada, inaugurando o período de crise e reestruturação. A especialização flexível, modelo proposto pelos autores a partir de algumas experiências de organização produtiva bem sucedidas, seria, nesse caso, mais dinâmica e eficiente, exatamente por combinar-se melhor com a chamada tecnologia variável de caráter informacional.

Em Aglietta, por sua vez, a ênfase explicativa recairia sobre a intervenção reguladora dos arranjos institucionais que haviam assegurado o crescimento auto-sustentado das economias capitalistas durante os "anos gloriosos" do pós-guerra. Consideramos que seu maior equívoco foi elevar a crise da relação salarial "fordista" ao patamar determinante do movimento histórico, obscurecendo o conjunto das demais contradições atuantes no período. Na verdade, e esse é um traço que unifica o pós-fordismo enquanto corpo teórico relativamente consolidado, esse conjunto de teses constitui uma derivação teórica da crise estrutural atravessada pela estratégia "welfare" do Estado burguês, na medida que faz da institucionalidade "social-democrata" a referência para um novo ciclo "virtuoso" da acumulação (agora, em combinação com uma base técnica flexível).

Em oposição a tais abordagens sobre a crise, buscamos resgatar a análise das lutas de classes. Radica nesse ponto o deslocamento de problemática acima realçado: da crítica ao debate dominante à validade analítico-estratégica das lutas de classes. O economicismo vigente opera o obscurecimento da contradição **sobredeterminante** do pós-guerra - a saber, a contradição envolvendo capitalismo e coletivismo de Estado - ao mesmo tempo que abstrai a

multiplicidade contraditória do momento precedente, marcado, principalmente, pelas lutas anti-imperialistas. Em nossa opinião, a crise que emerge com vigor já a partir de meados dos anos 60, constitui, na verdade, o produto mais evidente do "amadurecimento consciente" das contradições inscritas num contexto histórico determinado pelo acirramento do processo das lutas de classes em âmbito internacional. Produto da lógica contraditória imanente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, para muito além da **fixação** de um aspecto entendido como responsável pela reprodução de conjunto do sistema.

Daí o resgate de Gramsci. Partindo de suas formulações presentes nos **Cadernos do Cárcere**, podemos extrair elementos tanto analítico-estratégicos quanto metodológicos, para nos contrapor ao debate dominante. Em Gramsci temos explicitamente formulada a problemática da "intervenção consciente" das massas no terreno histórico, apontando para uma perspectiva de longo período, cujo referencial concreto são os dois grandes processos revolucionários que fundaram os "critérios de classicidade" da emergência ativa das massas na história: a revolução jacobina e a revolução bolchevique.

Através dessa temática ampla, chegamos ao conceito de **revolução passiva.** Identificamos dois elementos principais que nos permitiram caracterizar e atualizar o conceito, trazendo-o para mais próximo de nossa discussão: o primeiro refere-se fundamentalmente às **tranformações moleculares das forças em presença** e o segundo **à absorção da tendência antagonista** - seus intelectuais, sobretudo - que, desse modo, passaria a integrar o desenvolvimento de uma iniciativa hegemônica. Muitas são as formas contemporâneas de concreção desse processo. Trabalhamos com a hipótese de que a estratégia de passivização dos dias atuais - no espírito do que Gramsci chamou Revolução Passiva - passa, necessariamente, pela "hegemonia" neoliberal ao nível do Estado, e pela reestruturação produtiva no âmbito do sistema de forças produtivas.

Seguramente, as complexas alterações técnico-organizacionais, assim como a emergência do trabalho imaterial e, o deslocamento dos pólos do poder político no interior do universo produtivo, respondem às demandas patronais pela alteração da correlação de forças herdada do período marcadamente contestador que vai do final dos anos 60 até o início dos 70. Ao mesmo tempo, conferem inteligibilidade ao processo de absorção do antagonista histórico e o desenvolvimento de uma iniciativa hegemônica por parte dos agentes do capital.

Os novos coletivos de trabalho- integrados ativamente aos imperativos das gerências- e o sindicalismo de empresa, por exemplo, fenômenos típicos da chamada "nova estrutura produtiva" parecem deixar claro que a problemática do **transformismo** - elemento central na construção gramsciana do conceito de revolução passiva - encontra-se na ordem do dia. Passa por aí a "nova historicidade" delineada pelas transformações produtivas articuladas às modalidades renovadas de intervenção estatal. Uma "nova historicidade" que atende por vários nomes, entre eles, mundialização.

BIBLIOGRAFIA CITADA.

Aglietta, Michel. **Regulación y Crisis del Capitalismo.** 1o. Edição, Editora Siglo XXI,Madrid, 1979.

_____"Sobre Algunos Aspectos de las Crisis en el Capitalismo Contemporâneo". In VVAA. **Rupturas de un Sistema Econômico**. 1ª Edição, H. Blume Ediciones, Madrid, 1981.

Alves, Giovanni. "Ofensiva Neoliberal, Toyotismo e Fragmentação de Classe". **Universidade e Sociedade,** no. 10, SP, Janeiro de 1996.

Althusser, Louis. "Contradiction et Surdétermination". In **Pour Marx**.1o.Edição, Ed. Maspero, Paris, 1965.

Anderson, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". In Sader, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo (As Políticas Sociais e o Estado Democrático),** 1o. Edição, Ed. Paz e Terra, RJ, 1995.

Antunes, Ricardo. **Adeus ao Trabalho ? Ensaio sobre a Metamorfose e a Centralidade do Mundo do Trabalho.** 1°. Edição, Ed. Cortez e EdUnicamp, Campinas, 1995.

____ "As Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho". **Revista da Aduel/Sindiprol,** ano 1, no.1, Londrina, Fevereiro de 1996.

Baglioni, Guido. "As Relações Industriais na Europa nos Anos 80". In VVAA. **O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século,** 1o. Edição, Ed. Scritta/Cesit- Unicamp, São Paulo, 1994.

Balibar, Etienne. "Acerca de Los Conceptos Fundamentales del Materialismo Histórico". In Althusser, Louis; e Balibar, Etienne; **Para Leer el Capital.** 1o. Edição, Siglo Veintiuno Editores, México, 1980.

____ "Da Luta de Classes à Luta sem Classes?" **Textos Didáticos,** no. 20, Gráfica do IFCH-Unicamp, Campinas, Fevereiro de 1996.

Beaud, Michel. **História do Capitalismo**. 1o. Edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.

Bernstein, E. **.Las Premissas del Socialismo e las Tareas de la Social-Democracia.** 1o.Edição, Siglo XXI Editores, Madrid, Espanha, 1982.

Bettelheim, Charles. **A Luta de Classes na União Soviética (Volume II).**1o. Edição, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

Bihr, Alain. **Du "Grand Soir" à "L'Alternative".** 1o. Edição, Les Editions Ouvrières, Paris, 1991.

Borón, Atílio. "O Pós-Neoliberalismo é uma Etapa em Construção". In Sader, Emir (org.); **Pós-Neoliberalismo.** 1o. Edição, Ed. Paz e Terra, RJ, 1995.

Bottomore, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**, 1o. Edição, Zahar, Rio de Janeiro, 1988.

Boyer, Robert.. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica.** 1o.Edição, Editora Nobel, São Paulo, 1990.

Bresser Pereira, Luiz Carlos. "'Colapso da Modernização' ou Crise Cíclica? "**Novos Estudos CEBRAP,** no. 36, São Paulo, julho de 1993.

Callinicos, Alex. **A Vingança da História**. 1o. Edição, Zahar Editor, São Paulo, 1992.

Cano, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional.** 1o. Edição, Editora da Unicamp, Campinas, 1993.

Cappellani, Giuseppe. "Sindicalismo e Automação: As Lições da FIAT". In **Laborint 91 - A Busca de Novos Caminhos nas Relações de Trabalho,** ABRH Nacional, São Paulo, 1991.

Chomsky, Noam. **Ano 501 - A Conquista Contínua.** 1o. Edição, Ed. Scritta, SP. 1993.

Chossudovsky, Michel. "La Pauvreté des Nations". **Actuel Marx,** no. 18, Ed. PUF, Paris, 2o. Semestre de 1995.

Clarke, Simon. "New Utopias for old: Fordist Dreams and Post-Fordist Fantasies". **Capital and Class**, no. 42, 1990.

_____"Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia?" Revista **Lua Nova**, no. 24, São Paulo, 1991.

Coriat, Benjamin. "A Automação Programável: Novas Formas e Conceitos da Organização da Produção". In Carvalho, R. Q. (org.); **Automação de Base Microeletrônica, Competitividade e Trabalho**; 1o. Edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

Coriat, B.; e Zarifian, P.. "Automatization: Filières D'Emploi e Recomposition des Categories de Main-D'Oeuvre". **Travail,** no. 8, Paris, Julho de 1985.

Däubler, Wolfgang. "Relações de Trabalho no Final do Século XX". In VVAA, **O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século,** 1o Edição, Ed. Scritta/Cesit-Unicamp, São Paulo, 1994.

De Felice, Franco."Revolução Passiva, Fascismo, Americanismo em Gramsci". In **Política e História em Gramsci**, Volume I; Ferri, Franco (org.); Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

Dias, Edmundo Fernandes. "Capital e Trabalho: A Nova Dominação (Decifra-me ou te Devoro)". **Universidade e Sociedade,** no.10, SP, Janeiro de 1996.

Druck de Faria, Maria da Graça. **Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica**. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, Campinas, 1995.

Elson, Diane. "Appraising Recent Development in the World Market for Nimble Fingers: Accumulation, Regulation, Organization". Universidade de Manchester, Cortesia da Autora, Abril de 1991.

Ferro, Marc. **História das Colonizações.** 1o. Edição, Ed. Companhia das Letras, SP, 1996.

Freyssenet, Michael. "Automação e Qualificação da Força de Trabalho". In **Gestão da Empresa, Automação e Competitividade.** 1ª. Edição, IPEA/IPLAN, RJ, 1990.

Giannotti, José Arthur. "As Diabruras Metafísicas de Robert Kurz". **Novos Estudos CEBRAP,** no. 36, São Paulo, julho de 1993.

Gorender, Jacob. "Teses em Confronto: Do Catastrofismo de Kurz ao Social-Democratismo de Chico de Oliveira". **Revista Universidade e Sociedade**, Ano IV, no. 6, Brasília, Fevereiro de 1994.

Gorz, André. **Adeus ao Proletariado**. 1ª Edição, Ed. Forense Universitária, RJ, 1982.

____**Les Chemins du Paradis (L'Agonie du Capital)**. 1ª Edição, Editions Galilée, Paris, 1983.

____**Metamorphoses du Travail. Quête du Sens. Critique de la Raison Économique.** Editions Galilée, Paris, 1988.

____**Capitalisme, Socialisme, Écologie.** 1o. Edição, Ed. Galilée, Paris, 1991.

Gramsci, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.**1ª Edição, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

_____**Pasado y Presente.** Ediciones Garcia, Buenos Aires, 1974.

Habermas, Jurgen. **A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio.** 1°. Edição, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1980.

____"A Nova Intransparência". **Novos Estudos CEBRAP**, no. 18, setembro de 1987a.

____ **The Philosophical Discourse of Modernity.** MIT Press, Cambridge, 1987b.

____ **Técnica e Ciência como Ideologia.** 1° Edição, Edições 70, Lisboa, 1987c.

Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**. 1ª Edição, Edições Loyola, São Paulo, 1992.

Hincker, François. "Imperialisme: Présentation I". **Actuel Marx** nº 18, Presses Universitaires de France, Paris, 2º Semestre de 1995.

Hirst, Paul; e Zeitlin, Jonathan. **Reversing Industrial Decline?** 1ª Edição St. Martins Press, Nova York, 1989.

Husson, Michel. "Les Trois Dimensions du Néo-Impérialisme". **Actuel Marx** no.18, Presses Universitaires de France, Paris, 2o. Semestre 1995.

Kanoussi, Dora; e Mena, Javier. **La Revolución Passiva: Una Lectura a los Cuadernos de la Cárcel.** 1º Edição, Universidad Autonoma de Puebla, México, 1985.

Katz, Cláudio; e Coggiola, Osvaldo. **Neoliberalismo ou Crise do Capital ?** 1º Edição. Editora Xamã, São Paulo, 1995.

Katz, C.; Braga, R.; Coggiola, O.. **Novas Tecnologias - Crítica da Atual Reestruturação Produtiva.** 1o. Edição, Editora Xamã, São Paulo, 1995.

Konig, Helmut. "A Crise da Sociedade de Trabalho e o Futuro do Trabalho: Crítica de um Debate Atual". In **Teorias de Educação do Iluminismo, Conceitos de Trabalho e do Sujeito,** Werner Markert (org.), Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

Kurz, Robert. **O Colapso da Modernização.** 1ª Edição, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1992.

____**O Retorno de Potenkim.** 1o. Edição, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

____ "A Estupidez dos Vencedores". **FSP,** 6 de agosto de 1995.

____ "A Realidade Irreal". **FSP,** 3 de setembro de 1995.

____ "A Síndrome do Obscurantismo". **FSP,** 5 de novembro de 1995.

____ "Para Além de Estado e Mercado".**FSP**, 3 de dezembro de 1995.

Lefebvre, Armelle B.. "De la Mondialisation à la Mondialité". **L'Homme et la Société**, no. 113, Éditions **L'Harmattan**, Paris, 1994.

Levy, Nelson. **A Crise do Imperialismo e a Revolução**. 1o. Edição, Ed. Brasil Debates, São Paulo, 1980.

Linhart, Daniele. "Les Chemins de L'Hégémonie". **La Crise du Travail.** Ed. PUF, Paris, 1995.

Lojkine, Jean. **A Classe Operária em Mutações.** 1ª Edição, Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.

____ **A Revolução Informacional.** 1º Edição, Ed. Cortez, SP, 1995.

Löwy, Michael. "Imperialisme: Présentation II". **Actuel Marx,** nº 18, Presses Universitaires de France, Paris, 2º Semestre de 1995.

Magaline, A. D.. **Luta de Classes e Desvalorização do Capital.** 1ª edição, Editora Moraes, Lisboa, 1977.

Marx, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política.** 1ª edição, Editorial Estampa, Lisboa, 1973.

Miglioli, Jorge. "Marx e o Colapso da União Soviética". **Crítica Marxista** nº 1, Ed. Brasiliense, SP, 2º Semestre de 1994.

____ "O Colapso Soviético e os Movimentos Socialistas". **Cadernos AEL**, no. 2, Grafica do IFCH, Campinas, 1995a.

____ "O Marxismo e o Sistema Econômico Soviético". **Crítica Marxista**, vol. 1, no.2, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1o.Semestre de 1995b.

Moraes, Reginaldo de. "A Democracia Mal-Comportada". *In* **Universidade e Sociedade** nº 11, São Paulo, Junho de 1996.

Naves, Márcio (org.). "Dossiê: O Marxismo e a Desagregação da URSS". **Crítica Marxista**, vol. 1, no.1, Ed. Brasiliense, São Paulo, 2o. Semestre de 1994.

Negri, Toni. "Valeur-Travail: Crise et Reconstruction Dans le Post-Moderne". In **Futur Anterieur**, nº 10, Paris, segundo semestre de 1992. Existe tradução para o português realizada por Angela Tude de Souza (mimeo.).

____"La 'Revolution' Italienne et La 'Devolution' de La Gauche". In **Futur Antérieur,** nº 22, Ed. L'Harmattan, 1994.

Oliveira, Francisco de. "De Novo, o Apocalipse. Ou da Inutilidade de (o) Ser Humano". **Novos Estudos CEBRAP**, no. 36, São Paulo, Julho de 1993.

Petras, James. **Ensaios Contra a Ordem.** 1º Edição, Ed. Scritta, SP. 1995

Piore, Michael; e Sabel, Charles. **The Second Industrial Divide.** 1º Edição, Basic Books, Nova York, 1984.

Pollert, Anne. "Dismantling Flexibility". **Capital and Class,** nº 34, pp.43-75, Primavera de 1988.

Offe,Claus. **Trabalho e Sociedade - Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho.** 1º Edição, Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

Sabel, Charles. **Work and Politics.** 1ª Edição, Cambridge University Press, Nova York, 1982.

Schimitz, Hubert. "A Microeletrônica: Suas Implicações sobre o Emprego e o Salário". **Pesquisa e Planejamento Econômico,** vol. 15, no.3, pp.640-679, Dezembro de 1985.

Shaiken, Harley. "Tecnologia e Organização da Indústria Automobilística Mundial: Um Estudo de Caso de Fábrica Avançada no México e nos Estados Unidos". In **Gestão da Empresa, Automação e Competitividade.** 1ª Edição, IPEA/IPLAN, RJ, 1990.

Stalin, Josif. **Stalin - Política** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). 1ª edição, Ed. Ática, São Paulo, 1982.

Tauile, Jose R.. "Microeletrônica e Automação: Implicações para o Trabalho e a Organização da Produção no Brasil". **Pesquisa e Planejamento Econômico,** vol. 14, pp.851-886, Dezembro de 1984.

____ "A Difusão de Máquinas-Ferramenta com Controle Numérico no Brasil". **Pesquisa e Planejamento Econômico,** vol. 15, pp.683-704, Dezembro de 1985.

Texier, Jacques. "Sur les Sens de 'Societé Civile' chez Gramsci". **Actuel Marx,** no.5. PUF Ed., Paris, 1o. Semestre 1995.

Torres, João Carlos Brum. "Marxismo e Teoria da Revolução Burguesa". Revista **Oitenta**, L e PM Editores, Porto Alegre, 1980.

Tosel, André. "Centralité et Non-Centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superflus". In Bidet, Jacques; e Texier, Jacques; **La Crise du Travail.** 1o. Edição, Presses Universitaires de France Editora, Paris, 1995a.

_____ "L'Etat de Droit. Figures et Problèmes. Les Avatars de La Maîtrise". **Actuel Marx,** no. 5, 1o.Semestre 1995b.

_____"Gramsci e a Revolução Francesa". **Novos Rumos,** ano 9, no.22, São Paulo, 1994.

Tude de Souza, Angela. "Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci". Coleção **Textos Didáticos**, Gráfica do IFCH-Unicamp, Campinas, 1993.

____"A Crise Contemporânea e a Nova Ordem Mundial". **Revista Universidade e Sociedade**, nº 6, março de 1994.

____"Crise Orgânica e Nova Ordem Mundial". Relatório Parcial de Pesquisa, Paris, cortesia da autora, 1995.

____ "Introdução". In: Balibar, Etienne; "Da Luta de Classes à Luta sem Classes?" **Textos Didáticos,** nº 20, Gráfica do IFCH-Unicamp, Campinas, Fevereiro de 1996.

Vacca, Giuseppe. **Il Marxismo e Gli Intelletuali: Dalla Crisi di Fini Secolo ai Quaderni del Carcere**. 1° Edição, Riuniti, Roma, 1985.

Vakaloulis, Michel. "'Post'-Capitalisme ou Capitalisme 'Post'-Moderne? Structures Fondamentales et Facteurs de Nouveauté". In **Futur Anterieur,** nº 21, Editions L'Harmattan, Paris, 1994.

Wallerstein, Immanuel. **O Capitalismo Histórico.** 1ª Edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

Willians, Karel; e Cutler, Tony. "The End of Mass Production". **Economy and Society**, nº 3, volume 16, 1987.

Zarifian, Philippe. "As Novas Abordagens da Produtividade". In VVAA; **Gestão da Empresa, Automação e Competitividade.** IPEA/IPLAN, RJ, 1990.

____ "Le Travail: Du Modèle de L'Operation au Modèle de L'Action". **La Crise du Travail,** Ed. PUF, Paris. 1995.